



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI Nº 09 SEXTA-FEIRA, 14 DE FEVEREIRO DE 2014

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2º SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3º - João Durval - (PDT-BA)
4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 27</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Eunício Oliveira - Bloco (66,68)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p>Líder do PMDB - 20</p> <p>Eunício Oliveira (66,68)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB</p> <p>Ricardo Ferraço (105)</p> <p>Romero Jucá (40,104)</p> <p>Vital do Rêgo (107)</p> <p>Líder do PP - 5</p> <p>Francisco Dornelles (64)</p> <p>Vice-Líder do PP</p> <p>Ana Amélia (12,88)</p> <p>Líder do PSD - 1</p> <p>Sérgio Petecão (84,87)</p> <p>Líder do PV - 1</p> <p>Paulo Davim (76)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 25</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Wellington Dias - Bloco (24,69,89)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Acir Gurgacz (49,55,70,100)</p> <p>Rodrigo Rollemberg (65,99)</p> <p>Inácio Arruda (90,93,115)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p>Líder do PT - 13</p> <p>Humberto Costa (116)</p> <p>Vice-Líderes do PT</p> <p>Walter Pinheiro (22,27,103)</p> <p>Anibal Diniz (25,94)</p> <p>Paulo Paim (102)</p> <p>Eduardo Suplicy (101)</p> <p>Líder do PDT - 5</p> <p>Acir Gurgacz (49,55,70,100)</p> <p>Vice-Líder do PDT</p> <p>Zeze Perrella (86)</p> <p>Líder do PSB - 4</p> <p>Rodrigo Rollemberg (65,99)</p> <p>Vice-Líder do PSB</p> <p>Lídice da Mata (29,38,81)</p> <p>Líder do PCdoB - 2</p> <p>Vanessa Grazziotin (1,91,117)</p> <p>Vice-Líder do PCdoB</p> <p>Inácio Arruda (90,93,115)</p> <p>Líder do PSOL - 1</p> <p>Randolfe Rodrigues (18,75)</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Mário Couto - Bloco (34,61)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Wilder Moraes (97,112)</p> <p>Cyro Miranda (31,95)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p>Líder do PSDB - 11</p> <p>Aloysio Nunes Ferreira (7,62,113)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB</p> <p>Cássio Cunha Lima (77)</p> <p>Alvaro Dias (73)</p> <p>Paulo Bauer (5,35,72,78)</p> <p>Líder do DEM - 4</p> <p>José Agripino (2,10,14,44,46,74)</p> <p>Vice-Líder do DEM</p> <p>Wilder Moraes (97,112)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 12</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Gim - Bloco (56,58,59)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Alfredo Nascimento (41,63)</p> <p>Eduardo Amorim (17,47,48,80)</p> <p>Blairo Maggi (19,51)</p> <p>Eduardo Lopes (37,45,67,98,109)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p>Líder do PTB - 6</p> <p>Gim (56,58,59)</p> <p>Líder do PR - 4</p> <p>Alfredo Nascimento (41,63)</p> <p>Vice-Líder do PR</p> <p>Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p>Líder do PSC - 1</p> <p>Eduardo Amorim (17,47,48,80)</p> <p>Líder do PRB - 1</p> <p>Eduardo Lopes (37,45,67,98,109)</p>	<p style="text-align: center;">Governo</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Eduardo Braga - Governo (39)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Gim (56,58,59)</p> <p>Benedito de Lira</p> <p>Lídice da Mata (29,38,81)</p> <p>Jorge Viana</p> <p>Vital do Rêgo (107)</p>	<p style="text-align: center;">SDD - 1</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Vicentinho Alves - SDD (42,54,71,111)</p> <p style="text-align: center;">PROS - 1</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Ataídes Oliveira - PROS (96,108,114)</p>

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

<p style="text-align: center;">Antônio Helder Medeiros Rebouças Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial</p>	<p style="text-align: center;">Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia e Redação de Debates Legislativos</p>
---	---

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.1 – ATO CONJUNTO DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	
Nº 1/2014	7
2 – ATA DA 9ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 13 DE FEVEREIRO DE 2014.....	8
2.1 – ABERTURA.....	9
2.2 – EXPEDIENTE.....	9
2.2.1 – Comunicações	
Do Senador Flexa Ribeiro, justificando a não participação de S. Exª em visita oficial à Croácia, a ser realizada no período de 1º a 5 de março próximo (Memorando nº 10/2014).	9
Do Senador Ricardo Ferraço, justificando a não participação de S. Exª em visita oficial à Croácia, a ser realizada no período de 1º a 5 de março próximo (Ofício nº 13/2014).....	9
2.2.2 – Leitura de requerimento	
Nº 77/2014, de autoria do Senador Eunício Oliveira e outros Senadores, solicitando realização de sessão especial, em 14 de março próximo, destinada a homenagear o centenário de Morte do Dragão do Mar.	10
2.2.3 – Discursos do Expediente	
SENADOR FLEXA RIBEIRO – Preocupação com a elevada carga tributária existente no País.	12
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Apoio ao Governo Federal; e outros assuntos.	13
SENADOR INÁCIO ARRUDA, como Líder – Registro de encontro com membros do MST e comentários sobre as reivindicações do referido grupo.	16
SENADOR EDUARDO SUPLICY – Lamento pelos atos de racismo praticados por torcedores peruanos contra o jogador Tinga; e outros assuntos.	22
SENADOR RUBEN FIGUEIRÓ – Defesa de reformulação da política energética aplicada no Brasil; e outro assunto.	36
SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Defesa da necessidade de mudanças definitivas no País para a promoção da igualdade.	38
SENADOR PEDRO SIMON – Reflexões acerca das manifestações populares que têm ocorrido no País; e outros assuntos.	39
SENADOR DELCÍDIO DO AMARAL – Comentários sobre os recentes problemas de interrupção no fornecimento de energia elétrica ocorridos no País recentemente.	44
SENADORA GLEISI HOFFMANN – Críticas à iminente ampliação da substituição tributária no Estado do Paraná por suas repercussões negativas para as micro e pequenas empresas.....	46
2.3 – ORDEM DO DIA	
2.3.1 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.	49
2.4 – APÓS A ORDEM DO DIA	
2.4.1 – Comunicações	
Da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados, de substituição de membros em diversas Comissões (Ofícios nºs 10, 25, 26 e 27/2014). Designação do Deputado Urzeni Rocha, como titular, para compor a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 631/2013. Designação do Deputado Jaime Martins, como titular, para compor a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 632/2013. Designação do Deputado Hugo Napoleão, como titular, para compor a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 633/2013. Designação dos Deputado Irajá Abreu, como titular, para compor as Comissões Mistas destinadas a proferir parecer sobre as Medidas Provisórias nºs 635 e 636/2013	51
Da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 629/2013 (Ofício nº 85/2014). Designação do Deputado Ronaldo Zulke, como titular, e do Deputado Odair Cunha, como suplente, para comporem a referida Comissão.	52

Da Liderança do PMDB e do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista de Controle de Atividades de Inteligência (Ofício nº 33/2014). <i>Designação do Senador Waldemir Moka para compor a referida Comissão.</i>	52
Da Liderança do DEM na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 638/2014 (Ofício nº 29/2014). <i>Designação do Deputado Efraim Filho, como titular, para compor a referida Comissão.</i>	53
Da Liderança do PTB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros em diversas Comissões (Ofícios nºs 38 a 45/2014). <i>Designação do Deputado Jorge Corte Real, como titular, e do Deputado Ronaldo Nogueira, como suplente, para comporem a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 629/2013. Designação do Deputado Jorge Corte Real, como titular, e do Deputado José Chaves, como suplente, para comporem a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 630/2013. Designação do Deputado Walney Rocha, como titular, e do Deputado Nelson Marquezelli, como suplente, para comporem a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 631/2013. Designação do Deputado Arnaldo Faria de Sá, como titular, e do Deputado Ronaldo Nogueira, como suplente, para comporem a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 632/2013. Designação do Deputado Jorge Corte Real, como titular, e do Deputado Alex Canziani, como suplente, para comporem a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 634/2013. Designação do Deputado Nelson Marquezelli, como titular, e do Deputado Josué Bengtson, como suplente, para comporem a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 635/2013. Designação do Deputado Josué Bengtson, como titular, e do Deputado Nelson Marquezelli, como suplente, para comporem a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 636/2013. Designação do Deputado Sérgio Moraes, como titular, e do Deputado Alex Canziani, como suplente, para comporem a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 638/2014.</i>	53
2.4.2 – Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados	
Nº 154/2014, na origem, informando a Declaração da Perda do Mandato de Deputado Federal do Sr. Natan Donadon (Sem Partido/RO) em 12 do corrente.	55
2.4.3 – Leitura de requerimentos	
Nº 78/2014, de autoria do Senador Anibal Diniz, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. José Marcos Leite.....	55
Nº 79/2014, de autoria do Senador Aécio Neves, solicitando informações ao Ministro de Estado da Fazenda.	56
Nº 80/2014, de autoria do Senador Humberto Costa, solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 51 e 73/2013.....	56
2.4.4 – Leitura de projetos	
Projeto de Lei do Senado nº 33/2014, de autoria do Senador Alfredo Nascimento, que <i>suspende as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre o óleo diesel utilizado no transporte fluvial de passageiros desenvolvido na Amazônia Legal e dá outras providências.</i>	57
Projeto de Lei do Senado nº 34/2014, de autoria do Senador Alfredo Nascimento, que <i>reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes sobre as receitas decorrentes da prestação de serviços regulares de transporte interestadual e intermunicipal fluvial de passageiros, e altera a Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, para facilitar o acesso de recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM) às pessoas físicas.</i>	60
Projeto de Lei do Senado nº 35/2014, de autoria do Senador Magno Malta, que <i>altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, com o intuito de desburocratizar o procedimento de reconhecimento de firma do administrado.</i>	62
2.4.5 – Pareceres	
Nº 40/2014, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 34/2012.....	66
Nº 41/2014, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 258/2013.	101
Nº 42/2014, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre a Mensagem nº 41/2013.	108
2.4.6 – Comunicações da Presidência	
Arquivamento do Aviso nº 34/2012.....	114
Inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, do Projeto de Lei do Senado nº 258/2013, cujo parecer foi lido anteriormente, a fim de ser declarado (Ofício nº 7/2014).	114
Arquivamento da Mensagem nº 41/2013.....	114
Retificação do despacho apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 279/2013. <i>A matéria será apreciada terminativamente</i>	114
2.4.7 – Discursos	
SENADOR PAULO PAIM, como Líder – Anúncio do lançamento, no Senado e na Câmara, da Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência contra a Mulher; e outros assuntos.	114

SENADOR CÍCERO LUCENA – Apelo ao Governo Federal para que aumente os investimentos no Programa de Leite, no Estado da Paraíba; e outro assunto.	119
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI, como Líder – Apelo aos parlamentares para que mantenham seus votos na apreciação do veto da Presidente Dilma Rousseff ao projeto que estabelece novas regras para criação de municípios.	120
SENADOR ANIBAL DINIZ – Registro da instalação, pelo governo, do Comitê Interministerial de Avaliação do Simples Nacional; e outros assuntos.	124
2.4.8 – Comunicação da Presidência	
Encaminhamento das matérias aprovadas pela Comissão do Projeto Jovem Senador à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (autuação das matérias como Sugestões Legislativas nºs 1 a 6/2014) (Ofício nº 1/2014-CPJS)	128
2.4.9 – Mensagem da Presidente da República	
Nº 6/2014 (nº 14/2014, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, em vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista	165
2.4.10 – Discursos (continuação)	
SENADORA LÚCIA VÂNIA, como Líder – Balanço dos trabalhos da ouvidoria do Senado em 2013	194
2.4.11 – Discursos encaminhados à publicação	
SENADOR ALFREDO NASCIMENTO – Preocupação com questionamentos feitos pela União Europeia junto à OMC sobre incentivos concedidos pelo Brasil à Zona Franca de Manaus.	195
SENADORA ANGELA PORTELA – Defesa da regulamentação de atos de violência ocorridos nas manifestações sociais sem, contudo, inviabilizar a liberdade de manifestação nesses movimentos.	196
2.5 – ENCERRAMENTO	197
3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, EM 13.2.2014	197

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

Por Unidade da Federação	198
Bancadas dos Partidos	199
Por ordem alfabética	200

5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL 201

6 – LIDERANÇAS 202

7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 206

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 209

9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos	217
CAS – Comissão de Assuntos Sociais	226
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	230
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte	237
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	243
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	253
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	261
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura	270
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo	278
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	284
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	288
CSF – Comissão Senado do Futuro	292

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17/1993)	293
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20/1993)	294
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40/1995)	295
Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9/2013)	296
Ouidoria do Senado Federal (Resolução nº 1/2005)	296
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2/2001)	297
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35/2009)	299
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14/2010)	301
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42/2010)	303
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15/2012)	305
Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill (Resolução nº 34/2013)	307

Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento (Resolução nº 47/2013)	309
--	-----

CONGRESSO NACIONAL

11 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006)	311
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008)	316
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007)	318
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999)	319
CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Resolução nº 1/2014)	320
CMCPLP – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Resolução nº 2/2014)	320
Comissões Mistas Especiais	231

12 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972)	325
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991)	326
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1/2011)	330

CONGRESSO NACIONAL

ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2014,

DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Moderniza as publicações oficiais dos Diários do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL e o PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições, e

Considerando a necessidade de modernização das publicações oficiais dos Diários do Congresso Nacional e de ambas as Casas, e

Considerando a evolução do processo legislativo eletrônico, que proporciona a edição dos Diários em meio eletrônico e a redução da publicação em papel, estabelecendo a necessidade de adaptação para o formato digital,

Resolvem:

Art. 1º. O Diário do Congresso Nacional, o Diário da Câmara dos Deputados e o Diário do Senado Federal passam a ser publicados conforme o disposto nos Anexos I e II do presente Ato.

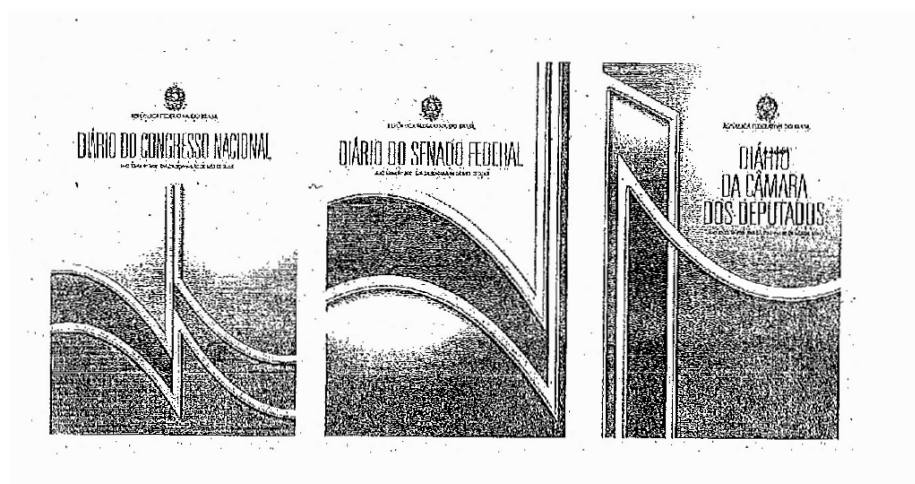
Art. 2º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 12 de fevereiro de 2014.

Senador **RENAN CALHEIROS** Deputado **HENRIQUE EDUARDO ALVES**
Presidente do Senado Federal Presidente da Câmara dos Deputados

ANEXO I

LEIAUTE DAS CAPAS



ANEXO II

ESPECIFICAÇÕES DE PUBLICAÇÃO

Formato de Impressão: A4 — 210mm x 297mm, coluna única

Dimensões da página: Largura 210 mm x Altura 297 mm

Margens: Superior, 20 mm - Inferior, 12 mm

Fonte: Myriad Pro, Corpo 11, Cor preta.

Capa: Colorida

Numeração de páginas: Individualizada por exemplar

Ata da 9ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 13 de fevereiro de 2014

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Jayme Campos, José Pimentel, Ruben Figueiró, Roberto Requião,
Cristovam Buarque e Paulo Paim*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 1 minuto e encerra-se às 18 horas e 31 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:



Senado Federal
54ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

9ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS

Período : 13/02/14 07:00 até 13/02/14 20:32

Partido	UF	Nome	Pres
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X
PT	ES	ANA RITA	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X
PR	SP	ANTONIO CARLOS RODRIGUES	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X
PROS	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	X
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X
PT	MS	DELÍDIO DO AMARAL	X
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X
PT	PR	GLEISI HOFFMANN	X
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X
PP	RO	IVO CASSOL	X
PMDB	PA	JADER BARBALHO	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X
PMDB	TO	KÁTIA ABREU	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X
PR	ES	MAGNO MALTA	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X
PV	RN	PAULO DAVIM	X
PT	RS	PAULO PAIM	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X

9ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS**Período : 13/02/14 07:00 até 13/02/14 20:32**

Partido	UF	Nome	Pres
PSDB	MS	RUBEN FIGUEIRÓ	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X
SDD	TO	VICENTINHO ALVES	X
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X
DEM	GO	WILDER MORAIS	X

Compareceram: 67 Senadores

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – A Presidência do Senado Federal recebeu o **Memorando nº 10**, do Senador Flexa Ribeiro, por meio do qual comunica que, devido a alterações na agenda legislativa em seu Estado, não participará da visita oficial à Croácia, no período de 01 a 05 de março de 2014, conforme Requerimento nº 63, de 2014.

O Memorando vai à publicação.

O Requerimento vai ao Arquivo.

É o seguinte o memorando:

MEMO nº 10/2014-GFLEX

Brasília, 14 de fevereiro de 2014

Assunto: Participação Visita Oficial à Croácia

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que devido alteração na agenda legislativa no meu Estado, não participarei da visita oficial à Croácia no período de 01 a 05 de março de 2014.

Atenciosamente, – Senador **Flexa Ribeiro** – PSDB/PA

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sobre a mesa, ofício que será lido.

É lido o seguinte:

Ofício Número GSRFER-13/2014

Brasília, 12 de fevereiro de 2014

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Tenho a honra de cumprimentar Vossa Excelência e, na oportunidade, agradeço vossa indicação para compor delegação de Senadores do Grupo de Amizade Brasil-Croácia, que viajará à Croácia no período de 01 a 05 de março do corrente ano.

Infelizmente, por motivos contrários a minha vontade, venho informar que não será possível integrar tal comitiva.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo meus protestos da mais elevada estima.

Respeitosamente, – Senador **Ricardo Ferraço** – PMDB/ES

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 77, DE 2014

Requeiro, nos termos dos arts. 154, inciso III e § 5º, e 199, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Solene Especial destinada a homenagear o **Centenário de Morte do Dragão do Mar**, a ser realizada no dia 14 de março de 2014, às 11 horas, no Plenário do Senado Federal.

JUSTIFICATIVA

Francisco José do Nascimento, conhecido como Dragão do Mar ou Chico da Matilde, nasceu no dia 15 de abril de 1839, em Canoa Quebrada, Aracati/CE.

Trata-se de um dos maiores líderes dos jangadeiros nas lutas abolicionistas, sendo considerado o maior herói a favor da libertação dos escravos no Ceará.

Faleceu em 6 de março de 1914, o Dragão do Mar, revolucionário mulato de Canoa Quebrada, foi prático da Capitania dos Portos. Conviveu com o drama do tráfico negreiro e se envolveu na luta pelo abolicionismo. Uma de suas principais atitudes foi o fechamento do Porto de Fortaleza, impedindo o embarque de escravos para outras províncias.

Devido a sua importância para o história do Estado do Ceará, faz-se necessário homenagear o centenário de sua morte, motivo pelo qual submeto aos nobres colegas o presente requerimento, solicitando a sua aprovação.

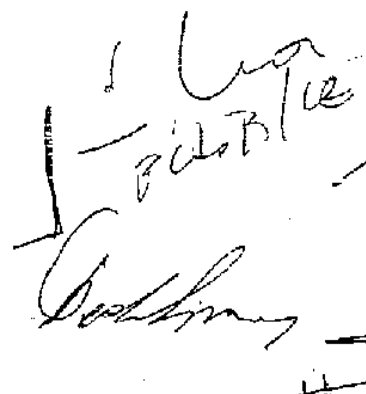
Sala das Sessões, em

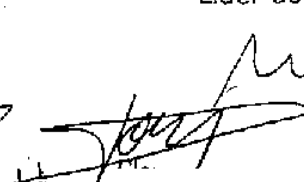
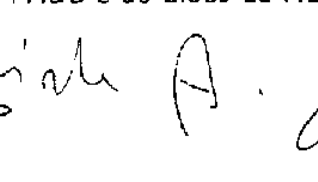
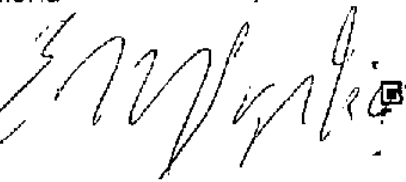
2014.


SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB/CE

Líder do PMDB e do Bloco da Maioria





O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA. Sem revisão do orador.) – Pediria a V. Ex^a a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Está inscrito V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Já designo a sua vinda à tribuna para fazer essa comunicação inadiável.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Pimentel, eu também faço a minha inscrição para uma comunicação parlamentar, se eu não conseguir trocar com alguém que não queira falar no expediente de dez minutos, mas eu fico como o segundo inscrito.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – O Senador Humberto Costa viajou e disse que os Vice-Líderes poderiam se inscrever. Como V. Ex^a é Vice-Líder...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Então, eu aceito a indicação.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Nós concedemos a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, e, logo em seguida, será V. Ex^a, Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Senador Pimentel, que preside esta sessão do Senado Federal, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, quero começar agradecendo ao Senador Paulo Paim e à Senadora Vanessa, que, por gentileza dos dois, permitiram-me ser o primeiro orador desta tarde.

Venho aqui falar, mais uma vez, sobre a carga tributária que recai sobre os brasileiros, não só na pessoa física, como nas pessoas jurídicas também, nas empresas, tirando a competitividade das nossas empresas no mercado globalizado de hoje.

A voracidade tributária do Governo petista parece não conhecer limite. Quando menos se espera, a criatividade do PT aflora com uma nova forma de sugar recursos das empresas e dos cidadãos.

Levantamento divulgado pelo Instituto Assaf, respeitada consultoria com atuação nas áreas de finanças e gestão corporativa, revela que a carga tributária por habitante cresceu 277% nos últimos 13 anos no Brasil. Produzida com base nos dados do Impostômetro da Associação Comercial de São Paulo, a pesquisa aponta que os brasileiros pagaram, em média, quase R\$7.900,00 em impostos em 2013. Em 2000, essa média por habitante não chegava a R\$2.100,00. Passou a média por habitante de R\$2.100,00, em 2000, para R\$7.900,00, em 2013, exatamente quase os 300% de aumento da carga tributária. Ainda de acordo com o mesmo estudo, a carga tributária anual brasileira saltou de R\$350 bilhões, em 2000, para R\$1,7 trilhão, em 2013, uma impressionante elevação de 334%.

O Impostômetro mostrou que, no primeiro mês de 2014, este ano que se inicia, os brasileiros desembolsaram quase R\$200 bilhões em impostos, em comparação aos R\$174 bilhões arrecadados pelo Governo em janeiro de 2013, evidenciando, com isso, uma astronômica alta de 14,5% nesse curtíssimo período.

Senador Pimentel, V. Ex^a que entende tão bem de economia e é dos Senadores mais competentes aqui da Casa, veja o absurdo que essa carga tributária está colocando sobre os ombros dos brasileiros: comparando-se janeiro de 2013 com janeiro de 2014, houve uma arrecadação a maior de 14,5%.

Com efeito, as previsões de economistas e tributaristas indicam que a carga tributária subirá com mais força ainda no corrente ano – estamos vendo isso já no primeiro mês. Com o fim da desoneração do Imposto sobre Produtos Industrializados para carros e produtos da chamada linha branca, entre outras medidas, os especialistas estimam que o peso dos tributos em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) deve crescer entre 0,3 e 0,5 ponto percentual.

Nessa relação entre a carga tributária e o PIB, chama atenção o fato de que o aumento já atinge 2,2 pontos percentuais em apenas três anos de Governo Dilma. Ou seja, a gana de arrecadar é ainda maior do que a de seu antecessor, que, ao longo de oito anos, elevou a carga tributária em relação ao PIB em 1,58 ponto percentual.

Segundo estudo divulgado no dia 20 do mês passado pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), o Brasil tem a segunda maior carga da América Latina, aparecendo atrás somente da Argentina – mas a diferença é de apenas um ponto percentual.

Trabalhando com dados referentes ao ano de 2012, a OCDE aponta que os tributos pagos pelos brasileiros e pelas empresas instaladas no País correspondem a 36,3% do PIB, enquanto, na Argentina, essa proporção é de 37,3%. Nos países latino-americanos com tributação menos onerosa, a carga varia entre 12% e 14% do PIB.

Sr^{as} e Srs. Senadores, nas festividades alusivas ao 34º aniversário do Partido dos Trabalhadores, a Presidenta Dilma Rousseff elevou o tom de suas críticas à oposição, a quem tachou de – aspas – “cara de pau” – fecho aspas – e – aspas – “pessimista” – fecho aspas –, por não reconhecer que – aspas – “o País melhorou” – fecho aspas.

Não se trata de retórica oposicionista. São os próprios dados oficiais que demonstram a sofreguidão do Governo em extrair cada vez mais recursos da população, mesmo em face de um desempenho cada vez mais anêmico da economia. Como disse à imprensa recentemente o economista Rodrigo Orais, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), embora o resultado do PIB tenha sido aquém do previsto, a arrecadação federal e a dos Estados foi acima do previsto. O PIB reduz, Senador Pimentel, e a arrecadação aumenta, porque a carga tributária está aumentando bem acima daquilo que poderia ser suportável pela sociedade brasileira.

Um dos fatores apontados pelo técnico do Ipea como responsáveis pelo aumento da arrecadação é o acréscimo no recolhimento do Imposto sobre Importações. Com efeito, nosso balanço de pagamentos vem apresentando desequilíbrio cada vez mais acentuado, resultado direto das equivocadas políticas governamentais que têm conduzido ao progressivo sucateamento do nosso parque industrial.

Outro aspecto que chama atenção é que a voracidade tributária petista não se restringe ao âmbito do Governo Federal. O prefeito petista de São Paulo tentou elevar o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) em até 20% para imóveis residenciais e em até 35% para os demais imóveis. A iniciativa foi sustada por decisão judicial, mas ainda pode acabar vingando.

O mais importante a ser ressaltado, contudo, é que a elevada carga tributária não seria motivo de tanta indignação se ela ao menos proporcionasse a oferta de serviços públicos de alta qualidade. A realidade, no entanto, é o oposto. O próprio Secretário-Geral da Presidência da República, Ministro Gilberto Carvalho, em evento realizado no final do mês passado em Porto Alegre, admitiu, acertadamente, que o Governo não soube garantir serviços públicos de qualidade, deficiência que, na sua opinião, conduziu ao desgaste do modelo que levou o PT ao poder em 2002.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, aumentando a cada ano, a carga tributária brasileira já chegou a um patamar insuportável. Apesar disso, a qualidade dos serviços públicos oferecidos à nossa população continua péssima, realidade reconhecida por altas autoridades do Executivo Federal, a exemplo do Ministro Gilberto Carvalho.

Espero, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, que o Governo da Presidenta Dilma possa refletir sobre a impossibilidade de a sociedade brasileira suportar a enorme carga tributária que está onerando a economia do nosso País e que possamos ter, a curto e a médio prazo, uma desoneração da carga tributária brasileira.

Muito obrigado Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra, a Senadora Vanessa Grazziotin, pelo tempo regimental.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Senador Pimentel, Presidente desta sessão.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, companheiros e companheiras, Sr. Presidente, ontem, com muita alegria, vim a esta tribuna para falar, em nome da Liderança do nosso Partido, acerca da importante reunião que realizamos na cidade de São Paulo, a primeira reunião da Direção Nacional do nosso Partido, o PCdoB, Partido Comunista do Brasil, após a realização do nosso 13º Congresso, ocorrido no mês de novembro do ano passado.

Tivemos a alegria de contar com a presença da Presidenta Dilma no nosso ato político, ato de manifestação do nosso desejo, da nossa disposição de continuar na luta para ver o País avançar e melhorar a qualidade de vida de toda a nossa gente.

Comecei a falar disso no dia de ontem e concluí aquela intervenção fazendo apenas uma análise de forma aprofundada, neste último final de semana, de como o capital financeiro internacional vem atuando no sentido de tentar pressionar, encurralar o Governo da Presidenta Dilma, tentando vender aos quatro cantos, na imprensa, no noticiário, uma crise que, de fato, não existe.

Falam de inflação, mas, quando saem, os números da inflação mostram que houve recuo da inflação. Falam em queda de produtividade, mas, quando falam em empregos, os números batem, a cada mês, novos recordes. Aliás, de 2013 até hoje, nós crescemos mais de 30% no número de trabalhadores que têm carteira de trabalho assinada. Mais de 30%. Hoje, ultrapassamos os 50% de trabalhadoras e trabalhadores brasileiros que têm carteira de trabalho assinada. Na época, lá no ano de 2002, quando éramos Deputados Federais, Senador Pimentel, não chegava a 38% o número de trabalhadores que tinham carteira de trabalho assinada.

O povo não se alimenta das previsões dos economistas. O povo se alimenta do emprego que ele tem e, cada vez mais, o povo brasileiro tem emprego neste País. O povo se alimenta do salário que ele recebe no final do mês e, se nós temos algumas razões que nos dão motivo de orgulho, uma delas é o fato – e está aqui o Senador Paim – de termos aprovado uma lei de valorização do salário mínimo. Uma lei que prevê, anualmente, um ganho adicional para recompor as perdas históricas do valor do salário mínimo.

É óbvio que o Brasil tem problemas, como têm os países emergentes, como têm todos os países do mundo, problemas que ainda são reflexo dessa crise estrutural do capitalismo, sobretudo do capitalismo financeiro internacional.

Mas, hoje, Sr. Presidente, que quero dar continuidade à minha fala tratando não só dessa avaliação, porque existem duas opiniões discordantes. Hoje, os jornais noticiam matérias que considero muito reveladoras, Sr. Presidente. Uma das matérias, acho que publicada no *Correio Braziliense*, traduz, transcreve a opinião de alguns grandes empresários brasileiros, Senador Paim, em relação ao Governo.

Veja o que é que diz a matéria publicada no jornal hoje.

Para eles [os empresários], desde que Dilma tomou posse, houve uma decepção generalizada com o governo [por parte dos empresários], sobretudo depois de o Planalto endossar o projeto da “nova matriz econômica” criado pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega.

O que vem a ser o projeto da nova matriz econômica? Mudar os princípios, os preceitos da política macroeconômica, iniciar o rebaixamento do valor das taxas de juros no País.

O Brasil tem uma das mais elevadas taxas de juros do Planeta. A Presidenta Dilma, o Banco Central chegou a baixar, baixar, baixar os juros, mas, dentro do seu Governo, do Governo da Presidente Dilma, os juros chegaram a algo em torno de 7%, 7,25%, voltando a subir hoje novamente, já estando em mais de 10%. Por quê?

E o que significa baixar os juros? Significa diminuir a rentabilidade do capital financeiro, capital que é parasita, capital que não gera emprego e que não produz nada, que apenas especula. Mas os empresários não gostaram disso e a Presidenta se viu obrigada, não ela, repito, mas o Banco Central, a elevar as taxas de juros.

Mas querem mais, querem mais concessões do Governo. Criticam a lei de que acabo de falar aqui, a lei que garante um poder aquisitivo melhor para o povo brasileiro. Não é o ideal, porque nós ainda estamos longe do ideal. Dizem que essa lei é inflacionária, porque ela indexa e ainda garante um reajuste antecipado.

Então, há essa opinião e há a opinião de todos nós que estamos participando e ajudando o Governo, e, tenho certeza e convicção, da maioria do povo brasileiro, porque não adianta falar de crise para o povo. O povo sabe muito bem o que é uma crise, mas ele sente a crise na sua mesa, e a sua mesa hoje está farta. E não adianta querer desestabilizar. Chegam a dizer até que estão armando a troca da candidatura de Dilma pela candidatura do ex-Presidente Lula. A Presidenta Dilma está indo muito bem, obrigada. Aliás, ela está indo hoje a Manaus. Vai fazer uma visita à Arena da Amazônia, vai inaugurar quase 6 mil unidades habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida e vai visitar o barco-escola do Sesc, numa parceira também do Governo Federal com as empresas deste País.

Fizemos uma reunião importante no final de semana, e aqui está o Senador Inácio Arruda, que teve uma participação importante nessa reunião, onde, em vez de ficarmos discutindo isso e inventando crise que não existe, nós do PCdoB, Sr. Presidente, discutimos o futuro, porque estamos a praticamente oito meses do processo eleitoral. De um lado nós vamos ter o capital financeiro e de outro, o povo, e nós estamos ao lado do povo. E o povo, cada vez mais organizado, tem que dizer o que quer do próximo governo. Por isso, nós apontamos a necessidade de renovar, de garantir um novo mandato a esse projeto que aí está, a esse projeto que vem mudando o País, que vem melhorando a vida das pessoas. Nós entendemos que é preciso avançar mais, que é preciso desencadear uma nova etapa no desenvolvimento. Em vez de o País retroceder, o Brasil precisa não só dar continuidade às mudanças iniciadas em 2003, com o Presidente Lula, mas aprofundá-las. Alcançamos uma nova etapa para isso após esses 11 anos de Governo.

O nosso Congresso, Sr. Presidente, já apontou e lançou a mensagem de que é preciso resistir e vencer as pressões do capitalismo financeiro, com o redirecionamento da política macroeconômica, e promover uma nova arrancada para um desenvolvimento robusto e duradouro que dê respostas aos anseios de melhorias crescentes na vida do nosso povo e dos trabalhadores. Essa nova etapa, Presidente, Senador Pimentel, exige mais desenvolvimento, exige mais democracia, exige mais progresso social, exige ideias e estratégias que atualizem a plataforma programática das forças progressistas.

Na ótica do nosso Partido, na nossa ótica, do PCdoB, a formulação de um projeto para uma nova etapa requer uma estratégia de desenvolvimento soberano focado na elevação dos investimentos e no aumento da produtividade, com uma indústria arrojada e tecnologicamente avançada.

No plano estrutural, precisamos tornar o Brasil integrado nacionalmente. Aqui, temos Senador do Centro-Oeste e do Sul, mas, do Norte e do Nordeste, aqui estamos nós.

O Brasil não é uma grande potência. Discutimos, hoje, com a Marinha brasileira, quando tratávamos, na Comissão de Relações Exteriores, do projeto do submarino de propulsão atômica, porque somos um grande país. Não o somos apenas porque temos 8,5 milhões de quilômetros quadrados, mas porque temos muitas riquezas em nosso território, na nossa superfície e no subsolo, porque temos mais de 200 milhões de pessoas, porque somos a sétima economia do mundo, porque temos isso e tudo mais, porque somos um país jovem, de democracia e desenvolvimento nascentes.

Portanto, entendemos que um fator principal e primordial é tornar o Brasil integrado nacionalmente, com uma poderosa infraestrutura energética e logística e também com o inadiável desenvolvimento sustentável da Amazônia. V. Ex^{as} não têm ideia de como me orgulho de pertencer a este partido, que procura ver o todo, que procura ver aquele que vive no Norte, no Sul e no Centro-Oeste e que enxerga, até de forma antecipada, a importância que tem a Amazônia brasileira para o processo de desenvolvimento nacional e de buscarmos cada vez mais a soberania e a independência econômica.

O desenvolvimento sustentável da Amazônia, para todos nós do PCdoB, é algo inadiável e prioritário, assim como a realização do potencial econômico de vastas áreas que persistem à margem do progresso social.

Além do desenvolvimento sustentável da Amazônia, precisamos promover – aí vem a nossa segunda prioridade, dentro daquilo que entendemos serem prioridades – uma reforma urbana que humanize as cidades. Essas formulações e bandeiras, em conjunto com as reformas estruturais e democráticas, deverão revigorar e atualizar o programa das forças avançadas e se configurar numa nova agenda, numa nova etapa do desenvolvimento nacional.

Creio que a maior preocupação daqueles que procuram, artificialmente, construir uma crise é ver isso à disposição de quem está diante do poder querendo continuar com as mudanças, de ver que as ruas estão mobilizadas. Não quero falar da minoria aqui, mas acho que a mídia está supervalorizando o que acontece de negativo nas manifestações. Enquanto um ou outro participa das manifestações para tumultuar, para criar confusão, a maioria do povo que vai às ruas quer cidades melhores, clama por mais educação, clama por mais saúde, clama por mais desenvolvimento. E isso tudo nós vamos conseguir não é aumentando taxa de juros, não! Não vamos conseguir isso criando um ambiente favorável ao capital especulativo, mas criando um ambiente favorável ao capital produtivo.

A Presidenta Dilma tem governado com todos, inclusive com o empresariado. Ela tem feito parceiras públicas e privadas que, no nosso entendimento, do PCdoB, são muito importantes para alavancar o desenvolvimento de que o Brasil precisa. Como o Poder Público não é capaz de fazer tudo, ele, portanto, tem que se associar, sim, ao capital privado e, através dessas parcerias públicas e privadas, fazer com que o Brasil cresça e se desenvolva cada vez mais. É isso que a população diz nas ruas.

Por isso, Sr. Presidente, que nós do PCdoB estamos muito confiantes. Entendemos que vivemos nessa encruzilhada e que será, mais uma vez, dada ao povo brasileiro uma oportunidade para escolher entre avançar mais, aprofundando as mudanças democráticas, desenvolvimentistas, soberanas, ou retroceder àquela velha política que ouve e cumpre as ordens do grande império, do capital financeiro internacional.

Então, temos confiança nessa vitória. E nós, Sr. Presidente, entendemos que precisamos ter avanços significativos, que os nossos partidos, partidos de esquerda, que têm um compromisso claro com as mudanças, precisam, cada vez mais, fortalecer os laços com a população brasileira, com a juventude.

Hoje está acontecendo um movimento importante, de produtores. O Senador Inácio acaba de chegar de uma visita que fez ao acampamento do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra. Aliás, quem produz alimentos neste País são exatamente os pequenos produtores; os grandes querem saber de lucro, e o que dá lucro é a monocultura, é exportar a soja, as *commodities*. É claro que isso faz muito bem ao Brasil, mas não são só eles, ao lado deles estão os pequenos produtores, os pequenos agricultores, que o Governo tem sabido apoiar com muita ênfase também.

Então, Sr. Presidente, não tenho condições de ler toda a nossa resolução, que é importante. O nosso Partido, como sempre, é unitário, único, um partido com polêmicas internas, mas, quando concluímos nossa reunião, aquilo que foi aprovado passa a ser o mandamento de todos nós. E nós estamos, mais do que nunca, dispostos a seguir ajudando o Governo a avançar.

A Copa do Mundo é umas das maiores conquistas do Brasil nos últimos tempos, mas estão tentando vender uma crise em torno dela, um evento que faz do povo do Brasil um povo altivo, um povo com espírito de vitória, da competição justa, mas da vitória ao final. Não tenho dúvida nenhuma de que a Copa do Mundo será uma grande dádiva para a nossa gente, para o nosso povo.

E nós do PCdoB também temos muito orgulho de ter à frente do Ministério dos Esportes uma pessoa capaz, uma pessoa competente, uma pessoa serena, que tem sabido ajudar o Governo neste momento tão importante de preparação para a Copa do Mundo.

Queremos e vamos eleger uma grande bancada. Não só uma grande bancada de Deputados Federais, mas também vamos reeleger nosso querido companheiro Senador Inácio Arruda, lá do seu Estado, o Ceará, Senador José Pimentel. S. Ex^a não tem medido esforços para defender não só o Governo, mas o projeto que é certo, o projeto que é justo, muitas vezes com a incompreensão da população, mas com a certeza e a firmeza de que tudo isso que estamos fazendo está certo.

Então, queremos reeleger o Senador Inácio Arruda e temos um forte candidato ao Governo do Maranhão, o companheiro Flávio Dino, e também uma candidata a uma vaga como Senadora pelo Estado do Acre, a Deputada Perpétua Almeida.

Vamos trabalhar para seguir fortalecendo as alianças para sairmos, de forma unitária, os partidos de esquerda, os partidos aliados, em torno da candidatura da Presidenta Dilma à reeleição.

Era isto.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Quero parabenizar V. Ex^a pelo pronunciamento.

Concedo a palavra, pela Liderança do PCdoB, ao Senador...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Sem revisão do orador.) – Com a tolerância do Senador Inácio Arruda e também de V. Ex^a, Senador José Pimentel, quero apenas registrar a presença do nosso querido Edegar Pretto, filho do nosso sempre inesquecível Adão Pretto, que está acompanhado do Tenente Bruno, Vereador em Pelotas.

Hoje, na Comissão de Direitos Humanos, por iniciativa do Edegar, nosso Deputado, foi criada, no Brasil, em diversos Estados e Municípios, a Frente Parlamentar de Homens pelo fim da Violência contra as Mulheres.

O projeto do nosso querido Deputado já tem repercussão internacional. Ele está sendo convidado a falar em diversas partes do Brasil e do mundo. Segundo ele nos informava hoje pela manhã, é a primeira frente parlamentar de homens pelo fim da violência contra as mulheres do mundo.

Então, hoje, pela manhã, criamos uma Comissão Mista junto com o Deputado Marcon, que V. Ex^a conhece muito bem. Eles todos estão no congresso dos nossos queridos amigos sem-terra, onde, hoje, às 18 horas, ocorrerá um ato com a presença de 6 Governadores, inclusive o Governador Tarso Genro.

S. Ex^{as} vieram para esse evento e visitaram o Senado. Ele me deu um brinde, que a TV Senado pode mostrar, que é uma placa sua que diz: "Violência contra a mulher, não!" E deixou uma bela carta em que ele dá uma série de sugestões, que eu vou encaminhar à Mesa, no sentido de que a gente amplie a lei e tome medidas que colaborem para que a violência contra a mulher diminua.

Então, eu queria fazer essa homenagem ao meu querido Deputado Edegar Pretto e ao Tenente Bruno, Vereador em Pelotas, pelo belíssimo trabalho que estão fazendo. Foi uma das melhores audiências de que tive a alegria de participar, hoje, pela manhã, junto com a Senadora Ana Rita.

Obrigado, Líder Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT-CE) – Senador Paulo Paim, eu recebo, nos termos regimentais, o documento que V. Ex^a sugere e o parabenizo pela iniciativa.

Com a palavra, o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB-CE. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradeço a gentileza do Senador Paim em permitir que invertêssemos a posição das falas neste instante. E também quero cumprimentar Adão Pretto, nosso grande companheiro na Câmara Federal, uma liderança dos trabalhadores rurais sem terra.

E é desse movimento, Sr. Presidente, que eu vou tratar exatamente agora, pois acabo de chegar lá do acampamento do MST aqui em Brasília. Até convoquei o Senador Paulo Paim, que já os recebeu aqui no Senado Federal, para fazer uma visita hoje, às 18 horas, no ato político que eles vão realizar.

Senador Paim, será muito importante que V. Ex^a compareça. E, se V. Ex^a puder falar, fale no seu nome e no meu também. Agradeço, portanto, a V. Ex^a.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que receba e acolha para constar nos *Anais* a carta que foi entregue, agora pela manhã, pelos trabalhadores rurais sem terra à Presidente Dilma Rousseff. Eles tratam da questão da produção no campo, das pequenas propriedades e também das propriedades cooperadas, cuja produção é muito significativa, bem como das áreas de assentamentos, tanto do MST, como assentamentos que têm sido feitos nos Estados.

O resultado é positivo. Os assentamentos criam condições favoráveis para a formação, para o amor à terra, para a produção; criam condições favoráveis para a formação educacional – e as escolas rurais têm sido equipadas, têm melhorado – e para compreender a questão da agroecologia. Então, todo esse movimento tem sido positivo para o Brasil.

Portanto, peço a V. Exª que receba, nos termos regimentais, esse documento que considero muito importante.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT-CE) – Está deferido o pedido de V. Exª.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB-CE) – E já posso dizer que a reunião com a Presidente Dilma Rousseff, hoje – uma reunião iniciada às 9 horas da manhã e que se estendeu até quase 11 horas da manhã – foi muito positiva, de resultados alvissareiros. Muitas das questões que os sem-terra levantam são questões que buscam caminhos dentro do governo, e o governo tem buscado encaminhar essas questões. Todavia, o Brasil, esse País continental, imenso, também tem o seu processo burocrático que, às vezes, emperra determinadas questões, dificulta determinadas questões; apresenta velocidade para umas coisas e dificuldade para outras.

Agora há pouco, eu estive com o João Pedro, quando estava havendo uma palestra com Emir Sader, na sequência, na hora do almoço, todos nos sentamos ali um pouco, e o João Pedro considerou que foi muito importante a reunião e o resultado da reunião com a Presidenta Dilma Rousseff.

Destaco alguns pontos, porque sentimos isso presente entre nós, inclusive no meu Estado. Nós temos agora, neste instante, mais de mil famílias acampadas no Brasil. Eu posso dizer que esse número é muito pequeno se comparado com a continentalidade do nosso País e a necessidade, inclusive, de se aumentar a produção das pequenas e médias propriedades e, sobretudo, das áreas assentadas e cooperadas. Portanto, trata-se de algo que nós poderíamos considerar inexplicável. Só uma burocracia muito renhida tem impedido que a gente resolva rapidamente o assentamento dessas mil famílias que ainda estão embaixo de lonas.

No meu Estado, eu e o Senador Pimentel conhecemos bem essa realidade. Nós temos, ali, em alguns lugares, famílias que já estão há quase oito anos acampadas sem ter a solução para o assentamento. E, exatamente por essa razão, cai a média de assentamentos no Brasil, porque, pela burocracia, às vezes, quando se vai desapropriar uma área, os preços não batem, não combinam, a questão termina em juízo e, em juízo, essas matérias têm encontrado grande dificuldade. Há certo conservadorismo do nosso Judiciário, via de regra.

Outro problema que também enfrentamos no meu Estado – e no Nordeste brasileiro – é que temos muitas áreas irrigadas, áreas estas divididas em lotes, muitos dos quais disponíveis para produção. Esses lotes, normalmente, estavam em um processo de mercantilização, de venda, mas não foram adquiridos e estão desocupados. Imagina, em uma época em que precisamos aumentar a produção de alimentos, você ter lotes em que há a água ali presente, o lote pronto, a irrigação pronta, tudo pronto e você sem produzir nada. É uma aberração! Então, os trabalhadores rurais sem-terra reivindicam serem assentados em lotes com essa qualidade, que já estão prontos para produzir.

Acho que também essa é uma questão que poderíamos examinar, mediar, discutir. É o nosso papel no Congresso Nacional. Nós estamos tratando de famílias pobres, famílias que são pobres, mas que não querem ir para periferia das grandes cidades, querem produzir, querem estar no campo. Acho que isso é uma virtude, e nós deveríamos louvar um movimento dessa natureza.

Sr. Presidente, peço a mediação de V. Exª diretamente. Temos aqui uma Medida Provisória, editada pela Presidente, que busca exatamente solucionar parte significativa das reivindicações dos assentados, especialmente em relação às suas dívidas. Eles pedem para negociar com o Congresso Nacional. Eles têm uma série de propostas. E V. Exª, como Líder do Governo no Congresso Nacional, pode nos ajudar muito a mediar com os sem-terra, pois é muito importante que cheguemos a um denominador comum.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT-CE) – Senador Inácio, como sugestão, se achar razoável, V. Exª poderia entrar com um requerimento de audiência pública, até porque nós dois somos titulares lá e vamos estar juntos.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB-CE) – Claro! Já vou fazer essa solicitação para que a possamos ouvi-los. Eles dão as suas opiniões... Claro que, às vezes, não é possível atender todas, mas o trabalho que tem sido feito no Congresso Nacional, normalmente, é de entendimento, é de compreender bem qual é o significado, o propósito dos trabalhadores rurais sem terra. E, com certeza, iremos acolher parte significativa de suas sugestões, se não todas. Se as coisas são corretas e necessárias para o Brasil, nós vamos sem dúvida acolhê-las.

Então, essa é uma questão muito importante. E é nossa responsabilidade. Está diretamente conosco. Eu sou parte desta Comissão Mista da Medida Provisória. O Senador Pimentel também é membro dessa Comissão. Acho que podemos fazer em comum. Vamos pedir para que venham aqui, vamos ouvi-los e, na sequência, examinar se é possível atender, completamente ou em parte, as suas reivindicações.

Outra questão – e vejam qual é o sentido do trabalhador rural assentado ou do pequeno produtor: eles querem dinamizar dois programas especialíssimos que estão em curso no nosso País – o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Se você amplia os recursos destinados não só aos assentados, não só aos trabalhadores rurais sem terra, como também aos pequenos proprietários camponeses que estão espalhados pelo interior de todo o Brasil, que querem ampliar a sua produção nesta área para fornecer alimento para as escolas, isso também tem grande significado. Isso é muito importante para os assentados; é muito importante para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, mas é muito importante para o Brasil. Por isso, nós também queremos reforçar essa reivindicação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Uma outra questão levantada, Senador Pimentel, Senador Paim, pelos sem-terra diz respeito ao Programa Minha Casa, Minha Vida. Vejam que nós estamos com os recursos, os recursos estão disponibilizados, mas o meio não é fácil. Normalmente, nós temos que contratar, licitar empresas etc. No caso dos assentados, a questão da terra já está resolvida. Não há o problema do preço da terra, porque essa terra já foi comprada, já foi indenizada, já foi paga. Então, já não há o problema do preço da terra. E o que eles querem? Eles querem velocidade. Na velocidade, nós temos tido dificuldade. Por quê? Porque nunca se teve um programa desse porte no Brasil. As empresas, quase que na sua totalidade, estão sobrecarregadas de empreendimentos. Então, mesmo pegando um empreendimento de uma área assentada, elas terminam sem cumprir, porque têm uma quantidade enorme de empreendimentos.

Eles deram uma sugestão. Eu já trabalhei com essa questão em outras épocas. Como Presidente da Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza, fizemos um programa na chamada frente de serviço, frente de trabalho, na cidade de Fortaleza. Naquela oportunidade, nós contratávamos diretamente as pessoas interessadas para resolver o problema delas. Então, nós fazíamos um mutirão de casas; o contrato era feito de forma cooperada, por meio de uma cooperativa; e essa cooperativa contratava como mão de obra exatamente aqueles que iam morar nas casas.

Então, os assentados estão propondo algo parecido, e eu acho que é correto. Acho que nós podemos atender esse pleito da Caixa Econômica. Eles têm um sistema que é possível funcionar com rapidez, que é um sistema de mutirão, e nos assentamentos, normalmente, você tem uma cooperativa. Então, a cooperativa pode contratar com a Caixa Econômica. Acho que a gente pode também examinar como mediar essa importante questão de ampliar a área de construção de casas, nos assentamentos pelo Brasil afora. Nós já temos exemplos e temos modelos capazes de atender e de resolver essa questão que eles estão levantando e reivindicando.

Um outro programa em que também nós temos experiência no Brasil é que muitas das áreas onde nós temos assentamentos já estavam, digamos assim, depreciadas pelo emprego, muitas vezes, de queimadas. No nosso caso, no Nordeste brasileiro – mas acho que essa é uma cultura no Brasil –, nós sempre, ou por um longo período, produzimos com queimadas. Assim, os solos foram empobrecidos e a cobertura vegetal foi quase que completamente aniquilada. Com relação a isso, o MST está propondo um programa de reflorestamento também para as áreas assentadas. Também considero muito importante que a gente possa fazer um reflorestamento nessas áreas, com plantas nativas da região. Isso tem muita importância do ponto de vista da agroecologia, ou seja, de como produzir mantendo a flora e a fauna nativas conservadas. Isso é possível! Temos exemplos muito valiosos nessa questão.

Eles levantam também a ideia de fazermos, Senador Pimentel, uma busca ativa em relação à questão dos analfabetos. Estamos com uma quantidade ainda grande de analfabetos no Brasil – os cálculos mudam, dependendo da fonte –, algo em torno de 14 a 15 milhões de analfabetos. Uma parte desse contingente, quase a metade, está nas grandes periferias urbanas, responsabilidade, pois, das grandes cidades. A outra metade está na área rural. Então, como fazer um programa? Vamos atrás; vamos à casa do analfabeto. Vamos usar, talvez, um modelo parecido com o que se usou na área da saúde: ir à casa das pessoas para aferir a pressão, para ter uma conversa com o cidadão sobre a sua situação de saúde, para levar a mulher a fazer um exame de colo, de mama, os homens a fazer um exame de toque, para saber se tem algum tipo de problema. Isso, na área da saúde, nós já alcançamos. Como fazer isso na área da formação e, assim, procurar quem é analfabeto? Não tem importância! Na faixa de 14 a 60 anos, todos têm condições de aprender e de aprender rapidamente,

porque têm conhecimento da vida e podem dominar também a nossa língua através de uma busca ativa, de um exercício ativo.

Por último, Sr. Presidente, quero destacar – e são muitas as questões levantadas pelos trabalhadores rurais sem terra – a questão do uso de agrotóxicos. É uma questão grave para nós, porque não só contamina solos, como contamina lençóis freáticos. A água utilizada muitas regiões do País, se não sofrer grande tratamento, pode estar sendo contaminada por este País afora. Então, é preciso que a gente faça esse movimento para mudar a matriz de preparação dos solos, de preparação das plantações, quer dizer, criar uma barreira para esse tipo de veneno que nós lançamos nas plantações, exatamente aquelas que vão ser utilizadas pela população como alimento.

(Soa a campanha.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB-CE) – Você imagina uma plantação de tomate, de cenoura, de verduras... Alguns plantadores dizem que não comem jamais daquilo que estão plantando para vender, porque sabem que é veneno puro. Imaginem! Isso acontece em nosso País! Então, é preciso um controle, é preciso fazer alterações.

Os sem-terra reclamam corretamente do coordenador da CTNBio, porque uma pessoa do chamado mercado do grande negócio de agrotóxicos e de sementes passou a ser o dirigente de uma empresa importante que trata exatamente dessa questão e que tinha o dever e a obrigação de defender a população, mas que, evidentemente, com as relações que tem com o mercado, pode ser um representante dos negócios, e não da população.

Então, Sr. Presidente, destaco essas questões que considero muito importantes.

Cumprimento os trabalhadores rurais sem terra pela atitude, pelo ato de ontem.

(Soa a campanha.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Mesmo com os confrontos que aconteceram, quero destacar que os trabalhadores rurais tinham seu próprio sistema de segurança durante a manifestação e não aceitaram que qualquer jovem, homem ou mulher, usasse máscara. Alguns tentaram usar máscaras durante a manifestação, e a segurança arrancou as máscaras. Corretamente, disseram: “Aqui, no meio dos trabalhadores rurais sem terra, não há mascarados. Aqui, nós estamos para lutar pelos direitos do povo brasileiro, pelos direitos à produção no campo. Nós não estamos aqui para usar máscara. Nós não estamos aqui para nos esconder. O nosso rosto tem de ficar bem claro. As pessoas têm de saber muito bem quem nós somos. A nossa fisionomia tem de ficar clara para a televisão, para o rádio, para o jornal, para os fotógrafos. Todos têm de saber quem nós somos. Mascarados de jeito nenhum!”

Eles arrancaram as máscaras, Senador Paim, no meio da manifestação. Alguns tentaram colocar o lenço no rosto para se esconder.

(Interrupção do som.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Mas, na hora do pega da Polícia (*Fora do microfone.*), na hora do confronto em frente do Palácio, os trabalhadores mandaram que qualquer um que quisesse usar máscara se retirasse da manifestação, pois não ficariam naquela manifestação.

Eu acho que essa é uma demonstração de gente que tem caráter, que luta pelo Brasil, que luta pela produção e que deve ser muito bem recebido pelo Governo, a despeito de sua opinião. Com esse tipo de atitude, já demonstra que tem interesse, sobretudo, em ajudar o nosso País a construir uma sólida democracia, ajudar o Brasil a ser um País desenvolvido e capaz de atender as necessidades do seu povo e de ajudar o mundo.

Por isso, peço, uma vez mais, que a carta, no seu inteiro teor, seja acolhida por V. Ex^a, para que conste dos *Anais do Senado Federal*, como contribuição ao desenvolvimento do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– Carta do VI Congresso Nacional do MST à Presidenta Dilma.

CARTA À PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF,

Estamos aqui em Brasília (DF), com 15 mil militantes do nosso Movimento, o MST, vindos de 24 estados brasileiros, reunidos no VI Congresso Nacional.

Estamos discutindo os problemas sociais do campo, a realidade agrária e a necessidade urgente de fazer mudanças nas políticas agrárias do seu Governo.

Diante da grave situação que atinge a milhares de camponeses sem-terra em todo país, resolvemos lhe escrever para denunciar e apresentar soluções emergenciais para os problemas que enfrentamos.

1. Há em todo Brasil mais de cem mil famílias acampadas debaixo da lona preta, organizadas por vários movimentos populares e sindicatos. Muitas famílias estão acampadas há mais de oito anos. O Governo foi incapaz de resolver esse grave problema social e político. A média de famílias assentadas por desapropriações foi de apenas 13 mil por ano, a menor média após os governos da ditadura militar. É necessário assentar, imediatamente, todas as famílias acampadas.
2. O Governo havia se comprometido de priorizar o assentamento de famílias Sem Terras nos projetos de irrigação do nordeste brasileiro. Sabemos que além dos vários projetos que estão sendo implantados, há mais de 80 mil lotes vagos, com água e a infraestrutura necessária para assentamentos. Basta cumprir a promessa feita e ter agilidade administrativa para assentar milhares de famílias de camponeses nesses lotes. Mas, até agora, nada foi feito.
3. O Governo, na Medida Provisória que encaminhou o problema das dívidas de créditos passados, incluiu a privatização dos lotes da Reforma Agrária. Essa decisão irá permitir e incentivar a venda dos lotes nos assentamentos. É tudo o que os inimigos da Reforma agrária querem para desmoralizá-la, através da compra e venda de lotes dos assentamentos. Defendemos o que está na Constituição: a terra distribuída através da Reforma Agrária não pode ser vendida! E os assentados devem receber um título individual de Concessão Real de Uso, com direito a herança. Sugerimos que o governo e os parlamentares alterem a Medida Provisória.
4. O Governo implementou, nos últimos anos, dois programas importantes para ajudar e incentivar agricultura familiar e camponesa, o PAA (Programa Aquisição de Alimentos) e o PENAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Porém, esses programas só atingiram 5% das famílias camponesas. É necessário que o Governo aumente os recursos para esses programas, desburocratize e amplie para o maior número possível de municípios do Brasil.
5. Existe a necessidade de construir, aproximadamente, mais de 120 mil casas nos assentamentos da Reforma Agrária. As famílias conquistaram a terra, mas não têm moradias dignas. Reivindicamos que a Caixa Econômica Federal amplie os recursos, desburocratize os processos para que todas as famílias assentadas tenham acesso ao programa Minha Casa Minha Vida, sob controle das famílias e suas associações.
6. No Brasil persistem diferentes formas de trabalho escravo em todo o território nacional. A Polícia Federal libertou mais de 50 mil pessoas em 566 fazendas nos últimos anos. Exigimos que o Governo puna essa prática criminosa e aplique o que determina a Constituição Federal: a expropriação dessas fazendas para fins de Reforma Agrária.
7. Apoiamos e exigimos a legalização imediata de todas as terras indígenas e as áreas de quilombolas.
8. Queremos denunciar que o atual coordenador da CTNbio, que julga a liberação de sementes transgênicas, até ontem fazia consultoria para empresas transnacionais que obtém vultuosos lucros com a vendas dessas sementes. Isso é, no mínimo, falta de ética. Exigimos que essa pessoa seja substituída. E, solicitamos que os movimentos populares do campo e as universidades também tenham o direito de indicar cientistas para compor a comissão de análise das sementes transgênicas. Exigimos que o governo use sua base parlamentar para impedir o avanço dos projetos de lei que

querem legalizar o uso da tecnologia que esteriliza as sementes. Nenhum país do mundo aprovou a "tecnologia terminator". O Brasil não pode ser essa exceção.

8. Há tempos apresentamos ao seu Governo algumas propostas que são muito importantes para resolver os problemas da população camponesa, como políticas estruturantes:

a) Propomos um grande programa de reflorestamento nas áreas dos pequenos agricultores e assentados. O Governo deveria incentivar e ajudar cada família camponesa a reflorestar 2 hectares de terra com árvores nativas e frutíferas.

b) Há ainda 14 milhões de trabalhadores analfabetos. Isso é inaceitável. Por isso, reivindicamos um programa nacional, num verdadeiro mutirão, de alfabetização de adultos em todo Brasil.

c) Precisamos garantir escolas de ensino fundamental e médio em todo interior do país. Não podemos aceitar que continuem fechando escolas no campo, como aconteceu com mais de 20 mil escolas nos últimos anos. Forçar as crianças e jovens a estudarem nas cidades, é um incentivo para promover o êxodo rural.

d) Reivindicamos que se ampliem os recursos do PRONERA, para multiplicar as possibilidades de acesso dos jovens do campo às universidades. Todos os anos faltam recursos orçamentários, impedindo a realização de muitos cursos.

9. O Governo avançou quando aprovou um plano nacional de agroecologia, discutido com as entidades e movimentos populares. Porém, esse plano continua na gaveta, sem recursos e sem programas efetivos. E, do outro lado, o Ministério da Agricultura afronta a ANVISA, ao liberar o uso de venenos agrícolas ainda mais perigosos para o meio ambiente e, sobretudo para a saúde das pessoas. Enquanto no mundo todo se aprovam leis para controlar e restringir o uso de venenos agrícolas, aqui vamos em direção contrária, facilitando a liberalização dos agrotóxicos. É um crime contra a população e uma vergonha para o país.

10. É preciso mudanças profundas na forma do Incra funcionar. É necessário e urgente contratar servidores, qualificá-los para a função específica da Reforma Agrária e locar recursos suficientes para uma Reforma Agrária massiva.

A sociedade brasileira padece de graves problemas estruturais, na educação, no sistema tributário, na saúde e no transporte público, que precisam de soluções e que foram denunciados nas mobilizações populares do ano passado. Esses problemas não se resolvem com medidas paliativas.

É preciso mexer nos interesses dos bancos que se apropriam da maior parte dos recursos de nossos impostos. Por isso, nos somamos a dezenas de movimentos populares e organizações políticas para lutar por uma reforma do sistema político brasileiro, que hoje é refém dos interesses das empresas financiadoras. Defendemos a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte Soberana e Exclusiva para fazer uma reforma política.

Esperamos que o Governo Federal perceba que o modelo de produção agrícola do agronegócio é um modelo perverso, concentrador da propriedade rural e da riqueza. Ele agride o meio ambiente, aumenta o uso de venenos e expulsa à mão de obra do campo. Serve apenas para uma pequena minoria de grandes proprietários rurais e, sobretudo, para gerar lucros para os bancos e as empresas transnacionais que exploram nossa agricultura.

A alternativa é o fortalecimento de uma agricultura voltada para o mercado interno, a aplicação das técnicas da agroecologia e a realização de uma profunda Reforma Agrária, que democratize a propriedade da terra.

Atenciosamente,

VI Congresso Nacional do MST

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2014.

Durante o discurso do Sr. Inácio Arruda, o Sr. José Pimentel deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ruben Figueiró.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – A solicitação de V. Ex^a, Senador Inácio Arruda, será atendida nos termos regimentais.

Com a palavra, o eminente Senador...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Peço a palavra pela ordem, enquanto o Senador Suplicy não chega à tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, recebi, há poucos minutos, uma denúncia da maior gravidade que, pela ordem, eu gostaria de encaminhar à Mesa. A denúncia, Sr. Presidente, diz que lamentáveis atos racistas ocorreram, no Peru, contra o jogador brasileiro Tinga, que é do Cruzeiro de Belo Horizonte e que é gaúcho, durante partida pela Copa Libertadores da América.

Logo depois de sua entrada em campo, em substituição ao meia Ricardo Goulart, os torcedores do Real Garcilaso começaram a imitar sons e a chamar de macaco o jogador Tinga, num claro ato racista da maior gravidade. Esclareço, para quem não sabe, que o jogador Tinga é negro. Logo depois da partida, Tinga respondeu: “Fiquei, de fato, muito chateado. Joguei quatro anos na Alemanha e nunca passei por isso. Agora, acontece em um país parecido com o nosso, cheio de mistura. Trocaria um título pela igualdade entre raças e classes e o respeito.”

A Confederação Sul-Americana de Futebol se pronunciou imediatamente após o fato, por meio da conta oficial da Copa Libertadores no Twitter: “Queremos tranquilizar os torcedores do Cruzeiro. A Confederação tomará todas as medidas cabíveis contra esse ato que repudiamos.”

Quero aqui, Sr. Presidente, ler um trecho que escreveu e me mandou o blogueiro Negro Belchior. Diz ele:

E que ironia, logo no Peru, terra mãe de Anibal Quijano, sociólogo e pensador humanista, conhecido por ter desenvolvido o conceito de “Colonialidade do poder”.

[...]

A postura infeliz e equivocada da torcida demonstra o quanto ainda a questão do colonialismo deixou marcas na consciência e na mentalidade [da nossa querida América].

Diz mais:

O racismo sempre foi e continua sendo elemento central na estrutura de dominação das elites racistas em nosso continente.

Povos irmãos, de matrizes raciais fundantes da humanidade e com história de violência e opressão também comuns, deveriam se reconhecer e irmanar não apenas em momentos festivos, mas, principalmente, na busca de um mundo mais justo. Essa ainda é uma grande tarefa [combater todo o tipo de preconceito]!

Por fim, termino dizendo, Sr. Presidente: que esses atos não aconteçam nem lá, nem aqui, nem em nenhum país em que prevaleçam os direitos humanos!

Nossa total solidariedade ao volante Tinga, gaúcho, com muito orgulho para todos nós e para o povo brasileiro!

Termino só dizendo algo aos familiares de Tinga e ao Tinga, que derramou lágrimas na TV, e eu vi.

Tinga, entoamos para ti o grito de uma escola de samba de Porto Alegre, que dizia: “Tinga, Tinga, teu povo te ama!”

Era isso, Sr. Presidente.

Obrigado pela tolerância!

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Senador Paulo Paim, a Mesa, com espírito democrático, solidariza-se com V. Ex^a diante desse comunicado.

Tem a palavra o eminente Senador Eduardo Suplicy pelo prazo regimental.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Cumprimento o prezado Presidente, Senador Ruben Figueiró, e os queridos Senadores Paulo Paim, Pedro Simon, Roberto Requião.

Senador Paim, V. Ex^a falou algo que eu estava aqui pronto para falar. Eu vou dizer o mesmo que V. Ex^a disse, ainda que as coisas possam, de alguma forma, ser repetitivas. É tão importante que nos solidarizemos com o Tinga, que acredito que não há qualquer problema em repetir algumas de suas palavras, pois eu, aqui, estava preparado para isso.

Nesta quarta-feira, o Cruzeiro estreou na Taça Libertadores, jogando contra o time peruano Real Garcilaso. A partida foi em Huancayo, cidade situada a 3,2 mil metros acima do nível do mar. Apesar de o Cruzeiro ter feito o primeiro gol, vencido pela altitude, o time mineiro permitiu que o Real Garcilaso marcasse dois gols e virasse o jogo. Perder ou vencer são coisas do futebol. O problema foi o que aconteceu fora do campo. Alguns torcedores peruanos foram protagonistas de lamentáveis cenas de racismo. Sempre que o volante Paulo César Fonseca, conhecido como Tinga, gaúcho, tocava na bola, a torcida fazia gestos e sons imitando macaco.

É inadmissível que, em pleno século XXI, cenas de racismo aconteçam no futebol! O árbitro venezuelano José Argote não tomou qualquer providência para coibir essas deploráveis manifestações.

Tinga se referiu ao ocorrido: “Fico muito chateado. Joguei quatro anos na Alemanha e nunca passei por isso. Agora acontece num país parecido com o nosso, cheio de mistura. Trocaria um título pela igualdade entre raças e classes e respeito.”

Demonstrações dessa natureza empobrecem o espetáculo esportivo, a paixão de multidões, o futebol. É de fundamental importância que a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) exija que a Conmebol – Confederação Sul-Americana de Futebol – tome urgentes providências, aliás já mencionadas pelo Senador Paulo Paim, para punir o time do Real Garcilaso e sua torcida e também adote ações efetivas para coibir que atos dessa natureza venham a manchar o espetáculo proporcionado pelo futebol.

Racismo é crime em qualquer lugar do mundo e deve ser repudiado com veemência. Vamos acompanhar as providências que serão tomadas pela Confederação Brasileira de Futebol e pela Conmebol para coibir atos dessa natureza.

Não podemos permitir que demonstrações de preconceito façam parte de jogos em que equipes brasileiras participem. É importante que a sociedade brasileira, os órgãos governamentais e as entidades esportivas tirem ensinamentos desse episódio de racismo, pois estamos às portas de uma Copa do Mundo em nosso País e não podemos passar qualquer exemplo, mesmo que seja realizado por uma minoria, que se afaste de nossa conduta de respeito com todas as pessoas.

Bem fez a Presidenta Dilma Rousseff ao classificar, nesta quinta-feira, em mensagens publicadas em seu perfil no microblog Twitter, de “lamentável” o fato de torcedores do Real Garcilaso, do Peru, terem reproduzido sons de macacos no momento em que o jogador brasileiro Tinga, do Cruzeiro, tocava na bola, durante partida entre as duas equipes pela Taça Libertadores da América. Campeão da última edição do Campeonato Brasileiro, o Cruzeiro, time de Minas Gerais, estreou, nessa quarta-feira, na competição continental na cidade peruana de Huancayo.

“Foi lamentável o episódio de racismo contra o jogador Tinga, do Cruzeiro, no jogo de ontem, no Peru”, disse a Presidente. “Ao sair do jogo, Tinga disse que trocaria seus títulos por um mundo com igualdade entre as raças”, bem fez a Presidenta Dilma de assim publicar na rede social.

Ela ainda acrescentou que o Brasil, atualmente, está fechado com o jogador do Cruzeiro. “Acertei com a ONU e com a FIFA que a nossa Copa das Copas também será a Copa contra o racismo”, publicou Dilma. E disse que jamais o esporte deve ser palco para o preconceito.

Eu gostaria também, como fizeram a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Inácio Arruda, de aqui saudar o VI Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com 15 mil militantes do Movimento provenientes de 24 Estados brasileiros, que se encontram hoje em Brasília. Eles estão aqui desde segunda-feira e, ontem, realizaram uma manifestação diante do Supremo Tribunal Federal e do Palácio do Planalto. Hoje, pela manhã, cerca de 30 dirigentes do MST foram recebidos pela Presidenta Dilma Rousseff.

Ontem, de manhã, estive no ginásio em que estão os trabalhadores rurais sem terra e assisti à palestra que ali fez um dos dirigentes, Gilmar Mauro. Hoje, de manhã, a convite de Gilmar Mauro e de outros companheiros do MST, pude ali fazer uma saudação de aproximadamente cinco minutos, para transmitir a eles o quão importante é que eles possam reivindicar a realização mais rápida da reforma agrária, dos assentamentos, com a devida assistência técnica creditícia, e oportunidades de educação para todos aqueles que lutam para que, efetivamente, com dignidade, os trabalhadores rurais possam trabalhar a terra.

Na carta à Presidenta, já mencionada pelo Senador Inácio Arruda, eles colocam que estão discutindo os problemas sociais do campo, a realidade agrária, a necessidade urgente de fazer mudanças nas políticas agrárias do Governo da Presidenta Dilma.

Diante da grave situação que atinge milhares de camponeses sem terra em todo o País, resolveram eles escrever para a Presidenta Dilma e dizer que, primeiro, há em todo o Brasil mais de 100 mil famílias acampadas debaixo de lona preta, organizadas por vários movimentos populares e sindicatos. Muitas famílias estão acampadas há mais de oito anos. O Governo foi incapaz de resolver esse grave problema social e político. A média de famílias assentadas por desapropriações foi de apenas 13 mil por ano, a menor média após os governos da ditadura militar. É necessário assentar, imediatamente, todas as famílias acampadas.

Esclareço que, no documento encaminhado pelo Ministro Pepe Vargas, do Desenvolvimento Agrário, os números são um pouco diferentes. Eles observam que o Ministro, em comunicação, do Incra informa que:

Os programas conduzidos pelo Incra para tornar a reforma agrária mais eficiente se converteram em resultados expressivos no ano de 2013, indicando mais vigor para essa política, com 132 novos assentamentos, 30.239 famílias assentadas – ante uma meta de 30 mil –, cem decretos desapropriatórios, além da edição da Medida Provisória nº 636 e de outros dois decretos que possibilitam uma reabilitação financeira de famílias assentadas. O ano 2014 começa sob nova perspectiva: a de elevar a condição do beneficiário da reforma agrária a partir das políticas de governo combinadas com as ações específicas da autarquia. ‘O balanço de 2013 das ações do Incra tem um diferencial em relação aos anos anteriores, pois estamos indo além do cumprimento de metas, abrindo perspectivas inovadoras para a reforma agrária no Brasil, o que ocorre em um momento importante, já que estamos no Ano Internacional da Agricultura Familiar’, afirma o Presidente do Incra, Carlos Guedes de Guedes.

Mas, aqui e agora, continuam com os pontos ressaltados pelo MST.

2 – O Governo havia se comprometido de priorizar o assentamento de famílias sem terra nos projetos de irrigação do Nordeste brasileiro.

Sabemos que, além dos vários projetos que estão sendo implantados, há mais de 80 mil lotes vagos, com água e infraestrutura necessária para assentamentos. Basta cumprir a promessa feita e ter agilidade administrativa para assentar milhares de famílias e camponeses nesses lotes, mas, até agora, nada foi feito.

3 – O Governo, na medida provisória que encaminhou o problema das dívidas de créditos passados, incluiu a privatização dos lotes de Reforma Agrária. Essa decisão [segundo o MST] irá permitir incentivar a venda de lotes nos assentamentos. É tudo o que os inimigos da Reforma Agrária querem para desmoralizá-la, através da compra e venda de lotes dos assentamentos. Defendemos o que está na Constituição: a terra distribuída através da Reforma Agrária não pode ser vendida! E os assentados devem receber um título individual de Concessão Real de Uso, com direito a herança. Sugerimos que o Governo e os Parlamentares alterem a Medida Provisória.

4 – O Governo implementou, nos últimos anos, dois programas importantes para ajudar e incentivar agricultura familiar e camponesa, o PAA – Programa Aquisição de Alimentos, e o Penae – Programa Nacional de Alimentação Escolar. Porém, esses programas só atingiram [segundo o MST] 5% das famílias camponesas. É necessário que o Governo aumente os recursos para esses programas, desburocratize e amplie para o maior número possível de Municípios do Brasil.

5 – Existe a necessidade de construir, aproximadamente, mais de 120 mil casas nos assentamentos da Reforma Agrária. As famílias conquistaram a terra, mas não têm moradias dignas. Reivindicamos [diz o MST] que a Caixa Econômica Federal amplie os recursos, desburocratize os processos para que todas as famílias assentadas tenham acesso ao programa Minha Casa, Minha Vida, sob controle das famílias e suas associações.

6 – No Brasil, persistem diferentes formas de trabalho escravo em todo o território nacional. A Polícia Federal libertou mais de 50 mil pessoas em 566 fazendas nos últimos anos. Exigimos que o Governo puna essa prática criminosa e aplique o que determina a Constituição Federal: a expropriação dessas fazendas para fins de Reforma Agrária.

7- Apoiamos e exigimos a legalização imediata de todas as terras indígenas e as áreas de quilombolas [menciona o MST].

8 – Queremos denunciar que o atual coordenador da CTNbio, que julga a liberação de sementes transgênicas, até ontem fazia consultoria para empresas transnacionais que obtêm vultuosos lucros com as vendas dessas sementes. Isso é, no mínimo, falta de ética. Exigimos que essa pessoa seja substituída. E solicitamos que os movimentos populares do campo e as universidades também tenham o direito de indicar cientistas para compor a comissão de análise das sementes transgênicas. Exigimos que o governo use sua base parlamentar para impedir o avanço dos projetos de lei que querem legalizar o uso da tecnologia que esteriliza as sementes. Nenhum país do mundo aprovou a ‘tecnologia terminator’. O Brasil não pode ser essa exceção.

9 – Há tempos [dizem os membros do MST na sua carta à Presidenta] apresentamos ao seu Governo algumas propostas que são muito importantes para resolver os problemas da população camponesa, como políticas estruturantes:

a) propomos um grande programa de reflorestamento nas áreas dos pequenos agricultores e assentados. O Governo deveria incentivar e ajudar cada família a reflorestar 2 hectares de terra com árvores nativas e frutíferas.

b) Há ainda 14 milhões de trabalhadores analfabetos. Isso é inaceitável.

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO SUPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) –

c) Precisamos garantir escolas de ensino fundamental e médio em todo interior do País. Não podemos aceitar que continuem fechando escolas no campo, como aconteceu com mais de 20 mil escolas nos últimos anos. Forçar as crianças e jovens a estudarem nas cidades é um incentivo para promover o êxodo rural.

d) Reivindicamos que se ampliem os recursos do Proner, para multiplicar as possibilidades de acesso dos jovens do campo às universidades. Todos os anos faltam recursos orçamentários, impedindo a realização de muitos cursos.

9 – O Governo avançou quando aprovou um plano nacional de agroecologia, discutido com as entidades e movimentos populares. Porém, esse plano continua na gaveta, sem recursos e sem programas efetivos. O Ministério da Agricultura afronta a Anvisa, ao liberar o uso de venenos agrícolas ainda mais perigosos para o meio ambiente e, sobretudo, para a saúde das pessoas.

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Quero requerer, Sr. Presidente, seja registrado na íntegra o documento que estava para concluir, assim como documento divulgado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, pelo Sr. Rafael Ferreira Simões Pires, Assessor do Ministro Pepe Vargas, em que procuram fazer um balanço de toda a atuação do Incra e do Ministério do Desenvolvimento Agrário nos itens de acesso à terra, regularização quilombola, assistência técnica, novo crédito e remissão das dívidas, infraestrutura, Proner, governança fundiária.

Tenho a certeza de que, tendo a Presidenta Dilma Rousseff recebido a Direção, a Coordenação do MST, certamente houve e haverá um avanço na forma como o Governo da Presidenta Dilma irá corresponder às reivindicações que aqui estão colocadas.

Gostaria, apenas, Sr. Presidente, de mencionar que eu tive o depoimento, hoje de manhã, de Gilmar Mauro, que estava ali, diante do Supremo Tribunal Federal, quando ocorreu aquele conflito entre trabalhadores. Informou que os membros do MST estavam se propondo a fazer uma homenagem de lembrança aos 1.800 trabalhadores rurais mortos nas lutas pela terra, pela reforma agrária, nos últimos anos, desde que se iniciou, nesses 30 anos, o MST. Haviam avisado e, inclusive, obtido autorização do Comandante da Polícia Militar daqui, do Distrito Federal, para colocar as cruzes diante do Supremo Tribunal Federal, uma cruz para cada um dos 1.800 mortos. Estavam ali um ônibus, junto às cruzes, e os trabalhadores, para pegarem as cruzes no chão e levarem ao local adequado, planejado, mas eis que o major que estava ali, responsável pela segurança, simplesmente disse que não admitiria que eles colocassem as cruzes nos lugares. O ônibus, então, avançou um pouco, e os trabalhadores vieram pegar as cruzes. Foi exatamente por essa razão que se iniciou o conflito que levou ao ferimento de 20 PMs, ou de até um pouco mais, e de 3 trabalhadores rurais sem-terra. Felizmente, esses, depois de terem ficado hospitalizados até o final da tarde, tiveram alta. Um advogado do MST, que havia sido preso, foi liberado. Entretanto, infelizmente, ocorreu isso.

O próprio Gilmar Mauro e todos os coordenadores do MST muito lamentaram o episódio, porque a intenção deles era realizar uma manifestação pacífica, como, por exemplo, aquela que aconteceu há alguns anos, quando rememoram o incidente de Eldorado de Carajás e os trabalhadores que ali haviam sido mortos. Eu, inclusive, participei daquela caminhada tão bela que aconteceu, com pessoas vindas de todas as regiões do País. Eu me lembro de ter vindo saudar os membros do MST, com as famílias, às vezes, com a neta, a mãe e a avó. Todos saudaram, porque avaliavam como positivo. Eu, inclusive, transmiti aos membros do MST o quão importante é que eles caracterizem as suas ações seguindo sempre as recomendações de Mahatma Gandhi e de Martin Luther King Jr. de sempre procurarem evitar confrontar a força física com a força da alma, sempre fazendo com que, pela justiça de suas reivindicações, eles possam efetivamente se manifestar, indo às ruas, realizando passeatas como as de ontem, mas de maneira pacífica, porque assim irão conseguir o respeito e o apoio da grande maioria da população brasileira.

Muito obrigado, Senador Roberto Requião, pela tolerância.

Informo ainda que, na madrugada próxima, às cinco da manhã, estarei seguindo, em missão parlamentar, juntamente com o Senador Cícero Lucena, o Senador Valdir Raupp e mais dois Deputados Federais, Ivan

Valente e outro Deputado do Rio de Janeiro, ao Irã, verificar toda a interação de progresso tecnológico entre o Brasil e aquele país e também dialogar sobre os programas sociais e de melhoria da distribuição de renda. Levarei informações sobre os programas brasileiros e as nossas metas. Também procurarei saber de programas, já que lá parece estar havendo uma experiência pioneira da distribuição de uma renda da ordem de US\$40 para todos os habitantes do Irã. E, na semana que vem, reportarei o que lá tiver conhecido.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Roberto Requião.

DOCUMENTOS ENCAMINHADOS PELO SR. SENADOR EDUARDO SUPPLY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matérias referidas:

- Carta de reivindicações do MST à Presidenta Dilma Rousseff, de 12 de fevereiro de 2014;
- “Dilma classifica de “lamentável” racismo contra Tinga na Libertadores”. Matéria de Filipe Matoso e Juliana Braga, do G1, em Brasília;
- Jogo do Cruzeiro no Peru: cenas de racismo;
- “Incrá cumpre metas e inicia 2014 com nova perspectiva de atuação”.

12 de fevereiro de 2014

CARTA À PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF,

Estamos aqui em Brasília (DF), com 15 mil militantes do nosso Movimento, o MST, vindos de 24 estados brasileiros, reunidos no VI Congresso Nacional.

Estamos discutindo os problemas sociais do campo, a realidade agrária e a necessidade urgente de fazer mudanças nas políticas agrárias do seu Governo.

Diante da grave situação que atinge a milhares de camponeses sem-terra em todo país, resolvemos lhe escrever para denunciar e apresentar soluções emergenciais para os problemas que enfrentamos.

1. Há em todo Brasil mais de cem mil famílias acampadas debaixo da lona preta, organizadas por vários movimentos populares e sindicatos. Muitas famílias estão acampadas há mais de oito anos. O Governo foi incapaz de resolver esse grave problema social e político. A média de famílias assentadas por desapropriações foi de apenas 13 mil por ano, a menor média após os governos da ditadura militar. É necessário assentar, imediatamente, todas as famílias acampadas.

2. O Governo havia se comprometido de priorizar o assentamento de famílias Sem Terras nos projetos de irrigação do nordeste brasileiro. Sabemos que além dos vários projetos que estão sendo implantados, há mais de 80 mil lotes vagos, com água e a infraestrutura necessária para assentamentos. Basta cumprir a promessa feita e ter agilidade administrativa para assentar milhares de famílias de camponeses nesses lotes. Mas, até agora, nada foi feito.

3. O Governo, na Medida Provisória que encaminhou o problema das dívidas de créditos passados, incluiu a privatização dos lotes da Reforma Agrária. Essa decisão irá permitir e incentivar a venda dos lotes nos assentamentos. É tudo o que os inimigos da Reforma agrária querem para desmoralizá-la, através da compra e venda de lotes dos assentamentos. Defendemos o que está na Constituição: a terra distribuída através da Reforma Agrária não pode ser vendida! E os assentados devem receber

um título individual de Concessão Real de Uso, com direito a herança. Sugerimos que o governo e os parlamentares alterem a Medida Provisória.

4. O Governo implementou, nos últimos anos, dois programas importantes para ajudar e incentivar agricultura familiar e camponesa, o PAA (Programa Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Porém, esses programas só atingiram 5% das famílias camponesas. É necessário que o Governo aumente os recursos para esses programas, desburocratize e amplie para o maior número possível de municípios do Brasil.

5. Existe a necessidade de construir, aproximadamente, mais de 120 mil casas nos assentamentos da Reforma Agrária. As famílias conquistaram a terra, mas não têm moradias dignas. Reivindicamos que a Caixa Econômica Federal amplie os recursos, desburocratize os processos para que todas as famílias assentadas tenham acesso ao programa Minha Casa Minha Vida, sob controle das famílias e suas associações.

6. No Brasil persistem diferentes formas de trabalho escravo em todo o território nacional. A Polícia Federal libertou mais de 50 mil pessoas em 566 fazendas nos últimos anos. Exigimos que o Governo puna essa prática criminosa e aplique o que determina a Constituição Federal: a expropriação dessas fazendas para fins de Reforma Agrária.

7. Apoiamos e exigimos a legalização imediata de todas as terras indígenas e as áreas de quilombolas.

8. Queremos denunciar que o atual coordenador da CTNBio, que julga a liberação de sementes transgênicas, até ontem fazia consultoria para empresas transnacionais que obtêm vultuosos lucros com a vendas dessas sementes. Isso é, no mínimo, falta de ética. Exigimos que essa pessoa seja substituída. E, solicitamos que os movimentos populares do campo e as universidades também tenham o direito de indicar cientistas para compor a comissão de análise das sementes transgênicas. Exigimos que o governo use sua base parlamentar para impedir o avanço dos projetos de lei que querem legalizar o uso da tecnologia que esteriliza as sementes. Nenhum país do mundo aprovou a "tecnologia terminator". O Brasil não pode ser essa exceção.

8. Há tempos apresentamos ao seu Governo algumas propostas que são muito importantes para resolver os problemas da população camponesa, como políticas estruturantes:

a) Propomos um grande programa de reflorestamento nas áreas dos pequenos agricultores e assentados. O Governo deveria incentivar e ajudar cada família camponesa a reflorestar 2 hectares de terra com árvores nativas e frutíferas.

b) Há ainda 14 milhões de trabalhadores analfabetos. Isso é inaceitável. Por isso, reivindicamos um programa nacional, num verdadeiro mutirão, de alfabetização de adultos em todo Brasil.

c) Precisamos garantir escolas de ensino fundamental e médio em todo interior do país. Não podemos aceitar que continuem fechando escolas no campo, como aconteceu com mais de 20 mil escolas nos últimos anos. Forçar as crianças e jovens a estudarem nas cidades, é um incentivo para promover o êxodo rural.

d) Reivindicamos que se ampliem os recursos do PRONERA, para multiplicar as possibilidades de acesso dos jovens do campo às universidades. Todos os anos faltam recursos orçamentários, impedindo a realização de muitos cursos.

9. O Governo avançou quando aprovou um plano nacional de agroecologia, discutido com as entidades e movimentos populares. Porém, esse plano continua na gaveta, sem recursos e sem programas efetivos. E, do outro lado, o Ministério da Agricultura afronta a ANVISA, ao liberar o uso de venenos agrícolas ainda mais perigosos para o meio ambiente e, sobretudo para a saúde das pessoas. Enquanto no mundo todo se aprovam leis para controlar e restringir o uso de venenos agrícolas, aqui vamos em direção contrária, facilitando a liberalização dos agrotóxicos. É um crime contra a população e uma vergonha para o país.

10. É preciso mudanças profundas na forma do Incra funcionar. É necessário e urgente contratar servidores, qualificá-los para a função específica da Reforma Agrária e locar recursos suficientes para uma Reforma Agrária massiva.

A sociedade brasileira padece de graves problemas estruturais, na educação, no sistema tributário, na saúde e no transporte público, que precisam de soluções e que foram denunciados nas mobilizações populares do ano passado. Esses problemas não se resolvem com medidas paliativas.

É preciso mexer nos interesses dos bancos que se apropriam da maior parte dos recursos de nossos impostos. Por isso, nos somamos a dezenas de movimentos populares e organizações políticas para lutar por uma reforma do sistema político brasileiro, que hoje é refém dos interesses das empresas financiadoras. Defendemos a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte Soberana e Exclusiva para fazer uma reforma política.

Esperamos que o Governo Federal perceba que o modelo de produção agrícola do agronegócio é um modelo perverso, concentrador da propriedade rural e da riqueza. Ele agride o meio ambiente, aumenta o uso de venenos e expulsa à mão de obra do campo. Serve apenas para uma pequena minoria de grandes proprietários rurais e, sobretudo, para gerar lucros para os bancos e as empresas transnacionais que exploram nossa agricultura.

A alternativa é o fortalecimento de uma agricultura voltada para o mercado interno, a aplicação das técnicas da agroecologia e a realização de uma profunda Reforma Agrária, que democratize a propriedade da terra.

Atenciosamente,

VI Congresso Nacional do MST

Dilma classifica de 'lamentável' racismo contra Tinga na Libertadores

Presidente usou conta no Twitter para criticar postura da torcida peruana.

Nesta quarta, torcedores imitaram macacos quando jogador tocou na bola.

Filipe Matoso e Juliana Braga Do G1, em Brasília



Dilma Rousseff @DilmaRousseff

Foi lamentável o episódio de racismo contra o jogador Tinga do Cruzeiro no jogo de ontem no Peru.

Mensagem publicada pela presidente Dilma no Twitter sobre os atos de racismo contra o meio-campo do Cruzeiro Tinga

A presidente Dilma Rousseff classificou nesta quinta-feira (13), em mensagens publicadas em seu perfil no microblog Twitter, de "lamentável" o fato de torcedores do Real Garcilaso, do Peru, terem reproduzido sons de macacos no momento em que o jogador brasileiro Tinga, do Cruzeiro, tocava na bola, durante partida entre as duas equipes pela Taça Libertadores da América. Campeão da última edição do Campeonato Brasileiro, o time de Minas Gerais estreou nesta quarta (12) na competição continental na cidade peruana de Huancayo.

"Foi lamentável o episódio de racismo contra o jogador Tinga, do Cruzeiro, no jogo de ontem [quarta], no Peru. (...) Ao sair do jogo, Tinga disse q trocaria seus títulos por um mundo c/ igualdade entre as raças", publicou a presidente na rede social.

Segundo a presidente da República, o Brasil, atualmente, está "fechado" com o jogador do Cruzeiro. "Acertei com a ONU e a FIFA, que a nossa #CopaDasCopas também será a #CopaContraORacismo", publicou Dilma.

A presidente também usou sua conta no microblog para afirmar que o esporte não deve ser, "jamais", palco para o preconceito.

Situações como a que ocorreu com Tinga já ocorreram também com outros jogadores negros que atuam na Europa. Em 2011, o ex-lateral-esquerdo da Seleção Roberto Carlos foi vítima de atos de racismo na Rússia, na época em que atuava pelo Anzhi. Na ocasião, torcedores do Krylya Sovetov atiraram bananas dentro do campo para hostilizar o jogador brasileiro.

Racismo na Libertadores

Aos 21 minutos do segundo tempo, o veterano volante Tinga, de 36 anos, entrou em campo em substituição a Ricardo Goulart. A partir deste momento, em todas as vezes que Tinga tocava na bola, a torcida adversária imitava um macaco.

Ao final da partida, o jogador do Cruzeiro, que é negro, lamentou o episódio. "Eu queria não ganhar todos os títulos da minha carreira e ganhar o título contra o preconceito contra esses atos racistas. Trocaria por um mundo com igualdade entre todas as raças e classes", disse.

<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/02/dilma-classifica-de-lamentavel-atos-de-racismo-contra-o-jogador-tinga.html>

Jogo do Cruzeiro no Peru: cenas de racismo

Senador Eduardo Matarazzo Suplicy

Nesta quarta-feira, o Cruzeiro estreou na Taça Libertadores, jogando contra o time peruano Real Garcilaso. A partida foi em Huancayo, cidade situada a 3.200 metros acima do nível do mar. Apesar de o Cruzeiro ter feito o primeiro gol, vencido pela altitude, o time mineiro permitiu que o Real Garcilaso marcassem dois gols e virasse o jogo.

Perder ou vencer são coisas do futebol! O problema foi o que aconteceu fora do campo. Alguns torcedores peruanos foram protagonistas de lamentáveis cenas de racismo.

Sempre que o volante Paulo Cesar Fonseca, conhecido como “Tinga”, tocava na bola, a torcida fazia gestos e sons imitando “macaco”.

É inadmissível que em pleno século XXI, cenas de racismo aconteçam no futebol. O arbitro venezuelano José Argote não tomou qualquer providência para coibir essas deploráveis manifestações.

“Tinga” se referiu ao ocorrido da seguinte forma: “fico muito chateado. Joguei quatro anos na Alemanha e nunca passei por isso. Agora acontece num país parecido com o nosso. Cheio de mistura. Trocaria um título pela igualdade entre raças e classes e respeito.”

Demonstrações dessa natureza empobrecem o espetáculo esportivo, a paixão de multidões: o futebol. É de fundamental importância que a CBF – Confederação Brasileira de Futebol exija que a Conmenbol – Confederação Sul Americana de Futebol urgentes providências, não só para punir o time do Real Garcilaso e sua torcida como também adoção de ações efetivas para coibir que atos dessa natureza venham a manchar o espetáculo proporcionado pelo futebol.

Racismo é crime em qualquer lugar do mundo e deve ser repudiado com veemência. Vamos acompanhar as providências que serão tomadas pela CBF e pela Conmenbol para coibir atos dessa natureza.

Não vamos permitir que demonstrações de preconceito façam parte de jogos em que equipe brasileiras participem.

É importante que a sociedade brasileira, os órgãos governamentais e as entidades esportivas tirem ensinamentos desse episódio de racismo, porque estamos às portas de uma Copa do Mundo em nosso país e não podemos passar qualquer exemplo, mesmo que seja realizado por uma minoria, que se afaste da nossa conduta de respeito para com todas as pessoas.

se Vasconcelos Dobbin

De: Rafael Ferreira Simões Pires (rafael.pires@mda.gov.br)
Enviado em: quarta-feira, 12 de fevereiro de 2014 18:59
Para: Sen. Eduardo Suplicy
Assunto: Informações atualizadas sobre Reforma Agrária

Prezado Senador,

Conforme solicitado seguem informações sobre a atuação do INCRA e sobre a Reforma Agrária no último ano. Mais detalhes e números podem ser encontrados no seguinte link <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da-reforma-agraria>

Atenciosamente,

Rafael Ferreira Simões Pires
rafael.pires@mda.gov.br
612020-0034

Assessor Especial para Assuntos Federativos
Assessoria Parlamentar
Gabinete do Ministro

Esplanada dos Ministérios, Bloco A - Sala GAB - Ala Norte - 8º Andar - CEP 70054

Incra cumpre metas e inicia 2014 com nova perspectiva de atuação

Os programas conduzidos pelo Incra para tornar a reforma agrária mais eficiente se converteram em resultados expressivos no ano de 2013, indicando mais vigor para esta política. Com 132 novos assentamentos, 30.239 famílias assentadas – ante uma meta de 30 mil –, com decretos desapropriatórios, além da edição da Medida Provisória nº 636 e de outros dois decretos que possibilitam a reabilitação financeira de famílias assentadas, 2014 começa sob nova perspectiva: a de elevar a condição do beneficiário da reforma agrária a partir das políticas de governo combinadas com as ações específicas da autarquia.

"O balanço de 2013 das ações do Incra tem um diferencial em relação aos anos anteriores, pois estamos indo além do cumprimento de metas, abrindo perspectivas inovadoras para a reforma agrária no Brasil, o que ocorre em um momento importante, já que estamos no Ano Internacional da Agricultura Familiar", afirma o presidente do Incra, Carlos Guedes de Guedes.

As políticas integradas ampliam os investimentos já garantidos pelo Instituto e contribuem para agilizar a implantação e a qualificação dos assentamentos, reitera Guedes. Com isso, nasce um novo modelo de reforma agrária, onde a meta é combinar quantidade e qualidade, a fim de converter os assentamentos em comunidades rurais autônomas integradas, com garantia de condições de vida digna aos moradores por meio de acesso à cidadania, à infraestrutura, fomento à produção e preservação ambiental.

Nos últimos três anos, o Incra passou a beneficiar o público da reforma agrária por meio de ações integradas de políticas públicas vinculadas ao Plano Brasil Sem Miséria, PAC Infraestrutura, Programa Água para Todos, Minha Casa, Minha Vida (MCMV), entre outros. Ao se converterem em assentamentos, todas as cem áreas desapropriadas em 2013, por exemplo, que somam 194.879 hectares em 16 estados brasileiros e capacidade estimada de receber 4,6 mil famílias, já chegarão com a perspectiva da integração de políticas.

Acesso à terra

Com os resultados alcançados no ano passado, a autarquia contabiliza 75,3 mil famílias assentadas desde 2011, além de 358 assentamentos implantados no período, equivalentes a mais de um 2,5 milhões de hectares ([clique aqui para acessar as tabelas](#)). São milhares de pessoas envolvidas com a produção familiar, plantando alimentos que chegam diariamente à mesa dos brasileiros.

Os 132 assentamentos criados em 2013 têm, juntos, 315.574 hectares. Somadas, as áreas dos novos assentamentos e aquelas contidas nos cem decretos representam mais de meio milhão de hectares incorporados à reforma agrária em apenas um ano.

Do total de áreas destinadas em 2013 a partir da política conduzida pelo Incra, 71% são provenientes de desapropriações ocasionadas por descumprimento da função social da terra, como estabelece a Constituição Federal. Conforme levantamento da Diretoria de Obtenção de Terras do Incra que resultou nos decretos, em média, apenas 22,2% das áreas utilizáveis dos imóveis estavam sendo aproveitadas. Em 50 deles, não havia qualquer atividade produtiva desenvolvida pelos proprietários.

O Incra investirá, neste ano, R\$ 257,1 milhões na indenização dos imóveis desapropriados. A terra nua é paga por meio de Títulos da Dívida Agrária (TDAs) e as benfeitorias, em dinheiro. O pagamento ocorre no momento em que o Instituto ingressa na Justiça com o pedido da posse do imóvel para a criação da área de reforma agrária.

Regularização quilombola

Já a política de regularização de territórios quilombolas conduzida pela autarquia chegou ao final de 2013 com o saldo de dez decretos publicados, declarando 13.985,83 hectares em sete estados como áreas de interesse social para fins de desapropriação. A medida beneficia 749 famílias de comunidades quilombolas. Outra importante conquista foi a concessão de 13 títulos parciais às comunidades de Mocambo, Lagoa dos Campinhos e Pirangi, em Sergipe, perfazendo 745,23 hectares onde vivem 245 famílias.

O ano de 2013 ficou marcado, ainda, pela criação, na sede do Incra, de uma mesa permanente de acompanhamento da política quilombola. A iniciativa, já replicada para 15 estados, configura-se em um espaço de diálogo permanente entre os entes responsáveis pelo processo e a sociedade civil, permitindo acompanhar as ações, identificar problemas e encaminhar soluções.

Assistência técnica

Ao final de 2013, o Incra alcançou a maior cobertura de assistência técnica da história da autarquia, com 306.491 famílias atendidas em todo o País e investimentos da ordem de R\$ 281,8 milhões – um crescimento de 24,11% em relação ao que foi investido em 2012. A projeção para 2014 é chegar a 420 mil famílias assistidas, o que corresponde a 32,7% do número de famílias assentadas pelo Incra.

A cobertura de assistência técnica foi ampliada, sobretudo, no Semiárido e na Amazônia. Nos estados de Sergipe e na Paraíba, a assistência técnica já está universalizada, ou seja, todos os assentados contam com o benefício. De acordo com o diretor de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento do Incra, César Aldrichi, os 132 assentamentos criados em 2013 já contam com essa política de inclusão produtiva. "Nossa estratégia é levar a assistência técnica assim que o assentado chega à terra. Desta forma, além da segurança alimentar, criamos condições para viabilizar a produção de excedente".

De acordo com Aldrichi, além dos mercados locais, a produção excedente poderá ser vendida para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Novo crédito e remissão de dívidas

Para garantir a segurança alimentar, gerar excedentes e aumentar o valor da produção, o Governo Federal, por meio da Medida Provisória (MP) nº 636, de 26 de dezembro de 2013, instituiu o novo Crédito Instalação, a ser regulamentado com condições mais favoráveis que as atuais formas de operação para o público da reforma agrária.

O crédito é feito diretamente na conta do beneficiário, agilizando a aplicação dos recursos. Historicamente, o Incra realizava entre 30 mil e 40 mil operações do Crédito Instalação anualmente. Com a nova regulamentação, a expectativa da autarquia é triplicar esse número, chegando a 100 mil operações já em 2014.

No dia 30 de dezembro, o Diário Oficial da União também trouxe decreto da presidente Dilma Rousseff que possibilita a renegociação das dívidas de agricultores familiares e assentados beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). A medida, que abrange os grupos A e A/C, oferece 80% de rebate sobre o valor da dívida e mais 50% de desconto para quem pagar a parcela em dia.

Com essas ações, o Incra reabilitará cerca de 17 milhões de hectares onde nada era produzido em razão do endividamento das famílias. Ao renegociar seus débitos, elas se habilitam a tomar novos créditos, seja fomento ou recursos do próprio Pronaf e, desta forma, voltam a produzir alimentos que são colocados nos mercados locais ou ofertados nos programas de compras governamentais.

"Vamos intensificar a produção de alimentos como feijão e mandioca, culturas típicas da agricultura familiar e muito presentes na alimentação dos brasileiros, para que não tenhamos oscilações de preço ou necessidade de importação desses produtos", acrescenta Guedes.

Infraestrutura

Em 2013, o Incra contratou diretamente ou convenciou obras de implantação e recuperação de estradas que dão acesso e servem de vias de escoamento de produção em assentamentos atendidos pela autarquia, em benefício de 51.059 famílias. A conclusão de estradas também melhorou a vida de 18.362 famílias e outras 12,5 mil estão em vias de serem atendidas por obras em estradas de acesso contratadas em 2013 e que estão em execução.

Ainda com objetivo de fortalecer a produção agrícola familiar, o Governo Federal, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) adquiriu 18.073 máquinas – entre retroescavadeiras, motoniveladoras e caminhões-caçambas. Do total de 5.061 municípios contemplados com equipamentos do PAC 2, 1.637 têm assentamentos nos quais vivem 711.820 famílias.

Em fevereiro de 2013, as famílias assentadas foram incluídas no Programa Minha Casa, Minha Vida para acesso à habitação. Desde então, 18.349 famílias tiveram a declaração de beneficiárias da reforma agrária (RBs). Concedido pelo Incra, o documento é o passaporte para acessar o programa, sendo exigido pelos agentes financeiros e entidades organizadoras para comprovar a condição de assentados.

O MCMV investe até R\$ 28,5 mil por família assentada para a construção de casas e R\$ 17,2 mil para reforma. As famílias beneficiadas pagarão apenas 4% do valor financiado, em quatro parcelas anuais de R\$ 285. As entidades financiadoras são o Banco do Brasil e a Caixa, que recebem os projetos habitacionais elaborados pela entidade organizadora para análise, aprovação e posterior liberação de recursos.

Também foi firmado um acordo de cooperação entre Incra e Ministério da Integração Nacional, envolvendo R\$ 84 milhões (50% de cada um dos envolvidos), para o abastecimento de água a 32 mil famílias de 575 assentamentos situados na região do Semiárido Nordeste e do Norte de Minas Gerais, pelo Programa Água para Todos.

No total, 31.696 famílias assentadas estão sendo beneficiadas nos estados do Ceará, Pernambuco, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Piauí e Minas Gerais. Para execução do programa, o Incra empenhou R\$ 41.647. 980,25 em recursos ao final de 2012.

Pronera

As ações para promover a educação formal no campo também tiveram alcance significativo em 2013. O marco foi a parceria firmada entre o Incra, o MDA e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que resultou na contratação de 36 projetos de Residência Agrária, voltados à formação de 1,6 mil alunos, em 27 universidades distribuídas por todo o País. O investimento chega a R\$ 40,5 milhões para que as instituições de ensino desenvolvam projetos de pesquisa e extensão rural voltados para a inovação tecnológica e o desenvolvimento de assentamentos.

Por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) foram atendidos durante o ano 14,2 mil alunos na Educação de Jovens e Adultos (EJA), além de outros 2,8 mil em níveis médio e superior.

Governança fundiária

A entrada em vigor do Sistema de Gestão Fundiária (Sigef), do Sistema Nacional de Aquisição e Arrendamento de Terras por Estrangeiros (Sisnate), além de parcerias com entidades e governos estaduais possibilitaram o aperfeiçoamento e intensificaram a atuação do Incra no âmbito da governança fundiária em 2013.

Uma das ações de maior relevância foi o aprimoramento da certificação de imóveis a partir do lançamento do Sigef, em novembro. O sistema permite analisar eletronicamente os dados georreferenciados das propriedades rurais e possibilita a emissão da certificação online. Isso significa que o imóvel não se sobrepõe a outras áreas e que a realização do georreferenciamento obedeceu às especificações técnicas legais. As mudanças resultaram em 3,4 milhões de hectares certificados por meio do Sigef em apenas 37 dias (de 25 de novembro a 31 de dezembro de 2013), equivalentes a 3.188 imóveis.

Necessária para o registro dos imóveis nos casos de compra, venda, desmembramento ou partilha, a certificação já foi feita em 75,4 mil imóveis rurais em todo o País, totalizando uma área de 151,1 milhões de hectares. Em função da maior eficiência no serviço prestado, o resultado alcançado apenas no último ano, de 25.424 imóveis certificados (29,3 milhões de hectares), foi 163% superior ao registrado em 2012, quando foram certificadas 9.636 propriedades (23,6 milhões de hectares).

Já o Sisnate, desenvolvido por meio de parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), e implantado em março de 2013, ajudou a qualificar os dados sobre compra de terras por estrangeiros no País, otimizando o controle dos processos em tramitação na autarquia. As ferramentas do sistema permitem gerar relatórios estatísticos e emitir gráficos com o quantitativo de estrangeiros por município, além do percentual de área ocupado por eles, acabando com as análises dos processos físicos, em papel.

Inconsistências nos cadastros como a ausência de códigos da nacionalidade do proprietário ou arrendatário e do país-sede da pessoa jurídica, por exemplo, passaram a ser identificadas e sanadas mais facilmente. Desta forma, é possível compreender melhor o cenário que envolve a compra de terras por estrangeiros no Brasil.

Ainda no âmbito da governança fundiária, o Incra firmou acordos de cooperação com vários órgãos públicos para acesso às bases de dados de imóveis rurais. Dentre os parceiros estão Banco do Brasil, Receita Federal, Tribunal de Contas da União, Banco Central, Polícia Federal, ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Trabalho e Emprego, Ministério Público Federal, além de 2.630 municípios que operam o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR).

Outra importante medida do Incra ao longo de 2013 foi dar continuidade aos convênios com os institutos de terras estaduais. Estão em vigor parcerias com os estados do Piauí, Pernambuco, Sergipe, Rio Grande do Norte, Paraná, Bahia e Ceará, para os quais o Incra já repassou, até o final de 2013, em torno de R\$ 60 milhões para promover a regularização fundiária de mais de 232 mil imóveis, em 135 municípios.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Ruben Figueiró deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Suplicy, seu requerimento será acatado na forma do Regimento.

Com a palavra o Senador Ruben Figueiró.

V. Ex^a dispõe de 55 minutos para completar o seu discurso.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, fico muito grato pela generosidade de V. Ex^a em me conceder o tempo que desejar. Limitar-me-ei ao texto que tenho preparado para manifestar o meu ponto de vista com relação à política energética aplicada no Brasil – e isso vem de muitos anos, não é deste Governo – me parece carecer de uma radical reformulação.

O apagão ocorrido na semana passada reacendeu o sinal de alerta no setor de energia. Milhões de pessoas ficaram sem luz em 11 Estados brasileiros e até hoje ainda não se sabe exatamente o porquê.

A explicação de que um raio teria provocado o incidente não foi aceita nem pela Presidente da República, Dilma Rousseff, que disse: “O dia que falarem que caiu um raio, vocês gargalhem. Raio cai todo dia neste País, toda hora. Raio não pode desligar sistema”.

Como se vê, Sr. Presidente, Senador Roberto Requião, a principal hipótese apresentada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico para explicar o blecaute foi desacreditada.

O fato é que todas as térmicas estão ligadas, os reservatórios das principais hidrelétricas baixaram ainda mais e o preço da energia aumentou. De acordo com o modelo computacional que acompanha a operação do sistema, as Regiões Sul e Sudeste deveriam cortar em 5% o consumo de energia.

Reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* destaca que, segundo a Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia (Abiape), o planejamento da expansão do sistema está muito aquém da demanda. No ano passado, quase a metade (40%) do volume de energia planejado não entrou em operação na data prevista.

Para se ter uma ideia, entre os projetos de transmissão, 71% das linhas licitadas têm atraso médio de treze meses e meio. Na geração hidrelétrica, apenas metade do que estava previsto para 2013 ficou pronto. Na termoeletrônica, houve um incremento maior na geração, porque as usinas previstas para 2012 só entraram em operação no ano passado.

A Empresa de Planejamento Energético (EPE) alerta que para um crescimento da demanda de 5% ao ano, o País precisaria acrescentar 6 mil novos megawatts (MW) ao sistema. Em 2012, a capacidade do Brasil aumentou menos de 4 mil MW e, no ano passado, 5,5 mil MW, segundo relatório da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O nível baixo dos reservatórios das hidrelétricas e o aumento do consumo provocado pela onda de calor têm provocado a transferência de grande quantidade de energia da Região Norte para o Sul e Sudeste, onde o nível dos reservatórios está mais crítico. De acordo com especialistas, quanto maior o bloco de energia transportado pelas linhas de transmissão, mais o sistema elétrico fica vulnerável a falhas.

Quero afirmar a V. Ex^{as}, Srs. Senadores, que a minha opinião, evidentemente, não tem respaldo técnico, mas ela surge de um sentimento de cidadão comum, das ruas, dos campos e dos grotões mais longínquos do território nacional, que observando o avanço tecnológico que ocorre e as questões naturais do desenvolvimento rural, que não tem fronteiras, é capaz de elaborar teses que, no seu ângulo de entendimento, visem dar condições de vida melhor a todos.

É nessa concepção que me permito, como cidadão comum, mas com a consciência do mandato a que estou investido, tornar claro o que penso a respeito da política energética hoje em execução no nosso País.

Para tanto, volto ao passado, talvez a mais de 60 anos, quando o então Presidente Eurico Gaspar Dutra, ao redor de 1946, lançou o seu plano de governo, denominado Plano Salte, onde o “e” é de “energia”.

Para a sua execução, ousou lançar a construção da usina hidrelétrica de Paulo Afonso, no Rio São Francisco, na divisa dos Estados de Alagoas, Sergipe e Pernambuco.

Foi um passo agigantado para atender o Nordeste brasileiro, extremamente carente da energia elétrica. Daí, na própria região e aproveitando-se do chamado rio da integração nacional, o São Francisco, vieram outras grandes usinas já em governos que sucederam o do Presidente Dutra.

O Presidente Juscelino Kubitschek, com o vigor do seu idealismo e de tocador de obras, também deu um impulso a vários projetos em seu Estado, onde não se pode esquecer o complexo de Furnas.

Mas antes, no decorrer da primeira metade dos anos 50, o então Governador do Mato Grosso – meu antigo Estado, Mato Grosso uno –, Fernando Corrêa da Costa, entusiasmou o Governador do grande e pode-

roso Estado de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez, para o aproveitamento do caudal energético do Rio Paraná, que redundou na construção da hidrelétrica de Jupiá, na divisa dos dois Estados, próximo à cidade sul mato-grossense de Três Lagoas.

Ademais, dentro do mesmo projeto, o chamado complexo de Urubupungá, posteriormente implantado, a usina de Ilha Solteira, à montante da usina de Jupiá, também na divisa entre os dois Estados. Seguiu-se, já no Governo Covas, a última etapa do complexo, com a usina de Porto Primavera, do sistema Cesp.

Foram três empreendimentos hidroenergéticos que durante mais de três décadas abastecem as necessidades de desenvolvimento econômico e social de ambas as regiões daqueles Estados que, interligados com o complexo de Furnas, em Minas, sustentaram a demanda de energia elétrica na região mais populosa de nosso País.

No governo do Presidente Geisel, continuado no governo do Presidente Figueiredo, constituiu-se outro orgulho da engenharia nacional: a de Itaipu, também com águas do Rio Paraná, na divisa do Brasil com a República irmã do Paraguai, que ainda atende os reclamos da população brasileira.

Agora, Sr. Presidente, temos aí os projetos em andamento, e uns já com aproveitamento, como Tucuruí, e outros em execução, como o de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte, apenas para citar esses.

Fiz esse breve relato para ressaltar a V. Ex^{as} o muito que já se fez e lembrar a necessidade de investimento que ainda obrigatoriamente o Brasil terá de fazer nessa área.

Já está muito claro que os apagões que ocorreram no governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso serviram de motivo para a eleição do então Presidente Lula e, hoje, inicia-se um processo de desgaste eleitoral para a atual Presidente, a Sr^a Dilma Rousseff.

Nós brasileiros chegamos a um ponto em que não admitimos nem por um minuto a escuridão, nem por um minuto a queda das comunicações telefônicas e das redes sociais.

É por isso que estamos questionando as razões pelas quais ocorreu o mais recente apagão, que, partindo das redes de transmissão de Tucuruí, atingiu a Região Centro-Sul.

Permitam-me, excelências, levantar uma hipótese: tudo o que aconteceu decorre não em razão da produção da energia, mas por deficiência dos seus sistemas de distribuição. Tenho para mim que, se ele fosse setorizado, ou seja, energia para o Norte e Nordeste, ou melhor, produzida nessas regiões, seria para abastecimento delas próprias. Da mesma forma que as que se produz hoje e as que forem implantadas no futuro na Região Sul seriam para beneficiar prioritariamente as suas populações.

A chamada interligação de sistemas poderia ocorrer apenas em casos extremos para evitar o que hoje ocorre, a interrupção proveniente da geração energética de uma região afeta outra, como afetou, circunstância que ocorreu, evidentemente, por um descuido técnico oriundo talvez em razão de uma política de suspensão por economia da geração de energia produzida em outra região. Ou seja, suspensão, admitamos, da geração de turbina de Itaipu para utilizar a de Tucuruí.

Enfim, Sr. Presidente – agora, o Senador Cristovam Buarque –, é sempre assim. O Governo só se preocupa, como diz o adágio popular, após a porta ser arrombada. Infelizmente, no Brasil isso já constitui a tradição do atraso.

Essa, Sr. Presidente, a minha manifestação, a minha observação como cidadão comum, repito, mas responsável, hoje, por um mandato que me delegou o povo do Mato Grosso do Sul, que reclama do Governo Federal maior atenção à política energética do nosso País. A situação, como se encontra atualmente, não se pode mais sustentar, tendo em vista o extraordinário progresso da nossa economia, do desenvolvimento social do nosso povo, que deve ser acompanhado por ações positivas do Governo.

Mas, Sr. Presidente, eu não poderia deixar, ao finalizar meu modesto pronunciamento, de agradecer, inicialmente, ao Senador Paulo Paim pela gentileza que me concedeu da precedência à sua fala desta tribuna e de enaltecê-lo pelo relatório que fez ao projeto de minha autoria, o Projeto de nº 47/2013, que acrescenta parágrafo ao art. 457 da Consolidação dos Trabalhadores e que se resume na concessão de um percentual para os empregados, a título de comissão, nas vendas que procedessem nas empresas em que trabalham.

Esse projeto, Sr. Presidente, devo rememorar, é originário daquele que apresentei quando Deputado Federal, na década de 80. Quando Deputado, tentei, sinceramente, insistir na aprovação do projeto. Infelizmente, quando deixei a Câmara dos Deputados, em 1990, para cumprir outra missão, no Tribunal de Contas do meu Estado, o projeto estava em andamento, e por todo esse tempo, quase 30 anos, ele continuou paralisado na Câmara.

Logo que iniciei o meu mandato nesta Casa, resolvi trazê-lo para a análise dos nossos eminentes colegas. Foi para a Comissão de Assuntos Sociais e lá mereceu o relatório, o parecer do Senador Paulo Paim, que se notabiliza nesta Casa por sua extraordinária sensibilidade para assuntos sociais. S. Ex^a apresentou um subs-

titutivo que consubstanciava as pretensões não só dos comerciários como também dos empresários ligados à área do comércio.

Chegou-se a um consenso, que resultou num substitutivo que foi aprovada unanimemente, em caráter terminativo, na Comissão de Assuntos Sociais.

Quero aqui, Sr. Presidente, louvar o gesto do Senador Paulo Paim pelo trabalho extraordinário que fez de conciliar os interesses das duas importantes classes do nosso comércio, como também ressaltar o empenho do Presidente da Comissão, o nobre Senador Waldemir Moka, do meu Estado.

Aqui registro, portanto, os meus agradecimentos e as minhas homenagens a esses dois eminentes colegas pelo andamento que deram para uma solução rápida e favorável ao meu projeto. Agradeço também a todos os membros da Comissão, pela sensibilidade pública e democrática que tiveram ao aprovar o parecer do eminente Senador Paulo Paim.

Sr. Presidente, é o que me cabe dizer neste instante. Sou muito grato a V. Exª pela generosidade do tempo que V. Exª e o Senador Roberto Requião me concederam.

Durante o discurso do Sr. Ruben Figueiró, o Sr. Roberto Requião deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Figueiró, o senhor merece esse tempo e muito mais.

Eu quero passar a palavra ao Senador Requião e convidar o Senador Figueiró para presidir a sessão, se for possível.

Com a palavra, o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Figueiró, que retorna à Presidência desta sessão, Srs. Senadores, Senador Pedro Simon, hoje é o penúltimo dia do 6º Congresso do MST. E, neste penúltimo dia, há uma palavra que não pode deixar de ser pronunciada, uma palavra que encerra um conceito, uma ideia, uma conclamação, uma palavra amaldiçoada e satanizada pela minoria dominante ao longo da história. A palavra é “revolução”.

Paulo, o apóstolo, dizia que fora da Igreja não há salvação. Foi com essa formulação que ele consolidou a nova crença. Foi com essa formulação que ele consolidou no mundo o cristianismo.

Parodiando o inventor do cristianismo, eu vos digo: fora da revolução não há salvação. As classes dominantes, no esforço de aterrorizar e coagir especialmente a classe média e os setores atrasados da população, sempre buscam associar revolução com luta armada, com violência, com anarquia e com desmandos. Disso não se trata.

Para o grande capital, para os latifundiários e para o agronegócio que comanda o mundo...

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – ... para os banqueiros e a mídia monopolista, a única violência legítima e santificada é a violência da exploração, da agiotagem, da extorsão e do roubo a que submetem os trabalhadores.

Já diz a Bíblia: “Não se pode servir a Deus e a Mamom”. E o nosso Papa Francisco retoma a crítica bíblica quando aconselha os participantes do encontro de Davos, presidentes e ricos do mundo: “O capital deve servir à humanidade, mas não pode governá-la”. A cobiça e a concentração do dinheiro não podem, decisivamente, comandar o mundo.

Para eles, para os ricos, a ordem natural das coisas é a submissão das classes populares, e a reação dessas classes é um atentado contra a democracia.

Em verdade, em verdade vos digo: fora da Revolução não há salvação.

Como reformar o Brasil se apenas cinco mil famílias apropriam-se de 45% de toda a riqueza nacional, num País de 200 milhões de habitantes?

Como reformar o Brasil se a distância entre o menor e o maior salário atinge duas mil vezes?

Como reformar o Brasil se 1% dos proprietários rurais detém 46% das terras, enquanto 4,8 milhões famílias de trabalhadores rurais vivem em propriedades com menos de 5 hectares?

Tem reforma um país onde mais de 70% do que consumimos vêm da pequena propriedade, da agricultura familiar, dos assentamentos da reforma agrária, mas, anualmente, milhares de pequenos produtores deixam o campo por falta de apoio, e a reforma agrária estaciona sob a pressão das multinacionais do agronegócio?

Como reformar um país cujas melhores terras destinam-se à produção de *commodities* para exportação, enquanto a fome e a desnutrição são ainda endêmicas; quando se pretende plantar milho para produzir combustíveis, conforme as últimas diretrizes das grandes *tradings* que dominam a agricultura no mundo?

Como reformar o Brasil se, ao invés de extirpar o trabalho escravo, vemos o Congresso debatendo fórmulas para regulamentá-lo?

Como reformar um país cujas instituições se recusam sistematicamente a ouvir o grito dos deserdados, dos humilhados e ofendidos por essa brutal concentração de riquezas, de rendas e de poder?

Como reformar um país que se desfaz do patrimônio de seu povo, desbaratando-o de forma iníqua e traiçoeira?

É possível reformar um país que sucateia sua indústria, desqualifica a mão de obra, ao abrir portas e com portas à entrada de toda sorte de quinquilharias?

Como reformar um país que permite a mais fantástica, absurda e desregrada remessa de lucros para o exterior e gratifica o capital especulativo com um tratamento altamente privilegiado?

Como reformar um país cuja elite mantém em paraísos fiscais mais de R\$1 trilhão e que paga menos imposto de renda que os trabalhadores?

Companheiros e companheiras, Senadores e Senadoras, ouvintes da TV e da Rádio Senado, o Brasil exige do MST muito mais que a ocupação de terras, muito mais que a luta pela reforma agrária, muito mais que o êxito nos assentamentos. Há uma tarefa maior, a tarefa da revolução brasileira. Lutar, construir a revolução brasileira. De que forma? Organizar-se, sem violência, mobilizar-se, ocupar, pressionar, radicalizar as reformas. Radicalizar as reformas ao ponto de sua mudança de qualidade.

É o caminho. O mais é conversa para boi dormir.

Esse discurso que eu acabei de pronunciar eu o repetirei esta noite na assembleia do penúltimo dia do ato político do MST em Brasília.

Presidente, era o que eu tinha a dizer nesta tarde.

O Brasil precisa de mudanças definitivas.

Lá, no passado, um sociólogo importante na história brasileira dizia: "Nada se parece mais a um saquarema que um luzia no poder." Os luzias eram os portugueses de Luziânia, em Minas Gerais, liberais e progressistas, e saquaremas, Senador Delcídio, eram os conservadores, os reinóis. Mas, quando os luzias assumiam o poder, transformavam-se em conservadores, tais quais os saquaremas que contestavam.

Parece que é isto que nós vemos hoje: nada se parece mais na política econômica ao PSDB e ao PFL que o PT no poder. As concessões ao capital especulativo se sucedem uma atrás da outras. Nós chegamos ao cúmulo de o Delfim Netto, homem inteligente que eu respeito sobremaneira, mas, contra o qual, na época da Ditadura Militar, nós, junto com os petistas e a Oposição, gritávamos nas ruas: "O povo está a fim da cabeça do Delfim!" Pois muito bem! O Delfim saúda agora o Governo e elogia a nossa Ministra Gleisi como uma espécie de musa da privatização dos monopólios estatais, das concessões dos portos, das estradas, do capital com grandes lucros. O que é que está acontecendo? Só uma revolução pode dar sentido a isso, porque nada mais se parece a um saquarema do que um luzia no poder.

Presidente, muito obrigado pelo tempo. Conforme me comprometi com V. Ex^a, posso, se for o caso, assumir a Presidência para o Senador Pedro assumá-la na tribuna.

Durante o discurso do Sr. Roberto Requião, o Sr. Cristovam Buarque deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ruben Figueiró.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Fico muito honrado que V. Ex^a me substitua na Presidência.

O Sr. Ruben Figueiró deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Pela ordem de inscrição, na tribuna, com a palavra, o Senador Pedro Simon.

Senador Pedro Simon, seria o Delcídio um luzia ou um saquarema?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – *(Risos.)* Um publicano, *fifty- fifty*.

Srs. Parlamentares, assisti, pensei e refleti muito nesses dias sobre o que aconteceu e vem acontecendo no nosso Rio Grande e, de modo muito especial, aqui no nosso País.

Eu sou um Parlamentar de longa data e, por isso mesmo, vinha, com emoção, acompanhando as movimentações do nosso povo e da nossa gente. Os estudos que tenho feito da história brasileira mostram que, infelizmente, os grandes fatos, os grandes acontecimentos, as grandes transformações na nossa Nação brasileira não nasceram da participação popular, vieram de cima para baixo.

A independência dos Estados Unidos foi a luta armada em que mais morreram norte-americanos, em todas as centenas de guerras que eles fizeram. No Brasil, o rei português, voltando para Portugal, colocou a coroa na cabeça de seu filho, dizendo: “Tome-a, antes que um aventureiro o faça!”

A República foi assim também: a rigor, a República foi um golpe de Estado. Ninguém imaginava a deposição de D. Pedro. Encontram um Deodoro, que se dispôs a aceitar e proclamou a República.

As leis sociais, as conquistas sociais ou a lei das oito horas, descanso semanal remunerado, férias, etc. e tal, que, no mundo inteiro, foram lutas travadas em batalhas, em defesa dos direitos dos mais humildes, no Brasil, o Estado Novo, o chefe da época, Dr. Getúlio Vargas, de cima para baixo, determinou, de uma vez por todas, a legislação trabalhista em nosso Brasil.

Eu tenho dito, parece mentira, mas, na resistência à ditadura militar criada em 64 e no longo movimento de resistência de nosso povo, foi a primeira vez em que o povo participou, foi a primeira vez em que o povo foi às ruas, lutou – não foi a elite, não foi o comando; foi o povo!

De um lado, estavam as Forças Armadas; desse mesmo lado, estava a grande imprensa deste País; desse mesmo lado, estava a Igreja; desse mesmo lado, estavam a burguesia e as forças empresárias. E todas elas foram derrotadas ao mesmo tempo, por uma legislação fascista, dura, violenta, radical. E, apesar disso, o mais lindo movimento de que se tem conhecimento na história deste País fez com que, como uma bola de neve, a ditadura terminasse, e a democracia voltasse.

Vivemos hoje um momento delicado.

Collor, por uma das atuações mais bonitas deste Congresso, democrática, lisamente, teve determinado seu *impeachment*.

Itamar, um grande nome.

Fernando Henrique, coisas boas e coisas ruins.

Lula, coisas muito boas e coisas ruins.

A atual Presidente, no início, coisas excepcionalmente boas; agora, uma interrogação permanente.

Não vou discutir sobre a nossa economia e sobre a realidade do povo hoje. O que sabemos é que o mundo vive uma encruzilhada, e, nessa encruzilhada que o mundo vive, o Brasil também. Há certa ligação: lembro-me do Delfim, na época do milagre brasileiro; na Assembleia Legislativa – eu era Deputado Estadual –, os líderes da Arena chamavam a atenção para uma crise que viviam os Estados Unidos e que, no Congresso americano, um Senador tinha solicitado que o governo americano convidasse o Sr. Delfim Neto, Ministro da Fazenda do Brasil, para orientar os americanos sobre como deveriam sair da crise. Talvez, dizendo eles, adotassem o modelo apresentado pelo Brasil.

Hoje, a grande verdade é que há uma interrogação. Aproximamo-nos de uma eleição ali na esquina, o ambiente é de respeito recíproco. Temos uma democracia, Congresso funcionando, os candidatos, na minha opinião, bons, diga-se de passagem, vamos para lá.

O ano passado foi um ano definido como um ano de profunda transformação. O Brasil, conhecido como “o país da impunidade”, teve uma profunda transformação, que foi exatamente no Supremo Tribunal Federal. No Supremo, que de lá nunca saiu alguma coisa importante no que diz respeito a combater o errado, o equivocado, o corrupto, o imoral, apareceu o mensalão. Não vamos entrar aqui na análise nem de “a” nem de “b”: vamos entrar na análise do que aconteceu.

Aí apareceu um movimento. Os jovens voltaram à rua. É interessante que podemos dizer que, na luta pela derrubada da ditadura de 1964, o MDB estava à frente do movimento, não os jovens. Mas estava incentivando, orientando, determinando as Diretas Já, “vamos caminhar”. E os jovens saíram à rua. Agora, não. Os jovens saíram espontaneamente.

É verdade que há um fato novo na realidade do mundo inteiro: os meios de comunicação. A rapidez da comunicação social, o uso que se faz das redes sociais, com milhares de pessoas ao mesmo tempo, no mundo inteiro, tem atropelado os acontecimentos. Lá no Egito, que nunca teve um regime democrático, os jovens, aos milhares, aos milhares, pelas redes sociais, foram à rua e derrubaram o presidente. Sem uma arma, sem um tiro, sem absolutamente nada. É verdade que já está o Egito voltando a um grande drama, mas, na chamada “Primavera Árabe”, os jovens se movimentaram. No Brasil também.

Eu não tenho nenhuma dúvida – me perdoem os membros do Supremo – de que esses jovens pelas ruas do Brasil fizeram com que os ilustres membros do Supremo, que dizem – e dizem certo – “não podemos sofrer nenhum tipo de pressão por parte de quem quer seja”, e eu acho que sim, mas os jovens na rua creio que fizeram os Ministros do Supremo entender que eles podem não dever obrigação a quem quer que seja, mas devem raciocinar com profundo respeito à sociedade brasileira.

Eu tenho repetido desta tribuna que, numa terça-feira, mais de 20 Senadores vieram a esta tribuna dizer que rejeitariam o processo da Ficha Limpa, que votariam contra o processo da Ficha Limpa. No dia seguinte,

milhares de pessoas estavam na frente do Congresso, jovens com vassouras, com nomes de Parlamentares, cobrando e exigindo a aprovação da Ficha Limpa, e este Congresso e este Senado votaram a Ficha Limpa por unanimidade.

Esses jovens saíram para a rua e eu felicitei. Saíram pacificamente, saíram mobilizando, reivindicando. Começou pelo aumento de passagens no Rio e se espalhou por todo o Brasil.

De repente, não mais do que de repente, apareceram os mascarados. Lá no Rio de Janeiro, estraçalharam as vidraças da prefeitura. Eu e todos nós assistimos pela televisão a esses jovens mascarados quebrando e assaltando. Os jovens do movimento tentando evitar, e a Polícia assistindo.

Aqui em Brasília, nós assistimos, e nós, Senadores – o Senado funcionando –, fomos para a janela assistir aos jovens aqui, fazendo a sua manifestação tranquila e pacífica. De repente, apareceram os mascarados, e começou o tumulto. Os mascarados, com pedaços de paus enormes, troncos, foram para cima das vidraças do Itamaraty. Tentaram ir à Catedral. Eu vi daqui da janela do Senado eles indo, jovens tentando evitá-los, e a Polícia assistindo. É claro que alguma coisa teria que acontecer. Eu sou totalmente favorável à manifestação da sociedade, de modo especial à manifestação dos jovens, debatendo, discutindo e protestando, quer pelos programas sociais, quer pelas reivindicações populares e, de modo especial, contra a corrupção e a imoralidade. Mas, na verdade, nós temos que deixar bem caracterizado o que é a manifestação dos jovens ou dos trabalhadores em defesa dos seus direitos, em protesto contra algo, e os jovens mascarados que saem deliberadamente para um quebra-quebra ou coisa parecida.

O que aconteceu no Rio foi cruel. De certa forma, a televisão transmitiu, de forma claríssima, onde se viram todos os episódios. Desde o início, foi visto o jovem que tinha o foguete, foi visto ele entregar a alguém, e esse alguém atirar em direção ao Policial. Isso foi real. Interessante que a primeira versão dada pela Globo é de que o repórter teria dito que era um jovem que teria sido atingido, mas depois o Jornal Nacional explicou que não. Um jovem atirou o foguete, e o militar é que foi atingido. Um longo debate, um longo debate.

Eu sou um admirador absoluto do Sr. Beltrame, José Mariano Beltrame, gaúcho, de Santa Maria, Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, que vem dando uma administração excepcional, batendo o recorde de permanência no cargo no Rio de Janeiro. Nunca um secretário de segurança ficou tanto tempo e nunca teve tanta credibilidade e respeito por parte da sociedade.

Primeiro, ele, na sua dignidade, na sua seriedade, na sua humildade, na sua simplicidade. Agora, foi convidado por todos os partidos para se candidatar ao que quisesse, e ele respondeu: “Não, o cargo em que estou é importante, e eu tenho que desempenhar a minha missão aqui. Não posso transformar este cargo em trampolim para nada.”

As regiões de pacificadoras que ele criou no Rio de Janeiro são algo excepcional! Eu lá estive. Fui, andei, caminhei e me emocionei, falando com as pessoas.

Vale a pena o esforço que está sendo feito. Primeiro, o esforço de transformar a polícia como agente da repressão em a polícia como aliada do povo, em vez de ser como acontece em praticamente... Aliás, V. Ex^a, Governador do Paraná, fez isto no seu Estado: em vez de, como se faz, a Polícia ficar uma semana em cada lugar, fazendo um rodízio para não apanhar ou para não criar problema, ele fez o contrário, como V. Ex^a fez. A Polícia fica lá, se identifica lá, vê os problemas de lá com a sociedade e, inclusive, faz a intermediação entre os problemas e o Governo. Ela passa a ser vista como alguém que tem carinho, que tem afeto, que tem preocupação. A Polícia se sente mais importante. Não está ali apenas para pegar, para apanhar, para bater, mas está ali para ajudar. E o povo vê a Polícia com mais respeito: “Não é alguém que está aqui apenas para nos usar, para buscar traficante ou coisa que o valha. Está aqui para nos ajudar.”

Gostei demais. Achei realmente um belíssimo trabalho. Aliás, aquilo que foi feito na maior das favelas do aglomerado dos morros do Rio de Janeiro – os caras são servidos por um elevador e vão subindo, e chegam em casa tranquilamente, em vez de subirem milhares de degraus e milhares de morros – é algo de cidade grande.

Por isso, eu respeito as manifestações de S. Ex^a, quando ele diz, com muita singeleza... Eu já tinha dito aqui porque me parece o óbvio – e é a primeira ideia dele: deve-se proibir o uso de máscaras.

Mas não é preciso ser um Beltrame da vida, que é um homem excepcional, para se entender que não há razão para o cidadão participar mascarado de um movimento desses.

Alguém perguntou: “Mas e o direito à liberdade? E o direito à livre iniciativa? Se o cidadão quer botar máscara, ele tem o direito de botar máscara”.

Pode botar máscara no carnaval, pode botar máscara para sair caminhando por ali, mas, no meio de um grupo, que está caminhando, numa briga, numa luta, ele, armado, pegar num pedaço de madeira e agredir alguém, isso não tem lógica.

É a primeira sugestão que ele apresenta. Ele defende que deve ser vedado o uso de armas ou objetos que possam causar danos à pessoa ou ao patrimônio público ou privado. É claro que é o óbvio.

Ele sugere prévia comunicação à polícia e às autoridades de trânsito de manifestação, com os trajetos e o horário.

Saliento isto e trago a figura do Sr. Beltrame porque acho importante e compreensível que estejamos todos nós, aqui, preocupados com o que está acontecendo.

Eu respeito os Srs. Senadores e os Srs. Líderes e o Sr. Ministro da Justiça. Algo tem que ser feito, mas vamos devagar. Em primeiro lugar, uma das coisas que tenho dito e repetido é que o Brasil chegou ao ponto em que chegou não foi por falta de lei – leis nós temos –, mas por falta de cumprimento da lei. Isto é o óbvio.

Presidente Requião, o senhor sabe, por acaso, em cada 100 homicídios que acontecem numa cidade, quantos acusados vão a julgamento no tribunal? Sabe quantos desaparecem no meio do trabalho da Polícia e nunca são levados adiante? Em mais de 90 casos assim não acontece nada. Sete ou oito acusados respondem pelo crime no tribunal do júri.

Ora, meus amigos, creio ser necessário fazer algo, mas é preciso cuidado ao se tratar dessa questão.

Eu me lembro – e acho esta parte muito interessante – de como foi a edição do AI-5 na nossa ditadura. O brilhante jornalista Carlos Chagas, na minha opinião um dos mais excepcionais jornalistas da história do Brasil, no seu livro *A ditadura militar e os golpes dentro do golpe*, lembra a criação do AI-5. Reunidos os militares, o Presidente Costa e Silva passa a palavra ao Vice-Presidente, Pedro Aleixo, que se posiciona contrariamente à edição do AI-5, que se posiciona contrariamente ao fechamento do Congresso, a fase mais triste e dura da ditadura. Quando Pedro Aleixo está mostrando que não era por aí, que não era fechando o Congresso, que não era editando o AI-5, que não era cassando Deus e todo mundo que se seguiria pelo bem, o Ministro da Justiça, Gama e Silva, questiona Aleixo, quebrando o seu pronunciamento e lhe perguntando: “Mas, Dr. Pedro Aleixo, o senhor desconfia das mãos honradas do Presidente Costa e Silva, a quem caberá aplicar o AI-5?” E o velho advogado responde: “Das mãos honradas do Presidente da República jamais desconfiaria. Eu desconfio é do guarda da esquina”. É evidente. E foi o que aconteceu, foi o que nós vimos.

Vivemos um ambiente de perplexidade e de respostas equivocadas. A população reclama mais investimentos sociais, deseja ampliar e aprofundar a democracia. Muitos dizem que o modelo vigente esgotou suas possibilidades, que o modelo vigente está sob interrogação. Distribuiu renda? Sim. Não podemos negar que distribuiu renda. Procurou atender as demandas sociais? Sim, procurou, ainda que de forma insuficiente ou, como reconheceu o ilustre Ministro Secretário do Governo, de forma absolutamente insuficiente.

A falta de resposta do sistema político brasileiro às justas reivindicações populares, expostas no ano passado, enseja novas manifestações, desta vez potencializadas pela justificada frustração social.

Olha, eu vejo e reconheço que, num país onde a chance de um criminoso ser preso, processado e condenado são pequenas, temos muito o que fazer, a começar pelo aperfeiçoamento de nossas instituições. Neste sentido, o protagonismo do Supremo Tribunal Federal é bem recebido pela sociedade. O julgamento e a condenação de políticos, autoridades e poderosos é algo inédito em nossa história.

Sr. Presidente, ontem, a Câmara dos Deputados cassou, quase que por unanimidade, com dois ou três votos absolvendo e 450 condenando, o mandato de um Deputado que havia sido absolvido, há alguns meses, por praticamente todos.

Entretanto, a regra, no Brasil, até ontem, era a da impunidade. Esse sentimento de que tudo é possível em termos de transgressão, desde que haja cobertura política, persiste na sociedade brasileira.

Segundo a autoridade policial encarregada do inquérito sobre a morte do jornalista Santiago Andrade, as investigações apontam para a existência de um esquema financeiro destinado a estimular vândalos e baderneiros em protestos violentos. Eu prefiro não entrar na discussão. A ilustre e brilhante colunista Tereza Cruvinel, no *Correio Braziliense*, fala sobre o assunto. Prefiro não analisá-lo, embora a TV Globo busque um debate, uma discussão sobre o dinheiro ser colocado na mão de alguns jovens para participarem dessa movimentação. Mesmo assim, com toda sinceridade, o Congresso deve pensar duas vezes antes de agir e ter competência ao tomar a decisão.

Vejo o momento que estamos vivendo como de muita importância. Em primeiro lugar, não consigo entender, meu amigo Requião, por que a FIFA adquiriu o prestígio, a qualidade e o poder tão intensos que tem hoje.

Em 1950, quando da primeira Copa no Brasil, eu era guri e V. Ex^a talvez ainda nem tivesse nascido. Festejou-se um Maracanã com 150 mil pessoas. Mas hoje, se olharmos para o que a FIFA está fazendo, veremos que é uma coisa impressionante. Até a venda de cachorro-quente, de sanduíche, seja lá do que for, dentro do estádio é ela quem determina. É ela que determina o que pode e o que não pode ter em volta do estádio.

Há algo que acho impressionante. Esta Copa no Brasil vai mostrar um fato: assistir a uma partida de futebol no estádio será só para quem tem dinheiro. Pobre vai assistir em casa, na televisão. Outro dia, aqui, em Brasília, estive em um bar que está sendo preparado, reformado, colocando todas as mesas e cadeiras de um lado para instalar um telão lá, já sabendo que serão centenas as pessoas que irão assistir.

O Maracanã deveria receber 150 mil pessoas, mas dizem que recebeu mais de 200 mil na final entre Brasil e Uruguai. Fizeram uma reforma e gastaram não sei quanto. Hoje, ele comporta apenas 75 mil pessoas. A metade! Por quê? Não tem mais geral, não tem mais “coreia”, não tem mais ninguém de pé. É todo mundo em cadeira.

Essa FIFA, com esse poder, realmente é impressionante, mas eu não me preocupo quanto à realização da Copa do Mundo. Torço para que o Brasil ganhe. Mas, ganhando ou perdendo, teremos a responsabilidade de fazer uma grande Copa.

Eu não diria que a Presidente deve jogar o seu destino na Copa das Copas. Eu diria que nós temos de meditar sobre o caminho que nós estamos trilhando.

Eu vejo a importância emocionante dessa eleição. Eu a vejo como a grande eleição, que vai definir o nosso futuro. A Presidenta, o PT, um partido que me emocionou muito quando nasceu, quando veio, com suas ideias, sua capacidade de ação, sua garra, mudou bastante no governo. Que diferença entre a bancada do PT aqui nos 8 anos do Governo do Presidente Fernando Henrique e nos 12 anos do Lula e da atual Presidente. Mas ela vai ser uma grande candidata.

Tenho o maior respeito pelo Aécio. Só o sangue, a tarimba e a competência que mostrou quando foi secretário de Tancredo já são suficientes para fazer reconhecer nele a capacidade de ser um grande candidato. Ele vai ter de domar o PSDB. O PSDB teve a Presidência com Fernando Henrique. Acertou, errou, mas teve no PT uma oposição radical, uma oposição muito mais dura do que os erros do Fernando Henrique. O PSDB, na oposição ao PT, não teve essa competência; faltou-lhe discurso.

O PT adotou uma tese infernal: para qualquer erro que se apontasse no governo do Lula, eles respondiam: “Mas no governo Fernando Henrique também acontecia”. Quando falaram nas empresas que foram privatizadas: “Ah, mas no governo Fernando Henrique também teve a Vale do Rio Doce”. Quando se falou nos cartões corporativos, o PT respondeu: “Mas foi no governo Fernando Henrique”. E, até agora, o PSDB está procurando o seu discurso.

O ilustre Governador de Pernambuco pertence a um partido que tem história. E ele, também, como o seu avô, Arraes, e seus oito anos de governo, que nem Aécio, tem todas as condições de fazer, juntamente com a Marina, uma grande chapa.

E veja esse bravo rapaz, que lá do Amapá se apresenta como candidato à Presidência, tendo ao lado a ilustre suplente de deputada federal, Deputada Federal várias vezes, querida companheira do Rio Grande do Sul, filha do nosso governador. Não tenho dúvida de que eles traçarão um caminho, mas não tenho, claro, expectativa de vitória, que é muito difícil, mas muitas das verdades que o povo quer ouvir eles haverão de dizer.

Por isso eu acho que não devemos radicalizar, não devemos ter pessimismo com relação ao momento que estamos vivendo. O governo tem que ser duro com relação aos distúrbios que forem praticados de forma radical. Esses mascarados não podem continuar. Perdoem-me; eles têm o direito à liberdade, sim, mas que venham de cara aberta e façam o que querem fazer e sofram as consequências, mas não mascarados.

E que o governo não aproveite isso para criar um mecanismo, uma fórmula da qual, daqui a algum tempo, alguém vai se queixar e alguém vai se arrepender, como disse Carlos Chagas, não por causa do Presidente, mas por causa do milico da esquina.

Era isso, Sr. Presidente, nesta hora de grande expectativa. E, se Deus quiser, passaremos essa página e caminharemos para o futuro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Com a palavra, S. Ex^a o Deputado saquarema, Delcídio do Amaral.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT-RO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para uma comunicação enquanto o Senador Delcídio...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Ou seria um Deputado luzia?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT-RO) – Sr. Presidente, só para uma comunicação, enquanto o Senador Delcídio se dirige à tribuna.

Sr. Presidente, quero registrar que alguns Municípios do Estado de Rondônia estão fazendo aniversário hoje, comemorando 22 anos de emancipação política.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB-PR) – V. Ex^a está com o som ligado?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo /PDT-RO) – Estou.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB-PR) – Agora melhorou.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo /PDT-RO) – Então, alguém mexeu aí nos controles.

Só para registrar, Sr. Presidente, o aniversário de 22 anos de 17 Municípios do Estado de Rondônia. São eles: Cacaullandia, Campo Novo de Rondônia, Candeias do Jamari, Castanheiras, Corumbiara, Governador Jor-

ge Teixeira, Itapuã do Oeste, Ministro Andreazza, Mirante da Serra, Monte Negro, Novo Horizonte do Oeste, Rio Crespo, Seringueiras, Theobroma, Urupá e Vale do Paraíso.

Aliás, Vale do Paraíso, que comemora também os seus 22 anos de emancipação, realiza a abertura, hoje, da Festa do Jerico. E, no domingo há a corrida, uma corrida nacional, Sr. Presidente: a corrida do Jerico. Nós estaremos lá prestigiando, no domingo, aquela interessante festa típica do nosso Estado, em especial da região do Vale do Paraíso.

Esses Municípios foram criados a partir dos núcleos de colonização formados por migrantes de todo o nosso País, que chegaram a Rondônia para impulsionar o desenvolvimento do nosso Estado.

Então, meus parabéns aos pioneiros, aos agricultores, comerciantes, trabalhadores, empreendedores e cidadãos que continuam trabalhando pelo crescimento desses municípios e pelo crescimento do nosso Estado de Rondônia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB-PR) – Com prazer escutamos, Senador Acir, a sua homenagem aos aniversariantes e aos jericos de Rondônia.

Com a palavra o Senador Delcídio.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo /PT-MS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente Requião, Senadores, Senadoras, eu venho a esta tribuna, meu caro Presidente Requião, para voltar a um tema que foi amplamente discutido por todo o País: o recente apagão, ocorrido na semana passada, se não me engano no tempo, e que gerou uma celeuma muito grande e divergências de interpretação no que se refere à realidade do suprimento de energia elétrica ao Brasil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente, quero registrar que o Brasil não corre risco nenhum de racionamento de energia.

Lamentavelmente confunde-se apagão com racionamento. Apagão é blecaute; é uma interrupção no suprimento de energia que, depois, é restabelecido ao logo do tempo. Racionamento, não; racionamento é falta de energia. E o Brasil não corre risco de falta de energia. Isso nós precisamos deixar muito claro para que a população compreenda bem, para que investidores e empresários compreendam bem que o nosso setor não sofre esse tipo de risco.

Temos dificuldades? Temos, sim, dificuldades, Sr^{as} e Srs. Senadores. As Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul enfrentam altas temperaturas e uma estiagem, posso chamar assim, impressionante. Para as Sr^{as} e os Srs. Senadores terem uma ideia, o Pantanal, o meu Pantanal, na minha Corumbá, que nesta época deveria ter água nos nossos campos, com os seus rios em condições hidrológicas melhores, tem funcionado à base de poço semiartesiano. Estamos enfrentando uma grande estiagem. E isso acontece com os principais reservatórios das hidrelétricas brasileiras, principalmente nas Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

É importante registrar que, hoje, a afluência dos rios que abastecem essas grandes hidrelétricas está com 52% da média de longo termo. Portanto, a afluência dos rios está 52% da média dos últimos anos. Portanto, Senador Anibal, esse é um problema que nos preocupa. Essa estiagem prejudica a recuperação dos reservatórios das grandes usinas. E a Região Centro-Oeste, a Região Sudeste e a Região Sul recuperam os seus reservatórios especialmente nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro.

Hoje, o volume dos reservatórios chega, meu caro Presidente, Senador Jayme Campos, ilustre mato-grossense, irmão nosso, a 38%! Portanto, muito abaixo daquilo que se projetava para essa época do ano.

Evidentemente, o governo se preparou, interligando os sistemas, porque o mesmo não acontece em outras regiões do País. E nós estamos suprindo o mercado brasileiro utilizando essas diferenças sazonais, ou mesmo compensando essa longa estiagem que nós estamos enfrentando, através de despachos cada vez maiores, especialmente de usinas hidrelétricas na Região Norte. E, para se fazer isso, o sistema precisa ser interligado. Nós precisamos, assim, interligar as regiões do País, e isso está sendo feito.

É importante registrar, Sr. Presidente – e eu não poderia deixar de aqui destacar essa questão...

(Soa a campanha.)

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT-MS) – ... que, hoje, nós temos um parque termelétrico importante. São as usinas nucleares... E nós vamos ter que fazer, depois, esse debate sobre as usinas nucleares aqui no Senado Federal. E do meu ponto de vista são inevitáveis. Há as usinas a óleo diesel e BPF também, que é um óleo mais pesado, empregado em pouquíssimas usinas; e há especialmente as usinas a gás, usinas que à época, quando foram implantadas, muita gente criticou, principalmente as usinas instaladas pela Petrobras. Hoje, o que seria da segurança energética brasileira se essas usinas não tivessem em operação?

Dois dias atrás, Sr. Presidente, nós tivemos um despacho de usinas termelétricas que alcançou quase 13 mil megawatts. Se a gente considerar a energia garantida, a energia firme, 13 mil megawatts dão praticamente

duas Itaipus, sendo que desses 13 mil, 8 mil megawatts a gás natural. Portanto, as usinas termelétricas, efetivamente, cumprem um papel fundamental para garantir a segurança energética, principalmente num período de estiagem, onde a regularização das usinas não está acontecendo conforme o planejado.

E é importante, Sr. Presidente, registrar que, quando as pessoas falam de energia solar, falam de energia eólica – e é claro que o Brasil e o governo fazem um esforço grande para implementar essas energias alternativas –, mas a energia disponibilizada pelas eólicas e pelas solares está muito aquém, principalmente, das energias geradas pelas usinas hidrelétricas e pelas termelétricas no nosso País.

Essas variantes da matriz energética brasileira vão crescer ao longo do tempo, mas nós teremos um sistema hidrotérmico durante muito tempo, para garantir, Sr. Presidente, a segurança energética do nosso País. Blecaute se administra; racionamento, não! O racionamento prejudica o País, prejudica o crescimento do País, e isso temos que evitar a todo custo.

Sr. Presidente, uma coisa que vamos ter que discutir no Congresso Nacional e no Senado são as usinas a fio d'água. As grandes usinas que estão entrando em operação, Jirau, Santo Antônio e Belo Monte, são usinas a fio d'água, não têm reservatório, geram com a vazão natural dos rios. Se quisermos colocar energia eólica ou outro tipo de energia para otimizar os reservatórios, como vamos otimizar usinas que são a fio d'água?

Então, a discussão sobre instalar usinas hidrelétricas com reservatórios tem que voltar à baila. Isso é muito importante! E discutir isso destemidamente, sem hipocrisia, compreendendo claramente as variantes ambientais, as variantes ligadas ao patrimônio histórico, às etnias indígenas, claro. Mas precisamos trazer essa discussão novamente, porque energia é fundamental para o desenvolvimento do País.

Sr. Presidente, eu gostaria também aqui...

(Interrupção do som.)

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT-MS) – Peço um pouquinho de paciência a V. Ex^a *(Fora do microfone.)*

Eu gostaria de registrar também que, nesse apagão que aconteceu, nesse desligamento, o sistema de proteção operou de forma absolutamente correta. Temos equipamentos de proteção que operam em função da variação de frequência. Perderam-se, por curto-circuito, duas linhas, que interligavam as usinas da Região Norte com o Centro-Oeste, com o Sudeste e com o Sul.

E o que esse dispositivo fez? Cortou cargas, para manter o sistema em cima. Porque, para retornar as cargas que foram cortadas, é muito mais fácil se o sistema cair e nós tivermos que retomar a operação das usinas, principalmente as hidrelétricas, uma vez que as usinas a gás retornam rapidamente.

Sr. Presidente, já enfrentei blecautes na minha vida como engenheiro...

(Soa a campanha.)

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – ... e sei o que é apagar uma usina e voltar com o sistema. São horas! V. Ex^a conhece muito bem isso também. São horas para voltar à situação de antes da ocorrência.

Portanto, Sr. Presidente, quero registrar que a operação foi correta. Esses sistemas são utilizados para isso. As linhas estavam despachando, para o Centro-Oeste, para o Sudeste e para o Sul, mais de 3,5 mil megawatts. Então, era necessário, na hora, cortar cargas para retomar rapidamente. E isso aconteceu – todo mundo acompanhou –, apesar das dificuldades que qualquer desligamento, que qualquer blecaute provoca. O operador nacional do sistema vai analisar o problema, vai analisar a razão desse desligamento.

Quero deixar claro que as nossas linhas de transmissão são construídas, Sr. Presidente, é evidente...

(Interrupção do som.)

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS. *Fora do microfone.*) – ... para blindar a linha de transmissão...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM – MT) – Mais dois minutos para concluir, meu caro amigo.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – ... com relação, Sr. Presidente, a descargas atmosféricas. Mas nenhuma linha de transmissão é absolutamente blindada. Às vezes, descargas atmosféricas desligam sistemas, e não só no Brasil; no mundo inteiro.

Mas o estudo do ONS vai definir claramente o que é necessário fazer e como aconteceu. Temos dispositivos de proteção, nas subestações e nas usinas, que vão deixar claramente definido o que aconteceu, o que levou ao desligamento da semana passada.

Por último, Sr. Presidente – serei muito rápido na minha fala, agradecendo a V. Exª –, precisamos olhar a questão econômico-financeira das empresas. Isto, sim, preocupa: a situação do Sistema Eletrobras, a situação das distribuidoras. Não podemos enfrentar dificuldades, sob o ponto de vista econômico-financeiro, principalmente considerando que tivemos uma redução tarifária, tivemos que despachar mais termelétricas. Portanto, o custo da tarifa é maior. E o Governo está se preparando, através do Tesouro Nacional, para compensar essa tarifa diferenciada.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, quero registrar aqui que, no mercado livre – e muitas distribuidoras estão descontratadas –, o megawatt-hora já passou de R\$840,00.

Portanto, esse é um assunto que precisamos ter muito cuidado, para não evitar a paralisação de investimentos que são fundamentais para garantir a segurança energética do sistema elétrico brasileiro.

Por isso, Sr. Presidente, quero agradecer a tolerância de V. Exª, dizer que voltaremos a discutir esse tema, e essas questões são fundamentais para garantir o suprimento de energia e o desenvolvimento econômico e social do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Delcídio do Amaral, o Sr. Roberto Requião deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jayme Campos, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM – MT) – Cumprimento o Senador Delcídio pelo belo pronunciamento, alertando que tudo pode acontecer no setor elétrico brasileiro. Mas, de qualquer forma, V. Exª, que conhece bem o setor traz aqui, com certeza, ideias, propostas, para que possamos corrigir alguma distorção e sanear, de fato, o problema que eventualmente poderá surgir no setor elétrico brasileiro. Mas acredito que não vamos ter esse problema pelo fato de que o Governo já está tomando as devidas providências. Estamos torcendo e rogando a Deus que não aconteça mais nenhum apagão no Brasil.

Quero anunciar, com muito prazer, pela ordem de inscrição, a Senadora Gleisi Hoffmann. V. Exª tem dez minutos.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sr. Presidente, só para fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM – MT) – Mas antes, pela ordem, quero conceder a palavra ao Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, o Rio Madeira, no Estado de Rondônia, que passa ao lado de Porto Velho, atingiu hoje a cota de 17 metros e 20 centímetros, e continua subindo. É o segundo maior nível registrado nos últimos 30 anos. Em 1997, o Rio Madeira atingiu 17 metros e 57 centímetros. Esse é um fenômeno natural do Rio Madeira, que, além das águas das chuvas, também recebe águas do degelo da Cordilheira dos Andes, e que, de tempo em tempo, tem uma cheia maior do que a normal. Esse ano é um ano anormal. Estamos tendo uma cheia grande em Porto Velho.

Além da região central da cidade, nove comunidades ribeirinhas e distritos estão com alagações e, até o momento, 72 famílias já foram retiradas de suas casas. A Defesa Civil de nossa Capital já decretou situação de emergência. Essa é uma situação que nos deixa com muita preocupação, visto que muitas famílias estão com suas casas alagadas e estão sendo deslocadas para abrigos através da Defesa Civil.

Os Municípios de Guajará-Mirim, na Bacia do Rio Mamoré, e de Ji-Paraná, na Bacia do Rio Machado, também estão sofrendo com as cheias. Guajará-Mirim está praticamente isolada, visto que a BR-425 está interditada, em função do alagamento e da queda de várias pontes que aconteceu lá.

É um momento delicado para muitas famílias e estamos acompanhando de perto o trabalho da Defesa Civil, no sentido de apoiar as pessoas atingidas.

A Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil já foi acionada para auxiliar no remanejamento das famílias e na contenção de risco à população, sendo que já enviou técnicos até Rondônia para avaliarem as possibilidades de envio de recursos federais à nossa capital e aos Municípios que sofrem pela cheia.

Manifesto aqui o meu apoio, a minha solidariedade aos atingidos pela cheia. Nós estamos de plantão para ajudar tanto os prefeitos quanto o nosso Governador, Confúcio Moura, para darmos toda a atenção e a assistência às famílias que sofrem pelas cheias do Rio Madeira e dos outros rios da Amazônia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM – MT) – Solidarizo-me com V. Exª.

Com a palavra, a Senadora e Ministra Gleisi Hoffmann. V. Exª tem dez minutos, conforme o Regimento Interno.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco de Apoio ao Governo/PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, eu aproveito este momento para fazer um breve, mas importante registro sobre um tema que desperta preocupação no meu Paraná, mas também nos demais Estados da Federação.

O Governo do Paraná lança mão, de maneira cada vez mais abrangente, de um mecanismo chamado de substituição tributária, que permite à administração fazendária centralizar a arrecadação de todo um setor nos grandes fabricantes e fornecedores. Isso proporciona ganhos de arrecadação e economia no processo de fiscalização, gerando benefícios inegáveis para a Fazenda estadual, para a arrecadação estadual.

Ocorre que a aplicação indiscriminada desse mecanismo está destruindo uma conquista que as nossas micro e pequenas empresas construíram durante décadas e que se tornou realidade com a aprovação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas: o Simples, regime diferenciado que estabelece alíquotas menores e menos burocracia para as micro e pequenas empresas.

Quando foi estabelecido pela Lei Geral que a micro e pequena empresa pagaria o ICMS pelo faturamento e não pelo valor agregado, imediatamente as Secretarias das Fazendas estaduais implantaram o contragolpe, expandindo a substituição tributária, antes restrita às cadeias econômicas homogêneas, como cigarros, bebidas, pneus, combustíveis. Nessas cadeias, o preço final é conhecido e as margens também. Portanto, é racional a substituição.

Ao generalizar a substituição tributária, os Estados afetaram as cadeias heterogêneas, nas quais a estimativa de margens tornou-se arbitrária. Assim, além de eliminar os benefícios do Simples, passaram a impor uma carga tributária muito acima do critério anterior de recolhimento do ICMS pelo valor agregado.

Há casos de aumento de mais de 200% no ICMS sem lei que o autorize! É um total desrespeito ao tratamento diferenciado assegurado pela Constituição ao micro e pequeno empresário.

A Substituição Tributária anula os efeitos benéficos do Simples (unificação e simplificação). A substituição tributária, além disso, repercute economicamente contra o pequeno, multiplicando-lhe a carga tributária e tirando-lhe completamente o capital de giro, principalmente porque no caso do Paraná todos terão de fazer levantamento de estoque e o recolhimento do tributo.

No momento em que o Congresso Nacional discute o PLP nº 221, de 2012, que altera a Lei Geral da micro e pequena empresa, e proíbe a aplicação da Substituição Tributária, o Estado do Paraná, na contramão dos anseios dos pequenos negócios, anunciou que ampliará, a partir de 1º de março, os produtos abrangidos pela substituição: bicicletas, artefatos de uso doméstico, materiais de limpeza, instrumentos musicais e, o que é pior, produtos alimentícios. Todos os produtos alimentícios.

O mais grave, todavia, Senador Roberto Requião, V. Ex^a que governou o nosso Estado e que implantou um regime diferenciado para a micro e a pequena empresa, é que a isenção para as empresas com faturamento até R\$540 mil para o pagamento de ICMS, bem como a isenção parcial, as empresas de pequeno porte, que foram concedidos por V. Ex^a, deixaram de existir. Isso significa que, à medida que o Estado generaliza a aplicação da Substituição Tributária, elimina também os benefícios dessa isenção, colocando o Paraná no rol dos algozes da MPE, da micro e pequena empresa.

Sr. Presidente, o Estado do Paraná, infelizmente, passa por um momento muito negativo, com total desajuste nas suas contas públicas, com atrasos e calotes generalizados contra os fornecedores do Estado. Tornou-se rotina a publicação de imagens de policiais empurrando viaturas pelas ruas, por falta de manutenção ou de combustível.

Em dezembro do ano passado, o pagamento do décimo terceiro do funcionalismo estadual só foi pago porque o Governo se utilizou de mecanismos muito heterodoxos, lançando mão de recursos dos mais variados órgãos do Estado, "raspando o tacho", como se diz no interior, além de cancelar, sem outra justificativa, mais de R\$1 bilhão em empenhos, deixando os fornecedores de bens, obras e serviços a ver navios.

O Governo do Paraná divulgou nota em que tenta defender a adoção ampla da substituição tributária com o enganoso argumento de combater a sonegação. Mas, na verdade, essa política beneficia as grandes empresas, torna mais fácil para as grandes "engolirem" as pequenas na competição do mercado. Ressalto que, nos últimos anos, as micro e pequenas empresas tem sido as maiores geradoras de emprego no País. E é claro que o Simples impulsionou, ajudou nisso.

Outro efeito pernicioso dessa política do Governo do Paraná será o aumento de preços, a inflação. O Governo aumenta os impostos e obriga as empresas, para sobreviverem, a repassar esse aumento para os preços. Além disso, as medidas afetarão o caixa das empresas, como eu já disse, ao reduzir seu capital de giro. Somado a que tem que fazer o inventário dos seus estoques e recolher o tributo antes do fato gerador, isso, com certeza, vai trazer grande prejuízo.

Assim, vejo-me na obrigação de denunciar esse avanço do Estado sobre recursos e benefícios que as micro e pequenas empresas conquistaram legitimamente e que são, inclusive, assegurados pela Constituição Federal.

Eu sou sabedora das dificuldades financeiras do Estado do Paraná, mas a responsabilidade por esse descalabro nas contas públicas não pode ser atirada, injustamente, no colo dos pequenos empreendedores e dos cidadãos que pagarão a conta por essa voracidade tributária do Governo estadual.

E chamo a atenção desta Casa que, sensível ao clamor da sociedade aprovou a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, aprovou o Simples, tão comemorado pelos empreendedores e suas entidades representativas e que agora correm o risco de perder essas conquistas devido à irresponsabilidade e a falta de sensibilidade do governo do Paraná.

Eu queria dizer que, em razão disso, entrei com um requerimento hoje à Mesa, Sr. Presidente, requerendo a tramitação autônoma do Projeto de Lei do Senado nº 201, de 2013, de autoria do Senador Roberto Requião, para que ele seja retirado da tramitação conjunta com mais 14 proposições. Isso faria com que o projeto tivesse que passar em seis comissões nesta Casa e, portanto, atrasaria a sua discussão.

Então, estou pedindo que seja desapensado e possa tramitar autonomamente, passando apenas pela CAE e pelo Plenário, para que a gente possa resgatar um pouco essa injustiça.

O projeto do Senador Requião visa restabelecer a alíquota do Simples ao ICMS. Ou seja, os produtos ou mercadorias sujeitos à substituição tributária adquiridos por micro ou pequena empresa enquadrada no Simples terão incidência de ICMS à alíquota de 3,95%, que é a alíquota máxima.

E, se não se realizar o fato gerador presumido ou se realizar a menor – e aí tem que se frisar aqui que é importante que isso fosse foco na micro e pequena empresa –, o Estado terá que devolver esse recurso.

Penso que esse projeto, Senador Requião, é um projeto justo, um projeto que tenta resgatar um pouco aquilo que a Constituição assegura à micro e pequena empresa, que é um tratamento tributário diferenciado, que já foi objeto de regulamentação por lei complementar e freia essa voracidade, essa vontade arrecadatória do Estado do Paraná, que é para responder a uma dívida que os cidadãos e que as micros e pequenas empresas não têm responsabilidade.

Concedo um aparte ao Senador Roberto Requião.

(Soa a campanha.)

O Sr. Roberto Requião (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senadora, o Paraná está realmente em um estado de caos, os escândalos se sucedem. Eu examinava hoje o tratamento dado a Sanepar. Primeiro, uma antecipação de receita recebida pelo Governo de Estado, o que é impedido, de forma absoluta, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, é um crime. Mas, ao longo do nosso governo, que foi um governo de parceria do PMDB com o PT, eu não retirei os dividendos da Sanepar que caberiam ao Estado. Não retirei para que a Sanepar pudesse investir e não retirei para aumentar o capital do Estado na Sanepar, e, com isso, eliminaria inclusive a dívida da Sanepar para com o Estado. Não consegui fazer isso, porque os tais sócios privados do Consórcio Dominó, senão me engano, foram à Justiça, à Câmara de Valores Imobiliários, para impedir o aumento do capital da Sanepar. Mas, agora, o atual Governador fez o aumento do capital. Só que as ações da Sanepar, que têm o valor de mais ou menos R\$7,00, foram avaliadas em treze e pouco, para diminuir a participação do Estado em relação aos sócios privados. Agora, esse apensamento é uma dessas coisas inexplicáveis do Senado da República. Se V. Ex^a observar nos dados do Senado, verificará que eles foram encaminhados para a Comissão de Assuntos Sociais. Eu conversava há pouco com o Senador Moka, que nunca viu – que é o Presidente da Comissão – esse projeto. Portanto, não tem relator algum. E, por incrível que pareça, ele foi distribuído para seis comissões, inclusive a Comissão de Educação. Então, ele foi objeto de uma manipulação para que jamais fosse votado. Interferência de quem? Por quê? Por que retirar um projeto que dá consequência à própria Lei da Microempresa, que começou no Paraná e foi replicada pela Presidência da República, na época do Presidente Lula, e que mexeu com a estrutura de emprego do Brasil? Porque, em Curitiba, no Paraná, em Paris ou em Nova York, a pequena e a média empresa são sempre responsáveis por qualquer coisa ao redor de 70, 80% dos empregos oferecidos. Então, nós estamos diante do escândalo no Paraná. Eu conversava outro dia com a Secretária da Fazenda do Paraná, e ela me explicava que não existe essa história de contemplar microempresa, que elas ficam se replicando, multiplicando; tem é que cobrar mesmo. É uma visão completamente na contramão de tudo aquilo que fizemos, no passado, no Estado e que o Presidente Lula replicou em âmbito nacional. Por que desapareceu esse projeto?

(Soa a campanha.)

O Sr. Roberto Requião (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Por que a Comissão de Assuntos Sociais não sabe onde ele está se, desde novembro do ano passado, ele deveria estar na comissão para designação de um relator? Nós temos um problema no Paraná, mas temos um problema no Senado da República, que não é só nessa comissão. Eu fiz aqui uma proposta, enquanto V. Ex^a estava na Casa Civil, que contou com 55 assinaturas de Senadores. A proposta é a seguinte: que a gente acabe com essa história de relator designado ao sabor do

comando eventual da Casa e que os relatores sejam designados por um algoritmo, à maneira como fazem os tribunais superiores. Um algoritmo disciplinado: você pode se negar a receber um processo, porque já está com uma sobrecarga, mas jamais você vai delegar e substabelecer a relatoria; volta para o processo de distribuição. Nós temos um controle por parte da Mesa...

(Interrupção do som.)

O Sr. Roberto Requião (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Nós temos um controle por parte da Mesa e da dominância do Senado, dos grupos que dominam a Casa, que está impedindo o exercício legítimo dos mandatos de cada Senador. Bom, o que aconteceu com esse projeto, uma reforma do Regimento? A Mesa mandou esse projeto para uma Comissão de Reforma Estatutária, está na mão do Senador Lobão e nunca mais andou, embora o Senador já tenha me dito que ele é favorável ao sistema. Precisamos democratizar o Senado da República, nós estamos tendo dificuldade no exercício do mandato. Eu tenho 23 projetos, desde que entrei aqui, e boa parte deles estão sem relator, parados, desaparecidos; e temos três ou quatro Senadores que relatam tudo, têm um monopólio da relatoria dos processos importantes do Senado da República. Não é só o Paraná que está vivendo uma anarquia e uma bagunça, é o Senado também.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio ao Governo/PT – PR) – Agradeço o aparte, Senador Roberto Requião.

Quero dizer que, em relação a esse projeto, vou ter um empenho muito grande junto com V. Exª para que façamos com que ele tramite. E quero também já dizer da minha disposição de conversar com todos os Líderes partidários para que possamos solicitar regime de urgência e fazer com que, de fato, tramite e possamos fazer valer o dispositivo constitucional que assegura à micro e à pequena empresa um tratamento tributário diferenciado.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM – MT) – Seguindo a ordem de inscrição, falará, pela Liderança do PT, o Senador Paulo Paim, mas, antes de mais nada, a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM – MT) –

ORDEM DO DIA

Até o presente momento não chegou à Presidência informação sobre acordo de Liderança para a deliberação das matérias constantes da pauta de hoje.

Dessa maneira, a Presidência transfere as matérias da Ordem do Dia da presente sessão para a da próxima sessão deliberativa.

Assim, está encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 626, DE 2013

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 626, de 2013, *que abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de dois bilhões, quinhentos e trinta e um milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, duzentos e cinquenta e três reais, para o fim que especifica.*

Parecer sob nº 89, de 2013, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador Wilder Moraes (DEM/GO); e Relator Revisor: Deputado Bohn Gass (PT/RS), favorável à Medida Provisória; e pela inadmissão da Emenda nº 1, oferecida perante aquela Comissão.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 34, DE 2013

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador José Agripino, *que altera os incisos XIX e XX do art. 37 e o art. 88 da Constituição Federal, para determinar que a criação e extinção de órgãos, Ministérios ou entidades da Administração Pública seja feita mediante lei complementar.*

Parecer nº 1.266, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Francisco Dornelles, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

3**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 499, DE 2013**
(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 499, de 2013 (apresentado como conclusão do Relatório Parcial nº 4, de 2013, da Comissão Mista de Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação de Dispositivos da Constituição Federal, Relator: Senador Romero Jucá), que *define crimes de terrorismo e dá outras providências*.

-Pendente de deliberação do Requerimento nº 44, de 2014, do Senador Paulo Paim, de audiência da CDH.

4**REQUERIMENTO Nº 1371, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.371, de 2013, do Senador Humberto Costa, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2011-Complementar, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (concessão de aposentadoria especial ao trabalhador na construção civil)*.

5**REQUERIMENTO Nº 1423, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.423, de 2013, do Senador Zeze Perrella, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 446, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (preferência na adoção de crianças ou adolescentes abandonados)*.

6**REQUERIMENTO Nº 1428, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.428, de 2013, do Senador Wilder Moraes, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (berçário ou creche no local de trabalho)*.

7**REQUERIMENTO Nº 1465, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.465, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2011, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (cardápios em Braille em restaurantes)*.

8**REQUERIMENTO Nº 1473, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.473, de 2013, do Senador Walter Pinheiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Serviços de Infraestrutura (observância de parâmetro de cobertura populacional para a implantação de unidades básicas de saúde)*

9**REQUERIMENTO Nº 1474, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.474, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 484, de 2013, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (importação de material biológico de origem humana para fins de ensino e pesquisa)*.

10**REQUERIMENTO Nº 1491, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.491, de 2013, do Senador Armando Monteiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2013, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (comercialização de alimentos e produtos de puericultura)*.

11

REQUERIMENTO Nº 1, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1, de 2014, da Senadora Vanessa Grazziotin, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa (berçário ou creche no local de trabalho).*

12

REQUERIMENTO Nº 2, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 2, de 2014, da Senadora Vanessa Grazziotin, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (berçário ou creche no local de trabalho).*

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM – MT) – A Presidência recebeu os **Ofícios nºs 10, 25, 26 e 27** da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados com indicações de Senhores Deputados daquele partido que deverão compor as Comissões Mistas destinadas a proferir parecer às **Medidas Provisórias nºs 631, 632, 633, 635 e 636, todas de 2013.**

A Presidência designa os Parlamentares conforme a relação estabelecida nos referidos expedientes em substituição aos anteriormente indicados.

Os ofícios serão publicados e encaminhados às Comissões Mistas para serem juntados aos processados das matérias.

São os seguintes os Ofícios:

Of. nº 10/14/PSD

Brasília, 5 de fevereiro de 2014

Assunto: Substituição de indicação de parlamentar do PSD para compor comissão

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito a substituição da indicação do Deputado Eleuses Paiva (PSD/SP), pelo Deputado Hugo Napoleão (PSD/PI), como TITULAR da: Comissão mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 633, de 2013.

Atenciosamente, – **Moreira Mendes**, Líder do PSD

Of. nº 25/14/PSD

Brasília, 11 de fevereiro de 2014

Assunto: Substituição de indicação de parlamentar do PSD para compor comissão mista

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito a substituição da indicação do Deputado Eleuses Paiva (PSD/SP) pelo Deputado Irajá Abreu (PSD/TO), como TITULAR das Comissões mistas destinadas a emitir parecer sobre as Medidas Provisórias nºs 635 e 636, de 2013.

Atenciosamente, – **Moreira Mendes**, Líder do PSD

Of. nº 26/14/PSD

Brasília, 11 de fevereiro de 2014

Assunto: Substituição de indicação de parlamentar do PSD para compor comissão mista

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito a substituição da indicação do Deputado Eleuses Paiva (PSD/SP) pelo Deputado Urzeni Rocha (PSD/RR), como TITULAR da Comissão mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 631, de 2013.

Atenciosamente, – **Moreira Mendes**, Líder do PSD

Of. nº 27/14/PSD

Brasília, 11 de fevereiro de 2014

Assunto: Substituição de indicação de parlamentar do PSD para compor comissão mista

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito a substituição da indicação do Deputado Eleuses Paiva (PSD/SP) pelo Deputado Jaime Martins (PSD/MG), como TITULAR da Comissão mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 632, de 2013.

Atenciosamente, – **Moreira Mendes**, Líder do PSD.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoridade/DEM – MT) – A Presidência designa, como membro titular, o Deputado Ronaldo Zulke, em substituição ao Deputado Newton Lima e, como membro suplente, o Deputado Odair Cunha, em substituição ao Deputado Ronaldo Zulke, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 629, de 2013, conforme o **Ofício nº 85, de 2014**, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.

O ofício será encaminhado à Comissão Mista para ser juntado ao processado da matéria.

É o seguinte o Ofício:

OF nº 85/GAB-LidPT

Brasília-DF, 12 de fevereiro de 2014

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, para indicar como membro titular o deputado RONALDO ZULKE – PT/RS em substituição ao Deputado NEWTON LIMA – PT/SP e como membro suplente o deputado ODAIR CUNHA – PT/MG em substituição ao deputado RONALDO ZULKE – PT/RS, na Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 629, de 18 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2013, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

Atenciosamente, – Dep. **Vicentinho** – PT/SP, Líder da bancada na Câmara

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoridade/DEM – MT) – A Presidência designa o Senador Waldemir Moka, em vaga existente, para integrar a Comissão Mista de Controle de Atividades de Inteligência, conforme o **Ofício nº 33, de 2014**, da Liderança do PMDB e do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal.

O ofício será encaminhado à Comissão Mista para ser juntado ao processado da matéria.

É o seguinte o Ofício:

OF. GLPMDB nº 33/2014

Brasília, 12 de fevereiro de 2014

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, comunico, nos termos regimentais, a indicação do Senador Waldemir Moka – PMDB/MS para compor a Comissão Mista de Controle de Atividades de Inteligência do Congresso Nacional, como representante do Bloco Parlamentar da Maioria.

Na oportunidade, renovo votos de apreço e consideração – Senador **Eunício Oliveira**, Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoridade/DEM – MT) – A Presidência designa, como membro titular, o Deputado Efraim Filho, em substituição ao Deputado Mendonça Filho, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 638, de 2014**, conforme o **Ofício nº 29, de 2014**, da Liderança do Democratas na Câmara dos Deputados.

O ofício será encaminhado à Comissão Mista para ser juntado ao processado da matéria.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 29-L-Democratas/14

Brasília, 12 de fevereiro de 2014

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado EFRAIM FILHO parara integrar, como membro titular, a Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 638, de 17 de janeiro de 2014, que “Altera a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores – Inovar-Auto.”, em minha substituição.

Respeitosamente, – Deputado **Mendonça Filho**, Líder do Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM – MT) – A Presidência recebeu os **Ofícios nºs 38 a 45, de 2014**, da Liderança do PTB na Câmara dos Deputados com indicações de Senhores Deputados daquele partido que deverão compor as Comissões Mistas destinadas a proferir parecer às **Medidas Provisórias nºs 629, 630, 631, 632, 634, 635 e 636, todas de 2013, e 638 de 2014**.

A Presidência designa os Parlamentares conforme a relação estabelecida nos referidos expedientes em substituição aos anteriormente indicados.

Os ofícios serão publicados e encaminhados às Comissões Mistas para serem juntados aos processados das matérias.

São os seguintes os ofícios:

Of. nº 38/2014

Brasília, 12 de fevereiro de 2014

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Senhor Deputado SÉRGIO MORAES (PTB/RS), na condição de Titular, em substituição ao Senhor Deputado JOVAIR ARANTES (PTB/GO); e, na qualidade de suplente, o Senhor Deputado ALEX CANZIANI (PTB/PR), em substituição ao Senhor Deputado ANTONIO BRITO (PTB/BA), para integrarem a Comissão Mista sobre a MP 638/2013, que “Altera a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores – Inovar-Auto.”.

Aproveito o ensejo para reiterar protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente, – Deputado **Jovair Arantes**, Líder do PTB.

Of. nº 39/2014

Brasília, 12 de fevereiro de 2014

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Senhor Deputado JOSUÉ BENGTON (PTB/PA), na condição de Titular, em substituição ao Senhor Deputado JOVAIR ARANTES (PTB/GO); e, na qualidade de suplente, o Senhor Deputado NELSON MARQUEZELLI (PTB/SP), em substituição ao Senhor Deputado ANTONIO BRITO (PTB/BA), para integrarem a Comissão Mista sobre a MP 636/2013, que “Dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, concede remissão nos casos em que especifica e dá outras providências”.

Aproveito o ensejo para reiterar protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente, – Deputado **Jovair Arantes**, Líder do PTB.

Of. nº 40/2014

Brasília, 12 de fevereiro de 2014

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Senhor Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP), na condição de Titular, em substituição ao Senhor Deputado JOVAIR ARANTES (PTB/GO); e, na qualidade de suplente, o Senhor Deputado RONALDO NOGUEIRA (PTB/RS), em substituição ao Senhor Deputado ANTONIO BRITO (PTB/BA), para integrarem a Comissão Mista sobre a MP 632/2013, que “Dispõe sobre remuneração das Carreiras e dos Planos Especiais de Cargos das Agências Reguladoras, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, da Carreira de Perito Federal Agrário, das Carreiras do Hospital das Forças Armadas, da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, dos empregados de que trata a Lei nº 8.878, de 11

de maio de 1994; autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, a Lei nº 12.800, de 23 de abril de 2013; e dá outras providências”.

Aproveito o ensejo para reiterar protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente, – Deputado **Jovair Arantes**, Líder do PTB.

Of. nº 41/2014

Brasília, 12 de fevereiro de 2014

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Senhor Deputado JORGE CORTE REAL (PTB/PE), na condição de Titular, em substituição ao Senhor Deputado JOVAIR ARANTES (PTB/GO); e, na qualidade de suplente, o Senhor Deputado ALEX CANZIANI (PTB/PR), em substituição ao Senhor Deputado ANTONIO BRITO (PTB/BA), para integrarem a Comissão Mista sobre a MP 634/2013, que “Prorroga o prazo para a destinação de recursos aos Fundos Fiscais de Investimentos, altera a legislação tributária federal, e dá outras providências”.

Aproveito o ensejo para reiterar protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente, – Deputado **Jovair Arantes**, Líder do PTB.

Of. nº 42/2014

Brasília, 12 de fevereiro de 2014

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Senhor Deputado NELSON MARQUEZELLI (PTB/SP), na condição de Titular, em substituição ao Senhor Deputado JOVAIR ARANTES (PTB/GO); e, na qualidade de suplente, o Senhor Deputado JOSUÉ BENGTON (PTB/PA), em substituição ao Senhor Deputado ANTONIO BRITO (PTB/BA), para integrarem a Comissão Mista sobre a MP 635/2013, que “Dispõe sobre a ampliação do valor do Benefício Garantia-Safra para a safra de 2012/2013, sobre a ampliação do Auxílio Emergencial Financeiro relativo aos desastres ocorridos em 2012 e dá outras providências”.

Aproveito o ensejo para reiterar protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente, – Deputado **Jovair Arantes**, Líder do PTB.

Of. nº 43/2014

Brasília, 12 de fevereiro de 2014

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Senhor Deputado WALNEY ROCHA (PTB/RJ), na condição de Titular, em substituição ao Senhor Deputado JOVAIR ARANTES (PTB/GO); e, na qualidade de suplente, o Senhor Deputado NELSON MARQUEZELLI (PTB/SP), em substituição ao Senhor Deputado ANTONIO BRITO (PTB/BA), para integrarem a Comissão Mista sobre a MP 631/2013, que “Altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, que dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de resposta e recuperação nas áreas atingidas por desastre e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas”.

Aproveito o ensejo para reiterar protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente, – Deputado **Jovair Arantes**, Líder do PTB.

Of. nº 44/2014

Brasília, 12 de fevereiro de 2014

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Senhor Deputado JORGE CORTE REAL (PTB/PE), na condição de Titular, em substituição ao Senhor Deputado JOVAIR ARANTES (PTB/GO); e, na qualidade de suplente, o Senhor Deputado JOSÉ CHAVES (PTB/PE), em substituição ao Senhor Deputado ANTONIO BRITO (PTB/BA), para integrarem a Comissão Mista sobre a MP 630/2013, que “Altera a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC e dá outras providências”.

Aproveito o ensejo para reiterar protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente, – Deputado **Jovair Arantes**, Líder do PTB.

Of. nº 45/2014

Brasília, 12 de fevereiro de 2014

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Senhor Deputado JORGE CORTE REAL (PTB/PE), na condição de Titular, em substituição ao Senhor Deputado JOVAIR ARANTES (PTB/GO); e, na qualidade de suplente, o Senhor Deputado RONALDO NOGUEIRA (PTB/RS), em substituição ao Senhor Deputado ANTONIO BRITO (PTB/BA), para integrarem a Comissão Mista sobre a MP 629/2013, que “Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2013, com o objetivo de fomentar as exportações do País”.

Aproveito o ensejo para reiterar protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente, – Deputado **Jovair Arantes**, Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM – MT) – A Presidência comunica que recebeu o **Ofício nº 154, de 2014**, do Presidente da Câmara dos Deputados, informando a Declaração da Perda do Mandato de Deputado Federal do Senhor Natan Donadon (SEM PARTIDO/RO), em 12 de fevereiro de 2014, nos termos da Resolução da Câmara dos Deputados nº 53 de 2014, publicada no Suplemento ao Diário da Câmara dos Deputados nº 12, de 13 de fevereiro de 2014.

O Ofício vai à publicação.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 154/2014/SGM/P

Brasília, 13 de fevereiro de 2014

Assunto: Declaração de perda do mandato parlamentar

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a Declaração da Perda do Mandato de Deputado Federal do Senhor Natan Donadon, nome parlamentar NATAN DONADON (SEM PARTIDO/RO), em 12 de fevereiro de 2014, nos termos da Resolução da Câmara dos Deputados n. 53 de 2014, publicada no Suplemento ao Diário da Câmara dos Deputados n. 12, de 13 de fevereiro de 2014, exemplar em anexo.

Atenciosamente, – **Henrique Eduardo Alves**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM – MT) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 78, DE 2014

Requer VOTO DE PESAR por ocasião do falecimento do Empresário José Marcos Leite, ocorrido em 12 de fevereiro de 2014.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, VOTO DE PESAR por ocasião do falecimento do empresário José Marcos Leite, ocorrido ontem, dia 12 de fevereiro de 2014, vítima de parada cardíaca, no Hospital Osvaldo Cruz, em São Paulo.

Requeiro, ademais, que este Voto de Pesar seja levado ao conhecimento de sua Esposa, Sra. Ana Maria Leite e, por seu intermédio, aos filhos José Marcos Leite Júnior, Leandro Luiz Leite, Ricardo Leite e Murilo Leite, e também aos seus oito netos.

Justificação

José Marcos Leite foi uma dos pioneiros da pecuária acreana, participante ativo e relevante da construção do patrimônio pecuário do Estado, com investimentos no setor primário e na indústria frigorífica.

Nascido na Cidade de Ibirá, no Estado de São Paulo, José Marcos Leite escolheu o Estado do Acre para morar, onde viveu 45 dos seus 78 anos com sua família.

Transformou-se, também, junto com seus familiares, num grande e tradicional investidor no ramo educacional, construindo o maior complexo educacional particular do Estado do Acre (Sistema Uninorte/lesacre/Primeiro Passo), que ao todo conta com um número próximo a 10 mil alunos do Ensino Superior, Médio e Fun-

damental, contribuindo substancialmente para a formação cultural e profissional de jovens de Rio Branco e de outros municípios do Estado do Acre.

Pela grande contribuição que deu à Economia e à Educação no Estado do Acre, dele me despeço com o respeito devido, pedindo aos nobres pares do Senado Federal que aprovem essa justa homenagem que ora requeiro.

Sala das Sessões, 13 de fevereiro de 2014. – Senador **Anibal Diniz**, PT/AC.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM – MT) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 79, DE 2014

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal e do art. 215, inciso I, alínea *a*, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Fazenda informações referentes: (1) aos contratos de refinanciamento, pela União, das dívidas públicas estaduais e municipais, segundo as Leis nºs 8.727, de 1993, e 9.496, de 1997, e a Medida Provisória nº 1.811, de 1999, e sucedâneas; (2) ao Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária – PROES, segundo a Medida Provisória nº 1.514, de 1996, e sucedâneas. As informações devem ser fornecidas em meio eletrônico, para cada Estado e Município, e por tipo de financiamento ou norma legal, contendo os seguintes detalhes:

- a) valor em reais financiado inicialmente;
- b) data da assinatura do contrato do financiamento com a União;
- c) valor em reais do serviço da dívida pago anualmente; e
- d) saldo devedor ao final de cada ano.

A seguir, sugestão de modelo de formulário a ser preenchido com as informações requeridas:

Estado ou Município:	...	Lei ou MPV
Data da Assinatura:	Dia/Mês/Ano	...
Valor Inicial:	R\$...	
Ano	Valor Pago no Ano	Saldo no Final do Ano
1º Ano	R\$...	R\$...
2º Ano	R\$...	R\$...
...	R\$...	R\$...
2013	R\$...	R\$...

Sala das Sessões, – Senador **Aécio Neves**.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 80 DE 2013

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição números 51, de 2013, que “*altera os arts. 21, 24 e 144 da Constituição; acrescenta os arts. 143-A, 144-A e 144-B, reestrutura o modelo de segurança pública a partir da desmilitarização do modelo policial*”, e 73, de 2013, que “*altera a redação do § 1º do art. 144 da Constituição Federal, para determinar que a polícia federal é órgão estruturado em carreira única*”, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2014. – Senador **Humberto Costa**.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM – MT) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2014

(Senador Alfredo Nascimento – PR/AM)

Suspende as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre o óleo diesel utilizado no transporte fluvial de passageiros desenvolvido na Amazônia Legal e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica suspensa a exigência da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP), da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Cofins-Importação, no caso de venda ou de importação, quando destinados ao transporte fluvial de passageiros, para a pessoa jurídica previamente habilitada, nos termos e condições a serem fixados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, de óleo diesel e suas correntes, classificado no código 2710.19.21 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011.

§ 1º A pessoa jurídica que não destinar o óleo diesel ao transporte fluvial de passageiros fica obrigada a recolher as contribuições não pagas em função da suspensão de que trata este artigo, acrescidas de juros e multa de mora, na forma da lei, contados a partir da data da aquisição ou do registro da Declaração de Importação – DI.

§ 2º Na hipótese de não ser efetuado o recolhimento na forma do § 1º deste artigo, caberá lançamento de ofício, com aplicação de juros e da multa de que trata o caput do art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

§ 3º Nas notas fiscais relativas à venda de que trata o caput deste artigo deverá constar a expressão “Venda de óleo diesel efetuada com Suspensão de PIS/Cofins”, com a especificação do dispositivo legal correspondente e do código fiscal do produto.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor no primeiro dia do ano subsequente ao de sua publicação.

Justificação

O presente Projeto de Lei tem por objetivo a concessão de benefício fiscal para aqueles que exploram o transporte fluvial de passageiros na Amazônia Legal e dá outras providências.

O transporte fluvial de passageiro na região Amazônica assume enorme importância pelo posicionamento dos núcleos populacionais situados às margens dos rios sem nenhuma outra alternativa, além do transporte hidroviário.

É atividade considerada prioritária e essencial para aquela Região, é por meio dela que a população se movimenta, transporta alimentos e insumos que abastecem as cidades ribeirinhas, além de ser a única forma de transporte que a população ribeirinha tem para buscar tratamento de saúde em centros mais desenvolvidos e com melhores condições de assistência.

Nessa região, o transporte é feito por embarcações mistas de passageiros e cargas, tendo em vista as grandes distâncias que separam os municípios na Região Amazônica, onde o tempo de duração das viagens é medido em dias, diferentemente das outras Regiões cujo norteador temporal é hora e onde o transporte é efetuado predominantemente por embarcações de pequeno e médio porte.

Por isso, compete ao Poder Público criar meios para reduzir o preço das passagens, assegurando a essa população transporte barato e seguro.

A alíquota zero de PIS/PASEP e COFINS sobre o óleo diesel utilizado nas embarcações de transportes de passageiro fluvial constitui medida eficaz e essencial ao barateamento dos custos desse tipo transporte, razão por que proponho o presente Projeto de Lei na certeza de sua aprovação.

O que se propõe nesse PLS já está sendo praticado no transporte marítimo de cargas, conforme dispõe o art. 2º da Lei nº 11.774, de 17 de setembro de 2008, sendo plenamente cabível, também, no transporte de passageiros fluvial.

Ante o exposto e tendo em vista a relevância da matéria, em especial para os usuários do transporte fluvial de passageiros, peço o apoio dos nobres colegas Parlamentares para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, – Senador **Alfredo Nascimento**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO Nº 7.660, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011

Aprova a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto nos incisos I e II do **caput** do art. 4º do Decreto-Lei no 1.199, de 27 de dezembro de 1971, no Decreto no 2.376, de 12 de novembro de 1997, no inciso XIX do **caput** do art. 2º do Decreto no 4.732, de 10 de junho de 2003, e na Resolução Camex no 94, de 8 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI anexa a este Decreto.

Art. 2º A TIPI aprovada por este Decreto tem por base a Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM.

Art. 3º A NCM constitui a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias baseada no Sistema Harmonizado – NBM/SH para todos os efeitos previstos no art. 2º do Decreto-Lei nº 1.154, de 1º de março de 1971.

Art. 4º Fica a Secretaria da Receita Federal do Brasil autorizada a adequar a TIPI, sempre que não implicar alteração de alíquota, em decorrência de alterações promovidas na NCM pela Câmara de Comércio Exterior – CAMEX.

Parágrafo único. Aplica-se ao ato de adequação referido no **caput** o disposto no inciso I do **caput** do art. 106 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional – CTN.

Art. 5º A Tabela anexa ao Decreto nº 4.070, de 28 de dezembro de 2001, aplica-se exclusivamente para fins do disposto no art. 7º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012.

Art. 7º Ficam revogados, a partir de 1º de janeiro de 2012:

I - os arts. 10, 14 e 15 do Decreto nº 7.567, de 15 de setembro de 2011;

II – os arts. 3º a 5º do Decreto nº 7.604, de 10 de novembro de 2011;

III - o Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006;

IV – o Decreto nº 6.024, de 22 de janeiro de 2007;

V – o Decreto nº 6.072, de 3 de abril de 2007;

VI – o Decreto nº 6.184, de 13 de agosto de 2007;

VII – o Decreto nº 6.225, de 4 de outubro de 2007;

VIII – o Decreto nº 6.227, de 8 de outubro de 2007;

IX – o Decreto nº 6.455, de 12 de maio de 2008;

X – o Decreto nº 6.465, de 27 de maio de 2008;

XI – o Decreto nº 6.501, de 2 de julho de 2008;

XII – o Decreto nº 6.520, de 30 de julho de 2008;

XIII – o Decreto nº 6.588, de 1º de outubro de 2008;

XIV – o Decreto nº 6.677, de 5 de dezembro de 2008;

XV – o Decreto nº 6.687, de 11 de dezembro de 2008;

XVI – o Decreto nº 6.696, de 17 de dezembro de 2008;

XVII – o Decreto nº 6.723, de 30 de dezembro de 2008;

XVIII – o Decreto nº 6.743, de 15 de janeiro de 2009;

XIX – o Decreto nº 6.809, de 30 de março de 2009;

XX – o Decreto nº 6.890, de 29 de junho de 2009;

XXI – o Decreto nº 6.905, de 20 de julho de 2009;

XXII – o Decreto nº 6.996, de 30 de outubro de 2009;

XXIII – o Decreto nº 7.017, de 26 de novembro de 2009;

XXIV – o Decreto nº 7.032, de 14 de dezembro de 2009;

XXV – o Decreto nº 7.060 de 30 de dezembro de 2009;

XXVI – o Decreto nº 7.145, de 30 de março de 2010;

XXVII – o Decreto nº 7.394, de 15 de dezembro de 2010;

XXVIII – o Decreto nº 7.437, de 10 de fevereiro de 2011;

XXIX – Decreto nº 7.541, de 2 de agosto de 2011;

XXX – Decreto nº 7.542, de 2 de agosto de 2011;

XXXI – Decreto nº 7.543, de 2 de agosto de 2011;

XXXII – Decreto nº 7.614, de 17 de novembro de 2011; e

XXXIII – Decreto nº 7.631, de 1º de dezembro de 2011.

Brasília, 23 de dezembro de 2011; 190º da Independência e 123º da República. – **DILMA ROUSSEFF** – **Guido Mantega**.

LEI Nº 9.430, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1996

Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Seção V

Normas sobre o Lançamento de Tributos e Contribuições Multas de Lançamento de Ofício

Art. 44. Nos casos de lançamento de ofício, serão aplicadas as seguintes multas: (Redação dada pela Lei nº 11.488, de 2007)

I – de 75% (setenta e cinco por cento) sobre a totalidade ou diferença de imposto ou contribuição nos casos de falta de pagamento ou recolhimento, de falta de declaração e nos de declaração inexata; (Redação dada pela Lei nº 11.488, de 2007)

II – de 50% (cinquenta por cento), exigida isoladamente, sobre o valor do pagamento mensal: (Redação dada pela Lei nº 11.488, de 2007)

a) na forma do art. 8º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que deixar de ser efetuado, ainda que não tenha sido apurado imposto a pagar na declaração de ajuste, no caso de pessoa física; (Incluída pela Lei nº 11.488, de 2007)

b) na forma do art. 2º desta Lei, que deixar de ser efetuado, ainda que tenha sido apurado prejuízo fiscal ou base de cálculo negativa para a contribuição social sobre o lucro líquido, no ano-calendário correspondente, no caso de pessoa jurídica. (Incluída pela Lei nº 11.488, de 2007)

1.1 – § 1º O percentual de multa de que trata o inciso I do *caput* deste artigo será duplicado nos casos previstos nos arts. 71, 72 e 73 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, independentemente de outras penalidades administrativas ou criminais cabíveis. (Redação dada pela Lei nº 11.488, de 2007)

I – (revogado); (Redação dada pela Lei nº 11.488, de 2007)

II – (revogado); (Redação dada pela Lei nº 11.488, de 2007)

III – (revogado); (Redação dada pela Lei nº 11.488, de 2007)

IV – (revogado); (Redação dada pela Lei nº 11.488, de 2007)

V – (revogado pela Lei nº 9.716, de 26 de novembro de 1998). (Redação dada pela Lei nº 11.488, de 2007)

§ 2º Os percentuais de multa a que se referem o inciso I do *caput* e o § 1º deste artigo serão aumentados de metade, nos casos de não atendimento pelo sujeito passivo, no prazo marcado, de intimação para: (Redação dada pela Lei nº 11.488, de 2007)

I – prestar esclarecimentos; (Renumerado da alínea “a”, pela Lei nº 11.488, de 2007)

II – apresentar os arquivos ou sistemas de que tratam os arts. 11 a 13 da Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991; (Renumerado da alínea “b”, com nova redação pela Lei nº 11.488, de 2007)

III – apresentar a documentação técnica de que trata o art. 38 desta Lei. (Renumerado da alínea “c”, com nova redação pela Lei nº 11.488, de 2007)

§ 3º Aplicam-se às multas de que trata este artigo as reduções previstas no art. 6º da Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991, e no art. 60 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991. (Vide Decreto nº 7.212, de 2010)

§ 4º As disposições deste artigo aplicam-se, inclusive, aos contribuintes que derem causa a ressarcimento indevido de tributo ou contribuição decorrente de qualquer incentivo ou benefício fiscal.

§ 5º Aplica-se também a multa de que trata o inciso I do *caput* sobre: (Incluído pela Medida Provisória nº 472, de 2009)

I – a parcela do imposto a restituir informado pelo contribuinte, pessoa física, na Declaração de Ajuste Anual, que deixar de ser restituído em razão da constatação de infração à legislação tributária; e (Incluído pela Medida Provisória nº 472, de 2009)

II – o valor das deduções e compensações indevidas informadas na Declaração de Ajuste Anual da pessoa física. (Incluído pela Medida Provisória nº 472, de 2009)

§ 5º Aplica-se também, no caso de que seja comprovadamente constatado dolo ou má-fé do contribuinte, a multa de que trata o inciso I do *caput* sobre: (Incluído pela Lei nº 12.249, de 2010)

I – a parcela do imposto a restituir informado pelo contribuinte pessoa física, na Declaração de Ajuste Anual, que deixar de ser restituída por infração à legislação tributária; e (Incluído pela Lei nº 12.249, de 2010)

II – (VETADO). (Incluído pela Lei nº 12.249, de 2010)

(Às Comissões de Serviços de Infraestrutura; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2014

Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes sobre as receitas decorrentes da prestação de serviços regulares de transporte interestadual e intermunicipal fluvial de passageiros, e altera a Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, para facilitar o acesso de recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM) às pessoas físicas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes sobre as receitas decorrentes da prestação de serviços regulares de transporte fluvial interestadual e intermunicipal de passageiros na Amazônia Legal.

Art. 2º O art. 26 da Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º:

“Art. 26.

I –

i) a empresa de navegação ou estaleiro brasileiros, e a pessoa física brasileira, no apoio financeiro à construção, reparo ou produção de embarcações em aço naval, destinadas ao transporte fluvial de passageiros, de elevado interesse social, até 100% (cem por cento) do valor do projeto aprovado;

.....
§ 2º Para fins do atendimento do disposto na alínea “i” do inciso I deste artigo, considerada atividade prioritária e de relevante interesse social, deverão ser consideradas, no financiamento pelo FMM, as seguintes condições:

I – Prazo de carência de até 5 (cinco) anos;

II – Juros de até 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) ao ano;

III – Prazo de amortização de 25 (vinte e cinco) anos.

..... ” (NR).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor a partir do primeiro dia do ano subsequente ao de sua publicação.

Justificação

A elevada carga tributária dificulta o desenvolvimento do transporte fluvial na Amazônia Legal, impossibilitando a renovação da frota, o que traz insegurança para os passageiros. Para modificar esse quadro, a presente proposta objetiva reduzir a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes sobre as receitas auferidas pelas empresas que exploram esse modal de transporte na região amazônica.

Em função da localização de grande parte dos núcleos populacionais no Norte do País, situados nas margens dos rios, o transporte hidroviário assume enorme importância, pois não há outra opção de locomoção. Além do transporte de passageiros, as hidrovias possibilitam o transporte de alimentos e insumos que abastecem as cidades ribeirinhas, por isso a essencialidade do setor para a região.

Deve ficar claro que a modernização da frota não visa somente ao aumento de conforto e à diminuição do tempo de viagem, mas também objetiva o incremento da segurança. Não é novidade o alto índice de acidentes ocorridos nos rios da Amazônia, trazendo dor para as famílias que perdem seus entes queridos. É preocupante a forma como o problema vem sendo tratado, considerando que, até o momento, nenhuma medida eficaz foi adotada pelas autoridades objetivando a alteração dessa situação.

Em função disso, é necessária e urgente a alteração da Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, de modo a criar novos incentivos para a modernização da frota. O tipo de embarcação atualmente utilizada – casco de madeira, em sua maioria – representa elevado risco para os usuários, em virtude da falta de manutenção adequada, das características dos rios da região, que dificultam a navegação e aumentam o risco de acidentes, sem contar o desconforto das acomodações, pois grande parte dos passageiros viaja em redes. É fundamental, assim, que sejam criadas linhas de financiamento compatíveis para favorecer o acesso ao recurso pelos pequenos empresários que atuam na região.

A medida proposta vem ao encontro de vários outros incentivos ao setor de transportes no Brasil. Como exemplo, a Lei nº 12.860, de 11 de setembro de 2013, reduziu a zero as alíquotas da Contribuição para o

PIS/PASEP e da COFINS sobre a receita da prestação de serviços regulares de transporte coletivo municipal rodoviário, metropolitano, ferroviário e aquaviário de passageiros. No entanto, as operações interestaduais ou intermunicipais não foram contempladas com a redução da carga tributária, o que está sendo corrigido com o presente projeto.

É imprescindível a imediata redução dos tributos para que os direitos de parcela significativa da população brasileira que depende do transporte fluvial possam ser efetivados em sua plenitude, em especial o direito constitucional de liberdade de locomoção (inciso XV do art. 5º).

Diante da relevância da presente iniciativa, esperamos a acolhida do projeto pelos ilustres Pares.

Sala das Sessões, – Senador **Alfredo Nascimento**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.893, DE 13 DE JULHO DE 2004

Dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante – FMM, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 26. Os recursos do FMM serão aplicados:

I – em apoio financeiro reembolsável mediante concessão de empréstimo:

a) prioritariamente, a empresa brasileira de navegação, até 90% (noventa por cento) do valor do projeto aprovado:

1. para a construção de embarcação em estaleiro brasileiro; e

2. para jumborização, conversão, modernização ou reparação de embarcação própria, inclusive para a aquisição e instalação de equipamentos necessários, quando realizadas por estaleiro brasileiro;

b) a empresa brasileira de navegação, a estaleiro e outras empresas ou entidades brasileiras, inclusive as representativas de classe dos setores de Marinha Mercante e de construção naval, para projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico e formação e aperfeiçoamento de recursos humanos voltados para os setores da Marinha Mercante, construção ou reparo naval, até 90% (noventa por cento) do valor do projeto aprovado;

c) a estaleiro brasileiro para financiamento à produção de embarcação:

1. destinada a empresa brasileira de navegação, até 90% (noventa por cento) do valor do projeto aprovado;

2. destinada à exportação, até 90% (noventa por cento) do valor do projeto aprovado;

d) à Marinha do Brasil, até 100% (cem por cento) do valor do projeto aprovado, para construção e reparos, em estaleiros brasileiros, de embarcações auxiliares, hidrográficas, oceanográficas, e de embarcações a serem empregadas na proteção do tráfego marítimo nacional;

e) às entidades públicas, instituições de pesquisa e a outros órgãos, inclusive os representativos de classe dos setores de Marinha Mercante e de construção naval, até 100% (cem por cento) do valor do projeto aprovado, para a construção de embarcações auxiliares, hidrográficas e oceanográficas, em estaleiros brasileiros;

f) às empresas brasileiras, até 90% (noventa por cento) do valor do projeto aprovado, para construção, jumborização, conversão, modernização ou reparação, quando realizadas por estaleiro brasileiro, de qualquer tipo de embarcação própria, de aplicação comercial, industrial ou extrativista, no interesse do desenvolvimento da Marinha Mercante e da indústria de construção e reparação naval;

g) aos estaleiros brasileiros, para financiamento de reparo de embarcações, até 90% (noventa por cento) do valor do projeto aprovado;

h) aos estaleiros, arsenais e bases navais brasileiros, para expansão e modernização de suas instalações ou para construção de novas instalações, até 90% (noventa por cento) do valor do projeto aprovado;

i) a empresa de navegação ou estaleiro brasileiros, no apoio financeiro à construção ou produção de embarcações destinadas ao transporte fluvial de passageiros de elevado interesse social, até 100% (cem por cento) do valor do projeto aprovado;

j) a empresa de navegação ou estaleiro brasileiros no apoio financeiro à construção ou produção de embarcações destinadas à pesca, até 100% (cem por cento) do valor do projeto aprovado; e

l) para outras aplicações em investimentos, no interesse da Marinha Mercante e da indústria de construção naval brasileiras;

II – no pagamento ao agente financeiro:

a) de valor correspondente à diferença apurada entre o custo de captação de recursos para o agente financeiro e o custo do financiamento contratado com o beneficiário, sempre que o agente financeiro for o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES;

b) das comissões devidas pela concessão de financiamentos realizados com recursos do FMM e de outras fontes, a título de administração ou risco das operações contratadas até a publicação desta Lei; e

c) de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, para títulos federais, incidentes sobre os adiantamentos de recursos realizados pelo agente financeiro com recursos de outras fontes, destinados ao pagamento das comissões de risco devidas em operações de repasse de recursos do FMM;

III – no financiamento da diferença entre o custo interno efetivo de construção de embarcações e o valor das operações contratadas, com recursos do FMM e de outras fontes, limitada a 10% (dez por cento) do valor do contrato de construção de embarcação destinada ao mercado interno;

IV – em crédito reserva, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato de financiamento concedido com recursos do FMM e de outras fontes à produção de embarcação destinada à exportação, visando a assegurar o término da obra, no caso de descumprimento da correspondente obrigação de fazer por parte do estaleiro;

V – em programas especiais direcionados à pesca artesanal ou ao transporte de passageiros, considerados atividades prioritárias e de relevante interesse social, com redução de encargos financeiros referentes a juros e atualização monetária, conforme dispuser o Conselho Monetário Nacional, por proposta do Ministro de Estado dos Transportes; e

VI – em despesas relativas à arrecadação, gestão e utilização dos recursos do FMM.

Parágrafo único. As comissões de que trata a alínea b do inciso II deste artigo continuarão a ser reguladas pelas regras do Conselho Monetário Nacional vigentes na data da publicação desta Lei, e poderão ser pagas ao agente financeiro, mediante retenção nas prestações recebidas dos mutuários.

(Às Comissões de Serviços de Infraestrutura; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2014

Altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, com o intuito de desburocratizar o procedimento de reconhecimento de firma do administrado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público, boa-fé na relação com os administrados e eficiência.

.....” (NR)

“Art. 22.

§ 2º Salvo imposição legal, o reconhecimento de firma somente será exigido quando houver fundada dúvida de autenticidade e poderá ser realizado, de forma simplificada, mediante a assinatura do administrado diante do servidor público competente do órgão ou entidade onde tramite o processo administrativo.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Constituição Federal (CF) assegura aos cidadãos o direito ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa, tanto no processo judicial quanto no administrativo (art. 5º, incisos LIV e LV).

Mais recentemente, a Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004, inseriu o inciso LXXVIII no rol dos direitos fundamentais do cidadão elencados no art. 5º da CF, que contempla o direito à razoável

duração do processo, no âmbito judicial e no âmbito administrativo, e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

O foco do presente projeto de lei é a desburocratização, a agilização e a razoável duração do processo no âmbito administrativo.

Vimos que a Constituição Federal assegura esses direitos a todos os cidadãos quando litigam administrativamente com o Estado em defesa de seus direitos.

A Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que *regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal*, é o diploma legal que reúne normas gerais sobre o processo administrativo e específicas sobre o processo administrativo na administração pública Federal, consoante determina o art. 24, inciso XI da CF.

Entendemos serem necessários alguns ajustes na relação do Estado com o cidadão quando este apresenta petições por ele subscritas em que há a exigência legal de reconhecimento firma, isto é, em que a assinatura do cidadão deva ser checada por cartórios que atestam a semelhança com sua assinatura previamente depositada nesse mesmo cartório.

Todos aqueles que já foram a cartórios sabem o transtorno que é obter o reconhecimento de uma assinatura: filas intermináveis, desconforto e um total desrespeito ao cidadão.

Pior do que essas circunstâncias materiais é o fato que as motivou: a desconfiança do Estado de que o cidadão que assina uma petição não seja, efetivamente, o titular do direito pleiteado.

Há que se abolir essa cultura da desconfiança entre o Estado e o cidadão, que gera, como consequência indesejável e inconstitucional, uma demora desarrazada na duração do processo administrativo. Há que se acreditar na boa-fé dos administrados.

Nesse sentido, estamos propondo duas singelas, porém, impactantes alterações à Lei nº 9.784, de 1999.

A primeira é inserir, no rol de princípios que balizam a relação do Estado com o cidadão (art. 2º, **caput**), o princípio da boa-fé. Sabemos que, com a Constituição Federal de 1988, os princípios passaram a ser normas que condensam importantes valores que são irradiados por todo o ordenamento, podendo ser elementos decisivos no desate de importantes questões jurídicas.

A segunda alteração proposta é que seja conferida nova redação ao § 2º do art. 22 da Lei nº 9.784, de 1999.

Temos que reconhecer que a citada Lei, por intermédio do § 2º de seu art. 22, restringiu sobremaneira as hipóteses de exigência do reconhecimento de firma: somente nos casos em que haja determinação legal e dúvida quanto à autenticidade da assinatura.

Entendemos, contudo que a redação do dispositivo pode ser aprimorada em benefício do cidadão.

Inicialmente, entendemos ser importante acrescentar o adjetivo *fundada*, que qualifica o substantivo *dúvida*, para estabelecer que não será qualquer dúvida que servirá de base para o pedido de reconhecimento de firma. Ela deve ser significativa e relevante.

Consideramos, ainda, que, nas hipóteses em que seja necessário o reconhecimento de firma, ele possa ser realizado de forma simplificada, mediante a assinatura do administrado diante do servidor público do órgão ou entidade onde tramite o processo administrativo. Esse servidor atestará a autenticidade da assinatura.

Com essa alteração, elimina-se a necessidade de o cidadão ter que sair do órgão onde pleiteia seu direito, se deslocar até o cartório, enfrentar todos os transtornos e demoras, e retornar ao órgão público para, finalmente, apresentar sua firma reconhecida.

A aprovação desta proposição assegurará, conforme exigido pela parte final do inciso LXXVIII do art. 5º da CF, os meios que garantam a celeridade da tramitação do processo administrativo.

Os benefícios dessas simples alterações, Senhoras e Senhores Senadores, são tamanhos. A aprovação deste projeto resultará numa desejada desburocratização e no respeito ao dispositivo constitucional que assegura ao cidadão a razoável duração do processo.

Essas são as razões que nos levam a pleitear a análise, o aperfeiçoamento e a final aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, – Senador **Magno Malta**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.874, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1999

Conversão da MPv nº 1.871-27, de 1999

Altera dispositivos da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e dá outras providências.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 1.871-27, de 1999, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 3º, 4º, 9º, 18, 19, 20, 25, 27, 28 e 30 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

V –

c) ações não previstas nos incisos anteriores e consideradas relevantes pelo Ministro de Estado da Cultura, consultada a Comissão Nacional de Apoio à Cultura.” (NR)

“Art. 4º

§ 1º O FNC será administrado pelo Ministério da Cultura e gerido por seu titular, para cumprimento do Programa de Trabalho Anual, segundo os princípios estabelecidos nos arts. 1º e 3º.

§ 2º Os recursos do FNC somente serão aplicados em projetos culturais após aprovados, com parecer do órgão técnico competente, pelo Ministro de Estado da Cultura.

§ 6º Os recursos do FNC não poderão ser utilizados para despesas de manutenção administrativa do Ministério da Cultura, exceto para a aquisição ou locação de equipamentos e bens necessários ao cumprimento das finalidades do Fundo.

.....” (NR)

“Art. 9º São considerados projetos culturais e artísticos, para fins de aplicação de recursos do FICART, além de outros que venham a ser declarados pelo Ministério da Cultura:

V – outras atividades comerciais ou industriais, de interesse cultural, assim consideradas pelo Ministério da Cultura.” (NR)

“Art. 18. Com o objetivo de incentivar as atividades culturais, a União facultará às pessoas físicas ou jurídicas a opção pela aplicação de parcelas do Imposto sobre a Renda, a título de doações ou patrocínios, tanto no apoio direto a projetos culturais apresentados por pessoas físicas ou por pessoas jurídicas de natureza cultural, como através de contribuições ao FNC, nos termos do art. 5º, inciso II, desta Lei, desde que os projetos atendam aos critérios estabelecidos no art. 1º desta Lei.

§ 1º Os contribuintes poderão deduzir do imposto de renda devido as quantias efetivamente despendidas nos projetos elencados no § 3º, previamente aprovados pelo Ministério da Cultura, nos limites e nas condições estabelecidos na legislação do imposto de renda vigente, na forma de:

a) doações; e

b) patrocínios.

§ 2º As pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real não poderão deduzir o valor da doação ou do patrocínio referido no parágrafo anterior como despesa operacional.

§ 3º As doações e os patrocínios na produção cultural, a que se refere o § 1º, atenderão exclusivamente aos seguintes segmentos:

a) artes cênicas;

b) livros de valor artístico, literário ou humanístico;

c) música erudita ou instrumental;

d) circulação de exposições de artes plásticas;

e) doações de acervos para bibliotecas públicas e para museus.” (NR)

“Art. 19. Os projetos culturais previstos nesta Lei serão apresentados ao Ministério da Cultura, ou a quem este delegar atribuição, acompanhados do orçamento analítico, para aprovação de seu enquadramento nos objetivos do PRONAC.

§ 1º O proponente será notificado dos motivos da decisão que não tenha aprovado o projeto, no prazo máximo de cinco dias.

§ 2º Da notificação a que se refere o parágrafo anterior, caberá pedido de reconsideração ao Ministro de Estado da Cultura, a ser decidido no prazo de sessenta dias.

.....

§ 7º O Ministério da Cultura publicará anualmente, até 28 de fevereiro, o montante dos recursos autorizados pelo Ministério da Fazenda para a renúncia fiscal no exercício anterior, devidamente discriminados por beneficiário.

§ 8º Para a aprovação dos projetos será observado o princípio da não-concentração por segmento e por beneficiário, a ser aferido pelo montante de recursos, pela quantidade de projetos, pela respectiva capacidade executiva e pela disponibilidade do valor absoluto anual de renúncia fiscal." (NR)

"Art. 20.

§ 2º Da decisão a que se refere o parágrafo anterior, caberá pedido de reconsideração ao Ministro de Estado da Cultura, a ser decidido no prazo de sessenta dias.

....." (NR)

"Art. 25.

Parágrafo único. Os projetos culturais relacionados com os segmentos do inciso II deste artigo deverão beneficiar exclusivamente as produções independentes, bem como as produções culturais-educativas de caráter não comercial, realizadas por empresas de rádio e televisão." (NR)

"Art. 27.

§ 2º Não se consideram vinculadas as instituições culturais sem fins lucrativos, criadas pelo doador ou patrocinador, desde que devidamente constituídas e em funcionamento, na forma da legislação em vigor." (NR)

"Art. 28.

Parágrafo único. A contratação de serviços necessários à elaboração de projetos para a obtenção de doação, patrocínio ou investimento, bem como a captação de recursos ou a sua execução por pessoa jurídica de natureza cultural, não configura a intermediação referida neste artigo." (NR)

"Art. 30.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, considera-se solidariamente responsável por inadimplência ou irregularidade verificada a pessoa física ou jurídica proponente do projeto.

§ 2º A existência de pendências ou irregularidades na execução de projetos da proponente junto ao Ministério da Cultura suspenderá a análise ou concessão de novos incentivos, até a efetiva regularização.

§ 3º Sem prejuízo do parágrafo anterior, aplica-se, no que couber, cumulativamente, o disposto nos arts. 38 e seguintes desta Lei." (NR)

Art. 2º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 1.871-26, de 24 de setembro de 1999.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional em 23 de novembro de 1999; 178º da Independência e 111º da República. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 24.11.1999 – Edição extra

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM – MT) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 40, DE 2014

Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 34, de 2012 (nº 59/2012, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia em CD-ROM do Relatório elaborado sobre as Contas da Presidente da República relativas ao exercício de 2011.

Relator: Senador **JORGE VIANA**

1 RELATÓRIO

1.1 INTRODUÇÃO

Trata-se do AVS nº 34, de 2012 (Aviso no 0590- Seses-TCU-Plenário, de 27 de junho de 2012, na origem), que encaminha “cópia do CD-ROM do Relatório elaborado pelo Senhor Ministro José Múcio Monteiro sobre as Contas da Presidente da República relativas ao exercício de 2011, acompanhado das Declarações de Voto dos Ministros e do Parecer Prévio conclusivo, aprovado pelo Plenário deste Tribunal” na sessão extraordinária de 23/05/2012.

O Referido Acórdão versa sobre as contas do Governo Federal, relativas ao exercício financeiro de 2011, encaminhadas ao Congresso Nacional em cumprimento ao estabelecido nos arts. 84, inciso XXIV, e 49, inciso IX, da Constituição Federal, e no art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

1.2 ANÁLISE

Para fundamentar a análise, destaquei pontos do cenário macroeconômico, da avaliação do Programa de Aceleração do Crescimento, no que se refere à infraestrutura do desenvolvimento, e dos setores sociais de maior impacto. Por fim, abordamos as recomendações do TCU em relação às contas da Presidência da República de 2011.

1.2.1 Aspectos Normativos Aplicáveis

O foro constitucional para o tratamento da matéria encontra-se nos arts. 84 e 49 da Carta Magna de 1988. O primeiro, art. 84, estabelece a obrigatoriedade de o Presidente da República prestar ao Congresso Nacional, anualmente, as contas do Governo Federal. O segundo, art. 49, atribui competência exclusiva do Congresso Nacional para julgar as contas prestadas pelo Presidente da República.

Para execução dessa tarefa, o Parlamento é auxiliado pelo Tribunal de Contas da União, a quem, conforme art. 71 da Constituição, compete elaborar parecer preliminar sobre as contas do governo. O papel do Tribunal de Contas na análise das contas do governo restringe-se à apreciação técnica da documentação encaminhada pelo Poder Executivo e à emissão do parecer prévio – distintamente do exame das contas dos responsáveis pela gestão da coisa pública, ocasião em que exerce poder jurisdicional. O parecer prévio constitui importante subsídio para o Congresso exercer sua prerrogativa constitucional, sem limitar a atuação congressual às informações ali reunidas.

O conteúdo das contas de governo é definido na Lei Orgânica do Tribunal de Contas (Lei nº 8.443/92) e em seu Regimento Interno. O art. 36, parágrafo único, da Lei Orgânica, por exemplo, define que as contas devem consistir nos balanços gerais da União e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução do orçamento.

No que concerne ao rito da análise, o art. 166 da Constituição determina que cabe à Comissão Mista examinar e emitir parecer sobre as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República. A tramitação das contas na CMO é regulada pela Resolução nº 01, de 2006 – CN. O art. 115 dessa Resolução determina ao relator das contas apresentar parecer que conclua por projeto de decreto legislativo, ao qual poderão ser apresentadas emendas na Comissão. Disposições atinentes à tramitação das contas são também encontradas no Regimento Interno da CMPOF, art. 116, que determina, entre outras coisas, dever o projeto de decreto legislativo concluir pela aprovação ou rejeição, total ou parcial, das contas.

O julgamento das contas do governo deve fundamentar-se em juízo político do conjunto das ações públicas desenvolvidas pelos dirigentes máximos da Administração Pública. Alguns parâmetros, constitucionalmente previstos, podem ser utilizados para esse propósito, a exemplo do conteúdo da mensagem e do plano de governo que o Presidente da República deve remeter ao Parlamento, por ocasião da abertura da sessão legislativa (art. 84, XI, da CF), e do compromisso presidencial prestado ao tomar posse, de “manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil” (art. 78 da CF).

1.2.2 Desempenho da Economia

O Relatório do TCU traz uma análise detalhada do comportamento da economia brasileira em 2011, contextualizando-a num cenário internacional em expansão e tendo como referenciais de comparação indicadores observados no exercício precedente. Ao mesmo tempo, comenta, criticamente, a política econômica implementada nesse período, destacando o objetivo maior de alcançar o crescimento econômico com estabilidade de preços.

1.2.2.1. Atividade Econômica

Ao longo do exercício de 2011, a produção de bens e serviços no Brasil, a preços de mercado, cresceu, em termos reais, 2,7% em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) de 2010. Em termos absolutos, o PIB atingiu o montante de R\$ 4,14 trilhões e em 2010 tal valor foi de R\$ 4,03 trilhões.

Há que se considerar que o crescimento do PIB em 2010, da ordem de 7,5%, foi vigoroso, elevando a base de comparação com 2011. O PIB *per capita* teve avanço ligeiramente inferior, de 1,8%, registrando-se o valor de R\$ 21.252,00, o equivalente a US\$ 12.696,10. As taxas de crescimento do PIB de cada trimestre de 2011, em relação aos mesmos trimestres do ano anterior, apresentam taxas decrescentes, iguais a 4,2%, 3,3%, 2,1% e 1,4%.

Pesquisa realizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) coloca o Brasil, em 2011, no 9º lugar no quesito crescimento econômico do PIB, entre os países membros do G20, grupo que reúne as maiores economias desenvolvidas e emergentes do mundo. A colocação situa-se abaixo da atingida em 2010, quando o país ocupou a 5ª posição. China (9,2%), Índia (7,3%), Arábia Saudita (6,8%), Indonésia (6,5%), México (3,9%), Coreia (3,6%), África do Sul (3,1%) e Alemanha (3,0%) apresentaram crescimento superior ao do Brasil, que ainda ficou abaixo da média registrada entre os países do G20, de 2,8%.

Em relação aos setores e subsetores do PIB, verifica-se que, em 2011, o setor industrial teve desempenho de 1,6% quanto à variação nas quantidades produzidas. Os subsetores que o compõem tiveram comportamentos diferentes, com os de Extrativa Mineral e Construção Civil apresentando variações positivas de 3,2% e 3,6%, respectivamente, e o de Transformação, com aumento de apenas 0,1%.

Observou-se um crescimento de 26,8% nas exportações brasileiras pela média diária, em relação ao ano anterior, com aumento da participação da Chi-

na de 15,2% para 17,3%. Os Estados Unidos, junto com Porto Rico, elevaram sua participação nas compras brasileiras de 9,6% em 2010 para 10,1% em 2011.

Sob a análise por fator agregado, ainda pela média diária, os produtos básicos elevaram-se 36,1% e os industrializados, 19,1%. A participação dos produtos básicos no total exportado aumentou de 44,6% para 47,8% em 2011 e a dos industrializados caiu de 53,4% para 0,1%.

A dívida líquida total do setor público, como proporção do PIB, foi de 36,5% em 2011. Em valores absolutos, ou seja, descontados os ativos, essa dívida equivale a R\$ 1,5 trilhão. A taxa risco-país apresentou-se abaixo dos 200 pontos até agosto de 2011, patamar que indica que o Brasil pode ser considerado atraente para os investidores internacionais. Entretanto, diante da perspectiva de queda acentuada no PIB e de elevação acima da meta do IPCA, o indicador elevou-se, atingindo 286 pontos em outubro de 2011, e encerrou o ano em 208 pontos.

Entre os grupos de maior variação que compõem o IPCA está o de transportes, que passou de 2,41% em 2010 para 6,05% em 2011, em função da elevação dos preços das passagens aéreas (de 3,17% para 52,91%), do etanol (de 4,36% para 15,75%), e da gasolina (de 1,67% para 6,92%). Também sofreram aumento os itens ônibus interestadual e pedágio, passando de -0,68% para 6,66%, e de -5,84% para 6,41%, entre 2010 e 2011, respectivamente.

Em 2011, houve redução da taxa de desocupação e elevação, na maioria dos meses, do rendimento médio real efetivamente recebido do trabalho principal. O emprego formal, no exercício de 2011, sofreu redução em relação ao do exercício anterior.

As taxas de desemprego mensal ao longo de 2011, de acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), elaborada pelo IBGE, foram inferiores às do exercício anterior. A proporção de desocupados entre os economicamente ativos em 2011, ao final do exercício, foi de 4,7%.

Os rendimentos médios reais mensais efetivamente recebidos pelos trabalhadores ao longo dos exercícios de 2007 a 2011, a preços de dezembro do último exercício, demonstram contínua elevação na renda do trabalhador. Entretanto, nos meses de agosto, setembro e outubro de 2011, o rendimento foi semelhante aos mesmos meses de 2010. Em dezembro de 2011, o rendimento recebido (R\$ 2.098,71) voltou a crescer mais do que o verificado no ano anterior (R\$ 1.677,30).

A taxa de poupança nacional bruta (em relação ao PIB) foi de 19,3% em 2011, e de 17,5% no ano anterior. A taxa de investimento (FBCF) registrada em 2011 foi de 17,2% do PIB, inferior à proporção encontrada em 2010, igual a 19,5%.

Verifica-se, em 2011, crescimento nominal de 16,99% na arrecadação total das receitas incluídas no cálculo da carga tributária, em relação ao exercício de 2010, enquanto, no mesmo período o PIB cresceu 9,89%, em termos nominais.

A comparação, no entanto, é mais precisa quando se consideram as flutuações da arrecadação e do PIB em termos reais, obtidas mediante a utilização do deflator implícito das contas nacionais, correspondente à variação média dos preços no período em relação à média dos preços no período anterior. Aplicando-se esse parâmetro, que foi de 6,97% em 2011, segundo dados provisórios do IPEA-Data, obtém-se crescimento real acumulado de 10,16% da arrecadação federal (RFB, "Análise da Arrecadação das Receitas Federais", dezembro de 2011) e de 2,7% do PIB, conforme divulgado pelo IBGE, em 6 de março de 2012. Com esses índices, a carga tributária nacional chega a 35,88% em 2011, ante 33,71% em 2010, com aumento de 6,46%.

1.2.2.2 Política Macroeconômica

No âmbito do governo federal, a receita primária, líquida de transferências a estados e municípios, alcançou o montante de R\$ 817,9 bilhões, o que

equivale a cerca de 19,74% do PIB, contra 20,67% em 2010. Quanto à despesa primária, em valores absolutos, o montante foi substancialmente ampliado, alcançando o total de R\$ 724,4 bilhões. Em percentual do PIB, no entanto, o valor referente ao ano de 2011 (17,48%) é inferior ao apurado para o exercício de 2010 (18,57%), representando uma redução de mais de um ponto percentual.

No tocante às metas fiscais, estabelecidas em valores absolutos, e não mais em percentual do PIB, a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011 (LDO 2011) – Lei 12.309/2010 havia estabelecido, inicialmente, meta de resultado primário para a União em R\$ 89,37 bilhões, sendo R\$ 81,76 bilhões para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e R\$ 7,61 bilhões para o Programa de Dispêndios Globais (PDG). Posteriormente, a Lei 12.377/2010 reduziu a zero a meta de resultado fiscal a ser alcançada pelas empresas estatais integrantes do PGD, fato que alterou para R\$ 81,76 bilhões a meta de resultado primário, a ser obtida pela União no ano de 2011.

Durante o exercício de 2011, a taxa básica de juros Selic elevou-se de 10,75% a.a. em janeiro para 12,5% a.a. no mês de agosto. A partir de setembro, a taxa declinou até encerrar o ano em 11% a.a. Por seu turno, as taxas do IPCA, como visto no item 2.2.1, a partir de julho, voltaram a se elevar, passando de 0,16% a.m. para 0,50% a.m. em dezembro.

As taxas de juros reais mantiveram-se em torno de 5 a 5,5% a.a. durante o primeiro semestre de 2011, reduziram-se progressivamente para 4,36% a.a. em novembro e encerraram o ano em 4,5% a.a.

Durante o ano de 2011, a base monetária aumentou cerca de R\$ 7,4 bilhões, o que representou uma expansão de 3,57% em relação ao saldo de dezembro de 2010, resultado do aumento de R\$ 11,6 bilhões no montante de papel moeda emitido e da redução de R\$ 4,2 bilhões nas reservas bancárias.

Em 2011, o saldo das operações de crédito do sistema financeiro alcançou R\$ 2,03 bilhões (49% do PIB), superando o maior patamar da série histórica, que havia sido registrado ao final de 2010. Referida variação representa um

aumento de 19% em relação ao mês de dezembro de 2010, com destaque para a expansão de 23% nas operações de crédito realizadas com recursos direcionados (de R\$ 589,8 bilhões, em 2010, para R\$ 731,5 bilhões, em 2011), voltadas para o setor de habitação, cujos valores passaram de R\$ 131,4 bilhões, em 2010, para R\$ 186,6 bilhões, em 2011, e nas operações de crédito obtidas com recursos externos, que cresceram 26% entre 2010 e 2011, principalmente em função dos adiantamentos de contratos de câmbio (ACC). As operações de crédito contratadas com recursos direcionados junto ao BNDES tiveram uma elevação de 20,9% no mesmo período.

1.2.3 Programa de Aceleração do Crescimento

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi criado a partir da edição do Decreto 6.025, de 22/1/2007, sendo composto por um conjunto de ações de ordem pública e privada com o objetivo explícito de acelerar o crescimento econômico do país. Havia um diagnóstico, no âmbito do governo, de que a existência de condições adequadas de infraestrutura seria condição fundamental para a aceleração do desenvolvimento do país e que os investimentos inseridos no programa poderiam auxiliar o Brasil a alavancar a produtividade da economia, reduzir as desigualdades regionais e sociais, logrando ainda reduzir os eventuais gargalos existentes que, na visão de economistas e especialistas em gestão pública, dificultavam o crescimento do país.

De acordo com o documento que balizou o programa, as ações foram divididas em duas partes: a primeira, referente a investimentos em infraestrutura, subdivididos em três eixos de atuação – Logística, Energia, e Social e Urbano – enquanto a segunda parte estaria ligada à adoção de medidas de melhoria institucional, como a desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário, estímulo ao crédito e ao financiamento, melhoria do ambiente de investimento e medidas fiscais de longo prazo. Ao longo do período inicialmente considerado, quadriênio 2007/2010, em um primeiro momento, a previsão era de que fossem aplicados recursos no montante de R\$ 503,9 bilhões, nas áreas de transporte, energia, saneamento, habitação e recursos hídricos.

Em março de 2010, nove meses antes do prazo previsto para o término do PAC, foi lançado um segundo programa, que ficou conhecido como PAC 2. Diferentemente do PAC original, que se articulava ao longo de três grandes eixos, as ações do PAC 2 se articulam ao longo de seis eixos: Energia, Transportes, Minha Casa Minha Vida, Água e Luz para todos, Cidade Melhor e Comunidade Cidadã, estes quatro últimos são um desmembramento do Eixo Social Urbano, do PAC 1, com a inclusão de mais tipos de ações, como construção de Unidades de Pronto Atendimento (UPA), Unidades Básicas de Saúde (UBS) e construção de quadras esportivas.

Os objetivos do PAC 2 são basicamente os mesmos do programa antecessor, incorporando, no entanto, um maior enfoque em ações de infraestrutura social e urbana, voltadas para o enfrentamento dos problemas das grandes aglomerações urbanas brasileiras, conforme consta no balanço inicial do Programa. Esse caráter de continuidade pode ser corroborado pelo fato de que aproximadamente doze mil projetos que estavam contidos no âmbito do PAC 1 (76% do total) foram transferidos para o novo programa.

O PAC 2 iniciou, portanto, contabilizando pouco mais de quinze mil projetos, segmentados pelos seis eixos citados, contemplando, originalmente, uma previsão de investimentos de R\$ 1,38 trilhão, a serem despendidos até o final de 2019. Uma característica do PAC 2, que já estava presente no PAC 1, é que, embora apresente marco cronológico quadrienal, período de 2011/2014, o prazo para término da consecução das ações não se circunscreve a este período. Assim, existem mais de cem ações no PAC 2 que tem prazo de término posterior a dezembro de 2014. As que possuem prazo mais longo são duas usinas hidrelétricas a serem construídas pela iniciativa privada, Garabi e Panambi, cujas obras ainda não começaram e que tem prazo para conclusão apenas em dezembro de 2019.

Os maiores valores previstos, individualmente, são os relativos aos investimentos na área de Petróleo e Gás, executados pela Petrobras, e ao financiamento imobiliário para imóveis residenciais a valor de mercado, concedido

por intermédio do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). Apenas estes dois conjuntos de ações representam pouco menos de 50% do total de valores associados ao PAC 2 até o final de sua vigência, em 2014. Esta concentração, tanto com relação às ações, como fonte de recursos, pode ser vista no gráfico a seguir, onde quatro ações e suas principais fontes de recursos representam 60% dos valores associados ao PAC até 2014.

Quando se faz a segmentação, por unidade da federação, dos investimentos previstos ao longo de todo o período dos projetos contidos no PAC 2, verifica-se que os estados que apresentam maior concentração de projetos são Rio de Janeiro e São Paulo. A proeminência do Rio de Janeiro está fortemente ligada aos investimentos no setor de petróleo e gás, uma vez que o Estado ainda é o maior produtor de petróleo do país, tendo sido responsável, em 2011, por 67,4% da produção nacional, em barris de óleo equivalente. Todos os dez maiores investimentos do PAC 2 no Estado estão inseridos no eixo energia, oito ligados ao petróleo, um em geração de energia elétrica (Usina Termonuclear de Angra III), e outro em transmissão de energia elétrica. Também em São Paulo, os dez projetos mais substantivos em termos de valor estão vinculados ao setor energético. Por outro lado, os Estados do Acre e de Roraima são as unidades da federação com menor valor associado a projetos do PAC 2.

Em termos de segmentação por eixos, pode-se ver que a Água e Luz para Todos, por exemplo, um programa com ações mais sociais, tem participação maior nas regiões menos afluentes, o que faz bastante sentido. Ele representa 7,4% do total do PAC previsto para a Região Nordeste e 3,5% na Região Norte, percentuais bastante superiores ao que o eixo representa na Região Sudeste, 0,6%. O Eixo Comunidade Cidadã, embora tenha importância social relevante, é muito pouco visível em todas as regiões, dado o reduzido montante de valores envolvidos, representando apenas 0,2% do total de dispêndios previstos no PAC 2.

1.2.3.1 Transportes

No eixo de transportes, continuam as grandes obras de construção e manutenção da infraestrutura rodoviária e ferroviária do País que não foram finalizadas quando do término do PAC 1, como as ferrovias Transnordestina, Norte-Sul e Arco Rodoviário do Rio de Janeiro, além de novos empreendimentos, incluídos no PAC 2.

O total de recursos previstos para dispêndios nesse eixo até dezembro de 2014 é de R\$ 107,56 bilhões, dos quais R\$ 59,85 bilhões (55,7% do total) são provenientes do Orçamento Geral da União. Em termos globais, até 31/12/2011, houve uma execução financeira de R\$ 6,11 bilhões em ações concluídas, correspondendo a 5,68% do valor total previsto até 2014.

No setor de Aeroportos, estão previstas 59 ações, com investimentos totais de R\$ 7,25 bilhões, abarcando os principais aeroportos do país. É relevante observar que, enquanto no PAC 1 todos os investimentos no setor tinham como executor a Infraero, estatal federal, no PAC 2 trabalha-se com a concessão da operação à iniciativa privada, ocorrida em 6 de fevereiro de 2012 para os aeroportos de Brasília, Campinas e Guarulhos.

As rodovias no eixo de transportes abrangem o maior número de ações, totalizando R\$ 50,71 bilhões a serem aplicados até dezembro de 2014. Deve-se salientar que a meta de manutenção de rodovias que consta no quadro, 55 mil quilômetros, com 97,9% de realização, é anual e não para todo o período do PAC. A previsão é que, durante os quatro anos de duração do programa, a malha rodoviária federal seja objeto de manutenção freqüente, evitando desgaste excessivo das vias.

Um novo tipo de investimento incluído no PAC 2 é "Equipamentos – Estradas Vicinais", com gastos planejados de R\$ 1,8 bilhão, por intermédio do qual o governo federal compra equipamentos (retroescavadeiras e motoniveladoras) e os repassa para municípios, ou celebra contrato de financiamento com os entes subnacionais, para que os mesmos adquiram diretamente essas má-

quinas. A meta é repassar equipamentos para 3.600 municípios e firmar contratos de financiamento com 600 outras localidades. Até o 3º Balanço do PAC 2, foram selecionados para participar do programa 1.299 municípios, com previsão de dispêndios de R\$ 270 milhões.

Quanto ao setor portuário, o mesmo movimenta, no Brasil, mais de 90% das exportações, sendo composto por 37 portos públicos, marítimos ou fluviais. De acordo com a Secretaria de Portos do Governo Federal, os objetivos das ações do PAC estão ligados à redução de custos logísticos, melhora da eficiência operacional portuária e incentivo ao investimento privado. São setenta ações, totalizando investimentos de R\$ 5,22 bilhões até março de 2016, abrangendo as mais diversas atividades, como dragagem e derrocamento, construção de acessos terrestres, ampliação e recuperação de berços de atracação e ampliação e construção de terminais de passageiros. Dessas 70 ações, 61 têm previsão de término até dezembro de 2014, representando dispêndios de R\$ 4,22 bilhões. Até dezembro de 2011 as ações concluídas no setor de portos somam R\$ 145,67 milhões (3,4% do total previsto até 2014).

1.2.3.2 Energia

O Eixo Energia no PAC 2, continuando uma trajetória já vista no PAC 1, é o que apresenta o maior valor de dispêndios previstos no Programa. De acordo com o 1º Balanço do PAC, existem 634 ações, totalizando investimentos de R\$ 1,15 trilhão, com um horizonte de execução até 2019, muito além do marco cronológico final do PAC 2. Até 2014, a previsão é que sejam finalizados empreendimentos no valor de R\$ 286,66 bilhões.

Dentro desse eixo, despontam as ações ligadas ao setor de petróleo e gás, em número de 125, totalizando R\$ 923,06 bilhões, respondendo por 80,27% do total a ser aplicado em energia até 2019. Parcela importante desses projetos é oriunda ainda do PAC 1, os quais, não tendo sido finalizados à época, se mantiveram na agenda de prioridades da Petrobras. Dentre as ações existentes, destacam-se as ligadas à construção de quatro novas refinarias de

petróleo, a saber: Comperj, no Estado do Rio de Janeiro, Abreu e Lima, em Pernambuco, Refinaria Premium I, no Maranhão, e Premium II, no Ceará. A previsão é que a refinaria do Maranhão venha a ser a maior do país, com capacidade de processamento de seiscentos mil barris de petróleo por dia.

Com relação à entrega de gás natural ao mercado, foi alcançada uma vazão de 37 milhões de metros cúbicos por dia de gás. Essa elevação na oferta de gás natural, segundo a Petrobras, teria sido proporcionada pela entrada em operação de novos campos, como Mexilhão, Uruguá e Tambaú, bem como por investimentos previstos no Plangás, em especial o início das operações da Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba e do gasoduto Caraguatatuba-Taubaté, ambos os empreendimentos contidos no PAC. A meta para 2014 é de crescer 57 milhões de metros cúbicos à produção nacional diária. Até o final de 2011, houve um acréscimo médio de 15 milhões de metros cúbicos.

Já no que tange à geração de energia elétrica, estão previstos no PAC 2 investimentos voltados para o acréscimo de 28,8 GW de potência instalada ao sistema nacional até dezembro de 2014, tendo sido finalizadas, até dezembro de 2011, obras no valor de R\$ 1,84 bilhão, que são responsáveis pela geração de 2,8 GW. Esse valor é inferior ao previsto quando da elaboração do 1º Balanço do PAC 2, que projetava a inserção, até dezembro de 2011, de 8.080 MW ao sistema de geração nacional.

Os grandes investimentos em geração de energia hidrelétrica, como Santo Antônio (3.150,4MW), Jirau (3.300 MW) e Belo Monte (11.233 MW), estão inseridos no PAC 2, sendo oriundos do PAC 1. A usina hidrelétrica de São Luiz do Tapajós teve os seus estudos de viabilidade técnica e econômica, bem como de impactos ambientais, realizados no âmbito do PAC 1, estando a obra prevista no PAC 2. É um dos maiores empreendimentos em termos de geração de energia hidrelétrica incluídos no PAC 2 e, quando estiver finalizada, o que está planejado para acontecer em dezembro de 2017, deve gerar 7.880 MW.

Apenas com aproveitamentos eólicos, estão incluídos no PAC 2 140 projetos, todos na modalidade de concessão, acarretando perspectivas de forne-

cimento de 3,7 GW. Até o final de 2011, três dessas unidades já haviam sido concluídas, acrescentando 52 MW ao sistema gerador nacional. Esses 140 projetos totalizam investimentos de R\$ 14,35 bilhões, dos quais 92,5% (R\$ 13,28 bilhões) são de origem privada, sendo o restante (R\$ 1,07 bilhão) de origem estatal. Não há recursos provenientes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social associado a este modal de geração de energia elétrica.

1.2.3.3 Minha Casa Minha Vida

Embora tenha o nome Minha Casa Minha Vida, esse eixo é mais amplo do que o programa de mesmo nome, englobando, além da segunda edição do Programa Minha Casa Minha Vida, os financiamentos concedidos no âmbito do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e a Urbanização de Assentamentos Precários.

A importância deste eixo está lastreada em diagnósticos existentes, acerca de elevado déficit habitacional no país, elaborados por diversos institutos de pesquisa, com base em dados do IBGE, como o censo decenal e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada regularmente. Este déficit habitacional se concentra notadamente nas faixas de renda menos elevadas, conforme pode ser constatado em estudo do Ministério das Cidades (Déficit Habitacional no Brasil – 2008), com a Fundação João Pinheiro, de Belo Horizonte. De acordo com esse trabalho, as famílias com renda de até cinco salários mínimos representam 96,6% do déficit habitacional urbano no país.

De acordo com o 1º Balanço do PAC 2, a segunda edição do Minha Casa Minha Vida tem como meta a construção de dois milhões de unidades habitacionais, envolvendo recursos de R\$ 72,5 bilhões. Até 31/12/2012 foram aplicados aproximadamente R\$ 10 bilhões e assinados 457.005 contratos.

As ações de Urbanização de Assentamentos Precários estão voltadas para a urbanização, prevenção de situações de risco e regularização de assentamentos humanos precários, estando subdivididas em cinco subtipos: Desenvolvimento institucional, Lotes urbanizados, Planos locais de habitação de inte-

resse social, Provisão Habitacional e Urbanização. Embora sejam programas envolvendo majoritariamente recursos federais, eles são executados por entidades sociais sem fins lucrativos, por intermédio de contratos de repasse, e entes subnacionais, estados e municípios, por intermédio de contratos de financiamento e os chamados termos de compromisso.

Este conjunto de ações apresenta previsão de dispêndios de R\$ 7,08 bilhões até 2014. Até dezembro de 2011 foram investidos R\$ 32,28 milhões, 0,46% do total previsto para o quadriênio, beneficiando 24,3 mil famílias.

De acordo com o 1º Balanço do PAC 2, a meta para o quadriênio 2011-2014 era conceder empréstimos no valor de R\$ 176,0 bilhões, dos quais R\$ 44 bilhões em 2011, sem a inclusão de contrapartidas. Essa meta se manteve até o 3º Balanço do PAC 2, tendo sido superada. Ao final do exercício, haviam sido firmados 472.038 contratos, totalizando R\$ 75,1 bilhões, o que representa 70% a mais que o originalmente planejado.

1.2.3.4 Água e Luz para Todos

O eixo Água e Luz para Todos abarca os tipos Luz para Todos, Recursos Hídricos e Água em Áreas Urbanas, com investimentos de R\$ 23,36 bilhões até 2014. Desse valor, R\$ 1,84 bilhão foi despendido em 2011, 7,88% do total previsto para o período 2011/2014. No quadro a seguir são apresentadas as metas até 2014, bem como o alcance das ações concluídas até dezembro de 2011.

O programa Luz para Todos, criado em 2003 e que já constava no PAC 1, no eixo Social e Urbano, tem como objetivo a disponibilização de energia elétrica à população do meio rural que não possui acesso a esse serviço público. O programa é coordenado pelo Ministério das Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobrás, tendo suas ações executadas pelas empresas concessionárias de energia elétrica, muitas das quais privadas, e cooperativas de eletrificação rural. De acordo com publicação do Ministério das Minas e Energia (Informativo Luz para Todos nº 36, de outubro de 2011), desde seu lançamento

até setembro de 2011, 14,2 milhões de pessoas já teriam sido beneficiadas pelo programa, majoritariamente moradores das Regiões Nordeste (7 milhões) e Norte (2,8 milhões).

A importância de se prover energia elétrica à população rural vai muito além do conforto material e da cidadania. Em termos de desenvolvimento econômico, é importante que o produtor rural, ou o pequeno comerciante, tenha capacidade de mover seus equipamentos, motores, geladeiras, freezers etc. de forma a potencializar sua produção, plantações, irrigação, equipamentos para transformação, ordenha, armazenamento de leite, e, por conseguinte, sua renda.

As ações constantes no tipo Recursos Hídricos destinam-se à ampliação do abastecimento de água e à revitalização de bacias hidrográficas, envolvendo construção de adutoras, barragens, sistemas de captação e tratamento de água, elaboração de projetos, implantação/ampliação/melhoria de sistemas públicos de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos, implantação de poços e perímetros de irrigação, dentre outras atividades.

Esse tipo prevê um dispêndio total de R\$ 10,84 bilhões. Deste montante, foram despendidos R\$ 25,15 milhões até 2011, 0,23% do valor previsto no Eixo. Em termos de valor, das cinco obras mais representativas, três estão ligadas à integração do Rio São Francisco com as bacias do nordeste setentrional. Essas obras, de responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, já faziam parte do PAC 1 e se encontram divididas em dois eixos: leste e norte, subdividido nos trechos I, II, III, IV e VI. O eixo leste tinha previsão de estar concluído em dezembro de 2010, e o eixo norte em dezembro de 2012. Essas datas foram, ao longo do tempo, sendo postergadas e atualmente a previsão é que o eixo leste seja finalizado em outubro de 2014, o trecho IV do eixo norte em dezembro de 2016 e os trechos I e II do mesmo eixo em dezembro de 2015. Quanto ao trecho III do eixo norte, ele ainda se encontra na fase de projeto, cujo término está previsto para outubro de 2014.

1.2.3.5 Cidade Melhor

No âmbito deste eixo, o objetivo explicitado é a consecução de melhorias na infraestrutura urbana, envolvendo ações de saneamento, prevenção de áreas de risco e mobilidade urbana. O valor total a ser despendido até 2014 é de R\$ 20,96 bilhões, dos quais R\$ 109,39 milhões, 0,52% do total, referem-se a ações já concluídas em 2011.

As ações de mobilidade urbana, em número de 10, estão ligadas à melhoria dos sistemas de metrô e trens metropolitanos, beneficiando essencialmente as capitais Fortaleza/CE, Recife/PE, Salvador/BA e Porto Alegre/RS, no valor de R\$ 6,75 bilhões. Em que pese quatro das ações tivessem como data prevista para conclusão o final de 2011, nenhuma delas logrou ser finalizada no prazo, embora estejam próximas disso. Assim, o metrô de Recife, em suas linhas Sul e Centro, se encontrava, ao final do ano, com 92% de suas obras concluídas, o Metrô de Salvador – Acesso Norte, estava com 99% de suas obras concluídas, a linha Oeste do trem metropolitano de Fortaleza estava com 97% das obras concluídas e o trem de subúrbio de Salvador, cujas obras são as mais atrasadas, estava com 77% das obras concluídas.

No tipo Saneamento constam ações de apoio a projetos de coleta e reciclagem de materiais (apoio a catadores), drenagem, esgotamento sanitário, implantação de estações de tratamento de esgoto, melhorias das condições habitacionais em áreas sujeitas à doença de Chagas, aumento da cobertura dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em comunidades rurais.

Até o final de 2011, do total de R\$ 7,65 bilhões destinados a essa área, foram concluídas ações no valor de R\$ 101,37 milhões, que representa 1,32% do total previsto. Essas ações, de acordo com a Sepac, teriam beneficiado 382,8 mil famílias e 998 comunidades.

1.2.3.6 Comunidade Cidadã

Dos eixos constantes do PAC, o eixo Comunidade Cidadã é o único composto por um conjunto de ações realmente originais, cuja natureza não existia no PAC 1, abrangendo a construção de creches e pré-escolas, quadras esportivas em escolas e unidades básicas de saúde. Por se tratar de atividades nitidamente ligadas às comunidades locais, a totalidade das ações será levada a cabo por municípios e Distrito Federal, com aporte integral de recursos pelo Governo Federal, que o transfere por meio de termos de compromisso ou transferências fundo a fundo, no caso de dispêndios ligados à saúde.

Originalmente, os investimentos previstos para esse eixo eram de R\$ 23,95 bilhões, uma vez que incluíam despesas com custeio das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Unidades de Pronto Atendimento (UPA).

1.2.4 Áreas Setoriais Específicas

1.2.4.1 Função Educação

A execução orçamentária e os gastos tributários da função, nos últimos cinco anos, apresentam um crescimento sistemático, tanto em termos nominais como na participação no PIB (1,27% em 2007 e 1,42% em 2011). Em 2011, as despesas liquidadas elevaram-se em 16,3% em comparação a 2010, principalmente devido ao aumento das despesas referentes aos programas Transferência de Renda em Condiionalidades – Bolsa Família, Proteção Social Básica e Acesso à Alimentação.

A proporção dos valores liquidados na função Educação em relação ao PIB, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, vem aumentando progressivamente nos últimos anos. Em 2007, representava 0,85% do PIB; depois de aumentos progressivos, essa proporção alcançou 1,29% do PIB em 2011, com liquidação de R\$ 53,8 bilhões.

Essa ampliação deve-se principalmente ao aumento dos valores liquidados nas subfunções Ensino Superior (R\$ 10,5 bilhões em 2007 e R\$ 20,0 bi-

lhões em 2011), Transferências para a Educação Básica (R\$ 4,5 bilhões em 2008, quando foi criada, e R\$ 12,7 bilhões em 2011) e Ensino Profissional (R\$ 1,2 bilhão em 2007 e R\$ 4,8 bilhões em 2011), assinalando a ação do governo federal nas modalidades educacionais que lhe competem e na complementação às ações da educação básica.

A explicação dessa expansão deve-se, entre outras razões, à eliminação da incidência da Desvinculação das Receitas da União (DRU) sobre os recursos destinados à educação, e à limitação dos valores da Complementação ao Fundeb que podem ser contabilizados como parcela do mínimo constitucional da receita de impostos da União a ser aplicado na manutenção e no desenvolvimento do ensino. Com essa limitação, fixada pela Lei 11.494/2007 em 30%, a União é obrigada a destinar mais recursos à educação, além dos aplicados no Fundeb, para atender ao mandamento constitucional.

Dá-se destaque ao Programa Universidade para Todos – Prouni, instituído pela Lei

11.096/2005. Esse programa fornece bolsas de estudo totais e parciais em estabelecimentos privados de ensino superior, como contrapartida à renúncia fiscal a eles concedida, para estudantes de baixa renda oriundos da rede pública ou para bolsistas integrais da rede privada do ensino médio.

A renúncia fiscal concedida às instituições de ensino superior fornecedoras de bolsas do Prouni baseia-se na isenção de cobrança do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, da Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social e da Contribuição para o Programa de Integração Social.

Os recursos do Prouni vêm aumentando gradualmente de 2007 a 2011 (de R\$ 348,7 milhões para R\$ 666,2 milhões, respectivamente). Neste último ano, o programa representava 466,1 mil bolsas integrais e parciais ocupadas, e um total de 919,6 mil bolsas iniciais ocupadas cumulativamente desde o início de sua execução.

Os programas educacionais de maior materialidade estão relacionados ao Ensino Superior, à complementação da Educação Básica e à Educação Profissional. Apenas o programa Brasil Universitário, que concentra os esforços do governo federal quanto ao Ensino Superior, abarca 45% dos valores liquidados na função Educação (R\$ 53,8 bilhões). Entre as ações próprias desse programa, destacam-se a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e a Complementação para o Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior. Os indicadores relativos ao ensino superior são analisados em tópico específico, adiante.

O programa Brasil Escolarizado também se destaca pelo montante de recursos atribuídos, que corresponderam, em 2011, a 32% dos R\$ 53,8 bilhões liquidados na função Educação. É a esse programa que se vincula a Complementação da União ao Fundeb, bem como as ações Dinheiro Direto na Escola, Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica (Pnate) e Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica (Pnae).

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) foi criado pela Emenda Constitucional 53/2006, que alterou o art 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), tendo por objetivo garantir a universalização da Educação Básica e a remuneração condigna dos trabalhadores da educação. O prazo de vigência do Fundo é de catorze anos, a partir de 2007.

Os recursos do Fundeb podem ser aplicados na educação básica como um todo, ou seja: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação especial e educação de jovens e adultos. Pelo menos 60% desses recursos devem ser destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício na rede pública.

Em 2011 foi realizado, por meio da Portaria/MEC 380, de 6/4/2011, o ajuste da complementação da União ao Fundeb do exercício de 2010, com base nas receitas efetivas apuradas naquele exercício, conforme o previsto no § 2º

do art 6º da Lei 11.494/2007. Em decorrência do ajuste, o valor mínimo por aluno para o exercício de 2010 passou de R\$ 1.414,85 para R\$ 1.529,97. Em relação às portarias retromencionadas, foi verificada a conformidade dos cálculos realizados para nortear a distribuição dos recursos do Fundeb.

De acordo com o **caput** do art 212 da Constituição Federal, a "União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino".

Conforme se observa, a União aplicou o percentual de 19,36% da receita líquida de impostos referente ao financiamento público à manutenção e desenvolvimento do ensino, acima, portanto, do limite mínimo constitucional de 18%, considerando tanto os cálculos do Tribunal, quanto o números evidenciados pelo relatório da STN.

1.2.4.2 Funções Saúde Previdência e Assistência

- **Previdência**

A função Previdência Social, prevista na Constituição Federal como um direito social, organiza-se em três regimes: Regime Geral de Previdência Social (RGPS), Regime Próprio de Previdência do Servidor (RPPS) e Regime de Previdência Complementar (RPC), sendo o primeiro e o segundo públicos, e o terceiro, privado.

O RGPS possui caráter contributivo e filiação obrigatória, e deve observar critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. Os benefícios abrangem cobertura por doença, invalidez, morte e idade avançada, além de proteção à maternidade e ao trabalhador em situação de desemprego involuntário, garantia de salário-família e auxílio reclusão para os dependentes de baixa renda, e pensão por morte do segurado.

O regime próprio dos servidores civis possui caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e

inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. O RPPS também engloba os encargos financeiros da União com os militares inativos e seus pensionistas. Diferentemente dos civis, os militares contribuem apenas para pensão e não há previsão de contribuição patronal ou previdência complementar.

O RPC tem caráter privado e facultativo, e encontra-se dividido em dois segmentos: a) operado por seguradoras e entidades abertas de previdência privada, com acesso individual e supervisionado pela Superintendência de Seguros Privados (Susep – Ministério da Fazenda); e b) operado pelas entidades fechadas de previdência complementar, também conhecidas como fundos de pensão, que são supervisionados pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc – Ministério da Previdência Social).

Em 2011, nas subfunções Previdência Básica e Previdência do Regime Estatutário foram alocados 76,7% e 21,1%, respectivamente, do orçamento destinado à função Previdência Social, as quais respondem juntas por 97,8% da execução orçamentária da função.

Observa-se crescimento anual sistemático dos valores alocados à subfunção Previdência Básica, totalizando 54,7% no período 2007/2011, e o aumento na participação dessa subfunção no gasto total de 77,4% para 77,9% no mesmo período, o que reflete o aumento no número de benefícios mantidos pelo RGPS nos últimos anos.

Também houve crescimento, porém de menor magnitude (51,3% no período 2007/2011), dos valores alocados à subfunção Previdência do Regime Estatutário, em decorrência do aumento de despesas com o RPPS.

Em dezembro de 2011, de acordo com o Boletim Estatístico da Previdência Social (BEPS), o RGPS alcançou um estoque acumulado de 25.176.323 benefícios, divididos em benefícios previdenciários (96,7%) e acidentários (3,3%). Em 2011, foram concedidos 4,5 milhões de benefícios previdenciários e acidentários, sendo 52,5% referentes a auxílio-doença, 33,8% referentes a aposentadorias e pensões e 13,8% associados a outros tipos de benefícios.

Os principais indicadores adotados para avaliação e acompanhamento do programa foram: (i) a Taxa de Proteção a População acima de 60 anos pela Previdência, que mede a relação percentual entre o número de aposentadorias de beneficiários acima de 60 anos e a população acima de 60 anos, excluídos os recebedores de benefícios de prestação continuada, previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, ou de Renda Mensal Vitalícia, criada pela Lei 6.179/1974; e (ii) a Taxa de Retorno de Segurados Reabilitados para o Mercado de Trabalho, que mede a relação percentual entre o número de segurados que retornaram ao mercado de trabalho no ano corrente e o número de segurados passíveis de reabilitação profissional.

Resultado do Regime Geral da Previdência Social (RGPS)

O quadro a seguir apresenta os resultados apurados para o RGPS no período de 2007 a 2011, no qual se observa que a arrecadação líquida total, em valores nominais, cresceu 16,0% entre 2010 e 2011, atingindo o valor de R\$ 245.891,9 milhões, enquanto as despesas totais cresceram 10,4%, alcançando o valor de R\$ 281,4 bilhões. Dessa forma, a necessidade de financiamento do regime foi reduzida em 17,1%, de R\$ 42,9 bilhões, em 2010, para R\$ 35,5 bilhões, em 2011. Com relação ao PIB, a necessidade de financiamento do RGPS diminuiu quase pela metade, de 1,69% em 2007 para 0,86% em 2011.

Resultado do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS)

Os dados dos resultados do RPPS mostram que em 2011 houve déficit de R\$ 54,5 bilhões, que significou um crescimento de 6,4% em relação ao prejuízo apurado em 2010. O resultado negativo apurado em 2011 equivale a 1,32% do PIB que, apesar de significativo, foi inferior aos percentuais observados nos últimos cinco anos, quando o valor variou entre 1,35% a 1,45%.

- **Saúde**

De acordo com o art 196 da Constituição Federal de 1988, a saúde é direito de todos e dever do Estado, o qual deve ser garantido mediante políticas

sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos. Para que esses princípios sejam atendidos, foi criado o Sistema Único de Saúde – SUS (art 197 da CF/1988), a partir de uma rede de ações e serviços regionalizada, hierarquizada e organizada de acordo com as diretrizes da descentralização, do atendimento integral e da participação da comunidade (art 198 da CF/1988), constituindo-se em um dos sistemas de saúde mais abrangentes do mundo.

Verifica-se que, entre 2007 e 2011, os gastos totais com a função Saúde aumentaram, em valores nominais, de pouco mais de R\$ 57 bilhões em 2007 para aproximadamente R\$ 87 bilhões em 2011, o que significa um crescimento de cerca de 52%. Contudo, a participação dos gastos com a função no PIB aumentou apenas de 1,51% em 2007 para 1,54% em 2011. Destaca-se que a execução do Orçamento de Investimentos das Estatais, em torno de R\$ 67 milhões em 2011, diz respeito à estruturação da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás) e destina-se ao suprimento de sangue e hemoderivados para o SUS.

Em 2011, a função Saúde foi responsável por 12% do gasto tributário federal. Houve aumento de quase R\$ 2 bilhões entre 2010 e 2011, correspondendo a 16% de acréscimo nesse período. Vale destacar o crescimento dos gastos tributários relacionados a entidades sem fins lucrativos – Assistência Social, cujos valores passaram de R\$ 2,10 bilhões em 2010 para R\$ 2,31 bilhões em 2011, ou seja, 10% a mais nesse período. Já o gasto relativo a medicamentos, por sua vez, registrou aumento de 12% entre 2010 e 2011 eo relacionado às despesas médicas do IRPF, por sua vez, foi 10% maior em 2011. No que se refere ao gasto relativo a medicamentos, os valores passaram de R\$ 2,84 bilhões em 2010 para R\$ 3,13 bilhões em 2011. O gasto com despesas médicas passou de R\$ 7,80 bilhões em 2010 para R\$ 9,06 bilhões em 2011.

Do total de R\$ 18,019 bilhões relacionados aos gastos tributários em 2011, 16% referem-se a assistência médica, odontológica e farmacêutica a

empregados (IRPJ), 50% referem-se a despesas médicas do IRPF, 11% referem-se a entidades sem fins lucrativos – Assistência Social, 17% referem-se a medicamentos e 0,4% referem-se a produtos químicos e farmacêuticos.

Em relação à subfunção Assistência Hospitalar e Ambulatorial, os gastos aumentaram cerca de 64% entre 2007 e 2011. A participação dessa subfunção nos gastos totais da função em 2011 foi de 55,29%. Em 2007, tal participação representava 56,03% dos gastos na função Saúde. No que se refere à Atenção Básica, houve crescimento de 54% entre 2007 e 2011, embora sua participação nos gastos totais da função Saúde tenha se mantido em torno de 18%, tanto em 2010 quanto em 2011.

De todo modo, se considerado o período de 2007 a 2011, a participação da Atenção Básica nos gastos totais de saúde diminuiu, tendo em vista que, em 2007, situava-se em torno de 20%. A subfunção Alimentação e Nutrição teve aumento da ordem de 103% entre 2007 e 2011. Em 2007, a sua participação nos gastos totais da função era de apenas 8%, ao passo que, em 2011, passou a ser de 10%.

Em cumprimento ao disposto na CF/88, o Ministério da Saúde empenhou R\$ 61.977 e 72.357 bilhões no custeio da saúde durante o exercício de 2010 e 2011, respectivamente. A diferença dos valores empenhados representou 16,75% de incremento no orçamento da saúde em 2011. Considerando o que dispõe o art 77 do ADCT – CF/88 e a variação nominal do PIB que girou em torno dos 16,38% em relação ao exercício anterior, pode-se concluir que a União cumpriu a determinação constitucional, superando a aplicação do mínimo no setor saúde em 0,37%, ou seja, foram empenhados R\$ 228 milhões, a mais que o exigido pela EC 29/2000.

- **Função Assistência Social**

Nos termos da Constituição Federal, a assistência social está inserida no conjunto de ações que compõem a seguridade social, juntamente com os direi-

tos relativos à saúde e à previdência social. Ela é direito de toda a população e responsabilidade do Estado, de forma a garantir serviços, independentemente de contribuições, entre os quais: proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

Cabe à União papel preponderante no combate à pobreza e à desigualdade social, seja por meio de políticas econômicas ou de mecanismos de transferência de renda a família e indivíduos.

Já as atividades de prestação dos serviços socioeconômicos fica a cargo dos estados e municípios, cabendo à União regular tais atividades e criar instrumentos de incentivo para o bom funcionamento do sistema.

A execução orçamentária e os gastos tributários da função, nos últimos cinco anos, apresentam um crescimento sistemático, tanto em termos nominais como na participação no PIB (1,27% em 2007 e 1,42% em 2011). Em 2011, as despesas liquidadas elevaram-se em 16,3% em comparação a 2010, principalmente devido ao aumento das despesas referentes aos programas Transferência de Renda em Condiionalidades – Bolsa Família, Proteção Social Básica e Acesso à Alimentação.

- **Função Ciência e Tecnologia**

De acordo com a Constituição Federal, compete ao Estado promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas (art 218). Essas ações visam o desenvolvimento cultural, social e econômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do País (art 219). O alcance desses objetivos, no entanto, passa pela atuação integrada dos setores privado e público (federal, estadual/distrital e municipal). Na esfera federal, as iniciativas públicas são consolidadas no âmbito da Função de Governo Ciência e

Tecnologia, centralizada no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), ao qual incumbe coordenar a execução dos programas e ações que consolidam a política nacional de C,T&I e a atuação das instituições que realizam e

Em 2011, foi elaborada a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI), que pretende dar continuidade ao Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação 2007-2010 (PACTI). Refletindo a necessidade de aproximação entre a ciência e o setor produtivo, a ENCTI foi construída de forma articulada com o Plano Brasil Maior (PBM), lançado em 2011 pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Do ponto de vista de sua concepção, a ENCTI foi estruturada em quatro eixos: (i) Promoção da Inovação nas Empresas; (ii) Formação e Capacitação de Recursos Humanos; (iii) Fortalecimento da Pesquisa e da Infraestrutura Científica e Tecnológica; e (iv) Novo Padrão de Financiamento Público para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Esses eixos estão em sintonia com as seguintes diretrizes de governo, definidas pelo PPA 2012- 2015: redução das desigualdades, ampliação da participação social, promoção do crescimento econômico sustentável e valorização da educação da ciência e da tecnologia. Dentre essas diretrizes, a última congrega maior número de objetivos setoriais relacionados à função C&T.

Os investimentos nacionais em atividades de Ciência e Tecnologia constituem um dos principais indicadores adotados pelo MCTI para mensurar a participação do setor de C,T&I no esforço nacional para o desenvolvimento do País. Esses investimentos compreendem tanto os dispêndios públicos, que incluem os realizados pela União e estados/Distrito Federal, bem como dispêndios realizados pelo setor empresarial. No âmbito público, os investimentos ocorrem por meio de recursos orçamentários (aplicação direta, subvenção e empréstimos) e de gastos tributários (renúncia fiscal). De acordo com dados fornecidos pelo MCTI, o dispêndio nacional em C&T, a preços de 2010, passou de R\$ 33,5 bilhões para mais de R\$ 60,9 bilhões, no período de 2000 a 2010, representando um crescimento de 1,30% (2000) para 1,66% (2010) do PIB.

No decorrer de 2011, os investimentos públicos em Ciência e Tecnologia foram viabilizados tanto por recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) como de outras fontes, como as renúncias de receitas tributárias ou gastos tributários. O montante executado, considerando o orçamento do exercício, representa um crescimento de cerca de 60% em relação a 2007.

No tocante à participação dos gastos orçamentários em relação ao PIB, observou-se uma diminuição de 0,15% (2010) para 0,13% (2011). Em valores nominais, a redução foi de aproximadamente 4%, caindo de R\$ 5,5 bilhões para R\$ 5,3 bilhões. Porém, quanto à participação dos gastos em relação ao PIB, a comparação entre os dois últimos exercícios deve ser ponderada, em razão do crescimento de 7,5% desse indicador em 2010 contra 2,7% em 2011.

Os restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores (RPNP), por sua vez, aumentaram 129% ao final dos cinco exercícios analisados. O maior crescimento percentual foi observado entre 2010 e 2011, período em que o montante inscrito subiu 40%. Em 2011, os RPNP representaram 19% do valor total liquidado na função.

- **Função Segurança**

A segurança pública é dever do Estado, de acordo com o art 144 da Constituição Federal, sendo exercida e organizada pelas polícias federal, rodoviária federal e ferroviária federal, civis, militares e corpos de bombeiros militares, para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Para o quadriênio 2008-2011, a alocação de recursos para a função Segurança Pública no Plano Plurianual (PPA) foi da ordem de R\$ 23,92 bilhões, incrementada por créditos adicionais que resultaram no montante de R\$ 43,70 bilhões em valores absolutos. Destes, foi liquidada a importância de R\$ 31,16 bilhões, equivalente a 71,30% do total aprovado, que, adicionada aos valores inscritos em restos a pagar liquidados (R\$ 3,76 bilhões), aproximou-se de 80% da despesa destinada à função em 2011.

Em 2011, diferentemente dos exercícios anteriores, verifica-se queda no montante aprovado para o orçamento e consequentemente na cadeia de aplicação dos recursos destinados à função, exceto nas subfunções Administração Geral, Comunicação Social, Policiamento, Cooperação Internacional e Educação Infantil, que receberam pequenos incrementos orçamentários. Entre 2007 e 2010, a dotação orçamentária da função Segurança Pública saltou de R\$ 5,97 bilhões para R\$ 10,81 bilhões; já no último ano, o orçamento aprovado, em valores absolutos, ficou em R\$ 10,22 bilhões, 5,46% menor que em 2010.

Além disso, constata-se que, da liquidação dos recursos destinados à manutenção da função durante o quadriênio, 64,75% (R\$ 19,99 bilhões) foram destinados à subfunção Administração Geral. Por outro lado, os valores liquidados referentes as três subfunções finalísticas – Defesa Civil, Informação e Inteligência e Policiamento – chegaram à casa de R\$ 7,70 bilhões, equivalentes a 24,79% do montante liquidado. No final do exercício, esses valores foram adicionados aos restos a pagar liquidados nas subfunções assinaladas, passando de R\$ 19,99 bilhões para R\$ 20,35 bilhões e de R\$ 7,70 bilhões para R\$ 10,45 bilhões.

1.3 DOS PARECERES E RESSALVAS

Ao acolher as conclusões apresentadas pelo Ministro Relator, o TCU aprovou, por unanimidade, o seguinte Parecer Prévio às Contas do Governo de 2011:

“É DE PARECER que as Contas do Poder Executivo, atinentes ao exercício financeiro de 2011, de responsabilidade da Excelentíssima Senhora Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, estão em condições de serem aprovadas, com ressalvas, pelo Congresso Nacional, tendo em vista que:

a) as demonstrações contábeis consolidadas da União, exceto pelos possíveis efeitos das ressalvas constatadas, representam adequadamente a situação patrimonial em 31 de dezembro de 2011, bem como os resultados orçamentários, financeiros e patrimoniais relativos ao exercício

encerrado nessa data, de acordo com as disposições da Lei 4.320/1964, da Lei Complementar 101/2000 e das demais normas aplicáveis à contabilidade federal;

b) os elementos apresentados no relatório sobre a execução do orçamento da União, exceto pelos possíveis efeitos das ressalvas constatadas, demonstram que foram observados os princípios constitucionais e legais que regem a administração pública federal, e também as normas constitucionais, legais e regulamentares na execução dos orçamentos da União e nas demais operações realizadas com recursos públicos federais, em especial ao que estabelece a lei orçamentária anual”

As ressalvas apresentadas pelo Tribunal de Contas da União, no Relatório Preliminar das Contas do Poder Executivo, foram no seguinte sentido:

I. omissão das receitas decorrentes da senhoriagem na Demonstração de Fluxo de Caixa do Banco Central do Brasil ;

II. omissão dos valores efetivos das necessidades bruta e líquida de financiamento do Tesouro Nacional no Relatório Anual da Dívida Pública Federal

III. baixo percentual de execução, verificado em 20% das ações relacionadas como prioritárias no Anexo VII – Anexo de Prioridades e Metas, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011;

IV. ausência de informação sobre o estoque acumulado dos parcelamentos decorrentes das Leis 11.941/2009 e 11.960/2009, até o exercício de 2011, referentes aos créditos tributários e previdenciários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

V. ausência de informação sobre o estoque acumulado da dívida ativa, até o exercício de 2011, referente aos créditos do Banco Central do Brasil;

VI. ausência de conciliação entre os valores de arrecadação da dívida ativa constantes do Siafi e dos sistemas de informação da

Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional, da Procuradoria-Geral Federal e da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil;

VII. execução de despesa sem suficiente dotação no Orçamento de Investimento das empresas estatais Boa Vista Energia S.A. (BVEnergia), Caixa Econômica Federal (Caixa), Centrais Elétricas de Rondônia S.A. (Ceron), Cobra Tecnologia S.A., Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp), Innova S.A., Liquigás Distribuidora S.A. (Liquigás), Petrobras Biocombustível S.A. (PBIO), Petrobras Netherlands B.V. (PNBV), Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG), Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. (TBG), em desacordo com o disposto no inciso II do art. 167 da Constituição Federal;

VIII. extrapolação do montante de recursos aprovados, no Orçamento de Investimento, para as fontes de financiamento "Recursos de Geração Própria", "Recursos para Aumento de PL – Controladora", "Operações de Crédito de Longo Prazo – Internas" e "Outros Recursos de Longo Prazo - Controladora" nas empresas estatais Boa Vista Energia S.A. (BVEnergia), Centrais Elétricas de Rondônia S.A. (Ceron), Cobra Tecnologia S.A., Companhia Energética de Alagoas (Ceal), Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (Citepe), Companhia Petroquímica de Pernambuco (Petroquímicasua-pe), Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), Eólica Mangue Seco 2 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. (Mangue Seco 2), Furnas - Centrais Elétricas S.A., Petrobras Transporte S.A. (Transpetro), Porto Velho Transmissora de Energia S.A. (PVTE), Refinaria Abreu e Lima S.A. (RNEST), Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG) e Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. (TBG);

- IX. desobediência ao princípio contábil da prudência no processo de convergência às normas internacionais de contabilidade;
- X. ausência de exclusão dos saldos decorrentes de operações intragovernamentais;
- XI. alto número de restrições às demonstrações contábeis dos ministérios da Saúde, do Desenvolvimento Agrário e da Previdência Social;
- XII. ausência de entidade contábil específica para o Fundo do Regime Geral da Previdência Social;
- XIII. ausência de contabilização do passivo atuarial do Regime Próprio da Previdência Social dos servidores públicos federais;
- XIV. ausência de contabilização das alterações na previsão de receitas primárias;
- XV. ausência de contabilização das renúncias de receitas;
- XVI. ausência de contabilização da provisão para perdas prováveis relativas aos créditos tributários a receber;
- XVII. defasagem de um exercício financeiro no registro de equivalência patrimonial das participações societárias da União;
- XVIII. defasagem das informações de suporte ao registro dos créditos tributários a receber;
- XIX. retificação irregular de R\$ 116,9 bilhões de restos a pagar não processados no passivo não financeiro;
- XX. percentual de depreciação de ativo imobilizado incompatível com entes governamentais de porte semelhante;
- XXI. divergências entre as demonstrações contábeis e outras fontes de informação em saldos da Conta Única do Tesouro Nacional, no montante de R\$ 17,8 bilhões;

XXII. divergências entre as demonstrações contábeis e outras fontes de informação em saldos da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna, no montante de R\$ 14,2 bilhões;

XXIII. divergências entre as demonstrações contábeis e outras fontes de informação em saldos de Bens Imóveis de Uso Especial, no montante de R\$ 690 milhões;

XXIV. divergências entre as demonstrações contábeis e outras fontes de informação em saldos da Dívida Ativa da União, no montante de R\$ 109,8 bilhões;

XXV. divergências entre as demonstrações contábeis e outras fontes de informação em saldos de Créditos Parcelados, no montante, de R\$ 17,7 bilhões.

É o Relatório.

2 VOTO

Diante o exposto, entendo que o Tribunal de Contas da União cumpriu seu papel de emitir o parecer prévio sobre as Contas da Presidência da República, referente ao Exercício de 2011, cabendo à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização emitir o Parecer que será apreciado no plenário do Congresso Nacional.

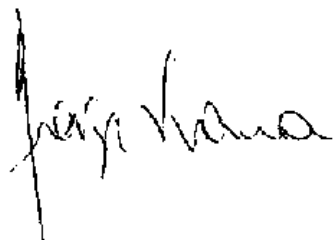
Destacamos os avanços constatados nos programas sociais, principalmente, os relacionados com a saúde, habitação e desenvolvimento urbano. Ressalto, também, os avanços na aplicação dos recursos do PAC, mostrando a recuperação da capacidade do Setor Público em administrar grandes projetos.

Isso posto, somos de opinião que esta Comissão:

- a) Tome conhecimento do feito;
- b) Remeta o processado ao arquivo.

Sala da Comissão, 11 de fevereiro de 2014.

Senador EDUARDO AMORIM, Vice-Presidente no exercício da Presidência

 , Relator

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
AVISO Nº 34, de 2012

ASSINAM O PARECER, NA 2ª REUNIÃO, DE 11/02/2014, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: _____

RELATOR: _____

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Acir Gurgacz (PDT)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Ana Rita (PT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Wellington Dias (PT)	5. Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. VAGO
Luiz Henrique (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. João Alberto Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Vital do Rêgo (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	5. Eunício Oliveira (PMDB)
Kátia Abreu (PMDB)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Cyro Miranda (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Blairo Maggi (PR)	1. Gim (PTB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. VAGO
Fernando Collor (PTB)	3. Armando Monteiro (PTB)

PARECER

Nº 41, DE 2014

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2013, do Senador Paulo Bauer, *que altera a Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004, para dispor sobre a disponibilização de protetores solares pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), mediante ressarcimento.*

RELATOR: Senador **EDUARDO AMORIM**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 258, de 2013, de autoria do Senador Paulo Bauer, dispõe sobre a oferta de protetores solares pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), mediante ressarcimento.

Para tanto, a proposição altera a ementa, os arts. 1º e 2º e o inciso II do art. 3º da Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004, para acrescentar a expressão “protetor solar”, com o objetivo de estender as disposições da referida norma também a esses produtos.

O projeto prevê que a norma dele originada deve entrar em vigor na data de sua publicação.

O autor ressalta, na justificação, a importância do protetor solar na prevenção do câncer de pele, assim como na redução da formação de lesões pré-cancerígenas e de ceratoses actínicas. Por essas razões, propõe a sua inclusão no rol de produtos disponibilizados pelo Programa Farmácia Popular do Brasil, no intuito de oferecê-los a baixo custo à população.

O projeto foi distribuído para ser apreciado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em caráter terminativo e não foi objeto de emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), é atribuição da CAS opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde, bem como sobre as que tratam de competências do Sistema Único de Saúde (SUS). Outrossim, por se tratar de apreciação em caráter terminativo, cabe também a esta Comissão examinar a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa da proposição.

De acordo com o inciso XII do art. 24 da Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção e defesa da saúde. Além disso, a iniciativa de lei que verse sobre esses temas é permitida a parlamentar, de acordo com o art. 61 da Carta Magna. Não há óbices, tampouco, no tocante à juridicidade e à técnica legislativa empregada na proposição.

Quanto ao mérito, consideramos a proposição em comento relevante, notadamente por pretender ampliar o acesso da população aos protetores solares, que são produtos caros, mas que constituem uma das principais formas de minimizar complicações advindas da exposição excessiva ao sol.

No entanto, em que pese ao mérito da proposta, cumpre destacar que a matéria de que trata o PLS nº 258, de 2013, já foi deliberada pelo Senado Federal.

Isso aconteceu por ocasião da tramitação do PLS nº 409, de 2012, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, *que inclui os protetores solares na abrangência da Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004, que autoriza a Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz a disponibilizar medicamentos, mediante ressarcimento, e dá outras providências* – que tem o mesmo escopo que o PLS nº 258, de 2013, pois também dispõe sobre a oferta de protetores solares pelo Programa Farmácia Popular do Brasil. A iniciativa foi aprovada em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais e encaminhada para a Câmara dos Deputados em 5 de junho de 2013.

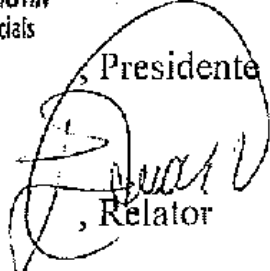
Assim, em razão do que estabelece o inciso II do art. 334 do Regimento Interno desta Casa, entendemos que o PLS nº 258, de 2013, restou prejudicado.

III – VOTO

Em vista do exposto, o voto é pela **declaração de prejudicialidade** do Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2013.

Sala da Comissão, 12 de fevereiro de 2014.

Senadora VANESSA GRAZZIOTIN
Comissão de Assuntos Sociais
Vice-Presidente

, Presidente

, Relator

SENADO FEDERAL
Comissão de Assuntos Sociais - CAS
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 258, de 2013

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 2ª REUNIÃO, DE 12/02/2014, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin

RELATOR: Senador Eduardo Amorim

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT)
Ana Rita (PT)	4. Wellington Dias (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	7. Lidice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. VAGO
Roberto Requião (PMDB)	2. VAGO
Casildo Maldaner (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Romero Jucá (PMDB)
Ana Amélia (PP)	6. Benedito de Lira (PP)
Paulo Davim (PV)	7. Sérgio Petecão (PSD)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. João Vicente Claudino (PTB)
VAGO	3. VAGO

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO -

DECLARAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE DO PLS Nº 258, DE 2013

TITULARES					SUPLENTE				
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PAULO PAIM (PT)	X				1- EDUARDO SUPLICY (PT)				
ÂNGELA PORTELA (PT)	X				2- MARTA SUPLICY (PT)				
HUMBERTO COSTA (PT)					3- JOSÉ PIMENTEL (PT)				
ANA RITA (PT)					4- WELLINGTON DIAS (PT)				
JOÃO DURAL (PDT)	X				5- LINDBERGH FARIAS (PT)				
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)					6- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)				
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)					7- LÍDICE DA MATA (PSB)				
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WALDEMIR MOKA (PMDB)					1- VAGO				
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)					2- VAGO				
CASILDO MALDANER (PMDB)	X				3- EDUARDO BRAGA (PMDB)				
VITAL DO RÊGO (PMDB)					4- EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)				
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)					5- ROMERO JUCÁ (PMDB)				
ANA AMÉLIA (PP)	X				6- BENEDITO DE LIRA (PP)	X			
PAULO DAVIM (PV)	X				7- SÉRGIO PETECÃO (PSD)				
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CÍCERO LUCENA (PSDB)					1- AÉCIO NEVES (PSDB)				
LUCIA VÂNIA (PSDB)	X				2- CYRO MIRANDA (PSDB)	X			
JOSÉ AGRIPINO (DEM)					3- PAULO BAUER (PSDB)				
JAYME CAMPOS (DEM)	X				4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)					1- ARMANDO MONTEIRO (PTB)	X			
EDUARDO AMORIM (PSC)	X				2- JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)				
VAGO					3- VAGO				

TOTAL: 43 SIM: 42 NÃO: 1 ABSTENÇÃO: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1 SALA DA COMISSÃO, EM 12 / 02 / 2014.

Obs.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

ATUALIZADA EM 11/02/2014



Senadora VANESSA GRAZZIOTIN
Comissão de Assuntos Sociais
Vice-Presidente

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

.....

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

.....

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

.....

LEI Nº 10.858, DE 13 DE ABRIL DE 2004.

Autoriza a Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz a disponibilizar medicamentos, mediante ressarcimento, e dá outras providências.

Art. 1º Esta Lei trata da disponibilização de medicamentos pela Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, mediante ressarcimento, visando a assegurar à população o acesso a produtos básicos e essenciais à saúde a baixo custo.

.....

Art. 2º A Fiocruz entregará o respectivo medicamento mediante ressarcimento correspondente, tão-somente, aos custos de produção ou aquisição, distribuição e dispensação, para fins do disposto no art. 1º desta Lei.

Art. 3º Para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 1º desta Lei, a Fiocruz poderá firmar:

.....

II – contratos de fornecimento com produtores de medicamentos e outros insumos necessários para a atenção à saúde.

.....

OFÍCIO Nº 7/2014 – PRESIDÊNCIA/CAS

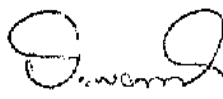
Brasília, 12 de fevereiro de 2014

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente
Senado Federal

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2013, que *altera a Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004, para dispor sobre a disponibilização de protetores solares pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), mediante ressarcimento*, de autoria do Senador Paulo Bauer.

Respeitosamente,



Senadora VANESSA GRAZZIOTIN
Vice-Presidente no Exercício da Presidência da Comissão de
Assuntos Sociais

PARECER Nº 42, DE 2014

Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre a Mensagem nº 41 de 2013 (nº 196/2013, na origem), de iniciativa da Presidência da República, que “*encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 49 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias referente ao 2º Bimestre de 2013*”.

RELATORA: Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

I. RELATÓRIO

A Presidente da República, pela Mensagem nº 41 de 2013 – SF (nº 196/2013, na origem), encaminhou ao Senado Federal o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias referente ao 2º Bimestre de 2013.

O art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, dispõe que, se verificado ao final de um bimestre que a realização de receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultados primários estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público da União – MPU promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

A Lei nº 12.708, 17 de agosto de 2012, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013 – LDO-2013, por sua vez, estabelece em seu art. 49 que, se houver necessidade de efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da LRF, o Poder Executivo apurará o montante necessário e informará a cada um dos órgãos referidos no art. 20 daquela Lei até o vigésimo segundo dia após o encerramento de bimestre.

Adicionalmente, o § 4º do citado art. 49 determina que o Poder Executivo encaminhe ao Congresso Nacional e aos órgãos pertencentes aos outros Poderes da União relatório que será apreciado pela Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, contendo:

a) a memória de cálculo das novas estimativas de receitas de despesas primárias e a demonstração da necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira nos percentuais e montantes estabelecidos por órgão;

b) a revisão dos parâmetros e das projeções das ~~variáveis~~ de que tratam o inciso XXI do Anexo III e o Anexo de Metas Fiscais, ambos da LDO-2013;

c) a justificativa das alterações de despesas obrigatórias, explicitando as providências que serão adotadas quanto à alteração da respectiva dotação orçamentária, bem como os efeitos dos créditos extraordinários abertos;

d) os cálculos relativos à frustração das receitas primárias, que terão por base demonstrativos atualizados de que trata o inciso XI do Anexo III da LDO-2013, e demonstrativos equivalentes, no caso das demais receitas, justificando os desvios em relação à sazonalidade originalmente prevista; e

e) a estimativa atualizada do superávit primário das despesas estatais, acompanhada da memória dos cálculos para as empresas que respondem pela variação.

A Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013, Lei Orçamentária Anual de 2013 – LOA-2013, foi sancionada após o término do primeiro bimestre e do prazo legal para o envio aos demais Poderes do relatório de avaliação de receitas e despesas primárias referente ao primeiro bimestre. Assim, tal relatório não foi elaborado, uma vez que não havia medidas a serem tomadas na ocasião, já que o orçamento não podia ser executado, exceto as despesas autorizadas no art. 50 da LDO-2013.

Vinte e nove dias após a sanção da LOA-2013, em obediência ao art. 8º da LRF, foi editado o Decreto nº 7.995, de 2 de maio de 2013, contendo a programação orçamentária e financeira e o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para exercício de 2013.

Encerrado o segundo bimestre, e com o objetivo de garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecido no Anexo de Metas

Fiscais da LDO-2013, procedeu-se à reavaliação dos itens de receitas e despesas primárias do Governo Federal, observando a arrecadação das receitas federais e a realização das despesas do Governo Federal até o fim do mês de abril e parâmetros macroeconômicos atualizados, compatíveis com a política econômica vigente.

A previsão do crescimento real do Produto Interno Bruto – PIB para 2013 é 3,5% e do índice de inflação (Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA) de 5,2%. A estimativa da inflação é compatível com a meta de inflação perseguida pela política monetária e com a trajetória para este índice observada até o momento.

Após a reavaliação da projeção das receitas e despesas, verificou-se a necessidade de limitar o empenho e a movimentação financeira das dotações orçamentárias aprovadas LOA-2013 em R\$ 22,5 bilhões.

A revisão das estimativas da receita líquida de Transferências a Estados e Municípios demonstra um decréscimo de R\$ 47,5 bilhões em relação a LOA-2013. Essa variação ocorreu na maioria das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, exceto Imposto de Importação, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP. Nas outras receitas, foram reduzidas as projeções de dividendos e da cota-parte de compensações financeiras.

Quanto às despesas primárias de execução obrigatória, houve um decréscimo líquido de R\$ 5,0 bilhões, distribuídos entre os seguintes itens: subsídios e subvenções econômicas, pessoal e encargos sociais e complementação ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb. Em sentido oposto, a previsão de gasto com créditos extraordinários, despesas dos Poderes

Legislativo e Judiciário e o MPU, inclusive convênios, e dos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia – FDA, do Centro-Oeste – FDCO e do Nordeste – FNDE foi aumentada.

Por fim, o abatimento da meta de superávit primário permitido no art. 3º da LDO-2013 foi ampliado para R\$ 45,0 bilhões, superando em R\$ 20,0 bilhões o valor deduzido na LOA-2013. Embora o abatimento total permitido pela LDO-2013, já consideradas as alterações feitas pelo art. 1º da Lei nº 12.795, de 2 de abril de 2013, seja de R\$ 65,2 milhões, optou-se por não utilizar toda a dedução permitida dadas as incertezas da economia internacional. Adicionou-se a isso a redução de R\$ 0,9 bilhão da meta de resultado primário, em função de o resultado da LOA-2013 ter superado a meta nesse valor.

Diante da combinação dos fatores citados, é necessário reduzir os limites de movimentação e empenho e de pagamento das despesas discricionárias em relação à LOA-2013 no montante de R\$ 22,5 bilhões. Se considerada em relação à dotação atual, ou seja, somando-se as despesas discricionárias do Poder Executivo abertas por meio de créditos adicionais, assim como as reaberturas de créditos especiais de 2012, a redução dos limites de movimentação e empenho chega a R\$ 23,0 bilhões. Isso implicará em redução total de despesas primárias – obrigatórias e discricionárias – no valor de R\$ ~~28,0~~ 28,0 bilhões, conforme demonstrado a seguir:

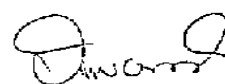
Discriminação	R\$ milhões	
	Variação em relação à LOA-2013	Variação em relação à Dotação Atual 2013
1. Receita Primária Total	(67.794,1)	(67.794,1)
2. Transferências Constitucionais e Legais a Entes Subnacionais	(20.250,5)	(20.250,5)
3. Receita Líquida (1 – 2)	(47.543,6)	(47.543,6)
4. Despesas Obrigatórias, inclusive créditos adicionais do Poder Judiciário	(5.000,0)	(5.000,0)
5. Créditos Adicionais em Despesas Discricionárias do Poder Executivo	0,0	457,3
6. Redução na Meta de Resultado Primário pela ampliação do valor do Programa de Aceleração do Crescimento a ser abatido	(20.000,0)	(20.000,0)
7. Redução na Meta em fundo do resultado primário a maior da LOA-2013	(0,9)	(0,9)
8. Necessidade de redução nas despesas discricionárias do Poder Executivo (3 – 4 – 5 – 6 – 7)	(22.542,7)	(23.000,0)
9. Redução Total de Despesas (4 + 5 + 8)	(27.542,7)	(28.000,0)

Fonte/Elaboração: SOF/MP.

II. VOTO

Diante do exposto, voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias referente ao 2º Bimestre de 2013 e o encaminhe ao arquivo.

Sala da Comissão, 11 de fevereiro de 2014.



Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**

Relatora

Senador **EDUARDO AMORIM**

Vice-Presidente no exercício da presidência

Senador **BLAIRO MAGGI**

Presidente

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
MENSAGEM (SF) Nº 41, de 2013

ASSINAM O PARECER, NA 2ª REUNIÃO, DE 11/02/2014, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: _____

RELATOR: _____

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Aníbal Diniz (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Acir Gurgacz (PDT)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Ana Rita (PT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Wellington Dias (PT)	5. Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. VAGO
Luiz Henrique (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. João Alberto Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Vital do Rêgo (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	5. Eunício Oliveira (PMDB)
Kátia Abreu (PMDB)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Cyro Miranda (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Blairo Maggi (PR)	1. Gim (PTB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. VAGO
Fernando Collor (PTB)	3. Armando Monteiro (PTB)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM – MT) – Foi encaminhado à publicação o **Parecer nº 40, de 2014**, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, concluindo pelo conhecimento e posterior arquivamento do **Aviso nº 34, de 2012**.

A Presidência, em cumprimento às suas conclusões, encaminha a matéria ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM – MT) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 7, de 2014**, do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, comunicando a deliberação pela declaração de prejudicialidade do **Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2013**.

É o seguinte o Ofício:

OFÍCIO Nº 7/2014 – PRESIDÊNCIA/CAS

Brasília, 12 de fevereiro de 2014

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2013, que altera a Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004, para dispor sobre a disponibilização de protetores solares pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), mediante ressarcimento, de autoria do Senador Paulo Bauer.

Respeitosamente, – Senadora **Vanessa Grazziotin**, Vice-Presidente no Exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM – MT) – Com referência ao **Ofício nº 7, de 2014**, a matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente, a fim de ser declarada prejudicada, nos termos do § 1º do art. 334 do Regimento Interno

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM – MT) – Foi encaminhado à publicação o **Parecer nº 42, de 2014**, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, concluindo pelo arquivamento da **Mensagem nº 41, de 2013**.

A Presidência, em cumprimento às suas conclusões, encaminha as matérias ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM – MT) – A Presidência retifica o despacho apostado ao **Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2013**, a fim de que a referida matéria seja examinada pela Comissão de Assuntos Sociais e pela Comissão de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.

A matéria retorna à Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM – MT) – Eu convido para fazer uso da palavra o ilustre e valoroso Senador Paulo Paim.

V. Exª tem 20 minutos para fazer seu pronunciamento.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente. Perdoe-me, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM – MT) – Pela ordem, Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu queria falar da tribuna, mas acabei não falando.

É que eu queria dar parabéns, hoje, ao nosso juiz que foi nomeado pela Presidenta Dilma como Ministro do Superior Tribunal de Justiça, nosso Ministro Néfi Cordeiro. Quero dizer da minha satisfação e honra de ter um paranaense no nosso STJ, ao lado do nosso Presidente Ministro Felix Fischer e também do Ministro Kukina, que faz parte dessa douta Corte.

Então, quero externar aqui os meus parabéns ao Dr. Néfi Cordeiro.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM – MT) – Associe-me a V. Exª, cumprimentando o Sr. Ministro.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria fazer, aqui, neste pronunciamento de fim de tarde, alguns registros.

Começo falando que, ontem à noite, tive a satisfação de estar na posse da nova diretoria do Sindifisco Nacional, quando Cláudio, um jovem líder da categoria, assumiu a direção da entidade.

Foi um belo evento, e tive a alegria de participar da Mesa junto com o Ministro Garibaldi Alves, da Previdência, e outras autoridades. Eu estava lá representando o Senado da República.

Quero também dizer ao Cláudio que tenho certeza de que ele há de fazer uma bela administração no cargo que assumiu com o apoio da ampla maioria da categoria.

Está aqui me visitando o Joel, que também é um líder da categoria, com outras duas colegas, para falar sobre o interesse desse setor tão importante e fundamental para as contas do nosso País.

Tanto para a diretoria que sai como para aquela que entra, ficam aqui meus cumprimentos pelo trabalho que realizaram alguns e que vão realizar outros que estão assumindo a direção dessa importante entidade.

Sr. Presidente, quero também cumprimentar o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, que estão realizando aqui, em Brasília, o 6º Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, que iniciou ontem, quarta-feira. Hoje, à tarde, às 18 horas, ocorrerá um grande ato em defesa da reforma agrária e de mais avanços no campo social, com a participação de seis governadores, inclusive o Governador Tarso Genro, do Rio Grande do Sul.

Deixo aqui meus cumprimentos a toda a direção do MST.

Esse evento, com certeza, além de reunir em torno de 20 mil delegados e delegadas de todos os Estados, representa mais de 350 mil famílias de assentados e 90 mil famílias acampadas no País.

Quero agradecer o convite que tive, inclusive, para participar desse evento.

Vida longa ao MST! Que avancemos no direito da terra para todos e no campo social!

Também fiz o registro de uma audiência pública que realizamos, hoje, pela manhã. Fiz esse registro na abertura dos trabalhos, com a presença do Deputado Edegar Pretto, filho do meu inesquecível amigo Adão Pretto, já falecido, que foi também Deputado Federal. Tivemos uma jornada muito bonita juntos. Hoje, ele está lá nas pradarias do céu.

Mas o Edegar Pretto coordena uma frente estadual em defesa do direito das mulheres, a Frente Parlamentar dos Homens contra a Violência às Mulheres. É um belo movimento, inédito em âmbito estadual e, segundo me informaram hoje, em âmbito internacional.

Meus parabéns a toda a equipe do gabinete do Edegar Pretto, que diz, por exemplo – e é coisa do Rio Grande: “Guri de verdade não bate em guria.” Diz ele aqui que, infelizmente, a cada dois minutos, cinco mulheres sofrem algum tipo de violência no Brasil. Na maioria das vezes, o agressor é o marido, companheiro ou namorado que tem ciúme ou não aceita a separação.

Eu dizia lá, hoje, pela manhã, que ninguém é obrigado a gostar de ninguém. A separação é legal, é constitucional; é lei, é o divórcio. Agora, o respeito é bom. E homem que é homem não bate, não. Homem que é homem não deve ser covarde. E homem que bate em mulher não é homem e é covarde.

Por isso, enfatizo aqui essa bela iniciativa que lançamos hoje, e eu assumi a responsabilidade no Senado, e o Deputado Marcon assumiu na Câmara. Lançamos a Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência contra a Mulher: “Educar meninos e meninas para uma sociedade sem violência é uma tarefa para todos”, disse o Deputado.

No Rio Grande do Sul, já foram criadas cinco frentes parlamentares municipais. É fundamental a participação de todos, e aqui, claro, a participação de Vereadores, de Prefeitos, de Deputados Estaduais, de Deputados Federais, de Senadores, de Governadores. Eles levarão também esta proposta ao Executivo.

.Enfim, meus cumprimentos, meu parceiro e meu amigo Edegar Pretto. Essa sua trajetória contra a violência é exemplar. E que bom que eu sou seu parceiro nessa caminhada.

Foi uma das mais belas audiências públicas que eu tive a alegria de presidir, com a presença da Senadora Ana Rita, do Senador Cristovam e do Deputado Pimenta, que também se fez presente.

Enfim, foi um grande momento.

Saímos dali com a seguinte carta, que eu passo a ler neste momento aqui na tribuna:

Carta dos Homens Parlamentares pelo Fim da Violência contra as Mulheres

Nós, [...] Parlamentares, Senadores, Deputados Federais, Estaduais e Vereadores, reunidos em Brasília em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, discutindo a contribuição da Frente Parlamentar de Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres na sensibilização do público masculino para o enfrentamento à violência doméstica e familiar, expressamos nossa preocupação com os altos índices de violência contra as mulheres em nosso País.

Reconhecemos os avanços do Governo Federal nesta área, como a criação da Secretaria de Políticas para Mulheres, as ações do Pacto Nacional para o Enfrentamento à Violência contra a Mulher, a Central Telefônica 180 de atendimento à mulher, o Programa Mulher Viver Sem Violência, a Campanha Compromisso e Atitude, o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, entre outras medidas. [Reconhecemos a força da Lei Maria da Penha, mas, infelizmente, a violência continua.]

Mas nos unimos às mulheres para reivindicar a ampliação da Rede de Atendimento, assegurando delegacias especializadas; a ampliação dos núcleos especializados nas Defensorias Públicas; a instalação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, a criação de mais Centros de Referência e

Casas Abrigo, além da criação de centros de reeducação de agressores, ainda inexistentes como política pública em nosso País. Entendemos como estratégica a inclusão nos conteúdos escolares do tema dos Direitos Humanos, enfocando as questões de gênero, de forma a questionar os padrões culturais e construir entre as novas gerações uma nova cultura, baseada no respeito e na não violência. É isso que queremos. Por isso, [...] [firmamos] um compromisso pela vida das mulheres brasileiras, constituindo [aqui no Senado e na Câmara] o Movimento Nacional de Homens Parlamentares pelo Fim da Violência contra as Mulheres, nos comprometendo [assim] a adotar posturas de respeito às mulheres, [...] [e de apoio permanente a todas as lutas que venham no sentido de combater todo tipo de violência, principalmente em relação às mulheres. Combater atitudes machistas], contribuir para a alocação de recursos orçamentários para a implementação de políticas públicas para as mulheres e ampliar o número de Frentes Parlamentares dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres, em todos os níveis, constituindo-se [assim] numa Rede articulada unida como objetivo de auxiliar na eliminação de qualquer tipo de violência [qualquer tipo, no caso, aqui] de gênero em nosso País.

Assinam a presente carta: Deputado Estadual Edegar Pretto, que é o autor da ideia, coordenador da Frente dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul; Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera, Coordenador da Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres, da Assembleia do Estado de Santa Catarina; Vereador Tenente Bruno, Coordenador da Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres, lá de Pelotas, Rio Grande do Sul; este Senador, em nome do Senado da República. E ainda assinam: Deputado Federal Marcon; Senador Cristovam Buarque; secretários e vereadores que estiveram presentes nesta audiência, como o Vereador Tenente Bruno, a Senadora Ana Rita e outros que participaram da Mesa nos debates.

Enfim, violência contra as mulheres, não! Cartão vermelho para todos que agridem a nossa população.

Senador Magno Malta, V. Exª é alguém que tem defendido sempre a questão da não violência. Visitei, na sua cidade, a clínica que V. Exª sustenta para a recuperação de drogados, e esse depoimento tenho que dar aqui.

O Sr. Ataídes Oliveira (PROS – TO) – V. Exª me concede um aparte, Senador?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Jayme Campos, também, como Governador, sempre teve uma postura muito clara de combate a todo tipo de violência.

Pois não, Senador, V. Exª está com a palavra.

O Sr. Ataídes Oliveira (PROS – TO) – Senador Paim, quero lhe parabenizar por esse belo discurso e esse tema, que, realmente, é de tamanha preocupação para todos nós. Tudo isso que V. Exª descreveu é de uma importância realmente muito grande. Mas eu quero prestar aqui uma informação, Senador. Eu estava nesta Casa no ano passado e resolvi, então, fazer uma pesquisa sobre por que essas senhoras que sofrem agressões dos seus companheiros, que apanham dos seus companheiros – muitas das quais até chegam a fazer o boletim de ocorrência –, na semana seguinte, voltam para casa e continuam apanhando deles? A resposta que eu tive foi a de que a maioria quase absoluta dessas senhoras retornam a seus lares porque não têm como sobreviver economicamente. Assim sendo, Senador Paulo Paim, protocolizei aqui nesta Casa – parece-me que no mês de abril de 2013 – o Projeto nº 233, que já passou pela nossa CDH. Nele peço que o Sistema S coloque à disposição cursos gratuitos para essas senhoras. Parece-me que é uma quota de 5%. Isso para o Sistema S representa praticamente nada, mas para essas senhoras vai representar muito. Então, já passou pela nossa CDH, foi aprovado por unanimidade e agora está indo para a próxima comissão onde acredito que será aprovado. Vou até acionar para ver se conseguimos uma aprovação mais rápida. Imagino o seguinte, Senador Paim, uma vez que essas mulheres tenham a oportunidade de se qualificar profissionalmente e de ter o seu próprio ganho, de ter a sua renda, imagino que esse número será reduzido enormemente. Elas tendo dinheiro para se sustentarem jamais irão continuar apanhando de seus companheiros. Era só isso, Senador. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Ataídes Oliveira, confesso que hoje, pela manhã, este tema foi debatido: a dependência econômica da mulher. O mais grave ainda é que lá foi confirmado por lideranças de mulheres, principalmente, que a mulher, quando faz uma denúncia, já foi agredida dez, quinze, vinte, trinta, quarenta vezes, às vezes durante um, dois, três anos. E perguntaram qual era o motivo de tanta agressão e da não reação. Aí, entrou essa questão da dependência econômica. Não é que ela goste; ninguém gosta de ser agredido. Como já disse, todo mundo gosta de um carinho. Não tem quem não goste de um carinho, mas ela fica numa dependência econômica muito grande, infelizmente. Também foi falado, por um dos líderes, sobre o *day after*, ou seja, ela faz a denúncia e volta para a casa. Daí o cara chega lá e bate nela de novo. E o que ela faz?

Então, de fato, ela precisava ter algum tipo de... Falou-se sobre um fundo, que vai na linha do seu projeto, que garantisse a ela o mínimo de independência para que pudesse sobreviver longe do agressor, até porque

sabemos do carinho que as mães têm por seus filhos – e tudo isso está em jogo. Ela, na ânsia de proteger os filhos, acaba voltando e fica à mercê do homem – homem, não –, mas daquele que covardemente age de forma agressiva com sua companheira.

Então, quero dizer que seu projeto deve ser olhado com muito carinho para que a gente possa ajudar nossas companheiras, lutadoras e mulheres que acabam dirigindo nossas casas e que, muitas vezes, em um ato covarde, são desrespeitadas por um homem que também não se respeita – homem, não; mas por um indivíduo ignorante.

Sr. Presidente, neste momento, queria fazer o que tenho feito desde segunda-feira ou desde que retornamos ao Congresso Nacional. Eu disse que entraria na contagem regressiva quanto ao acordo que fizemos aqui sobre as dívidas dos Estados. Hoje, lá no Rio Grande do Sul, toda sociedade organizada, viva e pujante do Estado – empresários, trabalhadores, Assembleia Legislativa, Câmara de Vereadores – está reunida com o Governador Tarso Genro para dar – eu diria – mais um reforço para a luta que estamos travando aqui. Quando digo luta, falo em bom combate, pois acho que chegaremos a um entendimento sobre a questão da renegociação das dívidas dos Estados.

Falei que hoje, então, faltam 20 dias. Eram 30 dias; só faltam 20 dias. Falarei na segunda-feira, levando-se em conta que amanhã faltarão 19 dias; que sábado faltarão 18; que domingo faltarão 17, quando faltará praticamente metade do acordo firmado, 16 dias, pois eram 30 dias.

Eu estou ainda animado. Pelas informações que recebi, a CCJ e a Comissão de Economia, lideradas por Lindbergh e outro também querido amigo, Vital do Rêgo, vão se reunir para votar o projeto que, posteriormente, voltará ao plenário para, mediante acordo, votarmos a matéria. Isso é o que eu espero, porque isso é o que foi decidido.

Espero que se faça um acordo de forma tal – e falava sobre isso ontem com o Senador Walter Pinheiro – que o projeto nem precise voltar para a Câmara. Se houver somente a supressão, digamos, de algum artigo, o projeto vai para a sanção da Presidenta, porque esse foi o acordo firmado na Câmara e também – espero eu – aqui no Senado. Isso vai ser bom para ampla maioria dos Estados e para o meu querido Rio Grande do Sul vai significar uma economia em torno aí...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ... de R\$17 bilhões, claro que a longo prazo. Agora não há impacto algum, mas a longo prazo haverá.

Por isso, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de terminar a minha fala cumprindo o compromisso que eu assumi comigo mesmo com o Rio Grande e com este Plenário de, todo dia, até o dia da votação, eu falar sobre a importância da renegociação da dívida, uma dívida impagável que, no tempo da inflação alta, até tinha sentido: pagávamos o IGP-DI e mais 6% ou 9%. Mas agora, com a inflação sob controle, juros sob controle, não há motivo mais de nós não votarmos essa matéria.

Era isso, Sr. Presidente. Eu tenho outro pronunciamento, mas deixarei para fazê-lo amanhã, até porque quero aprofundar o debate sobre as últimas votações que tivemos aqui no Senado da República.

Obrigado, Presidente Jayme Campos,...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ... pela tolerância com os três pronunciamentos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Jayme Campos, nós falamos para o Brasil que nos assiste pela TV Senado, que nos ouve pela Rádio Senado e que nos acompanha pelas redes sociais desta Casa.

Este é um dia alegre para mim, mas de uma alegria que eu nem queria ter, que ninguém gostaria de ter. A alegria que tenho é de que ontem, lá na CCJ, na Comissão de Justiça, eu pude relatar um dos projetos mais importantes da minha vida, Senador. Dei o nome a esse projeto de Kaito, a nossa querida criança do Mato Grosso, Estado de V. Ex^a, que foi abusada, violentada e levada à morte por um pedófilo desgraçado, criminoso, resto, lixo – eu não sei nem se pode chamar isso de lixo, porque lixo é reciclável – e que foi para as ruas! Ele estava preso por pedofilia, mas foi solto sem exame psicológico, porque o juiz não pediu o exame psicológico desse desgraçado. Pois bem, em nome do Kaito, Sr. Presidente. Aquele desgraçado, ao ser preso, disse: “Se me soltar, eu faço de novo.” É essa compulsividade...

E aí eu volto ao tema de que nós precisamos instituir prisão perpétua para pedófilo, neste País. A família enlutada do Kaito representa a família enlutada de tantos.

Está o advento do Adail Pinheiro, esse peste, esse desgraçado de Coari, que está na cadeia, mas com um processo com mais de dez anos dormindo na gaveta dos tribunais do Amazonas, debaixo da coxa dos desembargadores.

O CNJ levantou-se e foi. Eu investiguei esse desgraçado. Eu tenho gravações da Polícia Federal com ele chamando criança de nove anos de prostituta, levando para o aborto criança de dez anos.

Ontem, na CCJ, a Comissão inteira, este Senado – V. Ex^a que viveu e conviveu com o drama do Kaito e da família do Kaito –, ontem eu tive o prazer de relatar, terminativamente, com caráter terminativo, a lei que torna pedofilia e abuso crime hediondo neste País.

Aliás, se existe crime hediondo, este é o crime hediondo. Este é o crime dos crimes. Este crime tem mãe. Esta é a mãe do crime: abuso, violência contra o emocional, contra o moral, contra o psicológico. A violência que acaba com o futuro de uma criança, que arrebenta com o seu presente e mutila as emoções da sua família.

Por isso, eu quero fazer este registro com muita emoção. Foi votado terminativamente, vai para a Câmara, e eu duvido... E há que se pedir ao Presidente da Câmara, Henrique Alves, que ponha celeridade, porque não há que se suportarem desgraçados, do alto da sua lascívia, da sua tara sexual, invadindo e violentando crianças neste País.

Aí, quando se fala em abuso, Senador Mozarildo – V. Ex^a que esteve junto naquela luta, quando prendemos aquele procurador desgraçado da sua terra, aqueles empresários desgraçados, aquele coronel desgraçado, que abusava de criança lá na sua terra, e V. Ex^a esteve presente naquele momento conosco, com a Comissão, comigo –, os dias deles estão contados! Os dias deles estão contados! Então, a Câmara não se furtará de colocar em votação rapidamente, para que nós possamos entregar esse benefício às crianças de todo o País. Por isso, este é um momento de muita alegria para mim.

Encerro fazendo o registro da morte, mais uma vez, do cinegrafista da Rede Bandeirantes.

Sr. Presidente, eu quero fazer este registro fazendo uma pergunta. Nós vamos ficar assistindo, fazendo discurso? Porque, veja, a manifestação é democrática, a manifestação nas ruas de quem vai reivindicar direito, reivindicar melhor saúde, melhor educação. Manifestação pacífica, respeitosa. Agora, Sr. Presidente, manter o respeito e ter grupo de direitos humanos e OAB se levantando para proteger mascarado, marginal, criminoso que invade supermercado, que depreda loja, que rouba, que destrói patrimônio público e que enfrenta a Polícia, faz gesto obsceno, agride com palavrões um policial que ganha R\$1,2 mil por mês?

Este País precisa enfrentar a chamada PEC 300, Sr. Presidente, e equiparar o salário de todo mundo, porque não é possível que o policial de Brasília tenha um salário alto e o do meu Estado ganhe R\$1,2 mil, do seu, ganhe R\$1,2 mil, para depois ouvir palavrão, ver gesto obsceno e tudo é porque a Polícia é despreparada, a Polícia é despreparada, a Polícia é truculenta. E um menino desses – um menino, não, um homem travestido de criança, com 17 anos, que estupra, sequestra e mata – faz um gesto obsceno, fala palavrão que quer falar, se o policial pegar no braço mais forte, para colocar no camburão, alguém fotografa com o celular e o marginal é o policial.

Onde é que nós vamos parar? É a pergunta que o Brasil está fazendo. E nós ficamos aqui viajando na maionese. Um diz: “Não, são as crianças, é a manifestação das crianças, precisamos mudar o quadro primeiro.” Mudar que quadro? Porque enquanto o quadro não muda, eles matam, sequestram. O que nós temos que fazer então? O que nós temos que fazer?

Quando eu falo em redução da maioridade penal ninguém vem para o debate, todo mundo corre, só o Senador Suplicy. Ideologicamente, filosoficamente, eles não querem dar o braço a torcer, mas sabem que isso está errado, o País está em chamas, pegando fogo. Se não fizermos a redução da maioridade penal, daqui a dois anos nós vamos pedir autorização a menino de dez anos de idade para levar nossos filhos para a escola, para poder abrir a porta de empresa, para entrar na igreja, porque menino de dez anos com escopeta na mão vai dar ordem neste País. É uma bagunça generalizada!

E agora a mídia ensinou coisa ruim. Tem uns dez anos que tudo de ruim que acontece neste País está na conta da Polícia e dos políticos, na conta dos políticos e da Polícia. “Ah, mataram o cinegrafista! Também, esses políticos safados não fazem lei!” O outro fala: “Não é isso não, é porque falta polícia na rua.” Se a Polícia não está, ela é omissa; se a Polícia prende, é desqualificada.

O que nós vamos fazer? O que nós vamos fazer?

Sr. Presidente, a Argentina tem 32 milhões de pessoas, tem 48 mil homens na Polícia Federal; o Brasil tem 200 milhões, não tem 22 mil homens na Polícia Federal. Isso é uma brincadeira! E uma Polícia Federal mal remunerada. Nós precisamos atentar para a segurança pública deste País.

Minha solidariedade ao cinegrafista. E dizer à Presidente da República, dizer ao Presidente do Supremo: o que é isso? Nós precisamos ter mão dura, mão dura com esses mascarados, marginais que saqueiam, que matam, que destroem e depois é só alguém fotografar, é só alguém botar nas redes sociais que rapidamente a Polícia solta, aparece um defensor público porque eles estão agredindo os direitos humanos.

Nós precisamos inverter essa lógica. Qual é a lógica dos direitos humanos? Direitos humanos e os humanos não têm direito. A lógica correta é de que os humanos precisam passar a ter direitos neste País.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM – MT) – Eu imagino que o Senador Magno Malta já cumpriu a sua missão aqui. Diante desse pela ordem, V. Ex^a está plenamente satisfeito. Acho que podemos já fazer uma inversão na ordem de inscrição.

Concedo, com muita honra, a palavra ao ilustre Senador Cícero Lucena. V. Ex^a tem 20 minutos, na forma regimental.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente Jayme Campos.

Sr^{as} e Srs. Senadores, eu venho tratar de um assunto que, entre tantas outras preocupações em relação ao Nordeste e, em particular, à Paraíba, de um programa que tem o apoio do Governo Federal, que é o Programa do Leite.

No ano de 2000, na Paraíba, foi criado o Programa Leite da Paraíba, programa esse que se estabeleceu com o único objetivo de fixar o homem no campo e proporcionar ao pequeno agricultor a chance e a oportunidade de ter um microrrebanho, quer seja de cabra ou de bovino, para que ele pudesse, através desses animais, produzir uma quantidade de leite e ter a certeza da garantia do preço na sua venda, no seu fornecimento, bem como a certeza de que poderia também ter um pouco mais para o seu próprio uso e da sua família.

Essa pequena renda, Sr. Presidente, quando foi instituído esse Programa no Brasil, foi estabelecida como incentivo e apoio ao pequeno produtor rural. Estabeleceu-se que ele forneceria o valor correspondente a R\$4 mil por mês de leite.

Pois bem, Sr. Presidente, já se passaram mais de dez anos, e esse valor não é corrigido como a consideração do pequeno produtor. Isso fez com que, na Paraíba, especificamente, nós chegássemos a atingir uma produção diária nesse Programa de 120 mil litros de leite. A Paraíba chegou ao ponto de, só na produção do leite de cabra, produzir 20 mil litros de leite de cabra. Essa quantidade para muitos pode representar pouco, mas, para a Paraíba, para o Nordeste, tem um número bastante significativo, até porque permite, Senador Mozarildo, uma quantidade maior de pequenos produtores para produzir isso.

Além de aumentar o rebanho, de praticamente dobrar o rebanho de vacas e de cabras, em apenas 6 anos, na Paraíba, que é um Estado que tem um rebanho pequeno, permitiu também a criação de cooperativas para fazer a pasteurização do leite; a entrega, a geração de emprego na captação desse leite; a venda, a entrega desse leite; como também permitiu, inclusive, por a bacia leiteira ter ampliado um pouco mais, na Várzea de Sousa, na região de Sousa, desenvolver-se uma pequena indústria de laticínios, na área de sorvete, de iogurtes e de alimentos complementares, inclusive para a merenda escolar.

Pois bem. O meu pronunciamento tem como objetivo pedir para que o Governo Federal tome a iniciativa de aumentar um pouco mais esse valor individual do pequeno produtor, porque os R\$4 mil por ano são insuficientes para que o cidadão possa manter sua família e fixar-se no campo. Sem dúvida alguma, se tiver a garantia alimentar, a garantia da sua renda, o camponês, o homem simples, o sertanejo prefere ficar no seu sítio.

E, na Paraíba – e aí vai a minha grande frustração –, depois de tantos anos esse programa dando certo, tendo atingido 120 mil litros de leite por dia, hoje ele está reduzido a pouco mais de 20 mil litros de leite por dia, em uma demonstração clara do descompromisso do Governo do Estado com a política, da falta de sensibilidade, da falta de cuidado com aqueles que mais precisam.

Houve denúncias corretas de manipulação de quantidades de leite, de pessoas praticando atos de corrupção nesse programa na Paraíba. Mas não é dessa forma que se tomam as providências corretas, não é acabando com um programa que se vai combater a corrupção; é prendendo aqueles que estão agindo de forma errada, fazendo com que aqueles que mereçam ser punidos o sejam, e não punindo o pequeno agricultor da Paraíba e também a própria população. Porque esse leite que era distribuído para aqueles mais carentes ajudou na complementação alimentar, ajudou na redução da mortalidade infantil e contribuiu para que o homem pudesse melhor ter a opção de se fixar no campo.

Pois bem, Senador. Digo isso para o senhor, que é de uma região tão rica, em termos de produção agrícola, de agropecuária, e que sabe o quanto é importante esse segmento para melhorar e para ajudar a qualidade de vida do nosso povo, um povo que está sofrido, Presidente.

Hoje, pela manhã, falei com esse Prefeito Carlinhos de Tião, do Município de Cabaceiras, e ele me pedia para que eu falasse sobre o que está ocorrendo com o Nordeste e, em particular, com a Paraíba.

Várias vezes, ocupei a tribuna desta Casa para falar da ajuda que o Governo tinha prometido no ano passado em relação à convivência com a seca. Dentro dos itens de que o Governo fez tanta propaganda, estava a distribuição do milho. Veja como o Nordeste é sofrido, Senador Mozarildo: a conta de um pequeno agricultor para comprar o milho na Conab é de R\$18 a saca. Pois bem, do que adianta ser R\$18 se não há? É o milho mais

caro que existe, porque não há. O que serão 18 sacas para um agricultor salvar o seu rebanho? Nada! Nada! Ele está recebendo isso a cada três meses, não dá nem para a galinha quanto mais para boi e para cabra.

Pois o meu apelo é para que o Governo tenha sensibilidade, que tome as providências inclusive antecipadas, que transporte o milho – dessa safra que vive fazendo propaganda de que está batendo recorde – para o Nordeste, em período em que não haja grande demanda de transporte, para que o frete seja mais barato, armazene na região e distribua isso sem fechar – como já denunciei nesta tribuna – armazém no interior, como o de Patos, o de Sousa, o de Catolé do Rocha; para que o pequeno agricultor não tenha que andar 120km para ter acesso a 18 sacas de milho.

Essa é a realidade que estamos vivendo e não adianta o Governo gastar milhões e milhões em propaganda, bilhões e bilhões em Copa do Mundo, e não ter a preocupação, a sensibilidade com o pequeno agricultor, com o homem do campo que está sofrendo juntamente com o pequeno rebanho a que ele se apegava e que é também instrumento da sua sobrevivência.

É esse o apelo que faço aqui juntamente com a denúncia, porque não adianta apenas denunciar por denunciar; estou denunciando, registrando, mas mostrando o que o Governo pode fazer, basta querer, basta ter sensibilidade, ter responsabilidade, ter compromisso com aqueles que mais precisam no Brasil, mas que o governo do Estado faça também o seu papel.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer e que Deus proteja a todos!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM – MT) – Cumprimento V. Ex^a, Senador Cícero Lucena, pelo pronunciamento, sobretudo pertinente, defendendo, como sempre defendeu nesta Casa, os interesses do povo nordestino, particularmente do seu querido Estado da Paraíba.

Eu concedo a palavra, na ordem de inscrição, pela Liderança do PTB, ao Senador Mozarildo Cavalcanti. V. Ex^a tem 20 minutos, na forma regimental.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jayme Campos, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, há alguns momentos em que o Legislador, isto é, a pessoa que ocupa a função de Deputado Federal ou de Senador, chega a ficar desalentado de apresentar projetos de interesse da sua região, do País e, depois de esse projeto circular entre a Câmara e o Senado por 12 anos, ver que, mesmo tendo havido troca de ideias com o Governo, o projeto foi vetado pela Presidente da República.

Vetar é um direito constitucional dela. Agora, acho que é uma desconsideração com o Congresso, que analisou, e repito, conversando com o Governo Federal, um projeto que não vem a ser danoso, ao contrário do que estão dizendo, porque não se interessaram em ler – falo isso àqueles que criticam o projeto por dizer que é um projeto danoso ao País. É um projeto de minha autoria, apresentado aqui, neste Senado, em 2002, que, na verdade, moraliza a criação, a fusão e a incorporação de Municípios.

Veja bem. Até aqui não há uma lei que regulamente a criação de Município, tanto é que foram criados milhares de Municípios com menos de cinco mil habitantes, com menos de três mil habitantes e até com menos de mil habitantes, como o Município de Borá, no Estado de São Paulo.

Então, o que o meu projeto prevê? Prevê o seguinte. Primeiro, estabelece uma quantidade mínima de habitantes por região. Enquanto o Município de Borá, no Estado de São Paulo, que é o maior Estado do Brasil, não tem mil habitantes, o projeto exige cinco mil para ser criado um Município na Região Norte, oito mil na Região Nordeste, dez mil na Região Centro-Oeste e doze mil na Região Sul.

Muito bem. Além da exigência desse quantitativo populacional, o projeto também exige:

Como primeiro passo, que haja estudo de viabilidade econômica, inclusive, que se refira às duas áreas, a que vai ser desmembrada e a que sofre desmembramento. Isto é, não vamos criar um Município que seja viável e tornar a sede mãe inviável. Então, uma previsão legal que vai ser parte desse marco regulatório que vai dizer, não se pode ter Municípios ao bel-prazer por aí como foram criados até aqui.

Estamos propondo também, além do estudo de viabilidade econômica, do número da população, que o plebiscito se dê em toda a área do Município que vai ser desmembrado. Com isso, não se pode dizer que uma parte do Município é meio rebelde e quer simplesmente o desmembramento. Não se trata, portanto, de questão política, não se trata de arranjo partidário ou eleitoral.

Fiquei realmente muito triste ao ver não apenas o veto em si – eu até entendo que os órgãos do Governo entendem que haveria aumento de despesa, o que não é verdade, porque os recursos que vamos utilizar são os mesmos destinados aos Municípios. Hoje, cada Município recebe, de acordo com a proporção estabelecida, o Fundo de Participação dos Municípios, que é uma parte do que o Governo arrecada dos próprios Municípios e devolve seguindo um critério, como o IDH e outros.

Pois bem, o que vai acontecer? Se eu tenho um Município com área “x” e eu o desmembro, vou criar um Município “x1”, o valor total desse FPM vai ser dividido proporcionalmente entre os dois.

Fico realmente contrariado em ver que há um verdadeiro insulto, uma verdadeira afronta a um dispositivo constitucional, Senador Jayme Campos, que é aquele que diz que a República tem como um dos principais objetivos a eliminação das desigualdades regionais. Como eliminar as desigualdades regionais com Municípios como Altamira, no Pará, em que cabe Portugal e Espanha dentro? Já que falei de Altamira, a sede chega a ficar dois mil quilômetros de alguns distritos. Não é possível que os tecnocratas brasileiros não se atentem ao fato de que precisamos fazer este País mais ou menos nos moldes feitos pelos Estados Unidos ao criarem seus estados. Fizeram o quê? Não se preocuparam com os acidentes geográficos, Senador Jayme Campos. Pegaram a régua e dividiram o país de maneira que pudessem desenvolvê-lo igualmente, de Norte a Sul, de Leste a Oeste.

O Brasil, não. Está indo por uma questão de decantação, empurrando com a barriga. Mais ou menos os moldes são os mesmos desde o tempo do Império, até antes do Império, até agora na República pós-nova – até porque a República Nova era do Tancredo, não é?

Pois bem, o que acontece? Continuam investindo mais no litoral e menos nos Municípios que são da Amazônia, do Centro-Oeste. Com isso, vai ficar valendo aquela regra da canção popular que diz que os mais pobres vão ficar cada vez mais pobres e os mais ricos, cada vez mais ricos. Então, eu não posso entender.

Dia 13, está na pauta a apreciação desse veto. Senador Jayme Campos, 312 Deputados votaram a favor desse projeto; 53 Senadores votaram a favor desse projeto. Agora a votação do veto é aberta. Então, muita gente antes votava a favor de uma matéria e, quando o Presidente ou a Presidente vetava, como ia votar secretamente, mudava a sua posição. Agora, o eleitor dos diversos Estados vai poder saber como se comportou o seu parlamentar. Se ele, num primeiro momento, votou contra e continua contra, perfeito, há coerência. Mas aquele que votou a favor, depois desse tempo todo decorrido, tanto Deputado, quanto Senador, por uma maioria esmagadora, agora mudar o voto porque a Presidência da República quer apresentar um projeto que vai fazer a mesma coisa, ou seja, regulamentar a criação de Municípios... E por que esperou 12 anos? Então, já que havia isso, assim que apresentei o projeto em 2002, que mandasse uma mensagem para cá, um projeto de lei, que seria aprovado.

Nós não estamos disputando quem é o pai da criança. Agora, se não havia, eu, como legislador, como tantos outros, tomei a iniciativa realmente de apresentar. Havia até um projeto anterior do Senador Sérgio Zambiasi que era menos rígido; e esse meu, mais rígido ainda.

Então, eu quero aqui fazer um apelo, primeiro aos Srs. Parlamentares que votaram a favor, que mantenham os seus votos por uma questão de coerência. Segundo, aqueles que não estavam presentes à sessão ou que, por alguma razão, se abstiveram, como houve casos aqui no Senado de um ou dois votos de abstenção, reflitam sobre esse projeto, leiam o projeto e vão ver que esse projeto é altamente benéfico para todo o País, notadamente para as regiões menos desenvolvidas, como é o caso do Norte, do Nordeste, do Centro-Oeste.

Nós não podemos ficar num país em que, por exemplo, o PIB dos sete Estados do Sul e do Sudeste é maior que o PIB de qualquer outra região. Não podemos ficar em um país em que, por exemplo, um Estado, como São Paulo ou Minas, tenha 800 Municípios – e até Municípios com menos de mil habitantes –, e nós não possamos criar Municípios, por desmembramento, para melhorar de fato a qualidade de vida do cidadão, pois haverá a presença do Poder Público, prestando melhores serviços de saúde, de educação, de segurança, de transporte e de incentivo à produção.

E nós que somos tanto do Centro-Oeste, como V. Ex^a, Senador Jayme, como da Região Norte, não podemos realmente nos acomodar com essa situação em que o País se encontra há décadas.

Agora eu queria pedir também aos telespectadores da TV Senado, aos ouvintes da Rádio Senado, aos municipalistas deste País todo que acompanhem essa votação do dia 13, terça-feira, porque ela realmente vai ser um demarcador de postura do Congresso perante uma ação do Executivo.

Não vamos aqui contestar a Presidenta da República, nós vamos exercer um direito. Se não houvesse essa previsão, não haveria a necessidade de o veto voltar para ser apreciado.

Ora, se volta o veto e nós temos a consciência do que fizemos, nós vamos derrubá-lo. Se não derrubarmos o veto, ficaremos nos perguntando: por que há pouco tempo, há poucos meses eu era a favor e agora sou contra?

Mas eu confio. Como eu disse, muitas vezes como parlamentares ficamos desencantados de procurar legislar, de procurar fiscalizar e somos, vamos dizer assim, torpedeados como se fosse um monopólio do Executivo. Eu não concordo com isso. E muito menos com essa história de que agora querem que os parlamentares derrubem o veto porque o Governo vai mandar um projeto no mesmo sentido. Isso, então, está tirando a competência do Legislativo de legislar, usurpando exatamente o objetivo maior do Legislativo que é legislar no interesse dos seus Estados, das suas regiões, do nosso país.

Esse projeto ajuda a todo o País. Não quer dizer que não vão ser criados mais Municípios na Região Sul, pelo contrário. Conhecemos casos na Região Sul de distritos e de Municípios que têm mais de 120 mil habitantes. Então, é preciso que isso seja uma coisa certa. Que a Presidenta depois até regulamente essa lei é aceitável. Agora, vetar essa lei simplesmente porque acham uma coisa desconsiderando a atividade do Parlamento, eu acho muito lamentável.

Mas eu espero não assistir a essa eu não diria desmoralização, mas, pelo menos, um apequenamento do Congresso ao voltar atrás numa posição que tomou ao longo de tantos anos.

Senador Paim, tenho muito prazer em ouvi-lo.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Mozarildo, eu quero cumprimentá-lo, porque trata de um tema importante, de uma luta histórica de V. Ex^a que nós aprovamos, eu pelo menos votei com muita consciência na proposta. Eu quero aproveitar o gancho que V. Ex^a dá, e V. Ex^a já tocou no assunto, que é o fim do voto secreto para apreciar vetos. A história mudou, eu chego a dizer que o Parlamento brasileiro era um antes dessa PEC e será outro. Vejamos o que aconteceu na Câmara ontem: um Deputado, que havia sido absolvido, que estava na prisão por corrupção, eu não vou entrar no mérito, vou resumir, foi praticamente condenado, no voto aberto, por unanimidade. O Parlamento mudou, e vai ser a mesma coisa nos vetos de mérito de projetos de lei. Quem duvidou e pagou para ver verá, por isso que insistimos tanto e votamos aqui por unanimidade praticamente o fim do voto secreto em vetos e cassação de mandatos, que era o mais importante. Escolha de autoridade se é secreta ou não, ninguém está dando bulhufas para isso. Pode ter certeza de que o povo não está preocupado, e isso foi o que não passou aqui. Eu era favorável, claro, a abrir o voto em todas as situações, mas não passou, e eu não dei lá atenção que alguém achou que eu ia dar – eu queria mesmo essas duas questões. Eu acho que cada um tem que assumir as suas posições, seja qual for, principalmente na questão dos vetos. E é bom para o Executivo também, ele tem que conhecer quem é a sua base, quem não é, e aqueles pontos em que nós, por uma questão própria de princípios, enfim, de luta, de história, de programas que defendemos ao longo das nossas vidas, podemos votar de forma livre e contra o veto. Por isso, podem escrever – eu gosto muito de usar agora a história da humanidade – que vai ficar gravado na história da humanidade, mas da humanidade aqui no Brasil, que o Parlamento brasileiro é outro a partir do fim do voto secreto. Ontem foi um exemplo, e teremos outros exemplos com certeza na apreciação dos vetos, cada um agora vai ter que assumir a sua responsabilidade na hora de aprovar e na hora de rejeitar o veto ou não. Por isso, eu cumprimentando V. Ex^a por trazer esse tema nessa tarde de quinta-feira.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Senador Paim, agradeço muito o pronunciamento de V. Ex^a, que é lá do nosso querido Rio Grande do Sul, que conhece muito bem essa realidade que – repito – não é só de uma ou de duas regiões; é do País todo.

É muito importante realmente frisar que, na votação para abrir o voto secreto, eu fiz aqui um pronunciamento dizendo que era completamente favorável ao fim do voto secreto para questões ético-morais, como é a questão da cassação de mandatos, como também nas questões legislativas. Por exemplo, a apreciação de um veto é uma questão legislativa, e o eleitor tem que saber como é que o seu Parlamentar se posicionou.

V. Ex^a citou muito bem o exemplo de ontem, que demonstrou claramente como era necessário quebrar essa questão do voto secreto na apreciação da cassação de mandatos. E a mesma coisa acontece com relação ao veto, porque nós vamos ficar sabendo que o Deputado A ou o Senador B votou de um jeito poucos dias atrás, e agora vai votar de outro.

Senador Anibal, com muito prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. Anibal Diniz (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Mozarildo, acompanho com muita atenção o pronunciamento de V. Ex^a e estou realmente atento ao que vai acontecer na próxima terça-feira na reunião do Congresso, em que o primeiro dos vetos a ser apreciado é justamente o veto da Presidenta Dilma ao projeto de lei de autoria de V. Ex^a criando novas regras para a criação de Municípios. É um projeto que foi aprovado com ampla maioria de votos na Câmara e também aqui no Senado e que foi vetado pela Presidenta. Há pouco dei uma entrevista ao Programa Argumento, da TV Senado, e me foi perguntado: “Mas como vão ficar os Senadores e Deputados integrantes da Base do Governo? Como vão votar?”. E eu respondi: “Bom, somos da Base do Governo, mas temos responsabilidade com as nossas bases também”. V. Ex^a fala pelo Estado de Roraima; eu falo pelo Estado do Acre. Nós temos realidades muito específicas na Região Amazônica, porque são Municípios que se dividem, às vezes, em três, quatro núcleos, aos quais os prefeitos não têm a mínima condição de dar assistência e de levar as políticas públicas. Nós temos, no caso de Plácido de Castro, o distrito de Campinas, que há anos faz movimentos buscando autonomia política; temos o Município de Porto Acre, que também é dividido em várias vilas, e a população se revolta, porque não se sente atendida, contemplada nem representada pelo prefeito ou pelos vereadores. E a gente vai dar uma resposta virando as costas para a população desses Municípios? Não. É uma população que merece também atenção, merece respeito e merece ser atendida pelas po-

líticas públicas. Por isso, precisamos, sim, criar as condições para que esses Municípios sejam criados. A equipe técnica do Governo diz: “Ah, mas isso vai elevar o custo Brasil, porque vai haver nova estrutura administrativa.” É verdade, mas é o seguinte: nós não podemos desconsiderar que a população precisa que as políticas públicas cheguem a esses Municípios, a essas localidades. E nós não podemos negar que a criação dos Municípios é um fator de grande importância para fazer com que as políticas públicas cheguem aos locais mais isolados. Por isso, eu quero anunciar a V. Exª que vou votar, certamente, a favor da derrubada desse veto, com todo o respeito aos argumentos utilizados pela nossa Presidenta Dilma para vetá-lo, mas a população exige o direito de se auto-organizar, e uma forma que temos é justamente permitindo, criando regras claras, como o projeto de V. Exª define, no sentido de criar novos Municípios.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Muito obrigado, Senador Anibal Diniz. Fico feliz de ter também o depoimento de outro Estado da nossa Amazônia. Vivemos, realmente, uma situação triste, por exemplo, ao ver, como citei, o caso de Altamira, mas, no meu Estado também, Municípios têm sede distante mais de mil quilômetros, onde tem que ir por estrada e, outra hora, por água.

Então, não é possível, realmente, convivermos com tantas desigualdades internas dos Estados e não cumprirmos uma imposição constitucional, que é eliminar as desigualdades regionais.

E essa questão de base e não base – eu sou da Base, sou do PTB; V. Exª é do PT; o Senador Paim é do PT –, aqui não se trata de questão partidária. Aqui se trata de, realmente, como representantes dos Estados e da Federação, portanto, corrigirmos uma coisa com que convivemos no dia a dia e que é nociva ao desenvolvimento dessas regiões, mantido o atual *status quo*.

Quero terminar dizendo o seguinte, Senador Jayme: foram criadas cinco mil e tantos Municípios e, nos últimos anos, nas últimas décadas, mais de quatro mil...

(Interrupção do som.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – ...têm menos de três mil habitantes, e sem nenhuma regra, digamos assim, de levar em conta a viabilidade econômica.

O que nós propusemos aqui, desde 2002, e agora foi aprovado, é a moralização no processo de criação, de fusão e de incorporação de Município, porque também, além da criação, pode ser que o Município X, pequeno, tenha às vezes o distrito de outro Município colado nele, e termine que o Prefeito daquele Município tenha de atender aquele distrito do outro Município. Então, que possa perfeitamente ser feita uma fusão. Aí, ao invés de criar um outro Município, você está fundindo um Município.

Eu quero encerrar, dizendo de maneira muito tranquila: esta votação que vai haver na terça-feira não se trata de uma votação a favor ou contra a Presidente; trata-se de ser uma votação a favor ou contra o desenvolvimento – eu diria assim – das pessoas...

(Soa a campanha.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – ...que moram nessas regiões.

Portanto, eu espero que os 312 Deputados Federais e os 53 Senadores votem do mesmo jeito; e, se possível, que outros se convençam da nossa tese.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoridade/DEM – MT) – Eu quero, na oportunidade, se me permite, cumprimentar o Senador Mozarildo Cavalcanti, que vem falar de um assunto importantíssimo.

Eu tenho a sensação e a experiência de que é extremamente importante este projeto que nós vamos votar, na próxima terça-feira, até porque, quando Governador, Senador Mozarildo Cavalcanti, eu criei 21 cidades, ou seja, 21 Municípios. Todos eles, hoje, são prósperos; alguns, talvez, melhor que os Municípios-mãe, na medida em que as regiões tinham necessidade.

Vou dar um exemplo ao senhor da cidade de onde o Blairo Maggi é originário, chamada Sapezal. Hoje é uma das cidades mais ricas do nosso Estado, ou seja, com IDH fantástico e a população lá tem uma renda *per capita* maravilhosa. São todos. Eu imagino que, se não tivéssemos criado os Municípios, esses distritos em torno daquela oportunidade não estariam hoje estabelecidos, com qualidade de vida, e que hoje possuem toda a infraestrutura.

Dessa maneira, o senhor fez uma fala muito importante, chamando a atenção para vermos quem, de fato, tem compromisso com a sua região, com boas políticas públicas. É aquela velha história: chegou a hora de a onça beber água. Vamos ouvir os 312 Deputados e os 53 Senadores e vamos votar de forma independente.

Eu fiquei feliz de ver aqui a independência do Senador Anibal, do PT do Acre. A independência que o senhor demonstrou aqui nos deixa feliz; o Senador Paulo Paim, mesmo do seu PT, que respeita naturalmente o

seu Partido, respeita a Presidente Dilma; todavia, vai votar, com certeza, com a sua consciência, numa demonstração de que os senhores são independentes e votam aquilo que é melhor para o povo brasileiro.

V. Ex^{as} estão de parabéns, sobretudo, o Senador Mozarildo, que fez uma bela fala. A fala do senhor, com certeza, também seria a mesma fala que eu estaria fazendo da tribuna desta Casa. V. Ex^a está de parabéns. Os demais Senadores já manifestaram aqui o apoio.

V. Ex^a conhece a minha posição, firme como sempre. Estarei presente lá, de pé e à ordem, para votar com certeza, na terça-feira, conforme tínhamos definido anteriormente na votação desta Casa.

Eu convido, para fazer uso da palavra, o ilustre Senador Anibal, que bem representa o seu Estado do Acre. Após S. Ex^a, vou permutar, cedendo a vez a esta grande Senadora do Estado de Goiás, Lúcia Vânia, que, no dia de ontem, deveria ter feito a sua fala; entretanto, não foi possível. Vou ceder, antes de mim, para que V. Ex^a faça uso da palavra.

Senador Anibal, V. Ex^a tem 20 minutos, na forma regimental. Depois, a Senadora Lúcia Vânia.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Jayme Campos, que preside a sessão neste momento.

Srs. Senadores, Sr^a Senadora, telespectadores da TV, ouvintes da Rádio Senado, eu inicio este meu pronunciamento, Sr. Presidente Jayme Campos, levando o meu voto de pesar à Sr^a Ana Maria Leite, aos seus filhos José Marcos Leite Jr., Leandro Luiz Leite, Ricardo Leite e Murilo Leite, e também aos oito netos dessa família, por conta do falecimento do Sr. José Marcos Leite, um pecuarista e empresário do Acre. Eu gostaria de apresentar – já fiz o registro na Secretaria da Mesa – um voto de pesar por ocasião do falecimento do empresário José Marcos Leite, ocorrido ontem na cidade de São Paulo.

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário, que seja consignado nos *Anais do Senado Federal* voto de pesar por ocasião do falecimento do empresário José Marcos Leite, ocorrido ontem, 12 de fevereiro, vítima de parada cardíaca, no Hospital Oswaldo Cruz, em São Paulo.

Requeiro que esse voto de pesar seja levado ao conhecimento da sua esposa, Sr^a Ana Maria Leite, e, por intermédio dela, aos seus filhos José Marcos Leite, Leandro Leite, Ricardo Leite e Murilo Leite.

E gostaria, rapidamente, de justificar esse meu voto de pesar em função de o Sr. José Marcos Leite ter sido um dos pioneiros da pecuária acriana, participante ativo e relevante da construção do patrimônio pecuário do Estado, com investimentos no setor primário e na indústria frigorífica no Estado.

Nascido na cidade de Ibirá, no Estado de São Paulo, José Marcos Leite escolheu o Estado do Acre para morar, onde viveu 45 dos seus 78 anos de vida com a sua família.

Transformou-se, também, com seus familiares, em um grande e tradicional investidor no ramo educacional, construindo o maior complexo educacional particular do Estado do Acre, o Sistema Uninorte, lesacre e Primeiro Passo, que, ao todo, conta com um número próximo a 10 mil alunos do ensino superior, ensino médio e ensino fundamental, contribuindo substancialmente para a formação cultural e profissional de jovens de Rio Branco e de outros Municípios do Estado do Acre, que acabam se transferindo para a capital para fazer a faculdade.

Pela grande contribuição que deu à economia e à educação no Estado do Acre, ao longo da sua vida, dele, o Sr. José Marcos Leite, eu me despeço com o respeito devido, pedindo aos nobres pares do Senado Federal que aprovem esta justa homenagem que ora requeiro aqui no plenário.

Fica, então, meu voto de pesar à família Leite, a essa família que escolheu o Acre para viver, para construir o seu patrimônio e para contribuir como nosso desenvolvimento. Fica o meu voto de pesar aos familiares do Sr. José Marcos Leite e o meu pedido a Deus para que dê a força necessária, o conforto, a consolação para que eles superem esse momento de dor e possam seguir em frente, levando adiante o trabalho iniciado por esse grande homem, esse grande investidor no Estado do Acre.

Fica, então, o meu voto de pesar à família Leite.

Gostaria, também, Senador Paim, de registrar, com satisfação, a instalação do Comitê Interministerial de Avaliação do Simples Nacional, ocorrida ontem. Essa iniciativa reforça o compromisso da Presidenta Dilma em ampliar o apoio aos pequenos negócios e é de fundamental importância para o fortalecimento das pequenas empresas, um segmento vital para a boa saúde da economia do País e responsável por empregar um contingente superior à metade da mão de obra ativa, hoje, no Brasil.

O segmento da micro e pequena empresa representa hoje 97% do universo empresarial brasileiro, com participação de 52% da ocupação da mão de obra. O comitê instalado ontem tem o objetivo de acompanhar e avaliar o Simples Nacional e propor seu aprimoramento. É integrado pelos titulares da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, da Casa Civil, do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e do Ministério do Trabalho e Emprego.

Concordamos com a avaliação do Ministro da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Guilherme Afif Domingos, quando destacou que a criação de um comitê de ministros para avaliar o Simples Nacional e apresentar propostas para o seu aprimoramento reforça o compromisso do Governo Federal de inovar e ampliar o apoio aos pequenos negócios.

E isso acontece num momento muito propício, já que a participação das micro e pequenas empresas nas compras públicas realizadas pelo Governo Federal cresceu 33% em 2013. No último ano, as aquisições da Administração Pública Federal ficaram em torno de R\$68,4 bilhões. Desse total, cerca de R\$20,5 bilhões foram contratados com empresas do setor, ou seja, com micro e pequenas empresas, o que corresponde a 30% de todas as aquisições de bens e serviços contratados e adquiridos pelo Governo Federal durante o ano de 2013. Em 2012, a participação das micro e pequenas empresas nas compras governamentais chegou a 21%. Portanto, tivemos um aumento considerável entre 2012 e 2013 no volume de participação das micro e pequenas empresas nas compras governamentais. É uma prova inequívoca da atenção, do respeito e do carinho que a Presidenta Dilma está tendo para com as micro e pequenas empresas.

Os produtos mais fornecidos por essas empresas, no último ano, são do grupo de subsistência, o que movimentou entre janeiro e dezembro de 2013 cerca de R\$1,3 bilhão. Um exemplo dessas aquisições é a compra de alimentos pelas Forças Armadas. Já em relação às contratações de serviços, o grupo que inclui serviços especiais de construção, como pintura e pequenas reformas, lidera o *ranking*, com movimentação de R\$1,7 bilhão, respondendo por 18% dessas contratações.

Os números refletem, de acordo com a Secretária de Logística e Tecnologia da Informação, Loreni Foresti, o esforço do Governo Federal em apoiar e fomentar o setor. O compromisso com as micro e pequenas empresas motivou, inclusive, a elaboração de normas como a Lei Complementar nº 123, de 2006. Essa lei citada pela secretária garante participação exclusiva de micro e pequenas empresas nas licitações públicas.

Nas compras de pequeno valor, aquelas de até R\$80 mil, as micro e pequenas empresas forneceram para os órgãos públicos federais bens e serviços no montante de R\$5,3 bilhões, valor que corresponde a 71% dessas compras.

Além disso, as micro e pequenas empresas têm outra forte oportunidade este ano: a Copa do Mundo no Brasil.

A Copa do Mundo já rendeu cerca de R\$280 milhões em negócios para esse segmento e a estimativa é que, até o final do evento, o faturamento chegue a R\$500 milhões, segundo levantamento realizado pelo Sebrae, com base nas rodadas de negociações promovidas nas 12 cidades-sede da Copa, especialmente nos setores como o da construção civil, de madeira, móveis e hotéis.

Durante a instalação do Comitê Interministerial de Avaliação do Simples, a Presidenta Dilma Rousseff...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Anibal, antes que o companheiro Leomar Quintanilha saia, ex-Senador da República, parceiro e amigo de todos nós, permita-me um aparte apenas para cumprimentá-lo. Quando V. Ex^a vem aqui, não há como o Senado não desejar-lhe boas-vindas. Espero que um dia esteja de volta conosco e desejo muita felicidade para o senhor e sua família. Saiba que temos uma bela imagem de seu trabalho aqui no Senado da República e pelas informações que temos de seu Estado. Um abraço, Senador Leomar Quintanilha.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Seja muito bem-vindo e obrigado pela visita em nosso plenário.

Durante a instalação do Comitê Interministerial de Avaliação do Simples, a Presidenta Dilma Rousseff determinou também uma série de medidas de apoio aos micro e pequenos empresários. Uma delas será a promoção de estudos para a ampliação do Simples, agregando outros setores por porte e não pela natureza da atividade, ou seja, outras empresas poderão usufruir do sistema simplificado de cobrança de alguns tributos.

Na reunião, também foi discutida a criação e o lançamento, até o final do ano, do portal da Redesim. Esse portal da Redesim irá integrar as ações do Governo Federal com Estados e Municípios para acelerar o processo de abertura e fechamento de empresas. Hoje são necessários, em média, 150 dias para abertura de uma empresa. O objetivo é reduzir esse prazo para cinco dias.

Para finalizar, Senador Paim, eu gostaria, além de parabenizar o Governo por estar cada vez mais atento a esse importante segmento e reforçar continuamente o apoio aos pequenos negócios, de fazer um recorte específico ao tratamento que o Governador Tião Viana está dando ao pequeno investidor no Estado do Acre no sentido de criar todas as facilidades. Primeiro, nós temos que reconhecer que a nossa Central de Atendimento ao Cidadão (OCA) é um órgão de excelência que é visitado por todas as autoridades que vão ao Acre. Criado pelo Governador Binho, esse órgão ganhou vida durante o governo do Governador Tião Viana, e a criação de uma microempresa, de uma empresa individual, quando a pessoa entra na Central de Atendimento ao Cidadão, é

algo muito rápido. Se o objetivo do Governo Federal é chegar ao prazo de cinco dias para abertura de uma empresa, eu posso dizer que esse objetivo já é cumprido no Estado do Acre, porque tem um tratamento especial.

O outro aspecto que eu gostaria de levantar é que o Governador Tião Viana, além de todo o apoio da parceria com o Sebrae, na atenção especial às micro e pequenas empresas, juntamente com o Prefeito Marcus Alexandre, teve a atenção especial de criar a Secretaria de Estado de Pequenos Negócios. Essa Secretaria de Estado de Pequenos Negócios tem trabalhado com as pessoas que fazem parte do Cadastro Único e tem incentivado a criação de milhares de empresas individuais. O empreendedor individual tem crescido de maneira significativa entre os integrantes do Cadastro Único, que são as pessoas que se beneficiam, por exemplo, do Bolsa Família. E o trabalho do Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Pequenos Negócios, com o trabalho do Reis, o trabalho da Sílvia e de toda a equipe, que é uma equipe abnegada, tem feito com que milhares de acrianos tenham a sua condição social elevada a partir da sua própria iniciativa.

Foram criados até agora pelo menos sete mil empreendimentos individuais ao longo desses três anos. E o objetivo, até o final deste ano, é chegar ao número de 10 mil empreendimentos individuais. E o mais importante é que mais de 70% das empresas que foram criadas ao longo dos últimos três anos, 2011, 2012, 2013, se mantêm ativas, porque o índice nacional é de quase 60% de quebra dessas empresas, de falência. E, para nossa alegria, o resultado no Estado do Acre tem sido um resultado muito positivo. Isto no que diz respeito às empresas individuais.

É claro que a ação do Governo do Acre também se estende a outros segmentos empresariais, onde a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e dos Serviços Sustentáveis tem tomado a frente, com a realização de grandes empreendimentos no setor florestal, no setor industrial e, particularmente, na piscicultura, que tem um dos passos mais importantes acontecendo, digo, em termos de Região Amazônica, no Estado do Acre, que é o nosso Complexo Estadual da Piscicultura, que envolve toda a cadeia produtiva, desde a produção da ração, a produção dos alevinos e, depois, a indústria de filetagem, que, ao longo deste ano de 2014, vai estar plenamente em atividade, numa demonstração também de atenção especial do Governo do Estado para com esse segmento empresarial.

Para encerrar o meu pronunciamento, Senador Paim, eu gostaria de fazer uma menção à nota que foi emitida ontem pelo Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores, o nosso Deputado Rui Falcão, que está bastante preocupado com o debate acerca dessa questão da lei antiterror ou anticrimes que possam ser caracterizados como terrorismo. Ele soltou uma nota justamente para orientar a Bancada do Partido dos Trabalhadores tanto aqui no Senado quanto na Câmara dos Deputados.

Eu gostaria, Senador Paim, de fazer a leitura dessa nota, porque o Presidente do Partido dos Trabalhadores, Rui Falcão, recomendou aos Parlamentares, em nota oficial, divulgada ontem, o máximo de cuidado na elaboração e discussão de projetos que possam causar efeito contrário à defesa da sociedade, especialmente a adoção de uma legislação destinada a tipificar o crime de terrorismo.

De acordo com a nota do Presidente Rui Falcão, o PT não pode aceitar qualquer texto legal que não tipifique, com clareza, objetividade e precisão, os crimes eventualmente ocorridos no contexto das manifestações populares.

A nota diz, em sua íntegra:

O Partido dos Trabalhadores acompanha com atenção os debates no Congresso Nacional sobre a adoção de uma legislação antiterror, especificamente no cenário das manifestações que têm ocorrido no País. Entretanto, o Partido dos Trabalhadores não pode aceitar qualquer texto legal que não tipifique – com clareza, objetividade e precisão – crimes eventualmente ocorridos no contexto dessas manifestações. Uma lei vaga nessa caracterização penal atenta contra os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição e poderia servir à criminalização de movimentos sociais, o que seria um inaceitável retrocesso democrático.

Em que pese nenhum Parlamentar do Partido dos Trabalhadores estar ligado à autoria de projetos dessa natureza, o PT acha que o Brasil precisa aperfeiçoar seus textos legais com vista a ter dispositivos cíveis e penais que coibam atos contra o patrimônio público, o patrimônio privado e, principalmente, a integridade das pessoas, provocados por aqueles que se aproveitam de legítimas manifestações populares para cometer ações de violência.

Com a proximidade da Copa, a sociedade brasileira exige segurança para exercer seus direitos de liberdade de expressão, de pensamento e de reunião. O Poder Público necessita de um marco legal atualizado para lidar com novas situações que ocorram nesses eventos.

Por isso, o PT tem orientado seus Parlamentares a terem o máximo cuidado com projetos dessa natureza para que uma lei em defesa da sociedade não se transforme em lei contra a sociedade.

Assina essa nota o nosso Presidente do Partido dos Trabalhadores, Rui Falcão, e fiz questão de lê-la, Senador Paim, aqui, da tribuna do Senado, justamente para deixar claro que o Partido dos Trabalhadores tem a preocupação de garantir as liberdades democráticas, em que pese nós tenhamos também, Senador Paim, a obrigação de...

(Interrupção do som.)

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Nós temos, Senador Paim, a obrigação de buscar os mecanismos para coibir os excessos praticados nessas manifestações.

E veja só que absurdo, Senador Paim, hoje está em praticamente todos os grandes jornais do Brasil a declaração do advogado Jonas Tadeu Nunes, que defende os jovens presos sob a acusação de assassinato do jornalista Santiago Ilídio Andrade, os jovens que usaram os artifícios, que acenderam o fogo.

Ele disse que um dos jovens, o Caio Silva de Souza, revelou ter recebido R\$150,00 para participar da manifestação. Olhe a gravidade dessa revelação. É preciso investigar a fundo esse caso. Se existe alguma organização financiando os jovens para a prática do banditismo, do vandalismo nas manifestações, essa organização tem de ser identificada, tem de ser revelada e tem de ser processada e punida exemplarmente.

Senador Paim, nós temos, sim, de encontrar um mecanismo para ajudar o Brasil, para ajudar o Estado brasileiro a garantir, a proporcionar a segurança de todos os cidadãos, inclusive daqueles cidadãos que participam de manifestações públicas para reivindicar direitos. Mas nós, Senador Paim, não podemos, em hipótese alguma, deixar qualquer dúvida quanto ao crime praticado por aqueles que se mascararam, por aqueles que se armam e vão às manifestações para atentar contra a vida de pessoas e contra o patrimônio público. Por isso a preocupação em ter uma legislação ainda mais firme.

Mas eu acredito – e há muitos juristas de renome debatendo esse problema – que o Brasil não precisa, talvez, de mais leis, e sim de maior firmeza, de um policiamento ainda mais ostensivo e mais preparado, nas manifestações, para coibir pessoas com outras intenções que não sejam a do livre exercício da democracia, pessoas que querem praticar o vandalismo, querem praticar a criminalidade, o banditismo; que essas pessoas sejam coibidas e sejam punidas exemplarmente, porque a nossa democracia, conquistada a duras penas, não pode ficar refém de atos de vândalos que participam dos atos só para criar essas situações de desconforto, principalmente como o ato bárbaro desse assassinato ocorrido do jornalista, do cinegrafista Santiago Ilídio Andrade, que estava no exercício da sua função, ali, ganhando o pão para sustentar a sua família, e acabou sendo assassinado por um ato completamente criminoso de pessoas infiltradas no movimento e, o pior, revelando agora que receberam R\$150,00 para participar desse ato. Então, se houve alguma entidade, alguma organização patrocinando vândalos para participar dos atos, essas organizações precisam ser identificadas e precisam responder ante a Justiça por esse ato criminoso.

Era o que queria falar neste momento, Senador Paim, nosso Presidente.

Muito obrigado pela atenção.

Durante o discurso do Sr. Anibal Diniz, o Sr. Jayme Campos, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Anibal Diniz, pelo seu pronunciamento, deixando claro que não há ninguém ligado ao Partido dos Trabalhadores envolvido com a tal lei que está em debate sobre o terrorismo.

Passamos a palavra, neste momento, como Líder da Minoria, à Senadora Lúcia Vânia. Em seguida, falará o Senador Jayme Campos, que pede pela ordem neste momento.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Se me permite, antes de a Senadora chegar à tribuna.

Esteve em meu gabinete uma comitiva de jovens mato-grossenses que foram aprovados no concurso de analista e técnico do Instituto Nacional do Seguro Social. Eles estão preocupados com a data de expiração do concurso, que se dará em abril próximo.

Sabemos da necessidade de aperfeiçoamento da qualidade do atendimento e da importância da modernização do INSS, com vistas a promover o bem-estar social e garantir a proteção do trabalhador e sua família.

As vacâncias anuais, conforme informação, somadas às necessidades das agências da Previdência Social, chegam a aproximadamente 4 mil vagas e dão conta da necessidade premente de contratação de servidores qualificados, razão pela qual venho apelar a Ex^{ma} Sr^a Ministra do Planejamento, Miriam Belchior, para que autorize o provimento dos excedentes aprovados no certame de 2011.

É muito importante, até porque estão contratando terceirizados todos os dias e estão esquecendo, perdendo de vista, aquelas pessoas que fizeram concurso, foram aprovadas e até agora não foram chamadas.

É um alerta que faço e um apelo a todos os Srs. Senadores também de trabalhar, fazendo aqui, direto da tribuna desta Casa, um apelo à Ministra para que chame esses concursados. Caso contrário, em abril, será concluído o prazo de contratação, ou seja, de chamar esses concursados, e o concurso perderá a validade.

Esse é o apelo que faço. Espero que a Sr^a Ministra tenha o mínimo de sensibilidade e autorize o INSS a chamar esses concursados.

Muito obrigado. Obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senadora Lúcia Vânia, permita-me, pois eu tenho que ler um ofício, enquanto estamos com mais de dois no plenário, mas eu farei com brevidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A Presidência recebeu o **Ofício CPJS nº 1, de 2014**, do Presidente da Comissão do Projeto Jovem Senador, Senador Paulo Davim, encaminhando, nos termos do parágrafo único do art. 20 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, as matérias aprovadas no âmbito daquela Comissão na edição de 2013.

É o seguinte o Ofício.

OF. CPJS nº 1/2014

Brasília, de fevereiro de 2014

Assunto: Sugestões Legislativas nºs 1 a 6, de 2014

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010, que criou o Programa Senado Jovem Brasileiro no âmbito do Senado Federal, encaminho a Vossa Excelência, como Sugestões Legislativas, as propostas aprovadas pelos Jovens Senadores na edição de 2013.

Respeitosamente, – Senador **Paulo Davim**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – As matérias foram autuadas como **Sugestões Legislativas nºs 1 a 6, de 2014**, e serão encaminhadas à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em conformidade com o disposto no inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal.

São as seguintes as matérias:

PROJETO DE LEI DO SENADO JOVEM Nº 1, DE 2013.

Cría o Programa de Prevenção da Violência na Rede Educacional Brasileira.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É criado o Programa de Prevenção da Violência na Rede Educacional Brasileira, com o objetivo de garantir a segurança e a integridade de professores e alunos.

Art. 2º Para executar as ações do Programa poderão ser criados Núcleos Multidisciplinares de Prevenção nas escolas.

§ 1º Os Núcleos deverão ser compostos por psicólogo, assistente social, psicopedagogo, 1 (um) representante do Conselho Tutelar e 1 (um) profissional da área de segurança pública.

§ 2º Os Núcleos deverão realizar avaliações periódicas das ações do Programa e planejar suas atividades.

§ 3º As atividades realizadas pelo Programa envolverão:

I – jogos pedagógicos;

II – palestras interativas com distribuição de cartilhas sobre prevenção da violência;

III – dinâmicas de grupo;

IV – incentivo à leitura, através da distribuição e do intercâmbio de obras literárias;

V – acompanhamento psicológico;

VI – filmes educativos;

VII – reuniões periódicas com pais e professores.

Art. 3º As atividades do Programa deverão ocorrer, no mínimo, ~~uma vez por mês.~~

Art. 4º Poderão ser criados Núcleos Multidisciplinares de Prevenção, nos moldes previstos nos artigos anteriores, nas unidades socioeducativas de internação, previstas na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA).

Art. 5º A fiscalização do Programa será realizada trimestralmente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto visa à criação de Programa de Prevenção da Violência na Rede Educacional brasileira, por meio de ações preventivas e educativas que garantam aos estudantes maior segurança e integridade física e psicológica, conforme é assegurado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Os Núcleos a serem criados pelo Programa nas escolas e nas unidades socioeducativas de internação funcionarão como espaço de apoio às ações pedagógicas e de cidadania, além de configurar elo de aproximação entre a comunidade e a escola.

Sala das Sessões,

JOVEM SENADORA **Ágata Pereira**

JOVEM SENADORA **Ana Paula Feitosa**

JOVEM SENADORA **Danielle Almeida**

JOVEM SENADOR **Márcio Bugine Jr.**

JOVEM SENADORA **Marta Pereira**

Senado Federal

Subsecretaria de Informações

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 42, DE 2010

*Cria o Programa Senado Jovem Brasileiro
no âmbito do Senado Federal.*

O Senado Federal resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º É criado, no âmbito do Senado Federal, o Programa Senado Jovem Brasileiro, destinado a proporcionar aos estudantes conhecimento acerca da estrutura e do funcionamento do Poder Legislativo Brasileiro, bem como a estimular um relacionamento permanente dos jovens cidadãos com o Senado Federal.

Art. 2º Integram o Programa Senado Jovem Brasileiro:

- I o Concurso de Redação do Senado Federal;
- II o Projeto Jovem Senador.

CAPÍTULO II

Do Concurso de Redação do Senado Federal

Art. 3º Poderão participar do Concurso de Redação do Senado Federal, a ser realizado anualmente, no mês de novembro, estudantes de 16 (dezesseis) a 19 (dezenove) anos de idade regularmente matriculados em um dos dois últimos anos do ensino médio de escolas públicas estaduais das 27 unidades da Federação, cujas Secretarias de Educação aderirem formalmente, a cada ano, à parceria com o Senado Federal para a realização desse Concurso.

Parágrafo único. Todas as edições do Concurso de Redação serão planejadas, coordenadas, executadas e avaliadas pela Secretaria de Relações Públicas do Senado Federal.

Art. 4º Aos finalistas do Concurso de Redação será oferecido, como parte da premiação, participação na edição anual do Projeto Jovem Senador.

Art. 5º Caberá à Secretaria-Geral da Mesa e à Secretaria de Relações Públicas a escolha do tema de cada edição do Concurso de Redação, que terá como objeto assunto relacionado aos tópicos civismo e patriotismo e que convide à reflexão sobre o exercício da cidadania.

Texto Integral de Norma Jurídica

Art. 6º Respeitadas as regras previstas no regulamento do concurso, as inscrições serão feitas com a participação manifesta das escolas públicas dos Estados e do Distrito Federal, consistente no encaminhamento às respectivas Secretarias de Educação da redação escolhida no âmbito de cada escola.

Art. 7º O Senado Federal constituirá comissão julgadora formada por 5 (cinco) servidores efetivos da Casa, com a seguinte composição:

I 2 (dois) servidores da Consultoria Legislativa (CONLEG);

II 2 (dois) servidores do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB);

III 1 (um) servidor da Secretaria-Geral da Mesa (SGM).

§ 1º A critério do Senado Federal, o Conselho de Secretários de Educação (Consed) poderá participar da comissão julgadora de que trata o caput mediante a indicação de 1 (um) membro.

§ 2º A critério do Senado Federal, membros de outras instituições que se tornem parceiras na organização do concurso também poderão integrar a comissão julgadora.

Art. 8º Só serão validadas as redações enviadas à comissão organizadora do Concurso que tiverem sido legitimamente escolhidas e encaminhadas pelas Secretarias de Educação das unidades da Federação de origem.

Art. 9º Só será validada redação que seja comprovadamente postada no prazo disposto no regulamento do Concurso.

Art. 10. Não será validada redação que possua qualquer assinatura, pseudônimo, desenho, rasura ou marca identificadora do autor ou de sua unidade da Federação de origem.

Art. 11. A cerimônia de premiação, da qual os alunos finalistas participarão, será realizada na sede do Senado Federal, em Brasília DF.

Parágrafo único. A premiação a que se refere o caput será detalhada em regulamento.

Art. 12. O Senado Federal será responsável pela ampla divulgação de todas as etapas de realização do certame, ficando a seu critério a definição das melhores estratégias de divulgação.

Art. 13. Os procedimentos administrativos que tramitarem para viabilizar a realização do Concurso de Redação deverão garantir o cumprimento dos prazos previstos em regulamento.

Art. 14. Com a finalidade de participar da cerimônia de premiação, correrão às expensas do Senado Federal as despesas relativas ao transporte aéreo para Brasília dos estudantes finalistas do Concurso, à exceção do aluno proveniente do Distrito Federal, e também aquelas referentes, em Brasília, à hospedagem, à alimentação e ao traslado dos 27 (vinte e sete) finalistas, inclusive o do Distrito Federal.

§ 1º O Senado Federal arcará com as despesas de transporte aéreo para Brasília, hospedagem, alimentação e traslado, em Brasília, do diretor da escola, do professor diretamente envolvido, do coordenador responsável pela organização do Concurso na Secretaria de Educação e do Secretário de Educação, todos da unidade da Federação de origem do estudante que for classificado em primeiro lugar no Concurso de Redação do Senado Federal, exceto se o primeiro colocado for do Distrito Federal.

§ 2º O Senado Federal arcará com as despesas de transporte aéreo para Brasília, hospedagem, alimentação e traslado, em Brasília, de 1 (um) responsável legal de cada um dos 3 (três) primeiros colocados no Concurso de Redação, exceto se o estudante for do Distrito Federal.

CAPÍTULO III

DO PROJETO JOVEM SENADOR

Art. 15. Será selecionado para participar do Projeto Jovem Senador o estudante classificado em primeiro lugar, em cada um dos Estados e no Distrito Federal, no Concurso de Redação, conforme previsto no art. 3º desta Resolução.

Art. 16. O Projeto Jovem Senador, de periodicidade anual, será realizado no mês de novembro, coincidindo, obrigatoriamente, com a data de premiação do Concurso de Redação do Senado Federal.

Art. 17. No início de cada sessão legislativa ordinária, o Presidente do Senado Federal designará, ouvidos os Líderes, comissão composta por 1 (um) Senador de cada partido político com representação no Senado Federal para acompanhar os procedimentos necessários à realização da edição anual do Projeto Jovem Senador.

Parágrafo único. A comissão de que trata o caput contará com a assessoria de 2 (dois) servidores da Secretaria-Geral da Mesa, 2 (dois) servidores da Diretoria-Geral, 2 (dois) servidores da Consultoria Legislativa e 2 (dois) servidores da Secretaria de Comunicação Social, devendo, neste último caso, 1 (um) deles provir necessariamente da Secretaria de Relações Públicas.

Art. 18. No âmbito do Projeto Jovem Senador, caberá aos alunos, devidamente orientados, a elaboração de proposições legislativas e de pronunciamentos que serão apresentados em sessões simuladas, preferencialmente, no plenário do Senado Federal.

Parágrafo único. Observar-se-ão, no decorrer dos trabalhos do Projeto Jovem Senador, tanto quanto possível, os procedimentos regimentais relativos ao trâmite das proposições, inclusive quanto à sua iniciativa, publicação, discussão e votação em plenário e expedição de autógrafos, nos quais estará consignado o nome do autor do projeto de lei aprovado, conforme regulamento interno a ser aprovado por ato da Comissão Diretora.

Art. 19. Os trabalhos do Projeto Jovem Senador serão dirigidos por uma Mesa eleita pelos Jovens Senadores e Senadoras, composta por Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário.

Art. 20. A legislatura terá a duração de 3 (três) dias, iniciando-se com a posse dos Jovens Senadores e Senadoras e a eleição da Mesa e findando-se com a redação dos autógrafos dos projetos aprovados na Ordem do Dia e sua consequente publicação no Diário do Senado Federal.

Parágrafo único. Terá o tratamento de sugestão legislativa, prescrito no inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, a proposição legislativa devidamente aprovada e publicada nos termos dos arts. 18 e 20 desta Resolução.

Art. 21. As proposições legislativas aprovadas e publicadas no Diário do Senado Federal serão divulgadas no Portal do Senado Federal.

CAPÍTULO IV

Disposições Finais e Transitórias

Art. 22. As atividades integrantes do Programa Senado Jovem Brasileiro serão regulamentadas por ato da Comissão Diretora do Senado Federal no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de publicação desta Resolução.

Art. 23. O plenário do Senado Federal poderá ser aberto aos fins de semana para o desenvolvimento das atividades vinculadas ao Programa Senado Jovem Brasileiro.

Art. 24. As despesas decorrentes desta Resolução correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento do Senado Federal.

Art. 25. Os casos omissos serão resolvidos por ato da Comissão Diretora.

Art. 26. Esta Resolução entra em vigor no dia 1º de fevereiro do ano subsequente ao da data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2010.

COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

OF. CPJS nº 001/2014


Brasília, de fevereiro de 2014

Assunto: Sugestões Legislativas nºs 1 a 6, de 2014

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010, que criou o Programa Senado Jovem Brasileiro no âmbito do Senado Federal, encaminho a Vossa Excelência, como Sugestões Legislativas, as propostas aprovadas pelos Jovens Senadores na edição de 2013.

Respeitosamente,



Senador Paulo Davim
Presidente

PROJETO DE LEI DO SENADO JOVEM Nº 2, DE 2013

Dispõe sobre a adoção de práticas de construção sustentável.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Na execução da política urbana serão observadas as seguintes diretrizes:

I – adoção de técnicas de construção sustentável nas edificações;

II – divulgação de práticas de sustentabilidade ambiental nos meios de comunicação;

III – promoção de campanhas educativas periódicas com o intuito de mobilizar a população para a adoção de técnicas de construção sustentável;

IV – concessão de incentivos fiscais conforme a realidade local.

Parágrafo único. Entende-se por técnicas de construção sustentável a implantação de telhados verdes, de sistemas de aproveitamento de energia solar, de águas pluviais e de reuso de água.

Art. 2º Nas edificações de propriedade da União deverão ser implantados os sistemas previstos no parágrafo único do art. 1º, desde que tecnicamente e economicamente viável.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Observa-se atualmente nos centros urbanos a intensificação de fenômenos prejudiciais ao meio ambiente e à saúde humana, como as ilhas de calor, a poluição atmosférica, enchentes frequentes, desconforto térmico, erosão do solo e grande perda de vegetação original.

É importante ressaltar a necessidade de se adotar novos padrões de construção que considerem a sustentabilidade ambiental, de modo a amenizar os efeitos negativos da urbanização descontrolada e não planejada.

Posto isso, oferecemos um projeto de lei no qual propomos como diretrizes gerais de política urbana, a ser executada pelos municípios, o estímulo à adoção de técnicas de construções sustentáveis como, por exemplo, os telhados verdes, que são coberturas vegetadas, a utilização de sistemas de aproveitamento de energia solar, de águas pluviais e de reuso de água.

Também sugerimos como diretrizes dessa política a promoção de campanhas educativas periódicas com o intuito de mobilizar a população a seguir práticas de construção sustentável, bem como a divulgação dessas práticas nos meios de comunicação.

Por fim, entendemos que essas práticas de construção sustentável devem ser implementadas nas edificações de propriedade da União.

Tendo em vista a importância da matéria, contamos com o apoio dos nossos pares para aprovação e aperfeiçoamento deste projeto de lei.

Sala das Sessões,

Jovem Senadora Ana Luiza Cabral Laet

Jovem Senadora Andrisley Kelly Pereira da Silva

Jovem Senadora Daniele Verza Marcon

Jovem Senadora Verônica Vicente Monteiro

Senado Federal

Subsecretaria de Informações

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 42, DE 2010

*Cria o Programa Senado Jovem Brasileiro
no âmbito do Senado Federal.*

O Senado Federal resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º É criado, no âmbito do Senado Federal, o Programa Senado Jovem Brasileiro, destinado a proporcionar aos estudantes conhecimento acerca da estrutura e do funcionamento do Poder Legislativo Brasileiro, bem como a estimular um relacionamento permanente dos jovens cidadãos com o Senado Federal.

Art. 2º Integram o Programa Senado Jovem Brasileiro:

- I o Concurso de Redação do Senado Federal;
- II o Projeto Jovem Senador.

CAPÍTULO II

Do Concurso de Redação do Senado Federal

Art. 3º Poderão participar do Concurso de Redação do Senado Federal, a ser realizado anualmente, no mês de novembro, estudantes de 16 (dezesseis) a 19 (dezenove) anos de idade regularmente matriculados em um dos dois últimos anos do ensino médio de escolas públicas estaduais das 27 unidades da Federação, cujas Secretarias de Educação aderirem formalmente, a cada ano, à parceria com o Senado Federal para a realização desse Concurso.

Parágrafo único. Todas as edições do Concurso de Redação serão planejadas, coordenadas, executadas e avaliadas pela Secretaria de Relações Públicas do Senado Federal.

Art. 4º Aos finalistas do Concurso de Redação será oferecido, como parte da premiação, participação na edição anual do Projeto Jovem Senador.

Art. 5º Caberá à Secretaria-Geral da Mesa e à Secretaria de Relações Públicas a escolha do tema de cada edição do Concurso de Redação, que terá como objeto assunto relacionado aos tópicos civismo e patriotismo e que convide à reflexão sobre o exercício da cidadania.

Texto Integral de Norma Jurídica

Art. 6º Respeitadas as regras previstas no regulamento do concurso, as inscrições serão feitas com a participação manifesta das escolas públicas dos Estados e do Distrito Federal, consistente no encaminhamento às respectivas Secretarias de Educação da redação escolhida no âmbito de cada escola.

Art. 7º O Senado Federal constituirá comissão julgadora formada por 5 (cinco) servidores efetivos da Casa, com a seguinte composição:

I 2 (dois) servidores da Consultoria Legislativa (CONLEG);

II 2 (dois) servidores do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB);

III 1 (um) servidor da Secretaria-Geral da Mesa (SGM).

§ 1º A critério do Senado Federal, o Conselho de Secretários de Educação (Consed) poderá participar da comissão julgadora de que trata o caput mediante a indicação de 1 (um) membro.

§ 2º A critério do Senado Federal, membros de outras instituições que se tomem parceiras na organização do concurso também poderão integrar a comissão julgadora.

Art. 8º Só serão validadas as redações enviadas à comissão organizadora do Concurso que tiverem sido legitimamente escolhidas e encaminhadas pelas Secretarias de Educação das unidades da Federação de origem.

Art. 9º Só será validada redação que seja comprovadamente postada no prazo disposto no regulamento do Concurso.

Art. 10. Não será validada redação que possua qualquer assinatura, pseudônimo, desenho, rasura ou marca identificadora do autor ou de sua unidade da Federação de origem.

Art. 11. A cerimônia de premiação, da qual os alunos finalistas participarão, será realizada na sede do Senado Federal, em Brasília DF.

Parágrafo único. A premiação a que se refere o caput será detalhada em regulamento.

Art. 12. O Senado Federal será responsável pela ampla divulgação de todas as etapas de realização do certame, ficando a seu critério a definição das melhores estratégias de divulgação.

Art. 13. Os procedimentos administrativos que tramitarem para viabilizar a realização do Concurso de Redação deverão garantir o cumprimento dos prazos previstos em regulamento.

Art. 14. Com a finalidade de participar da cerimônia de premiação, correrão às expensas do Senado Federal as despesas relativas ao transporte aéreo para Brasília dos estudantes finalistas do Concurso, à exceção do aluno proveniente do Distrito Federal, e também aquelas referentes, em Brasília, à hospedagem, à alimentação e ao traslado dos 27 (vinte e sete) finalistas, inclusive o do Distrito Federal.

§ 1º O Senado Federal arcará com as despesas de transporte aéreo para Brasília, hospedagem, alimentação e traslado, em Brasília, do diretor da escola, do professor diretamente envolvido, do coordenador responsável pela organização do Concurso na Secretaria de Educação e do Secretário de Educação, todos da unidade da Federação de origem do estudante que for classificado em primeiro lugar no Concurso de Redação do Senado Federal, exceto se o primeiro colocado for do Distrito Federal.

§ 2º O Senado Federal arcará com as despesas de transporte aéreo para Brasília, hospedagem, alimentação e traslado, em Brasília, de 1 (um) responsável legal de cada um dos 3 (três) primeiros colocados no Concurso de Redação, exceto se o estudante for do Distrito Federal.

CAPÍTULO III

DO PROJETO JOVEM SENADOR

Art. 15. Será selecionado para participar do Projeto Jovem Senador o estudante classificado em primeiro lugar, em cada um dos Estados e no Distrito Federal, no Concurso de Redação, conforme previsto no art. 3º desta Resolução.

Art. 16. O Projeto Jovem Senador, de periodicidade anual, será realizado no mês de novembro, coincidindo, obrigatoriamente, com a data de premiação do Concurso de Redação do Senado Federal.

Art. 17. No início de cada sessão legislativa ordinária, o Presidente do Senado Federal designará, ouvidos os Líderes, comissão composta por 1 (um) Senador de cada partido político com representação no Senado Federal para acompanhar os procedimentos necessários à realização da edição anual do Projeto Jovem Senador.

Parágrafo único. A comissão de que trata o caput contará com a assessoria de 2 (dois) servidores da Secretaria-Geral da Mesa, 2 (dois) servidores da Diretoria-Geral, 2 (dois) servidores da Consultoria Legislativa e 2 (dois) servidores da Secretaria de Comunicação Social, devendo, neste último caso, 1 (um) deles provir necessariamente da Secretaria de Relações Públicas.

Art. 18. No âmbito do Projeto Jovem Senador, caberá aos alunos, devidamente orientados, a elaboração de proposições legislativas e de pronunciamentos que serão apresentados em sessões simuladas, preferencialmente, no plenário do Senado Federal.

Parágrafo único. Observar-se-ão, no decorrer dos trabalhos do Projeto Jovem Senador, tanto quanto possível, os procedimentos regimentais relativos ao trâmite das proposições, inclusive quanto à sua iniciativa, publicação, discussão e votação em plenário e expedição de autógrafos, nos quais estará consignado o nome do autor do projeto de lei aprovado, conforme regulamento interno a ser aprovado por ato da Comissão Diretora.

Art. 19. Os trabalhos do Projeto Jovem Senador serão dirigidos por uma Mesa eleita pelos Jovens Senadores e Senadoras, composta por Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário.

Art. 20. A legislatura terá a duração de 3 (três) dias, iniciando-se com a posse dos Jovens Senadores e Senadoras e a eleição da Mesa e findando-se com a redação dos autógrafos dos projetos aprovados na Ordem do Dia e sua consequente publicação no Diário do Senado Federal.

Parágrafo único. Terá o tratamento de sugestão legislativa, prescrito no inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, a proposição legislativa devidamente aprovada e publicada nos termos dos arts. 18 e 20 desta Resolução.

Art. 21. As proposições legislativas aprovadas e publicadas no Diário do Senado Federal serão divulgadas no Portal do Senado Federal.

CAPÍTULO IV

Disposições Finais e Transitórias

Art. 22. As atividades integrantes do Programa Senado Jovem Brasileiro serão regulamentadas por ato da Comissão Diretora do Senado Federal no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de publicação desta Resolução.

Art. 23. O plenário do Senado Federal poderá ser aberto aos fins de semana para o desenvolvimento das atividades vinculadas ao Programa Senado Jovem Brasileiro.

Art. 24. As despesas decorrentes desta Resolução correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento do Senado Federal.

Art. 25. Os casos omissos serão resolvidos por ato da Comissão Diretora.

Art. 26. Esta Resolução entra em vigor no dia 1º de fevereiro do ano subsequente ao da data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2010.

SENADOR JOSÉ SARNEY

COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

OF. CPJS nº 001/2014

Brasília, de fevereiro de 2014

A Sua Excelência o Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

Assunto: Sugestões Legislativas nºs 1 a 6, de 2014

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010, que criou o Programa Senado Jovem Brasileiro no âmbito do Senado Federal, encaminho a Vossa Excelência, como Sugestões Legislativas, as propostas aprovadas pelos Jovens Senadores na edição de 2013.

Respeitosamente,



Senador Paulo Davim
Presidente

PROJETO DE LEI DO SENADO JOVEM Nº 3, DE 2013

Dispõe sobre a grade curricular do ensino médio e a obrigatoriedade de acesso à internet nas escolas do ensino médio.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os currículos do ensino médio deverão abordar, obrigatoriamente, os seguintes conteúdos:

I – conhecimentos básicos sobre a Constituição Federal de 1988;

II – cultura regional, com ênfase em cultura do Estado em que se situa a escola, de forma dinâmica, com atividades de feiras de estudos, exposições e afins;

III – ética;

IV – cidadania;

V – funcionamento do sistema político.

Parágrafo único. Os conteúdos previstos neste artigo deverão ser abordados, preferencialmente, em conselhos deliberativos a serem criados para esse fim no âmbito das escolas.

Art. 2º Toda escola do ensino médio deverá ter pelo menos 1 (um) ponto de acesso à internet, disponível para uso dos alunos.

Art. 3º O disposto no art. 1º será atendido, preferencialmente, por meio digital.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto acrescenta conteúdos importantes à grade curricular do ensino médio.

O ensino de ética e cidadania dentro das escolas viria para fortalecer a formação dos jovens, que muitas vezes, por falta de uma base familiar satisfatória, não adquirem o conhecimento e os princípios necessários para compreenderem o meio em que estão inseridos.

Segundo João Calvino o *homem é uma depredação total*, pois esse já nasce corrompido sem ao menos se relacionar com a sua mesma espécie. Afirmando isso, com a tentativa de compreender a própria sociedade, é perceptível que com o tempo o homem vai perdendo os seus primeiros valores, pois é normal que com a globalização estes sejam substituídos por outros. Porém, os valores nacionais e regionais tais como a compreensão da importância de cada patrimônio nacional, regional e senso de nacionalismo (hinos) não devem ser esquecidos visto que trabalham a conscientização do ser humano usando como justificativa o seu conhecimento sobre essa área.

Já que é necessário um maior conhecimento sobre preservação cabe a implantação de um novo conteúdo nas escolas que reforcem os valores éticos na sociedade.

Conhecer a nossa Constituição seria uma maneira dos jovens terem um entendimento sobre seu papel na sociedade e do funcionamento do País. Assim, os alunos seriam capazes de discutir a política, formando cidadãos mais críticos capazes de cumprir seus deveres e cobrar seus direitos. Propomos, assim, que os professores ensinem como é o funcionamento do Sistema Político em nosso país.

Por entendermos que essas alterações poderiam acarretar dificuldades de contratação e capacitação de profissionais, estabelecemos a prioridade da sua implementação pela via digital. Assim, estabelecemos também a obrigatoriedade de que toda escola tenha ao menos um ponto de acesso à Internet disponível para utilização dos alunos.

Sala das Sessões,

Jovem Senadora Jéssica Horta

Jovem Senadora Joyce Xavier

Jovem Senadora Loysleny França

Jovem Senador Lucas Evangelista

Jovem Senador Samuel da Silva

Subsecretaria de Informações

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 42, DE 2010

Cria o Programa Senado Jovem Brasileiro no âmbito do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º É criado, no âmbito do Senado Federal, o Programa Senado Jovem Brasileiro, destinado a proporcionar aos estudantes conhecimento acerca da estrutura e do funcionamento do Poder Legislativo Brasileiro, bem como a estimular um relacionamento permanente dos jovens cidadãos com o Senado Federal.

Art. 2º Integram o Programa Senado Jovem Brasileiro:

- I o Concurso de Redação do Senado Federal;
- II o Projeto Jovem Senador.

CAPÍTULO II

Do Concurso de Redação do Senado Federal

Art. 3º Poderão participar do Concurso de Redação do Senado Federal, a ser realizado anualmente, no mês de novembro, estudantes de 16 (dezesseis) a 19 (dezenove) anos de idade regularmente matriculados em um dos dois últimos anos do ensino médio de escolas públicas estaduais das 27 unidades da Federação, cujas Secretarias de Educação aderirem formalmente, a cada ano, à parceria com o Senado Federal para a realização desse Concurso.

Parágrafo único. Todas as edições do Concurso de Redação serão planejadas, coordenadas, executadas e avaliadas pela Secretaria de Relações Públicas do Senado Federal.

Art. 4º Aos finalistas do Concurso de Redação será oferecido, como parte da premiação, participação na edição anual do Projeto Jovem Senador.

Art. 5º Caberá à Secretaria-Geral da Mesa e à Secretaria de Relações Públicas a escolha do tema de cada edição do Concurso de Redação, que terá como objeto assunto relacionado aos tópicos civismo e patriotismo e que convide à reflexão sobre o exercício da cidadania.

Art. 6º Respeitadas as regras previstas no regulamento do concurso, as inscrições serão feitas com a participação manifesta das escolas públicas dos Estados e do Distrito Federal, consistente no encaminhamento às respectivas Secretarias de Educação da redação escolhida no âmbito de cada escola.

Art. 7º O Senado Federal constituirá comissão julgadora formada por 5 (cinco) servidores efetivos da Casa, com a seguinte composição:

- I 2 (dois) servidores da Consultoria Legislativa (CONLEG);
- II 2 (dois) servidores do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB);
- III 1 (um) servidor da Secretaria-Geral da Mesa (SGM).

§ 1º A critério do Senado Federal, o Conselho de Secretários de Educação (Consed) poderá participar da comissão julgadora de que trata o caput mediante a indicação de 1 (um) membro.

§ 2º A critério do Senado Federal, membros de outras instituições que se tornem parceiras na organização do concurso também poderão integrar a comissão julgadora.

Art. 8º Só serão validadas as redações enviadas à comissão organizadora do Concurso que tiverem sido legitimamente escolhidas e encaminhadas pelas Secretarias de Educação das unidades da Federação de origem.

Art. 9º Só será validada redação que seja comprovadamente postada no prazo disposto no regulamento do Concurso.

Art. 10. Não será validada redação que possua qualquer assinatura, pseudônimo, desenho, rasura ou marca identificadora do autor ou de sua unidade da Federação de origem.

Art. 11. A cerimônia de premiação, da qual os alunos finalistas participarão, será realizada na sede do Senado Federal, em Brasília - DF.

Parágrafo único. A premiação a que se refere o caput será detalhada em regulamento.

Art. 12. O Senado Federal será responsável pela ampla divulgação de todas as etapas de realização do certame, ficando a seu critério a definição das melhores estratégias de divulgação.

Art. 13. Os procedimentos administrativos que tramitarem para viabilizar a realização do Concurso de Redação deverão garantir o cumprimento dos prazos previstos em regulamento.

Art. 14. Com a finalidade de participar da cerimônia de premiação, correrão às expensas do Senado Federal as despesas relativas ao transporte aéreo para Brasília dos estudantes finalistas do Concurso, à exceção do aluno proveniente do Distrito Federal, e também aquelas referentes, em Brasília, à hospedagem, à alimentação e ao traslado dos 27 (vinte e sete) finalistas, inclusive o do Distrito Federal.

§ 1º O Senado Federal arcará com as despesas de transporte aéreo para Brasília, hospedagem, alimentação e traslado, em Brasília, do diretor da escola, do professor diretamente envolvido, do coordenador responsável pela organização do Concurso na Secretaria de Educação e do Secretário de Educação, todos da unidade da Federação de origem do estudante que for classificado em primeiro lugar no Concurso de Redação do Senado Federal, exceto se o primeiro colocado for do Distrito Federal.

§ 2º O Senado Federal arcará com as despesas de transporte aéreo para Brasília, hospedagem, alimentação e traslado, em Brasília, de 1 (um) responsável legal de cada um dos 3 (três) primeiros colocados no Concurso de Redação, exceto se o estudante for do Distrito Federal.

CAPÍTULO III

DO PROJETO JOVEM SENADOR

Art. 15. Será selecionado para participar do Projeto Jovem Senador o estudante

classificado em primeiro lugar, em cada um dos Estados e no Distrito Federal, no Concurso de Redação, conforme previsto no art. 3º desta Resolução.

Art. 16. O Projeto Jovem Senador, de periodicidade anual, será realizado no mês de novembro, coincidindo, obrigatoriamente, com a data de premiação do Concurso de Redação do Senado Federal.

Art. 17. No início de cada sessão legislativa ordinária, o Presidente do Senado Federal designará, ouvidos os Líderes, comissão composta por 1 (um) Senador de cada partido político com representação no Senado Federal para acompanhar os procedimentos necessários à realização da edição anual do Projeto Jovem Senador.

Parágrafo único. A comissão de que trata o caput contará com a assessoria de 2 (dois) servidores da Secretaria-Geral da Mesa, 2 (dois) servidores da Diretoria-Geral, 2 (dois) servidores da Consultoria Legislativa e 2 (dois) servidores da Secretaria de Comunicação Social, devendo, neste último caso, 1 (um) deles provir necessariamente da Secretaria de Relações Públicas.

Art. 18. No âmbito do Projeto Jovem Senador, caberá aos alunos, devidamente orientados, a elaboração de proposições legislativas e de pronunciamentos que serão apresentados em sessões simuladas, preferencialmente, no plenário do Senado Federal.

Parágrafo único. Observar-se-ão, no decorrer dos trabalhos do Projeto Jovem Senador, tanto quanto possível, os procedimentos regimentais relativos ao trâmite das proposições, inclusive quanto à sua iniciativa, publicação, discussão e votação em plenário e expedição de autógrafos, nos quais estará consignado o nome do autor do projeto de lei aprovado, conforme regulamento interno a ser aprovado por ato da Comissão Diretora.

Art. 19. Os trabalhos do Projeto Jovem Senador serão dirigidos por uma Mesa eleita pelos Jovens Senadores e Senadoras, composta por Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário.

Art. 20. A legislatura terá a duração de 3 (três) dias, iniciando-se com a posse dos Jovens Senadores e Senadoras e a eleição da Mesa e findando-se com a redação dos autógrafos dos projetos aprovados na Ordem do Dia e sua consequente publicação no Diário do Senado Federal.

Parágrafo único. Terá o tratamento de sugestão legislativa, prescrito no inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, a proposição legislativa devidamente aprovada e publicada nos termos dos arts. 18 e 20 desta Resolução.

Art. 21. As proposições legislativas aprovadas e publicadas no Diário do Senado Federal serão divulgadas no Portal do Senado Federal.

CAPÍTULO IV

Disposições Finais e Transitórias

Art. 22. As atividades integrantes do Programa Senado Jovem Brasileiro serão regulamentadas por ato da Comissão Diretora do Senado Federal no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de publicação desta Resolução.

Art. 23. O plenário do Senado Federal poderá ser aberto aos fins de semana para o desenvolvimento das atividades vinculadas ao Programa Senado Jovem Brasileiro.

Art. 24. As despesas decorrentes desta Resolução correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento do Senado Federal.

Art. 25. Os casos omissos serão resolvidos por ato da Comissão Diretora.

Art. 26. Esta Resolução entra em vigor no dia 1º de fevereiro do ano subsequente ao da data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2010.

SENADOR JOSÉ SARNEY

COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

OF. CPJS nº 001/2014

Brasília, de fevereiro de 2014

Assunto: **Sugestões Legislativas nºs 1 a 6, de 2014**

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010, que criou o Programa Senado Jovem Brasileiro no âmbito do Senado Federal, encaminho a Vossa Excelência, como Sugestões Legislativas, as propostas aprovadas pelos Jovens Senadores na edição de 2013.

Respeitosamente,



Senador Paulo Davim

Presidente

PROJETO DE LEI DO SENADO JOVEM Nº 4, DE 2013

Institui o Sistema de Avaliação Mérito do Ensino Médio (MDEM), destinado ao ingresso nas universidades federais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É instituído o Sistema de Avaliação Mérito do Ensino Médio (MDEM), destinado ao ingresso nas universidades federais.

Art. 2º Para participar, o aluno deverá ter cursado todo o ensino médio em escolas públicas e ter obtido 70% (setenta por cento) da média do valor total de cada disciplina.

Parágrafo único. Serão avaliadas as seguintes disciplinas:

- I – português;
- II – história;
- III – geografia;
- IV – matemática;
- V – física;
- VI – química;
- VII – biologia;
- VIII – filosofia;
- IX – sociologia;
- X – língua estrangeira.

Art. 3º O ingresso na universidade federal será feita da seguinte forma:

I – 85% (oitenta e cinco por cento) da nota obtida pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem);

II – 15% (quinze por cento) da média das notas obtidas ao longo dos 3 (três) anos do ensino médio.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor após decorridos 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

O presente sistema tem por objetivo principal facilitar o ingresso ao ensino superior federal aos alunos de escola pública. Faz uso das médias provenientes das notas de disciplinas básicas, obtidas durante todo o ensino médio, sendo que em contraste com a nota do Enem. Logo, das 100% das vagas que são destinadas ao exame de seleção nacional, 15% serão cedidas ao programa. Portanto, 85% corresponderiam à nota obtida por meio do exame somada aos 15%, onde seria estabelecido uma ‘média’. Contudo, vale ressaltar que o sistema se restringe a alunos que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas e/ou instituições federais, a citar como exemplo escolas agrícolas que possuem a grade básica – português, matemática, física, química, biologia, história, geografia, educação física, língua estrangeira, filosofia e sociologia. Sendo que as escolas agrícolas possuem matérias técnicas, mas que não estariam contidas nesta ‘grade’.

O sistema exposto seria um método por meio do qual se conseguiria, de fato, motivar os alunos a estudar mais e dedicar-se no decorrer do período escolar. E, também vale ressaltar, que seria uma forma de harmonizar o ambiente de ensino. Ao ter esta oportunidade, os alunos acabariam por conter algumas dificuldades encontradas como, por exemplo, a falta de disciplina, respeito e ética que acomete muitos alunos.

E é a realidade de inúmeras instituições, a frisar o exemplo dos que atrapalham a aula, a falta de formação por parte de alguns professores, assim desencadeando uma cobrança pela qualidade de ensino. Ademais, vale também expor a questão de que, muitas vezes você estuda, se dedica, porém é surpreendido por um problema de saúde, psicológico ou outros infindáveis percalços que acabam por atrapalhar ocasionando um desempenho insuficiente.

Assim, fazendo com que fossem confiantes e calmos para a avaliação, logo o desempenho da média escolar, proporcionaria uma oportunidade mais acessível e ampla aos alunos em relação ao ensino superior. Com isso, encaminhando um número maior de futuros profissionais.

Sala das Sessões,

Jovem Senador **Antônio Victor Silva**

Jovem Senadora **Daniela Moro**

Jovem Senadora **Danielle Araújo**

Jovem Senadora **Jhenifer Mezzomo Spagnol**

Subsecretaria de Informações

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 42, DE 2010

*Cria o Programa Senado Jovem Brasileiro
no âmbito do Senado Federal.*

O Senado Federal resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º É criado, no âmbito do Senado Federal, o Programa Senado Jovem Brasileiro, destinado a proporcionar aos estudantes conhecimento acerca da estrutura e do funcionamento do Poder Legislativo Brasileiro, bem como a estimular um relacionamento permanente dos jovens cidadãos com o Senado Federal.

Art. 2º Integram o Programa Senado Jovem Brasileiro:

- I o Concurso de Redação do Senado Federal;
- II o Projeto Jovem Senador.

CAPÍTULO II

Do Concurso de Redação do Senado Federal

Art. 3º Poderão participar do Concurso de Redação do Senado Federal, a ser realizado anualmente, no mês de novembro, estudantes de 16 (dezesesseis) a 19 (dezenove) anos de idade regularmente matriculados em um dos dois últimos anos do ensino médio de escolas públicas estaduais das 27 unidades da Federação, cujas Secretarias de Educação aderirem formalmente, a cada ano, à parceria com o Senado Federal para a realização desse Concurso.

Parágrafo único. Todas as edições do Concurso de Redação serão planejadas, coordenadas, executadas e avaliadas pela Secretaria de Relações Públicas do Senado Federal.

Art. 4º Aos finalistas do Concurso de Redação será oferecido, como parte da premiação, participação na edição anual do Projeto Jovem Senador.

Art. 5º Caberá à Secretaria-Geral da Mesa e à Secretaria de Relações Públicas a escolha do tema de cada edição do Concurso de Redação, que terá como objeto assunto relacionado aos tópicos civismo e patriotismo e que convide à reflexão sobre o exercício da cidadania.

Art. 6º Respeitadas as regras previstas no regulamento do concurso, as inscrições serão feitas com a participação manifesta das escolas públicas dos Estados e do Distrito Federal, consistente no encaminhamento às respectivas Secretarias de Educação da redação escolhida no âmbito de cada escola.

Art. 7º O Senado Federal constituirá comissão julgadora formada por 5 (cinco) servidores efetivos da Casa, com a seguinte composição:

I 2 (dois) servidores da Consultoria Legislativa (CONLEG);

II 2 (dois) servidores do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB);

III 1 (um) servidor da Secretaria-Geral da Mesa (SGM).

§ 1º A critério do Senado Federal, o Conselho de Secretários de Educação (Consed) poderá participar da comissão julgadora de que trata o caput mediante a indicação de 1 (um) membro.

§ 2º A critério do Senado Federal, membros de outras instituições que se tornem parceiras na organização do concurso também poderão integrar a comissão julgadora.

Art. 8º Só serão validadas as redações enviadas à comissão organizadora do Concurso que tiverem sido legitimamente escolhidas e encaminhadas pelas Secretarias de Educação das unidades da Federação de origem.

Art. 9º Só será validada redação que seja comprovadamente postada no prazo disposto no regulamento do Concurso.

Art. 10. Não será validada redação que possua qualquer assinatura, pseudônimo, desenho, rasura ou marca identificadora do autor ou de sua unidade da Federação de origem.

Art. 11. A cerimônia de premiação, da qual os alunos finalistas participarão, será realizada na sede do Senado Federal, em Brasília - DF.

Parágrafo único. A premiação a que se refere o caput será detalhada em regulamento.

Art. 12. O Senado Federal será responsável pela ampla divulgação de todas as etapas de realização do certame, ficando a seu critério a definição das melhores estratégias de divulgação.

Art. 13. Os procedimentos administrativos que tramitarem para viabilizar a realização do Concurso de Redação deverão garantir o cumprimento dos prazos previstos em regulamento.

Art. 14. Com a finalidade de participar da cerimônia de premiação, correrão às expensas do Senado Federal as despesas relativas ao transporte aéreo para Brasília dos estudantes finalistas do Concurso, à exceção do aluno proveniente do Distrito Federal, e também aquelas referentes, em Brasília, à hospedagem, à alimentação e ao traslado dos 27 (vinte e sete) finalistas, inclusive o do Distrito Federal.

§ 1º O Senado Federal arcará com as despesas de transporte aéreo para Brasília, hospedagem, alimentação e traslado, em Brasília, do diretor da escola, do professor diretamente envolvido, do coordenador responsável pela organização do Concurso na Secretaria de Educação e do Secretário de Educação, todos da unidade da Federação de origem do estudante que for classificado em primeiro lugar no Concurso de Redação do Senado Federal, exceto se o primeiro colocado for do Distrito Federal.

§ 2º O Senado Federal arcará com as despesas de transporte aéreo para Brasília, hospedagem, alimentação e traslado, em Brasília, de 1 (um) responsável legal de cada um dos 3 (três) primeiros colocados no Concurso de Redação, exceto se o estudante for do Distrito Federal.

CAPÍTULO III

DO PROJETO JOVEM SENADOR

Art. 15. Será selecionado para participar do Projeto Jovem Senador o estudante

classificado em primeiro lugar, em cada um dos Estados e no Distrito Federal, no Concurso de Redação, conforme previsto no art. 3º desta Resolução.

Art. 16. O Projeto Jovem Senador, de periodicidade anual, será realizado no mês de novembro, coincidindo, obrigatoriamente, com a data de premiação do Concurso de Redação do Senado Federal.

Art. 17. No início de cada sessão legislativa ordinária, o Presidente do Senado Federal designará, ouvidos os Líderes, comissão composta por 1 (um) Senador de cada partido político com representação no Senado Federal para acompanhar os procedimentos necessários à realização da edição anual do Projeto Jovem Senador.

Parágrafo único. A comissão de que trata o caput contará com a assessoria de 2 (dois) servidores da Secretaria-Geral da Mesa, 2 (dois) servidores da Diretoria-Geral, 2 (dois) servidores da Consultoria Legislativa e 2 (dois) servidores da Secretaria de Comunicação Social, devendo, neste último caso, 1 (um) deles provir necessariamente da Secretaria de Relações Públicas.

Art. 18. No âmbito do Projeto Jovem Senador, caberá aos alunos, devidamente orientados, a elaboração de proposições legislativas e de pronunciamentos que serão apresentados em sessões simuladas, preferencialmente, no plenário do Senado Federal.

Parágrafo único. Observar-se-ão, no decorrer dos trabalhos do Projeto Jovem Senador, tanto quanto possível, os procedimentos regimentais relativos ao trâmite das proposições, inclusive quanto à sua iniciativa, publicação, discussão e votação em plenário e expedição de autógrafos, nos quais estará consignado o nome do autor do projeto de lei aprovado, conforme regulamento interno a ser aprovado por ato da Comissão Diretora.

Art. 19. Os trabalhos do Projeto Jovem Senador serão dirigidos por uma Mesa eleita pelos Jovens Senadores e Senadoras, composta por Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário.

Art. 20. A legislatura terá a duração de 3 (três) dias, iniciando-se com a posse dos Jovens Senadores e Senadoras e a eleição da Mesa e findando-se com a redação dos autógrafos dos projetos aprovados na Ordem do Dia e sua consequente publicação no Diário do Senado Federal.

Parágrafo único. Terá o tratamento de sugestão legislativa, prescrito no inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, a proposição legislativa devidamente aprovada e publicada nos termos dos arts. 18 e 20 desta Resolução.

Art. 21. As proposições legislativas aprovadas e publicadas no Diário do Senado Federal serão divulgadas no Portal do Senado Federal.

CAPÍTULO IV

Disposições Finais e Transitórias

Art. 22. As atividades integrantes do Programa Senado Jovem Brasileiro serão regulamentadas por ato da Comissão Diretora do Senado Federal no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de publicação desta Resolução.

Art. 23. O plenário do Senado Federal poderá ser aberto aos fins de semana para o desenvolvimento das atividades vinculadas ao Programa Senado Jovem Brasileiro.

Art. 24. As despesas decorrentes desta Resolução correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento do Senado Federal.

Art. 25. Os casos omissos serão resolvidos por ato da Comissão Diretora.

Art. 26. Esta Resolução entra em vigor no dia 1º de fevereiro do ano subsequente ao da data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2010.

SENADOR JOSÉ SARNEY

COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

OF. CPJS nº 001/2014

Brasília, de fevereiro de 2014

Assunto: **Sugestões Legislativas nºs 1 a 6, de 2014**

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010, que criou o Programa Senado Jovem Brasileiro no âmbito do Senado Federal, encaminho a Vossa Excelência, como Sugestões Legislativas, as propostas aprovadas pelos Jovens Senadores na edição de 2013.

Respeitosamente,



Senador Paulo Davim
Presidente

PROJETO DE LEI DO SENADO JOVEM Nº 5, DE 2013

Dispõe sobre a ampliação da participação da União no financiamento da educação, o destino dos recursos e a sua fiscalização.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a ampliação da participação da União no financiamento da educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 2º A União ampliará sua participação no financiamento da educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios no percentual anual de 10% (dez por cento), até integralizar 100% (cem por cento) do que é atualmente transferido a esses entes da Federação.

Art. 3º Os recursos de que trata o art. 2º serão investidos em:

I – infraestrutura escolar;

II – valorização dos profissionais da educação;

III – formação de professores;

IV – instalação, ampliação e aprimoramento de laboratórios de informática, de ciência e de linguagem;

V – adaptação das salas de aula para utilização de novas tecnologias.

§ 1º A formação a que se refere o inciso III será para disciplinas em que há carência de profissionais e atenderá prioritariamente os professores que atuem em áreas para as quais não são especializados.

§ 2º Os recursos de que trata o art. 2º não poderão ser transferidos para os entes que deixarem de pagar o piso salarial profissional do magistério público, decorridos 2 (dois) anos de vigência desta Lei.

Art. 4º A União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal deverão dar ampla divulgação, com informações inteligíveis, sobre o volume de recursos financeiros investidos na educação, seu destino e aplicação nas instituições públicas de ensino.

Art. 5º Será criado, em cada escola pública, um conselho de acompanhamento dos investimentos em educação, composto por alunos, por trabalhadores da educação e pela comunidade local.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este projeto de lei tem por objetivo assegurar maior participação da União no financiamento da educação no País.

Sabemos que o maior desafio para melhorar a educação é a disponibilidade de recursos financeiros. No entanto, a maioria dos municípios e estados não consegue cumprir com os investimentos para a educação sem a colaboração financeira da União. Nossa proposta visa a obrigar que o governo federal repasse mais recursos para os estados e municípios, de modo que eles possam fazer melhores investimentos.

Com o aumento desses por parte do governo federal, teremos chances de resolver problemas históricos, que certamente não foram e não serão executados por falta de dinheiro. Com mais recursos, será possível melhorar as condições de trabalho dos professores, possibilitar ganhos salariais e melhor infraestrutura das escolas. Tudo isso refletirá diretamente na qualidade da educação no nosso país.

Este projeto de lei dispõe também sobre as áreas em que os recursos serão aplicados e sobre as formas de fiscalização, com a criação de conselhos nas escolas públicas.

Em razão do exposto, solicitamos aos nobres Senadores a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões,

Jovem Senadora Aline da Conceição Andrade

Jovem Senadora Beatriz V. Borges Pereira

Jovem Senadora Layanne Almeida Cezário

Jovem Senador Rayesley Ricarte Costa

Jovem Senador Willian Alexander Ramos

Senado Federal

Subsecretaria de Informações

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 42, DE 2010

*Cria o Programa Senado Jovem Brasileiro
no âmbito do Senado Federal.*

O Senado Federal resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º É criado, no âmbito do Senado Federal, o Programa Senado Jovem Brasileiro, destinado a proporcionar aos estudantes conhecimento acerca da estrutura e do funcionamento do Poder Legislativo Brasileiro, bem como a estimular um relacionamento permanente dos jovens cidadãos com o Senado Federal.

Art. 2º Integram o Programa Senado Jovem Brasileiro:

- I o Concurso de Redação do Senado Federal;
- II o Projeto Jovem Senador.

CAPÍTULO II

Do Concurso de Redação do Senado Federal

Art. 3º Poderão participar do Concurso de Redação do Senado Federal, a ser realizado anualmente, no mês de novembro, estudantes de 16 (dezesseis) a 19 (dezenove) anos de idade regularmente matriculados em um dos dois últimos anos do ensino médio de escolas públicas estaduais das 27 unidades da Federação, cujas Secretarias de Educação aderirem formalmente, a cada ano, à parceria com o Senado Federal para a realização desse Concurso.

Parágrafo único. Todas as edições do Concurso de Redação serão planejadas, coordenadas, executadas e avaliadas pela Secretaria de Relações Públicas do Senado Federal.

Art. 4º Aos finalistas do Concurso de Redação será oferecido, como parte da premiação, participação na edição anual do Projeto Jovem Senador.

Art. 5º Caberá à Secretaria-Geral da Mesa e à Secretaria de Relações Públicas a escolha do tema de cada edição do Concurso de Redação, que terá como objeto assunto relacionado aos tópicos civismo e patriotismo e que convide à reflexão sobre o exercício da cidadania.

Art. 6º Respeitadas as regras previstas no regulamento do concurso, as inscrições serão feitas com a participação manifesta das escolas públicas dos Estados e do Distrito Federal, consistente no encaminhamento às respectivas Secretarias de Educação da redação escolhida no âmbito de cada escola.

Art. 7º O Senado Federal constituirá comissão julgadora formada por 5 (cinco) servidores efetivos da Casa, com a seguinte composição:

I 2 (dois) servidores da Consultoria Legislativa (CONLEG);

II 2 (dois) servidores do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB);

III 1 (um) servidor da Secretaria-Geral da Mesa (SGM).

§ 1º A critério do Senado Federal, o Conselho de Secretários de Educação (Consed) poderá participar da comissão julgadora de que trata o caput mediante a indicação de 1 (um) membro.

§ 2º A critério do Senado Federal, membros de outras instituições que se tomem parceiras na organização do concurso também poderão integrar a comissão julgadora.

Art. 8º Só serão validadas as redações enviadas à comissão organizadora do Concurso que tiverem sido legitimamente escolhidas e encaminhadas pelas Secretarias de Educação das unidades da Federação de origem.

Art. 9º Só será validada redação que seja comprovadamente postada no prazo disposto no regulamento do Concurso.

Art. 10. Não será validada redação que possua qualquer assinatura, pseudônimo, desenho, rasura ou marca identificadora do autor ou de sua unidade da Federação de origem.

Art. 11. A cerimônia de premiação, da qual os alunos finalistas participarão, será realizada na sede do Senado Federal, em Brasília - DF.

Parágrafo único. A premiação a que se refere o caput será detalhada em regulamento.

Art. 12. O Senado Federal será responsável pela ampla divulgação de todas as etapas de realização do certame, ficando a seu critério a definição das melhores estratégias de divulgação.

Art. 13. Os procedimentos administrativos que tramitarem para viabilizar a realização do Concurso de Redação deverão garantir o cumprimento dos prazos previstos em regulamento.

Art. 14. Com a finalidade de participar da cerimônia de premiação, correrão às expensas do Senado Federal as despesas relativas ao transporte aéreo para Brasília dos estudantes finalistas do Concurso, à exceção do aluno proveniente do Distrito Federal, e também aquelas referentes, em Brasília, à hospedagem, à alimentação e ao traslado dos 27 (vinte e sete) finalistas, inclusive o do Distrito Federal.

§ 1º O Senado Federal arcará com as despesas de transporte aéreo para Brasília, hospedagem, alimentação e traslado, em Brasília, do diretor da escola, do professor diretamente envolvido, do coordenador responsável pela organização do Concurso na Secretaria de Educação e do Secretário de Educação, todos da unidade da Federação de origem do estudante que for classificado em primeiro lugar no Concurso de Redação do Senado Federal, exceto se o primeiro colocado for do Distrito Federal.

§ 2º O Senado Federal arcará com as despesas de transporte aéreo para Brasília, hospedagem, alimentação e traslado, em Brasília, de 1 (um) responsável legal de cada um dos 3 (três) primeiros colocados no Concurso de Redação, exceto se o estudante for do Distrito Federal.

CAPÍTULO III

DO PROJETO JOVEM SENADOR

Art. 15. Será selecionado para participar do Projeto Jovem Senador o estudante

classificado em primeiro lugar, em cada um dos Estados e no Distrito Federal, no Concurso de Redação, conforme previsto no art. 3º desta Resolução.

Art. 16. O Projeto Jovem Senador, de periodicidade anual, será realizado no mês de novembro, coincidindo, obrigatoriamente, com a data de premiação do Concurso de Redação do Senado Federal.

Art. 17. No início de cada sessão legislativa ordinária, o Presidente do Senado Federal designará, ouvidos os Líderes, comissão composta por 1 (um) Senador de cada partido político com representação no Senado Federal para acompanhar os procedimentos necessários à realização da edição anual do Projeto Jovem Senador.

Parágrafo único. A comissão de que trata o caput contará com a assessoria de 2 (dois) servidores da Secretaria-Geral da Mesa, 2 (dois) servidores da Diretoria-Geral, 2 (dois) servidores da Consultoria Legislativa e 2 (dois) servidores da Secretaria de Comunicação Social, devendo, neste último caso, 1 (um) deles provir necessariamente da Secretaria de Relações Públicas.

Art. 18. No âmbito do Projeto Jovem Senador, caberá aos alunos, devidamente orientados, a elaboração de proposições legislativas e de pronunciamentos que serão apresentados em sessões simuladas, preferencialmente, no plenário do Senado Federal.

Parágrafo único. Observar-se-ão, no decorrer dos trabalhos do Projeto Jovem Senador, tanto quanto possível, os procedimentos regimentais relativos ao trâmite das proposições, inclusive quanto à sua iniciativa, publicação, discussão e votação em plenário e expedição de autógrafos, nos quais estará consignado o nome do autor do projeto de lei aprovado, conforme regulamento interno a ser aprovado por ato da Comissão Diretora.

Art. 19. Os trabalhos do Projeto Jovem Senador serão dirigidos por uma Mesa eleita pelos Jovens Senadores e Senadoras, composta por Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário.

Art. 20. A legislatura terá a duração de 3 (três) dias, iniciando-se com a posse dos Jovens Senadores e Senadoras e a eleição da Mesa e findando-se com a redação dos autógrafos dos projetos aprovados na Ordem do Dia e sua consequente publicação no Diário do Senado Federal.

Parágrafo único. Terá o tratamento de sugestão legislativa, prescrito no inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, a proposição legislativa devidamente aprovada e publicada nos termos dos arts. 18 e 20 desta Resolução.

Art. 21. As proposições legislativas aprovadas e publicadas no Diário do Senado Federal serão divulgadas no Portal do Senado Federal.

CAPÍTULO IV

Disposições Finais e Transitórias

Art. 22. As atividades integrantes do Programa Senado Jovem Brasileiro serão regulamentadas por ato da Comissão Diretora do Senado Federal no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de publicação desta Resolução.

Art. 23. O plenário do Senado Federal poderá ser aberto aos fins de semana para o desenvolvimento das atividades vinculadas ao Programa Senado Jovem Brasileiro.

Art. 24. As despesas decorrentes desta Resolução correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento do Senado Federal.

Art. 25. Os casos omissos serão resolvidos por ato da Comissão Diretora.

Art. 26. Esta Resolução entra em vigor no dia 1º de fevereiro do ano subsequente ao da data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2010.

SENADOR JOSÉ SARNEY

COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

OF. CPJS nº 001/2014


Brasília, de fevereiro de 2014

Assunto: Sugestões Legislativas nºs 1 a 6, de 2014

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010, que criou o Programa Senado Jovem Brasileiro no âmbito do Senado Federal, encaminho a Vossa Excelência, como Sugestões Legislativas, as propostas aprovadas pelos Jovens Senadores na edição de 2013.

Respeitosamente,



Senador Paulo Davim
Presidente

PROJETO DE LEI DO SENADO JOVEM Nº 6, DE 2013

Estabelece novas regras sobre o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) ao estudante da educação superior.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece critérios para os limites de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos.

Art. 2º As instituições de ensino superior que aderem, e as que vierem a aderir, ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) deverão seguir os seguintes critérios:

I – todos os cursos oferecidos pela instituição de ensino deverão reservar o mínimo de 20% (vinte por cento) das vagas para os alunos financiados pelo Fies;

II – além de critérios socioeconômicos, será dado prioridade aos alunos com melhor desempenho em sua vida estudantil, tendo como base o histórico escolar.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A educação de ensino superior brasileira ainda demonstra uma grande segregação socioeconômica entre os cursos mais concorridos e, consequentemente, com mensalidades mais elevadas. Em faculdades privadas, cursos como medicina e odontologia, concentram os estudantes de famílias com renda mais elevada, enquanto outros cursos considerados

mais baratos concentram os estudantes de famílias de renda inferior. Essa situação apenas perpetua a desigualdade econômica e social.

O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que é um programa do Governo Federal destinado a financiar a graduação no Ensino Superior de estudantes que não possuem condições de arcar com os custos de sua formação, deveria resolver esse problema. Contudo, as instituições de ensino superior particulares, ao aderirem ao programa, muitas vezes disponibilizam apenas vagas em cursos com mensalidades mais baixas. Tal fato impede o acesso de estudantes de baixa renda aos cursos mais caros, como medicina. Ou seja, o Fies, da forma como está estruturado, não garante o acesso a esses cursos. As instituições de ensino superior particulares continuam restringindo o acesso de estudantes de baixa renda aos cursos mais concorridos e caros, dificultando a sua ascensão social.

Dessa forma, sugerimos um projeto de lei que determina que as instituições de ensino superior particulares que aderem ao Fies ofereçam o mínimo de 20% das vagas, em todos os seus cursos, aos estudantes que desejam utilizar o financiamento federal para custear os seus estudos. Assim, independente de sua condição social, o estudante terá a oportunidade de ingressar no curso dos seus sonhos em vez de ficar restrito apenas aos cursos de mensalidades mais baratas.

Ademais, propomos que os alunos sejam selecionados para o Fies com base, prioritariamente, no seu esforço ao longo de sua vida escolar, além do critério da condição socioeconômica.

Pelas razões expostas, estamos convencidos de que a iniciativa merecerá o acolhimento de nossos Pares.

Sala das Sessões,

Jovem Senadora **Isamara Cardoso de Brito**;

Jovem Senador **Ivanlins Nascimento da Costa**;

Jovem Senador **João Vitor Silva**;

Jovem Senadora **Maria Eduarda Nunes da Silva**.

Senado Federal

Subsecretaria de Informações

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 42, DE 2010

*Cria o Programa Senado Jovem Brasileiro
no âmbito do Senado Federal.*

O Senado Federal resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º É criado, no âmbito do Senado Federal, o Programa Senado Jovem Brasileiro, destinado a proporcionar aos estudantes conhecimento acerca da estrutura e do funcionamento do Poder Legislativo Brasileiro, bem como a estimular um relacionamento permanente dos jovens cidadãos com o Senado Federal.

Art. 2º Integram o Programa Senado Jovem Brasileiro:

- I o Concurso de Redação do Senado Federal;
- II o Projeto Jovem Senador.

CAPÍTULO II

Do Concurso de Redação do Senado Federal

Art. 3º Poderão participar do Concurso de Redação do Senado Federal, a ser realizado anualmente, no mês de novembro, estudantes de 16 (dezesseis) a 19 (dezenove) anos de idade regularmente matriculados em um dos dois últimos anos do ensino médio de escolas públicas estaduais das 27 unidades da Federação, cujas Secretarias de Educação aderirem formalmente, a cada ano, à parceria com o Senado Federal para a realização desse Concurso.

Parágrafo único. Todas as edições do Concurso de Redação serão planejadas, coordenadas, executadas e avaliadas pela Secretaria de Relações Públicas do Senado Federal.

Art. 4º Aos finalistas do Concurso de Redação será oferecido, como parte da premiação, participação na edição anual do Projeto Jovem Senador.

Art. 5º Caberá à Secretaria-Geral da Mesa e à Secretaria de Relações Públicas a escolha do tema de cada edição do Concurso de Redação, que terá como objeto assunto relacionado aos tópicos civismo e patriotismo e que convide à reflexão sobre o exercício da cidadania.

Art. 6º Respeitadas as regras previstas no regulamento do concurso, as inscrições serão feitas com a participação manifesta das escolas públicas dos Estados e do Distrito Federal, consistente no encaminhamento às respectivas Secretarias de Educação da redação escolhida no âmbito de cada escola.

Art. 7º O Senado Federal constituirá comissão julgadora formada por 5 (cinco) servidores efetivos da Casa, com a seguinte composição:

I 2 (dois) servidores da Consultoria Legislativa (CONLEG);

II 2 (dois) servidores do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB);

III 1 (um) servidor da Secretaria-Geral da Mesa (SGM).

§ 1º A critério do Senado Federal, o Conselho de Secretários de Educação (Consed) poderá participar da comissão julgadora de que trata o caput mediante a indicação de 1 (um) membro.

§ 2º A critério do Senado Federal, membros de outras instituições que se tomem parceiras na organização do concurso também poderão integrar a comissão julgadora.

Art. 8º Só serão validadas as redações enviadas à comissão organizadora do Concurso que tiverem sido legitimamente escolhidas e encaminhadas pelas Secretarias de Educação das unidades da Federação de origem.

Art. 9º Só será validada redação que seja comprovadamente postada no prazo disposto no regulamento do Concurso.

Art. 10. Não será validada redação que possua qualquer assinatura, pseudônimo, desenho, rasura ou marca identificadora do autor ou de sua unidade da Federação de origem.

Art. 11. A cerimônia de premiação, da qual os alunos finalistas participarão, será realizada na sede do Senado Federal, em Brasília DF.

Parágrafo único. A premiação a que se refere o caput será detalhada em regulamento.

Art. 12. O Senado Federal será responsável pela ampla divulgação de todas as etapas de realização do certame, ficando a seu critério a definição das melhores estratégias de divulgação.

Art. 13. Os procedimentos administrativos que tramitarem para viabilizar a realização do Concurso de Redação deverão garantir o cumprimento dos prazos previstos em regulamento.

Art. 14. Com a finalidade de participar da cerimônia de premiação, correrão às expensas do Senado Federal as despesas relativas ao transporte aéreo para Brasília dos estudantes finalistas do Concurso, à exceção do aluno proveniente do Distrito Federal, e também aquelas referentes, em Brasília, à hospedagem, à alimentação e ao traslado dos 27 (vinte e sete) finalistas, inclusive o do Distrito Federal.

§ 1º O Senado Federal arcará com as despesas de transporte aéreo para Brasília, hospedagem, alimentação e traslado, em Brasília, do diretor da escola, do professor diretamente envolvido, do coordenador responsável pela organização do Concurso na Secretaria de Educação e do Secretário de Educação, todos da unidade da Federação de origem do estudante que for classificado em primeiro lugar no Concurso de Redação do Senado Federal, exceto se o primeiro colocado for do Distrito Federal.

§ 2º O Senado Federal arcará com as despesas de transporte aéreo para Brasília, hospedagem, alimentação e traslado, em Brasília, de 1 (um) responsável legal de cada um dos 3 (três) primeiros colocados no Concurso de Redação, exceto se o estudante for do Distrito Federal.

CAPÍTULO III

DO PROJETO JOVEM SENADOR

Art. 15. Será selecionado para participar do Projeto Jovem Senador o estudante

classificado em primeiro lugar, em cada um dos Estados e no Distrito Federal, no Concurso de Redação, conforme previsto no art. 3º desta Resolução.

Art. 16. O Projeto Jovem Senador, de periodicidade anual, será realizado no mês de novembro, coincidindo, obrigatoriamente, com a data de premiação do Concurso de Redação do Senado Federal.

Art. 17. No início de cada sessão legislativa ordinária, o Presidente do Senado Federal designará, ouvidos os Líderes, comissão composta por 1 (um) Senador de cada partido político com representação no Senado Federal para acompanhar os procedimentos necessários à realização da edição anual do Projeto Jovem Senador.

Parágrafo único. A comissão de que trata o caput contará com a assessoria de 2 (dois) servidores da Secretaria-Geral da Mesa, 2 (dois) servidores da Diretoria-Geral, 2 (dois) servidores da Consultoria Legislativa e 2 (dois) servidores da Secretaria de Comunicação Social, devendo, neste último caso, 1 (um) deles provir necessariamente da Secretaria de Relações Públicas.

Art. 18. No âmbito do Projeto Jovem Senador, caberá aos alunos, devidamente orientados, a elaboração de proposições legislativas e de pronunciamentos que serão apresentados em sessões simuladas, preferencialmente, no plenário do Senado Federal.

Parágrafo único. Observar-se-ão, no decorrer dos trabalhos do Projeto Jovem Senador, tanto quanto possível, os procedimentos regimentais relativos ao trâmite das proposições, inclusive quanto à sua iniciativa, publicação, discussão e votação em plenário e expedição de autógrafos, nos quais estará consignado o nome do autor do projeto de lei aprovado, conforme regulamento interno a ser aprovado por ato da Comissão Diretora.

Art. 19. Os trabalhos do Projeto Jovem Senador serão dirigidos por uma Mesa eleita pelos Jovens Senadores e Senadoras, composta por Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário.

Art. 20. A legislatura terá a duração de 3 (três) dias, iniciando-se com a posse dos Jovens Senadores e Senadoras e a eleição da Mesa e findando-se com a redação dos autógrafos dos projetos aprovados na Ordem do Dia e sua consequente publicação no Diário do Senado Federal.

Parágrafo único. Terá o tratamento de sugestão legislativa, prescrito no inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, a proposição legislativa devidamente aprovada e publicada nos termos dos arts. 18 e 20 desta Resolução.

Art. 21. As proposições legislativas aprovadas e publicadas no Diário do Senado Federal serão divulgadas no Portal do Senado Federal.

CAPÍTULO IV

Disposições Finais e Transitórias

Art. 22. As atividades integrantes do Programa Senado Jovem Brasileiro serão regulamentadas por ato da Comissão Diretora do Senado Federal no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de publicação desta Resolução.

Art. 23. O plenário do Senado Federal poderá ser aberto aos fins de semana para o desenvolvimento das atividades vinculadas ao Programa Senado Jovem Brasileiro.

Art. 24. As despesas decorrentes desta Resolução correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento do Senado Federal.

Art. 25. Os casos omissos serão resolvidos por ato da Comissão Diretora.

Art. 26. Esta Resolução entra em vigor no dia 1º de fevereiro do ano subsequente ao da data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2010.

COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

OF. CPJS nº 001/2014

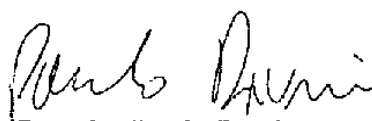
Brasília, de fevereiro de 2014

Assunto: Sugestões Legislativas nºs 1 a 6, de 2014

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010, que criou o Programa Senado Jovem Brasileiro no âmbito do Senado Federal, encaminho a Vossa Excelência, como Sugestões Legislativas, as propostas aprovadas pelos Jovens Senadores na edição de 2013.

Respeitosamente,



Senador Paulo Davim
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Senado recebeu a **Mensagem nº 6, de 2014** (nº 14/2014, na origem), da Senhora Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. Douglas Alencar Rodrigues, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista, decorrente da aposentadoria do Ministro Pedro Paulo Teixeira Manus.

É a Mensagem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A matéria vai à comissão correspondente – a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Por fim:

Nos termos do nº 111-A, *in fine*, da Constituição, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Sr. Douglas Alencar Rodrigues, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista, decorrente da aposentadoria do Ministro Pedro Paulo Teixeira Manus.

Brasília, fevereiro de 2014.

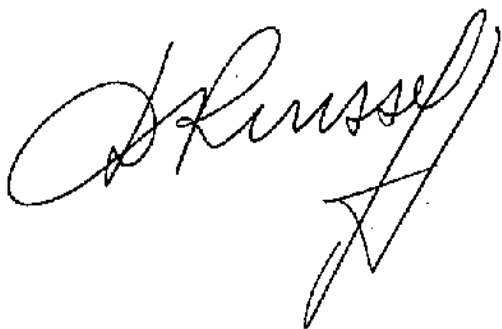
É a seguinte a Mensagem na íntegra:

MENSAGEM Nº 6, DE 2014 (Nº 14/2014, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

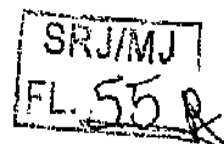
Nos termos do 111-A, *in fine*, da Constituição, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista, decorrente da aposentadoria do Ministro Pedro Paulo Teixeira Manus.

Brasília, 12 de fevereiro de 2014.



CURRICULUM VITAE

DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES

CURRICULUM VITAE**I - DADOS PESSOAIS:**

Nome: Douglas Alencar Rodrigues.

Endereço profissional: Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região.
SAS Quadra 1, Bloco D, Praça dos Tribunais Superiores, Brasília/DF.

Endereço eletrônico: douglas.rodrigues@trt10.jus.br

Telefones: (61)3348-1195, (61)9981.7573 e (61) 9655.0221.

II - FORMAÇÃO ACADÊMICA:

- Bacharel em Direito pela Universidade de Brasília, com habilitação em
Direito do Trabalho e Previdenciário - 1989.

- Pós-graduado em Direito Constitucional pela Universidade de Brasília -
UnB - 2002.

- Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -
2013.

III - ATIVIDADES PROFISSIONAIS:

- Técnico Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região
1983/1990.

- Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região 1990/1992.
- Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região de 1992/1994.
- Juiz Titular da 2ª Vara do Trabalho de Taguatinga/DF e das 4ª, 6ª e 17ª Varas do Trabalho de Brasília.
- Desembargador do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região desde 19/05/2003, promovido pelo critério de merecimento.
- Desembargador convocado para atuar junto ao Tribunal Superior do Trabalho nos períodos de 03.03 a 30.06.2009 e de 01.08 a 14.12.2009.
- Diretor-Adjunto da Escola Nacional da Magistratura, vinculada à Associação dos Magistrados Brasileiros – 1999/2001.
- Vice-Coordenador da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região – 2002/2003.
- Membro do Conselho Consultivo da Escola da Magistratura do Trabalho da 10ª Região, vinculada à Associação dos Magistrados do Trabalho da 10ª Região - 1999/2001.
- Vice-Coordenador da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região - 2002/2003.
- Professor do Curso de Pós-Graduação em Direito Processual do Trabalho da Faculdade Mackenzie – 2003.
- Professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Direito Material e Processual do Trabalho do Instituto de Ensino Superior de Brasília - IESB - 2002/2013.
- Professor do Curso de Atualização em Direito Processual do Trabalho, realizado pelo Curso Preparatório para Concursos (CPC) - Unidade Brasília, no período de 13/04 a 07/07/2004.

- Professor do Curso de Pós-graduação em Direito Material e Processual do Trabalho do Instituto de Direito Público (2012/2013).
- Conselheiro do **Conselho Nacional de Justiça**, conforme ato de nomeação publicado no Diário de Justiça, Seção 3, do dia 09.06.2005, tendo tomado posse em 14/06/2005, com mandato de dois anos.
- Secretário da Assembleia Geral da Associação Luso-Brasileira de Juristas do Trabalho - Biênio 2007/2009.
- Presidente da 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região - 2008/2010, conforme RA nº 41/2007.
- Vice-Coordenador da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região - 2008/2010.
- Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual - IBDP.

III - PARTICIPAÇÃO EM BANCAS DE CONCURSOS:

- Membro Titular da Comissão Examinadora da 2ª Prova (Doutrinária) do XI Concurso para Juiz do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região - 1995.
- Membro Suplente da Comissão Examinadora da 4ª Prova (Oral) do XII Concurso para Juiz do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região - 1997.- Presidente da Comissão Examinadora da 20ª Prova (Doutrinária) do IV Concurso para Juiz do Trabalho do TRT da 17ª Região - 1998.
- Membro Suplente da Comissão Examinadora da 4ª Prova (Oral) do XIII Concurso para Juiz do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região - 1999.
- Membro Titular da Comissão Examinadora da 1ª Prova (Múltipla Escolha) do XIV Concurso para Juiz do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região - 2000.

- Membro Titular da Comissão Examinadora da 3ª Prova (Prática) do VII Concurso Público de Provas e Títulos para Provimento de Cargos de Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região - 2006.
- Membro Titular da Comissão Examinadora da 4ª Prova do XVIII Concurso Público de Provas e Título para Provimento de Cargos de Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região - 2006.
- Membro da Comissão Examinadora da primeira fase do 15º Concurso Público para provimento de cargos de Procurador do Trabalho da Procuradoria Geral do Trabalho - 2008.

IV - ATUAÇÃO ASSOCIATIVA:

- Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 10ª Região - AMATRA X nos períodos de 1995/1997 e 1997/1999.
- Vice-Presidente da Associação Nacional dos Juízes da Justiça do Trabalho - ANAMATRA no biênio 1997/1999.
- Vice-Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB no biênio 1999/2001.
- Vice-Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB no biênio 2001/2004.
- Organizador do I Congresso Internacional de Direito do Trabalho, promovido pela ANAMATRA em parceria com a Escola Judicial Portuguesa. Lisboa, Portugal, 1998.
- Organizador do II Congresso Internacional de Direito do Trabalho, promovido pela ANAMATRA, em parceria com a Escola Nacional da Magistratura. Nas cidades de Roma e Bologna, Itália, 2000.
- Membro da Comissão de Reforma do Poder Judiciário - AMB, 1999/2001.
- Membro da Comissão Legislativa da ANAMATRA, 2001/2003.

- Integrante da Comissão Examinadora da quarta prova do XVIII Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, realizada no dia 31.08.2006.
- Membro da Diretoria Associação Luso-Brasileira de Juristas do Trabalho - JUTRA, eleita para o biênio 2007/2009, exercendo o cargo de Secretário da Assembleia-Geral.
- Integrante da Comissão Examinadora do 15º Concurso Público para Provimento de Cargos de Procurador do Trabalho, realizado no período de setembro de 2008 a agosto de 2009, na condição de Examinador, participando da primeira fase do certame (prova objetiva).

V - PARTICIPAÇÃO EM CURSOS, CONGRESSOS E SEMINÁRIOS:

- **Congresso do Cinquentenário da Justiça do Trabalho**, realizado em Brasília/DF, no período de 01 a 03 de maio de 1991, promovido pelo Tribunal Superior do Trabalho e pela Revista Jurisprudência Trabalhista Brasileira.
- **II Simpósio dos Juízes da 15ª Região da Justiça do Trabalho**, realizado em Campos do Jordão/SP, no período de 16 a 18.08.1991.
- **III Ciclo Internacional de Conferências - O Direito em sua Magnitude**, realizado entre os dias 13 e 16.08.1997 na cidade de Cuiabá/MT, pela Escola Judicial do TRT da 23ª Região e pela Associação dos Magistrados do Trabalho da 23ª Região.
- **Organizador do I Ciclo de Palestras sobre o Sistema Constitucional Português**, promovido pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho e pelo Centro de Estudos Judiciários de Portugal, no período de 20 a 28.10.1998, na cidade de Lisboa.

- **Expositor no II Seminário Regional sobre Direito do Trabalho**, realizado entre 23 e 27.11.1998, pela Faculdade de Direito da Universidade São Francisco, em Bragança Paulista.
- **Curso de Direito Constitucional e Direito Internacional**, promovido pela Universidade de Lisboa em convênio com Associação dos Juízes Federais do Brasil (AJUFE), em março de 1998.
- **Curso sobre a organização do Sistema Judicial Norte-Americano**, promovido pelo National Center for State Courts em parceria com a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), no período de 19 a 23.04.1999.
- **Congressista no XVI Congresso Brasileiro de Magistrados**, promovido pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), no período de 27 a 30.09.1999.
- **Expositor no VIII Congresso Brasileiro de Direito do Trabalho**, promovido na cidade de São Paulo pela LTr Editora, nos dias 27 e 28.03.2000.
- **VI Ciclo de Estudos de Direito do Trabalho**, realizado pela Escola Nacional da Magistratura e pelo Instituto dos Advogados de São Paulo, em Cabo de Santo Agostinho/PE, entre 28.04 e 01.05.2000.
- **Congresso Internacional: Perspectivas das Relações de Trabalho no Brasil e no Mundo**, promovido pelo Centro de Estudos Judiciários do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no período de 30.08 a 01.09.2000.
- **Curso sobre Mediação e Arbitragem**, promovido pelo National Center for State Courts em parceria com a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), no período de 12 a 21.11.2000.
- **Organizador do I Ciclo de Altos Estudos A Globalização e o Poder Judiciário**, promovido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, no período de 20.11 a 01.12.2000.

- **Organizador do I Congresso Brasil-Itália de Direito do Trabalho**, promovido pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA), no período de 17 a 28.04.2001, nas cidades italianas de Roma e Bologna.
- **Expositor no III Congresso Nacional de Direito do Trabalho e Processual do Trabalho do TRT da 15ª Região**, promovido nos dias 21 e 22.06.2001, em Campinas/SP.
- **Congressista no XVII Congresso Brasileiro de Magistrados**, realizado pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), no período de 24 a 27.10.2001, em Natal/RN.
- **XI Congresso Nacional dos Magistrados do Trabalho - CONAMAT**, promovido pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA), no período de 01 a 04.05.2002, na cidade de Blumenau/SC.
- **Seminário Mercosul de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente**, promovido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, no período de 10 a 12.09.2002, em Brasília/DF.
- **Fórum Internacional sobre Flexibilização de Direito do Trabalho**, realizado pelo Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília/DF, no período de 07 a 09.04.2003.
- **Seminário Novo Código Civil: Jurisdição Civil e Trabalhista**, realizado pela Escola Nacional da Magistratura (ENM), no período de 16 a 19.10.2002, em Brasília/DF.
- **- Participação como palestrante no evento A Nova Competência da Justiça do Trabalho** (advindas com a Emenda Constitucional nº 45/04), no período de 22 a 23 de junho de 2005, sobre o tema "Aspectos processuais da nova competência da Justiça do Trabalho", organizado pela Amatra e pelo TRT da 16ª Região.

- Participação como debatedor no **XX Seminário Roma-Brasília**, no período de 28 a 20 de agosto de 2003, com o tema "Paz e Direito Social". Evento realizado pela Universidade de Brasília (UnB), pelo Governo do Distrito Federal, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo *Consiglio Nazionale delle Ricerche* (CNR - Itália), pela *Associazione di Studi Sociali Latino-Americani* (ASSLA - Itália) e pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal.
- Debatedor no **I Encontro de Diretores de Secretaria da Área Judiciária do TRT-10ª Região**, realizado no Naoum Plaza Hotel, em Brasília-DF, no período de 18 a 20 de agosto de 2005.
- Palestrante no **Curso de Formação Inicial** promovido pela Escola de Magistratura do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, realizado no Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, no dia 15 de agosto de 2005, em São Paulo-SP, sobre o tema Conselho Nacional de Justiça.
- Palestrante no **I Encontro Nacional de Ouvidorias Judiciárias**, realizado no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, Sala de Sessões Juiz Pinto de Godoy, no dia 18 de agosto de 2005, sobre o tema O Papel das Ouvidorias como Instrumento de Legitimação Judicial.
- Participação no curso **Hermenêutica Constitucional**, promovido pela Escola Judicial do TRT 10ª Região, no período de 23.08 a 01.09.2005.
- Participação como palestrante na **3ª Jornada Jurídica Sul Fluminense** sobre o tema Os Desafios trazidos pela Emenda Constitucional 45", promovido EMATRA/RJ em parceria com o TRT da 10ª Região, realizada no período de 22 a 24.09.2005.
- Participação como palestrante no **II Encontro de Juízes e Procuradores do Trabalho da 12ª Região**, no período de 19 a 21 de outubro de 2005, sobre o tema "Os Conselhos Nacionais: Prioridades e Perspectivas", realizado pelo Ministério Público do

Trabalho, pelo Tribunal Regional do Trabalho e pela Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), com o apoio da Associação dos Magistrados Trabalhistas da 12ª Região (AMATRA 12) e da Associação Nacional de Procuradores do Trabalho (ANPT).

- Atuação como palestrante no **XII Curso de Iniciação para Juízes do Trabalho Substitutos da 15ª Região**, sobre o tema O juiz, as liminares e a antecipação de tutelas, realizado no dia 17.02.2006, em Campinas/SP.
- Atuação como palestrante no evento **O Conselho Nacional de Justiça**, promovido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e realizado no dia 07.04.2006.
- Participação como palestrante no **Curso de Formação Inicial de Juízes do Trabalho Substitutos** sobre o tema O Conselho Nacional de Justiça, realizado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região no dia 12.07.2006.
- Participação como palestrante no **Congresso Ibero-Americano de Direito Constitucional - Justiça Constitucional**, com o tema AO CNJ NA PRODUÇÃO NORMATIVA E NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE, evento promovido pela Escola Brasileira de Estudos Constitucionais (Ebec), em Campina Grande/PB, no período de 14 a 16.09.2006.
- Participação como presidente de mesa no **XIX Congresso Brasileiro de Magistrados**, sobre o tema Desenvolvimento: Uma questão de justiça, promovido pela Associação Brasileira de Magistrados - AMB, no período de 15.11 a 18.11.2006, na cidade de Curitiba/PR.
- Participação como painelistas no Colóquio Jurídico Internacional sobre o tema **A Qualidade e Celeridade na Prestação Jurisdicional: Experiência Nacional e Internacional de Modernização da Justiça**, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho

- ENAMAT, nos dias 11 e 12 de dezembro de 2006.
- Participação como palestrante no **IV Encontro Regional de Magistrados**, promovido pela AMEPE - Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco, com o tema Conselho Nacional de Justiça Desafios e Perspectivas, realizado no período de 01 a 03.12.2006.
- Participação como representante do **Conselho Nacional de Justiça no encontro Sistema de Processo Eletrônico** no âmbito do Judiciário brasileiro, realizado nos dias 18 e 19.01.07 na sede do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.
- Participação como palestrante no **71º Congresso Nacional de Direito do Trabalho**, promovido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, com o tema Processo de Informatização na Justiça Brasileira - Lei nº 11419/2006, realizado em 14 e 15 de junho de 2007.
- Atuação como palestrante no evento **A Informatização do Poder Judiciário e o Processo Eletrônico à luz da Lei nº 11.419**, promovido pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) e realizado no dia 09.03.2007.
- Participação como docente no **Segundo Curso de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados** sobre o tema Sistema Judiciário, promovido pela ENAMAT, no período 09.04 a 04.05.07.- Participação como docente no **Terceiro Curso de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados** sobre o tema Sistema Judiciário, promovido pela ENAMAT, no período 10.09 a 05.10.2007.
- Participação como palestrante no **Curso de Iniciação Funcional para Juizes de Direitos Substitutos**, sobre o tema Direitos e Deveres do Magistrado, no dia 22.10.2007 e promovido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.
- Participação na **Oficina de Direcionamento Estratégico**, realizada no Instituto Israel Pinheiro, no período de 5 a 7 de novembro de

2007, promovida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região.

- Participação como painelistas no **Evento Liberdade e Organização Sindical**, promovido pelas Escola Judicial do TRT 10ª Região e Escola da Magistratura do Trabalho da 10ª Região - EMATRA X, no dia 28 de fevereiro de 2008.
- Participação na Mesa Redonda **Temas Contemporâneos de Direito - Desafios e Possibilidades para a Efetividade da Jurisdição Trabalhista**, promovida pela ENAMAT, no período de 22.04 a 21.05.2008.
- Organizador e Presidente de Mesa na Palestra **Direitos Humanos: Efetividade e Globalização**, ministrada pelo professor Joaquín Herrera Flores, promovida pela Escola Judicial do TRT 10ª Região, no dia 05.05.2008.
- Organizador do Evento **Jornadas Trabalhistas - Direito e Justiça do Trabalho**, promovido pelo Instituto de Educação Superior de Brasília - IESB, no período de 04.06 e 06.06.2008.
- Organizador do **Ciclo de Debates Execução Trabalhista**, promovido pela Escola Judicial do TRT 10ª da Região, no dia 06.06.2008.
- Participação como palestrante no **XXI Encontro Nacional de Advogados**, promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos - CNTM, no período de 20.08 a 21.08.2008.
- Participação como palestrante no **III Congresso de Magistrados da Justiça do Trabalho da 10ª Região**, no Painel As Ações de Indenização por Acidente do Trabalho: Novos Desafios. Promovido pela Amatra X, no período de 18.09 a 19.09.2008.
- Organizador do Evento **O STF e a Competência da Justiça do Trabalho - Exibição e debate de julgamento**, promovido pela Escola Judicial do TRT 10ª Região no dia 17.10.2008.

- **Organizador da Palestra Princípios Constitucionais e Infraconstitucionais do Processo - Aspectos Doutrinários e Jurisprudenciais**, com o Professor Luiz Guilherme Marinone, promovida pela Escola Judicial do TRT 10ª Região, no dia 22.10.2008.
- **Organizador do I Ciclo de Estudos Jurídicos do TRT da 10ª Região**, promovido pela Escola Judicial do TRT 10ª da Região e Ministério do Trabalho e Emprego, no período de 17.11 a 21.11.2008.
- **Organizador do Ciclo de Debates Sindicatos no Brasil: História, Realidade e Futuro**, promovido pela Escola Judicial do TRT 10ª da Região e Ministério do Trabalho e Emprego, no período de 26.11 a 28.11.2008.
- **Participação no Encontro Nacional de Diretores de Escolas da Magistratura**, promovido pela Escola Nacional da Magistratura - ENM, no período de 10 a 14.12.2008, na cidade de Natal/RN.
- **Participação no V Encontro Luso-Brasileiro de Direito do Trabalho no Distrito Federal**, realizado em 26.02.2009, como palestrante brasileiro sobre o tema “Trabalho na Administração Pública”.
- **Participação como palestrante no 3º Encontro Nacional de Advogados**, com o tema “A prescrição no processo do trabalho – aspectos controvertidos”, promovido pela Confederação Nacional do Trabalhadores Metalúrgicos e realizado nos dias 28, 29 e 30 de outubro de 2009.
- **Participação como palestrante no Seminário Nacional das Entidades Sindicais de Servidores Públicos Filiados à UGT – Propostas de Regulamentação da Convenção 151 da OIT**, promovido pela União Geral dos Trabalhados e realizado em 15.09.2010.

- Participação no 3º Curso de Formação Continuada em **Administração de Tribunal Regional do Trabalho**, promovido pela Escola Nacional de Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho - ENAMAT, no período de 2 a 06.05.2011, com carga horária de 26 horas-aula.
- Apresentador do painel **“A Atuação para Avanço das Relações de Trabalho”**, promovido pelo Ministério do Trabalho e Emprego e realizado no dia 06.07.2011.
- Participação como palestrante no Curso de Aperfeiçoamento **“Os novos contornos das fraudes nas relações trabalhistas no âmbito público”**, com o tema **“As relações trabalhistas no âmbito público e a nova jurisprudência do TST - enunciado 331 e outras questões”**, promovido pela Escola Superior do Ministério Público da União, no período de 23.08 a 24.08.2011.
- Participação como palestrante na 4ª Semana Jurídica do Centro Universitário IESB, com o tema **“DIREITOS SOCIAIS E EFETIVIDADE: Desafios à Justiça Laboral e ao Meio Ambiente”** realizada em Brasília/DF, em 29.05.2012.
- Participação como palestrante no 18º Congresso Goiano de **Direito do Trabalho e Processo do Trabalho**, com o tema **“Jurisdição Coletiva e Efetividade dos Direitos Trabalhistas”**, realizado no período de 18.06 a 20.06.2012, no Auditório do Fórum Trabalhista de Goiânia/GO.
- Participação como debatedor no painel **“Terceirização e seus Efeitos Nocivos aos Trabalhadores”** no I Seminário **“Liberdade x Engessamento do Movimento Sindical”**, organizado pela Força Sindical do Paraná, realizado no dia 14.08.2012, em Curitiba/PR.
- Participação como palestrante no Seminário **“Os 70 anos da CLT sob a Perspectiva da Constituição Federal”**, promovido pela Escola Judicial do TRT da 10ª Região, no dia 4 de outubro de 2013.

VI - TRABALHOS JURÍDICOS PUBLICADOS:

- Horas Extras. Cartão de Ponto. Prova. Publicado na Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, nº 2, páginas 73/75, janeiro de 1992.
- Processo do Trabalho: revel citado por edital. Aplicação supletiva do art. 91, inciso II, do CPC. Publicado na Revista Síntese Trabalhista, 5, nº 54, páginas 23/26, em dezembro de 1993.
- Revel e Curatela na Justiça do Trabalho. Publicado no Caderno Correio Braziliense, nº 10883, página 1, em 15.02.93.
- Capacidade Postulatória Trabalhista: o novo estatuto dos advogados. Publicado na Revista Síntese Trabalhista, 6, nº 65, páginas 128/130, em novembro de 1994.
- Revelia Trabalhista. Publicado no Caderno Correio Braziliense, nº 114237, pág. 4, em 22 de agosto de 1994.
- A Prescrição nas Ações Trabalhistas. Publicado no Caderno Correio Braziliense, nº 11612, página 6, em 13 de fevereiro de 1995.
- A questão das Reclamações oriundas das DRTs. Publicado no Caderno Correio Braziliense, nº 11682, página 5, em 24 de abril de 1995.
- Da Prescrição das Ações Trabalhistas: natureza jurídica do prazo bienal imposto ao término do contrato. Publicado no Jornal Trabalhista, 12, nº 538, página 48, em janeiro de 1995.
- A Revelia Trabalhista: particulares inaceitáveis. Publicado na Revista de Direito do Trabalho, nº 89, páginas 11/13, em março de 1995.
- Modernização da legislação Processual. Publicado na Revista Jurídica, Porto Alegre, 43, nº 210, páginas 74/79, em abril de 1995. Jornal Trabalhista, 12, nº 545, páginas 218/220, em fevereiro de 1995.

- A Nova Ação de Consignação em Pagamento e a Justiça do Trabalho. Publicado no Jornal Trabalhista, 12, nº 562, página 662, em junho de 1995.
- Os Juizados Especiais e a Capacidade Postulatória. Publicado no Jornal Trabalhista, 12, nº 585, páginas 1288 e 1289, em dezembro de 1995.
- A Justiça do Trabalho e os Classistas. Publicado no Caderno Correio Braziliense, nº 12271, página 3, em dezembro de 1996.
- A Ação civil pública e a defesa de interesses difusos no âmbito da Justiça do Trabalho. Publicado na Revista do Ministério Público do Trabalho, v. 7, nº 13, em março de 1997.
- Breves Notas sobre o Instituto da Arbitragem e o Direito do Trabalho: lei nº 9.307/96. Publicado no Jornal Trabalhista, 14, nº 687, páginas 1257/1259, em dezembro de 1997.
- Os Sindicatos e a Representação Classista na Justiça do Trabalho. Publicado na Revista do Direito Trabalhista, 3, nº 1, páginas 27/29, em janeiro de 1997.
- Empresas Públicas: motivação de atos rescisórios. Publicado na Revista do Direito Trabalhista. RDT, 4, nº 8, página 20 e 21, em agosto de 1998.
- Ingresso e Perspectivas para a Magistratura. Publicado na Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, nº 8, páginas 44/28, janeiro/dezembro de 1998.
- O Alcance da jurisdição política do STF nas ações declaratórias de constitucionalidade e a competência infraconstitucional do STJ. Reflexões inerentes a doutrina do judicial self-restraint. Artigo publicado em conjunto com o Juiz Federal João Carlos Mayer Soares, na Série Cartilha Jurídica, nº 58, editada pelo TRF da 10ª Região, 1998.
- As reclamações administrativas por falta de anotações na carteira de trabalho. Publicado na Revista do Direito Trabalhista, v. 5, nº 10, em outubro de 1999.

- Jurisdição e Competência. Publicado pela Consulex - Revista Jurídica, 3, nº 25, páginas 33/35, em janeiro de 1999.
- Prescrição dos Créditos Trabalhistas: o procedimento constitucional da desobrigação parcial do empregador rural. Publicado na Revista Ciência Jurídica do Trabalho, 2, nº 14, página 9/19, março/abril de 1999.
- As Reclamações Trabalhistas por falta de Anotações na Carteira de Trabalho. Publicado na Revista Consulex, 16, nº 778, página 9, em setembro de 1999.
- O Acesso à Justiça e à Satisfatória Prestação Jurisdicional com vista à Reforma do Judiciário. Notícia do Direito Brasileiro: nova série, nº 7, p. 19-162, 2000.
- Cláusulas Coletivas e o Princípio da Ultratividade: Breves notas. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, nº 10, p. 179-186, janeiro/março, 2000.
- Breves notas sobre a súmula vinculante. Publicado no Informativo Jurídico Consulex, v. 14, nº 12, em março de 2000.
- Direito Individual do Trabalho - A Relação de Emprego. Artigo publicado na obra Fundamentos do Direito do Trabalho, editada em 2000 pela Ltr Editora, em homenagem ao Ministro Milton de Moura França, do Tribunal Superior do Trabalho.
- A Transcendência no Recurso de Revista para o TST. Revista LTR: Legislação do Trabalho, 65, nº 11, p. 1287-1289, novembro, 2001.
- Breves notas sobre o instituto da arbitragem e o Direito do Trabalho (Lei 9.307/96) - <http://www.amatra10.com.br/trabalhos/dar-01.html>.
- A litigância de má-fé e o Direito do Trabalho - <http://www.amatra10.com.br/trabalhos/dar4.html>.
- Os sindicatos e a representação classista na Justiça do Trabalho - <http://www.amatra10.com.br/trabalhos/classist.html>.

- Juízes Constitucionais e Legitimidade. Correio Braziliense, Brasília, n. 14132, p. 5, 08 de janeiro, 2002.
- Adicional de Insalubridade - Síntese Trabalhista, 14, n. 160, p. 8-10, outubro, 2002. Correio Braziliense, Caderno Direito & Justiça, n. 14253, p. 3, 27-05-2002. - Coisa Julgada e Inconstitucionalidade - Correio Braziliense, Caderno Direito & Justiça, n. 14309, p. 1, 22.07.2002.
- Repetição de Indébito e Segurança Jurídica: O caso dos planos econômicos. Revista do Ministério Público do Trabalho, 14, nº 27, p. 55-56, 2004.
- As Greves e a Justiça do Trabalho. Correio Braziliense, Brasília, nº 15121, p. 1, 11/10/2004.
- O Dano Moral Acidentário e a Justiça do Trabalho. Correio Braziliense, Brasília, nº 15135, p. 3, 25/10/2004.
- As Inovações Introduzidas pela Emenda Constitucional 45/2004 na Competência da Justiça do Trabalho, Especialmente no Procedimento Recursal, à Luz de Precedentes do Supremo Tribunal Federal, artigo escrito em parceria com o Juiz Federal Convocado do TRF da 10ª Região, Dr. João Carlos Costa Mayer Soares. Publicado no caderno Jurídico do TRT-10ª Região, Ano 4, Volume 4, julho/agosto 2005; e no Repositório Decisório Trabalhista: doutrina e jurisprudência, 12, nº 133, pág. 7/16.
- As Novas Competências da Justiça do Trabalho - Correio Braziliense, Caderno Direito & Justiça, nº 15401, 18/07/05, pág. 1.
- Sustentação Oral e Celeridade nos Tribunais. Artigo escrito em parceria com o Juiz Luiz Fausto Marinho de Medeiros. Informativo da Associação dos Advogados Trabalhistas do Distrito Federal, nº 14, p. 11, março, 2006.
- Conciliar para melhorar - Correio Braziliense, Caderno Opinião, pág. 27, 07/10/2006.
- Um Conselho que deu certo - Folha de São Paulo, Caderno Tendências e Debates, pág.43, 09/06/2007.

- Judiciário e Política - Correio Braziliense, Caderno Opinião, pág. 13, 03/11/2008.

- Direitos Sociais e Retrocesso: o caso do adicional de periculosidade para os eletricitários", Caderno Direito & Justiça do Jornal Correio Braziliense, publicado no dia 4 de outubro de 2013.

- Tutelas de Urgência e sua Impugnabilidade no Direito Processual do Trabalho. Publicado no site mantido pela Amatra X (<http://amatra10.blogspot.com.br/>), em 7 de outubro de 2013.

VI - COMENDAS RECEBIDAS:

- Comendador da Ordem do Mérito Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região.

- Comendador da Ordem do Tribunal Superior do Trabalho.

- Comendador da Ordem do Mérito Jus et labor do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.

- Medalha Ouro do Mérito Judiciário da Justiça do Trabalho da 15ª Região.

- Medalha de Valor Militar do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo.

- Comendador da Ordem São José Operário do Mérito Judiciário do Trabalho do TRT-23ª Região.

- Grande Oficial da Ordem Guaicurus do Mérito Judiciário do Trabalho do TRT da 24ª Região.

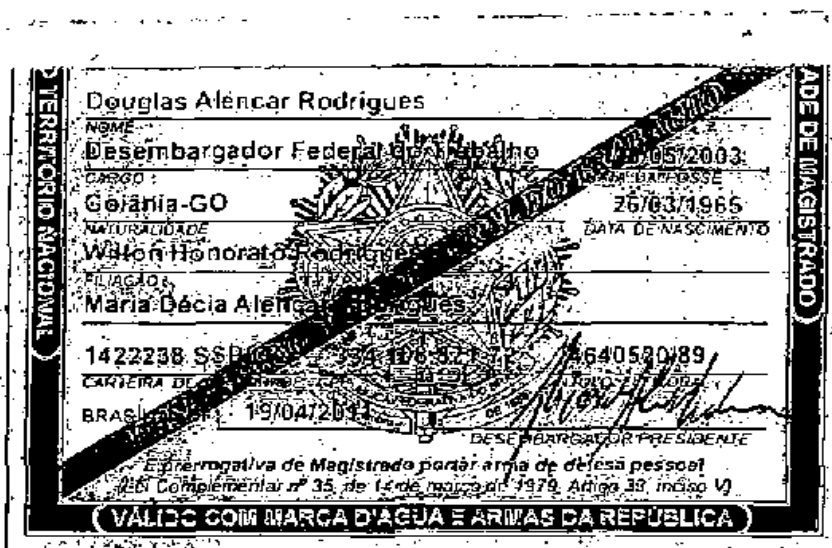
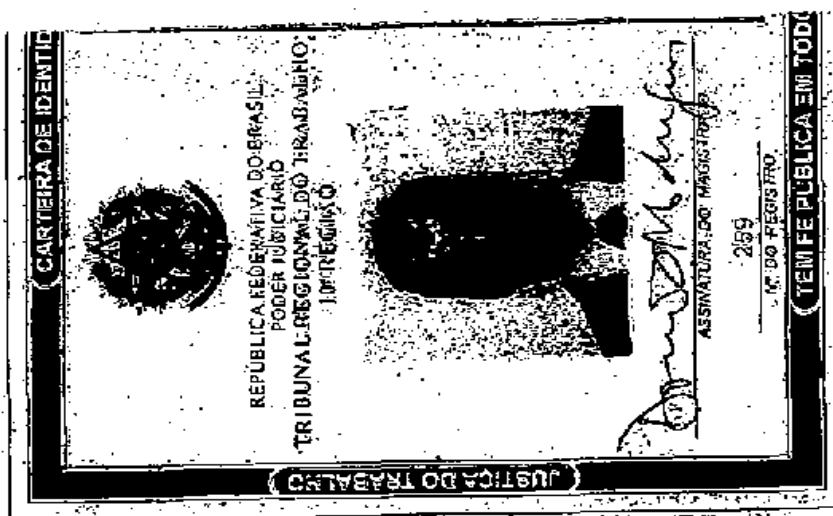
- Comenda "Miranda Lima" da Seccional da Ordem dos Advogados do Distrito Federal.

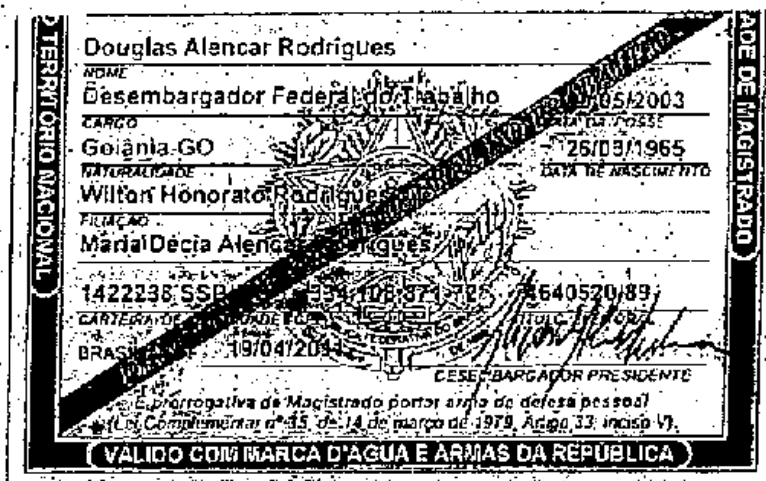
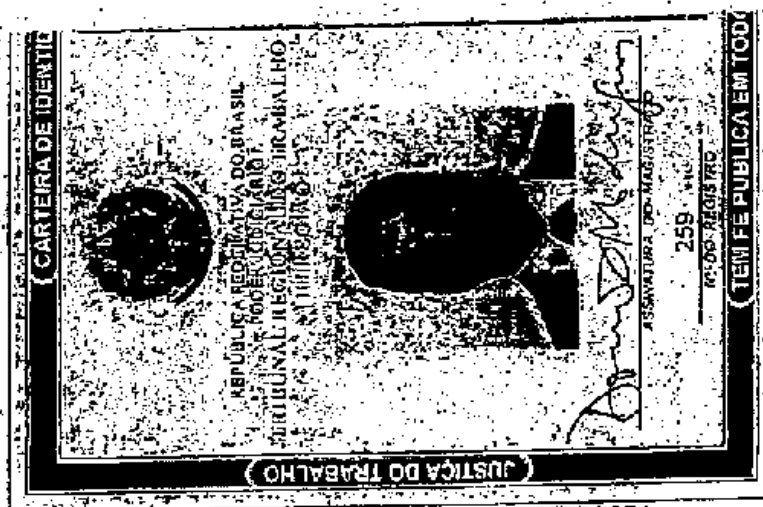
VII - ELOGIO:

- Elogios do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região em razão do atingimento da Meta de número 2, estabelecida pelos Tribunais Brasileiros durante o III Encontro Nacional do Judiciário quanto à identificação e julgamento de todos os processos judiciais distribuídos (em 1º, 2º grau ou Tribunais Superiores) até 31/12/2005.

Brasília(DF), 9 de outubro de 2013.


DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES





DECLARAÇÕES PRESTADAS EM CONSONÂNCIA COM A RESOLUÇÃO 41/2013, DO SENADO FEDERAL, EM FACE DA INDICAÇÃO PARA COMPOR LISTA TRÍPLICA DESTINADA AO PREENCHIMENTO DO CARGO DE MINISTRO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

1. Em cumprimento ao disposto no art. 383, I, b, 1, do Regimento Interno do Senado Federal, declaro que meu pai, Wilton Honorato Rodrigues, Advogado, atualmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Estado de Goiás, exerceu o cargo de Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, nos anos de 1981 a 1986. Declaro que minha mãe, Maria Décia Alencar Rodrigues, é servidora aposentada da Justiça do Trabalho, desde o ano de 1998. Declaro que meu irmão, Walton Alencar Rodrigues, exerceu os cargos de Promotor de Justiça no Ministério Público do Distrito Federal. E de Procurador da República em Brasília-DF, de Procurador, de Subprocurador-Geral e de Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, sendo alçado ao cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, desde 13 de abril de 1999, órgão que presidiu nos anos 2007 e 2008. Declaro que minha cunhada, Maria Isabel Pereira Diniz Gallotti Rodrigues, atuou como advogada perante o Supremo Tribunal Federal, Tribunais Superiores, Justiça Federal, Justiça do Trabalho e Justiça do Distrito Federal, de 1985 a 1989, bem assim que foi indicada ao cargo de Juiz do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, e empossada em 19.12.2001, e que atualmente exerce o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça desde 10.8.2010. Declaro que minha irmã, Dayse Alencar Rodrigues exerce cargo efetivo de Analista Judiciário, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

2. Em cumprimento ao disposto no art. 383, I, b, 2, do Regimento Interno do Senado Federal, declaro figurar, como sócio cotista, no quadro social da empresa Geopolo Empreendimentos Agropastoris e Imobiliários Ltda, CNPJ 02.328.219.0001-40, juntamente com meus pais, Wilton Honorato Rodrigues, Maria Décia Alencar Rodrigues, Walton A. Rodrigues, Denise A. Rodrigues, Gotardo A. Rodrigues e Dayse A. Rodrigues. Declaro, ainda, que participei como sócio cotista da empresa Nova Capital Empreendimentos Imobiliários Ltda, em conjunto com minha genitora, Maria Décia A. Rodrigues, e do Senhor Lázaro M Neto. no período de 2009 a 2011.

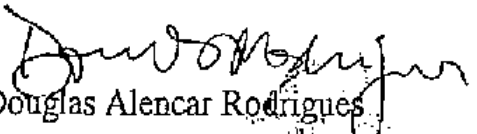
3. Em cumprimento ao disposto no art. 383, I, b, 3, do Regimento Interno do Senado Federal, declaro a regularidade da minha situação fiscal perante as Receitas da União e do Distrito Federal, esclarecendo que existe parcelamento de débito fiscal relativo a Imposto Predial e Territorial Urbano, tributo de competência do Distrito Federal, relativo ao ano de 2012, razão da emissão de **certidão negativa com efeitos positivos** por esta unidade federativa, conforme documento em anexo.

4. Em cumprimento ao disposto no art. 383, I, b, 4, do Regimento Interno do Senado Federal, declaro figurar como autor em duas ações judiciais: a primeira em trânsito perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Processo nº 0002097-80.2006.4.01.3400, proposta em face da União, que atualmente em se encontra em fase de execução; e a segunda, em curso perante a 19ª Vara Cível da Circunscrição

Judiciária de Brasília, processo nº 2013.01.1.115694-8, movida em face da empresa Acesso Construtora LTDA e seus sócios Armando Favato Filho e Ana Luíza Maria Canaparro Nogueira Favato, ainda em fase inicial de tramitação, com a tentativa de citação dos Réus. Declaro, ainda, que não figuro como réu em qualquer ação judicial, em qualquer grau de jurisdição, bem assim que não respondo, nem jamais respondi, a qualquer procedimento administrativo disciplinar.

5. Em cumprimento ao disposto no art. 383, I, b, 5, do Regimento Interno do Senado Federal, declaro que nos últimos cinco anos desenvolvi as funções inerentes ao cargo de Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, para o qual fui promovido em 16 de maio de 2003, por ato do Excelentíssimo Senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Declaro, também, que atuei perante o Tribunal Superior do Trabalho, como Desembargador convocado, nos períodos de 3.3.2009 a 30.6.2009 e de 1.8.2009 a 14.12.2009.

Brasília-DF., 25 de outubro de 2009.


Douglas Alencar Rodrigues

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil

CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
CPF: 334.108.871-72

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.
Emitida às 10:44:47 do dia 31/10/2013 <hora e data de Brasília>.
Válida até 29/04/2014.
Código de controle da certidão: 64CB.5E47.5DA0.E543

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

SRJ/MJ
FL. 99 R

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITO DE NEGATIVA

CERTIDÃO Nº : 341-01.261.697/2013
NOME : DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
ENDEREÇO : SQSW 504 BL A S/N AP 603
CIDADE : SUDOESTE
CPF : 334.108.871-72
CNPJ :
CF/DF :
FINALIDADE : JUNTO AO GDF

CERTIFICAMOS QUE

PARCELAMENTO ADMINISTRATIVO COM PARCELAS VINCENDAS.

Pelos débitos acima responde solidariamente o adquirente, com base no art. 130 da Lei 5172/66 – CTN.

Certidão Positiva com Efeito de Negativa, com base no art. 151 combinado com o art. 206 da Lei 5.172/66 – CTN.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Esta certidão abrange consulta a todos os débitos, inclusive os relativos à Dívida Ativa.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.

Válida até 27 de Janeiro de 2014.

Brasília, 29 de Outubro de 2013.

Certidão emitida via internet às 08:58:00 e deve ser validada no endereço www.fazenda.df.gov.br

ARGUMENTAÇÃO ESCRITA DO CANDIDATO – RESOLUÇÃO 41/2013 DO SENADO FEDERAL

Senhores Senadores,

Em razão da indicação de meu nome para compor lista tríplice destinada ao preenchimento do cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), em votação realizada por aquela Colenda Corte no dia 22.10.2013, e com o objetivo de cumprir o disposto na Resolução 41/2013 do Senado Federal, tenho a honra de me dirigir a Vossas Excelências para expor parcela da minha trajetória profissional.

Após integrar o quadro de servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, com atuação nas 1ª e 2ª instâncias jurisdicionais, a partir do ano de 1983, obtive, em julho de 1989, o grau de bacharel em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). No ano seguinte, fui aprovado em concurso público de provas e títulos realizado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, com sede em Campinas, Estado de São Paulo, dando início à carreira como magistrado. Atuei em vários órgãos jurisdicionais sediados nas cidades de Campinas, Americana, Limeira, Ribeirão Preto, São José dos Campos, Taubaté e Cruzzeiro. No rico período em que estive vinculado ao TRT da 15ª Região, mantive contato direto com a realidade sócio-econômica e trabalhista dos setores industrial e agrícola daquele rico estado, tendo participado de diversos mutirões voltados a resgatar a celeridade processual e pacificar conflitos entre o capital e o trabalho. No ano de 1992, passei a compor o quadro de magistrados da 10ª Região da Justiça do Trabalho, tendo atuado, desde então, como juiz do trabalho substituto no Distrito Federal (Brasília e Taguatinga) e nos Estados de Mato Grosso (Cuiabá), Mato Grosso do Sul (Campo Grande e Dourados), e Tocantins (Araguaína), que ainda pertenciam à 10ª Região jurisdicional trabalhista. A trajetória percorrida ao longo de mais de trinta anos em áreas vinculadas ao universo das relações entre o capital e o trabalho parece qualificar minha experiência pessoal, habilitando-me, se Vossas Excelências assim consentirem, ao exercício do cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

No que concerne à formação técnica, após a graduação em Direito obtida perante uma das mais respeitadas instituições de ensino do Brasil, a Universidade de Brasília (UnB), logrei alcançar o título de pós-graduado em Direito Constitucional, em nível de Especialização perante essa mesma instituição de ensino. Ainda com o objetivo de difundir a relevância social do Direito do Trabalho, desfazendo visões e conceitos equivocados, assumi no ano de 2002 a docência em instituições de ensino superior, ministrando aulas em disciplinas ligadas ao Direito do Trabalho, ao Direito Processual do Trabalho e ao Direito da Seguridade Social. Ainda consciente da necessidade de formação permanente para o enfrentamento dos temas cada vez mais ricos e complexos gerados pela sociedade democrática contemporânea, busquei nova formação em nível de pós-graduação, alcançando o título de Mestre em Direito perante a Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP), no ano de 2013. A trajetória acadêmica por mim percorrida parece atender o requisito da formação técnica necessária ao exercício do cargo de de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

Na condição de magistrado, fui honrado pelos magistrados brasileiros com a presidência da Associação dos Magistrados do Trabalho da 10ª Região durante dois biênios (1995-1999), a Vice-Presidência da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA) e a Vice-Presidência da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Tive, ainda, a honra de integrar a primeira composição do Conselho Nacional de Justiça (2005-2007). Ao longo desse percurso profissional, sempre procurei pautar minha conduta com o mais profundo respeito aos servidores, partes e advogados, cumprindo estritamente todos os deveres funcionais, sem qualquer desvio de ordem moral. Sempre conferi especial atenção ao ideal da celeridade processual, julgando todas as causas que me foram distribuídas no menor espaço de tempo e com a máxima atenção às razões dos litigantes, na perspectiva da harmonização e efetiva superação dos conflitos entre o capital e o trabalho. Busco exercitar a jurisdição em padrões compatíveis com os valores imanescentes ao Estado Democrático de Direito, entre os quais a dignidade da pessoa humana, a valorização social do trabalho e a Justiça Social. Em face da relevância do Poder Judiciário no estado contemporâneo, procuro conferir eficácia normativa aos princípios jurídicos, cujos conteúdos concretos devem ser objeto de construção dialética e dialógica pelos atores processuais envolvidos em cada caso concreto.

Na expectativa de ter atendido ao disposto na Resolução 41/2013 do Senado Federal, respeitosamente, subscrevo.



Douglas Alencar Rodrigues

Aviso nº 38 - C. Civil.

Em 12 de fevereiro de 2014.


A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga reservada a juizes de carreira da magistratura trabalhista, decorrente da aposentadoria do Ministro Pedro Paulo Teixeira Manus.

Atenciosamente,



ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senadora Lúcia Vânia, obrigado pela tolerância.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, assim como em todos os setores desta Casa, também na Ouvidoria estamos iniciando as atividades neste ano de 2014.

Encaminhei ao gabinete de cada um dos Senadores o Relatório Gerencial 2013 da Ouvidoria, onde estão detalhados não somente os dados estatísticos das demandas recebidas na Ouvidoria ao longo do ano, mas também a memória das ações desenvolvidas com foco na ampliação da participação popular e na melhoria da gestão interna dos canais disponíveis nesta Casa para essa comunicação com a Sociedade.

Por todo o apoio recebido, agradeço ao Presidente da Casa, Renan Calheiros; à Secretária-Geral da Mesa, Cláudia Lyra; à Secretaria de Comunicação Social, através do Dr. David Emerich; à Secretaria de Edições Técnicas, na pessoa do Sr. Florian Madruga; à Secretaria de Transparência e Controle Social; ao Alô Senado, na pessoa do Ministro Carlos Matias; e ao Interlegis, na pessoa do Senador Flexa Ribeiro.

Todas as nossas ações, desde as audiências com diretores das ouvidorias públicas, ou com a Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário, com a direção desta Casa, desde os simpósios e seminários, até a realização da videoconferência, em novembro, tiveram como objetivo divulgar amplamente o trabalho da Ouvidoria pelo País.

Até a realização da videoconferência, em novembro, tiveram como objetivo divulgar amplamente o trabalho da Ouvidoria pelo País. Não foi sem motivo que a última ação do ano foi uma videoconferência, transmitida para todo o Brasil, através das salas especiais das assembleias legislativas, e que teve a participação de Senadores e Ouvidores como conferencistas. Recebemos reflexões da videoconferência em vários Estados, porém a presença da Assembleia Legislativa de Manaus nos alegrou enormemente, porque Manaus está na Região Norte, que menos demandam a Ouvidoria.

Os debates da videoconferência focaram nos novos desafios e estratégias pautados num modelo de ouvidoria que desenvolva um trabalho de escuta cada vez melhor, e que elas sejam capazes não somente de elaborar respostas, mas consigam, também, avaliar se o problema demandado foi resolvido, como sua função primordial.

Nesse sentido, no âmbito do Senado, buscamos – e temos compartilhado com o Presidente Renan Calheiros – a interrelação com todos os órgãos do Senado que têm a missão de escutar a voz que vem das ruas. É difícil entender que órgãos, com atividades afins, não se correlacionem no melhor cumprimento dos seus papéis.

Demos ênfase, ao longo de todo o ano, à ideia da busca de uma integração operacional e gerencial de todos os canais de comunicação da sociedade com o Senado: o e-Cidadania, o Alô Senado e a Secretaria da Transparência, por fim, buscamos qualificar os serviços prestados à população.

Entendo, Sr. Presidente, que não é salutar para o Senado e, principalmente, para o cidadão, destinatário dos nossos serviços, que os canais de comunicação com a sociedade continuem trabalhando de forma isolada.

A atuação parlamentar foi o item mais demandado na Ouvidoria, e não poderia ser diferente, pois o maior propósito do cidadão é comunicar-se com o Parlamentar.

O segundo tema mais abordado diz respeito à gestão administrativa do Senado, que inclui manifestações a respeito do portal, recursos humanos, infraestrutura e treinamentos oferecidos pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), entre outros.

É imprescindível que, na busca dos objetivos de transparência buscados pela Mesa Diretora do Senado, continuemos a estimular a participação popular, no acompanhamento do trabalho que aqui realizamos.

Entretanto, tenho consciência de que a Ouvidoria, como um dos órgãos que essencialmente intermedeiam o controle social da gestão pública no âmbito do Senado, obriga-se não somente a prestar contas do ponto de vista quantitativo, mas a autoavaliar-se continuamente, dando a conhecer o que se conseguiu e, até, justificar aquilo em que houve falha. Parto do pressuposto de que, quanto mais pública é a função, maior é a obrigação de se prestar contas, denotando, acima de tudo, responsabilidade social.

Mas estamos começando um novo ano, com novos desafios.

Continuo insistindo, Sr. Presidente, que, somente com uma interação operacional entre os canais de comunicação do Senado com a sociedade, poderemos alcançar qualidade no atendimento das demandas que nos chegam e, mais do que isso, fundamentalmente, ampliar os segmentos da sociedade que nos acessam, criando mais cidadania e mais transparência.

Penso num modelo de Ouvidoria proativa, entendendo a proatividade como uma atitude de antecipação e de responsabilização pelas escolhas feitas diante das situações impostas pela interlocução com a sociedade, que quer olhar para dentro do Senado.

Creio que todos os Parlamentares estão convictos de que, numa época de manifestações as mais variadas – rolezinhos e *black blocks* –, a sociedade está querendo respostas rápidas e objetivas desta Casa. Temos que ser proativos em criar as condições e os canais pelos quais o cidadão seja coautor e parceiro na elaboração das pautas, dos projetos, que vão ao encontro de suas reais necessidades.

Penso numa Ouvidoria cuja energia dos seus esforços esteja na proporção direta de uma maior participação da coletividade. Se a Ouvidoria do Senado foi criada para ouvir o que a outra parte tem a nos dizer, por que não estimular que a outra parte fale tudo o que gostaria de nos falar?

Pela minha experiência nesses 12 meses, amadureci a ideia de que uma Ouvidoria, neste início de século XXI, tem que ser moldada pela própria sociedade.

O Professor de Direito Público José Nilo de Castro foi muito feliz ao dizer, sobre os paradigmas da democracia neste início de século XXI: “Administrar de perto é a máxima hoje, administrar com participação, pela força da sociedade civil, que hoje é o terceiro poder”.

A Ouvidoria é um canal para construir a ponte entre esta Casa e os cidadãos.

Obrigada a todos os Senadores e Senadoras, que têm dado efetivas respostas, sempre que a eles me dirijo pela Ouvidoria.

Portanto, Sr. Presidente, era o que tinha a dizer.

Quero agradecer, mais uma vez, a tolerância dos meus pares e a paciência daqueles que têm nos ajudado a construir este novo momento no Senado da República.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A Senadora Lúcia Vânia fez seu pronunciamento e, assim, nós encerramos a sessão de hoje.

Voltaremos, com certeza, amanhã, pela manhã, com a benção de Deus.

Enfim, que Deus ilumine a todos.

Até amanhã.

DISCURSOS ENCAMINHADOS À PUBLICAÇÃO NOS TERMOS DO ART. 203 DO REGIMENTO INTERNO

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, o modelo da Zona de Franca de Manaus corre novo risco: a concessão de incentivos para o desenvolvimento da região norte está sendo questionado na Organização Mundial do Comércio e pode vir a comprometer a manutenção do Polo Industrial.

É preciso reagir, pois não podemos admitir a interferência da União Européia nas medidas adotadas pelo governo federal em benefício da indústria brasileira. Temos que defender os interesses do país a todo o tempo. Afinal, o Brasil sempre respeitou as regras multilaterais de comércio e isso, sem sombra de dúvida, ficará evidente nos argumentos que serão apresentados a OMC.

Como ex-presidente da Suframa, conheço de perto a realidade da Zona Franca e, por essa mesma razão, fico apreensivo com os resultados que poderão surgir após a análise dos questionamentos da União Européia contra a Zona Franca de Manaus. Estou convencido que a alegação da União Europeia é infundada e pode trazer prejuízos incalculáveis ao país, com impacto direto no estado do Amazonas.

Volto a repetir, não podemos admitir que a União Européia peça o fim dos benefícios que o governo brasileiro concedeu para as zonas industriais especiais concentradas na região Norte do país. É inconcebível a interferência dos europeus, cuja avaliação deles é equivocada, uma vez que os incentivos tributários não violam regras internacionais do comércio.

Esse caso precisa ser acompanhado de perto, pois caso a OMC considere pertinentes os questionamentos da União Européia, tanto o Brasil quanto os demais países emergentes sofrerão um forte impacto negativo em suas economias.

Vale frisar que os estímulos dados às regiões mais carentes do Brasil é uma sábia alternativa que o governo federal vem adotando nos últimos anos para diminuir nossas diferenças regionais e minimizar a pobreza dessas áreas. Essa decisão é benéfica à Nação, e o Brasil não pode jamais admitir interferências internacionais nas políticas públicas de desenvolvimento industrial em prol do nosso crescimento.

Quero registrar ainda que aquilo que os europeus chamam de ‘quebras de regras internacionais’, vejo como um processo de desenvolvimento industrial exitoso da região norte do Brasil. Apenas a ZFM obteve um faturamento, em 2012, de R\$ 73 bilhões. E mais, o Polo gera constantemente oportunidade de emprego, aumenta a renda da população da região e contribui significativamente com o crescimento do país.

Concluo senhor presidente. Tenho confiança que as argumentações brasileiras que serão apresentadas nos próximos dias à Organização Mundial do Comércio vão aparar as arestas e colocar um ponto final nesse

impasse. Faço esse apelo em defesa da Zona Franca de Manaus, pois protegê-la é antes de tudo defender o desenvolvimento do Brasil. Muito obrigado.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio/PT – RR. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, quando as manifestações de rua tiveram início no Brasil, em junho do ano passado, todos nós, pessoas públicas, com deveres e contas a prestar à Nação pelo nosso trabalho, vimos, surpresos, que os avanços sociais conquistados na última década estavam sendo ignorados, diante das cobranças de solução para um problema comum de todas as nossas metrópoles – a mobilidade urbana.

Pacífica, a grande manifestação foi brutalmente reprimida pela Polícia Militar de São Paulo, acendendo o perigoso estopim da violência coletiva, ao abrir espaço para a ação de vândalos, cujo propósito é a destruição de bens públicos e privados.

Os incêndios de ônibus e veículos, o uso de pedras e de bombas, a destruição generalizada se reproduziram em outras capitais, sempre protagonizadas pelos chamados black blocs, que nada reivindicam, apenas buscam a curta notoriedade no espaço midiático.

A violência afastou os manifestantes pacíficos, impedindo que esses se manifestassem sobre as melhorias que governos e o Congresso tentaram implementar para atender ao clamor das ruas.

A cada data festiva, fosse ela por conta de uma partida da seleção brasileira de futebol, da comemoração da nossa independência, lá estavam eles, munidos agora de rojões e outros artefatos explosivos.

A tragédia, consumada na semana passada com a morte do cinegrafista Santiago Andrade, vinha sendo previamente anunciada e, por uma triste coincidência, novamente durante uma manifestação contra a majoração das passagens de ônibus, autorizada pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

A violência das manifestações das nossas duas mais importantes cidades deixa todo o Brasil apreensivo. Sob o domínio do medo, nos perguntamos:

Até quando o terror imposto pelos vândalos vai imperar?

Até quando esses grupos, movidos unicamente pelo desejo de destruir vão encobrir o grito democrático do cidadão de manifestar sua inconformidade?

Até quando, senhoras e senhores senadores, vamos nos manter imobilizados, e continuar reagindo exatamente de acordo com que esses vândalos querem?

O Senado, agora, está diante da oportunidade de dar uma resposta à insanidade desses grupos.

Temos na pauta o PLS 499/2013, que tipifica o crime de terrorismo, mas, assim como eu, outros senadores também se perguntam: será este o caminho mais adequado?

De que maneira iremos agir hoje, para que, amanhã, esse Projeto de Lei do Senado não se transforme em ameaça aos legítimos movimentos sociais?

Não podemos ignorar: se o Brasil desfruta da democracia nos dias atuais, é porque foram justamente esses movimentos que se levantaram contra a ditadura.

Se temos hoje uma rede de amparo social que é tida como exemplar nos principais fóruns internacionais, é porque os movimentos sociais foram às ruas e gritaram por mudança.

Não podemos, de modo algum, aprovar um instrumento legal que possa se transformar em repressão para aqueles que lutam por mais direitos e garantias.

Outro ponto relevante é a violência transformada em sensacionalismo midiático.

Nossa televisão já nos oferece, na hora do almoço ou do jantar, programas que exploram unicamente a violência, sem qualquer restrição.

Em nome da “liberdade de expressão”, promovem, em última análise, a quase completa aniquilação dos nossos valores e da vida humana, assim como a promoção da criminalidade.

Nossas instituições devem se defender contra todas as formas de violência. A lei deve ser dura com os vândalos que destroem, depredam e agredem aqueles que discordam de seus métodos selvagens.

Mas estamos falando, repito, de crimes cometidos no contexto da violência que explode em momentos pontuais das manifestações de rua.

Embora eles ocupem o centro da atenção da ampla cobertura midiática, constituem, do ponto de vista estatístico, uma minoria insignificante que se impõe às demais atitudes agressivas criminosas.

A população brasileira já vem assistindo, chocada, à escalada de homicídios, latrocínios, sequestros, e casos de violência doméstica contra a mulher.

Este Senado soube reagir com responsabilidade a várias dessas atitudes – e com êxito.

Nossa missão, agora, é eliminar a impunidade que protege esses vândalos, sem menosprezar nosso maior bem social, que é a democracia.

O princípio básico da moderna cidadania é prover a proteção de toda diversidade da população, indistintamente, para todos os grupos sociais.

O estado se alicerça nas garantias que deve prestar a quem tem seus direitos – em especial o maior deles, o direito à sobrevivência – ameaçado por quem quer que seja.

É contra esse alvo específico que devemos nortear nossas discussões para definir como a sociedade e o Estado irão reagir.

Na origem de toda civilização está a institucionalização de normas humanas que garantam as interações da estrutura social, econômica e política.

É papel do poder público exercer a autoridade, desde que legitimada. Essa postura nada tem a ver com a autoridade arbitrária das ditaduras, sob as quais já sofremos.

Vivemos hoje no Brasil, felizmente, um regime democrático. Dispomos de regras claras. Compete ao estado cumpri-las e aplicá-las.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 31 minutos.)

Agenda Cumprida pelo Presidente Renan Calheiros

13/02/2014

Quinta-feira

16h	Ordem do Dia Plenário
19h	Solenidade de posse do ministro Gilmar Mendes, no cargo de Ministro efetivo do Tribunal Superior Eleitoral Plenário do Tribunal Superior Eleitoral SAFS Qd 7, Lt 1/2

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão

Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PR - Antonio Carlos Rodrigues** (S)

Minas Gerais

Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zezé Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**
Bloco-DEM - Wilder Moraes** (S)

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PCdoB - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PT - Gleisi Hoffmann**
Bloco-PMDB - Roberto Requião**

Acre

Bloco-PT - Aníbal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSDB - Ruben Figueiró* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

Bloco-PTB - Gim* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-PMDB - Kátia Abreu*
PROS - Ataídes Oliveira** (S)
SDD - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 27

PMDB-20 / PP-5 / PSD-1 / PV-1

Ana Amélia.	PP/RS
Benedito de Lira.	PP/AL
Casildo Maldaner.	PMDB/SC
Ciro Nogueira.	PP/PI
Clésio Andrade.	PMDB/MG
Eduardo Braga.	PMDB/AM
Eunício Oliveira.	PMDB/CE
Francisco Dornelles.	PP/RJ
Garibaldi Alves.	PMDB/RN
Ivo Cassol.	PP/RO
Jader Barbalho.	PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos.	PMDB/PE
João Alberto Souza.	PMDB/MA
José Sarney.	PMDB/AP
Kátia Abreu.	PMDB/TO
Lobão Filho.	PMDB/MA
Luiz Henrique.	PMDB/SC
Paulo Davim.	PV/RN
Pedro Simon.	PMDB/RS
Renan Calheiros.	PMDB/AL
Ricardo Ferraço.	PMDB/ES
Roberto Requião.	PMDB/PR
Romero Jucá.	PMDB/RR
Sérgio Petecão.	PSD/AC
Valdir Raupp.	PMDB/RO
Vital do Rêgo.	PMDB/PB
Waldemir Moka.	PMDB/MS

Bloco de Apoio ao Governo - 25

PT-13 / PDT-5 / PSB-4 / PCdoB-2

PSOL-1

Acir Gurgacz.	PDT/RO
Ana Rita.	PT/ES
Angela Portela.	PT/RR
Anibal Diniz.	PT/AC
Antonio Carlos Valadares.	PSB/SE
Cristovam Buarque.	PDT/DF
Delcídio do Amaral.	PT/MS
Eduardo Suplicy.	PT/SP
Gleisi Hoffmann.	PT/PR
Humberto Costa.	PT/PE
Inácio Arruda.	PCdoB/CE
João Capiberibe.	PSB/AP
João Durval.	PDT/BA
Jorge Viana.	PT/AC
José Pimentel.	PT/CE
Lídice da Mata.	PSB/BA
Lindbergh Farias.	PT/RJ
Paulo Paim.	PT/RS
Pedro Taques.	PDT/MT
Randolfe Rodrigues.	PSOL/AP
Rodrigo Rollemberg.	PSB/DF

Vanessa Grazziotin.	PCdoB/AM
Walter Pinheiro.	PT/BA
Wellington Dias.	PT/PI
Zeze Perrella.	PDT/MG

Bloco Parlamentar Minoria - 15

PSDB-11 / DEM-4

Aécio Neves.	PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB/SP
Alvaro Dias.	PSDB/PR
Cássio Cunha Lima.	PSDB/PB
Cícero Lucena.	PSDB/PB
Cyro Miranda.	PSDB/GO
Flexa Ribeiro.	PSDB/PA
Jayme Campos.	DEM/MT
José Agripino.	DEM/RN
Lúcia Vânia.	PSDB/GO
Maria do Carmo Alves.	DEM/SE
Mário Couto.	PSDB/PA
Paulo Bauer.	PSDB/SC
Ruben Figueiró.	PSDB/MS
Wilder Moraes.	DEM/GO

Bloco Parlamentar União e Força - 12

PTB-6 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Alfredo Nascimento.	PR/AM
Antonio Carlos Rodrigues.	PR/SP
Armando Monteiro.	PTB/PE
Blairo Maggi.	PR/MT
Eduardo Amorim.	PSC/SE
Eduardo Lopes.	PRB/RJ
Epitácio Cafeteira.	PTB/MA
Fernando Collor.	PTB/AL
Gim.	PTB/DF
João Vicente Claudino.	PTB/PI
Magno Malta.	PR/ES
Mozarildo Cavalcanti.	PTB/RR

SDD - 1

Vicentinho Alves.	TO
------------------------	----

PROS - 1

Ataídes Oliveira.	TO
------------------------	----

Bloco Parlamentar da Maioria.	27
Bloco de Apoio ao Governo.	25
Bloco Parlamentar Minoria.	15
Bloco Parlamentar União e Força.	12
PROS.	1
SDD.	1
TOTAL.	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)	Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)	Luiz Henrique** (Bloco-PMDB-SC)
Aécio Neves** (Bloco-PSDB-MG)	Eunício Oliveira** (Bloco-PMDB-CE)	Magno Malta** (Bloco-PR-ES)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)	Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)	Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco-PSDB-SP)	Flexa Ribeiro** (Bloco-PSDB-PA)	Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)	Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)	Mozarildo Cavalcanti* (Bloco-PTB-RR)
Ana Amélia** (Bloco-PP-RS)	Garibaldi Alves* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Bauer** (Bloco-PSDB-SC)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)	Gim* (Bloco-PTB-DF)	Paulo Davim** (Bloco-PV-RN)
Angela Portela** (Bloco-PT-RR)	Gleisi Hoffmann** (Bloco-PT-PR)	Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Anibal Diniz* (Bloco-PT-AC)	Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)	Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Antonio Carlos Rodrigues** (Bloco-PR-SP)	Inácio Arruda* (Bloco-PCdoB-CE)	Pedro Taques** (Bloco-PDT-MT)
Antonio Carlos Valadares** (Bloco-PSB-SE)	Ivo Cassol** (Bloco-PP-RO)	Randolfe Rodrigues** (Bloco-PSOL-AP)
Armando Monteiro** (Bloco-PTB-PE)	Jader Barbalho** (Bloco-PMDB-PA)	Renan Calheiros** (Bloco-PMDB-AL)
Ataídes Oliveira** (PROS-TO)	Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)	Ricardo Ferraço** (Bloco-PMDB-ES)
Benedito de Lira** (Bloco-PP-AL)	Jayme Campos* (Bloco-DEM-MT)	Roberto Requião** (Bloco-PMDB-PR)
Blairo Maggi** (Bloco-PR-MT)	João Alberto Souza** (Bloco-PMDB-MA)	Rodrigo Rollemberg** (Bloco-PSB-DF)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)	João Capiberibe** (Bloco-PSB-AP)	Romero Jucá** (Bloco-PMDB-RR)
Cássio Cunha Lima** (Bloco-PSDB-PB)	João Durval* (Bloco-PDT-BA)	Ruben Figueiró* (Bloco-PSDB-MS)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)	João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)	Sérgio Petecão** (Bloco-PSD-AC)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PI)	Jorge Viana** (Bloco-PT-AC)	Valdir Raupp** (Bloco-PMDB-RO)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)	José Agripino** (Bloco-DEM-RN)	Vanessa Grazziotin** (Bloco-PCdoB-AM)
Cristovam Buarque** (Bloco-PDT-DF)	José Pimentel** (Bloco-PT-CE)	Vicentinho Alves** (SDD-TO)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)	José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)	Vital do Rêgo** (Bloco-PMDB-PB)
Delcídio do Amaral** (Bloco-PT-MS)	Kátia Abreu* (Bloco-PMDB-TO)	Waldemir Moka** (Bloco-PMDB-MS)
Eduardo Amorim** (Bloco-PSC-SE)	Lídice da Mata** (Bloco-PSB-BA)	Walter Pinheiro** (Bloco-PT-BA)
Eduardo Braga** (Bloco-PMDB-AM)	Lindbergh Farias** (Bloco-PT-RJ)	Wellington Dias** (Bloco-PT-PI)
Eduardo Lopes** (Bloco-PRB-RJ)	Lobão Filho** (Bloco-PMDB-MA)	Wilder Moraes** (Bloco-DEM-GO)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Lúcia Vânia** (Bloco-PSDB-GO)	Zeze Perrella** (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1ª VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

2ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

4º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Magno Malta - (PR-ES)

2º - Jayme Campos - (DEM-MT)

3ª - João Durval - (PDT-BA)

4ª - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 27</p> <p>Líder Eunício Oliveira - Bloco (66,68)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (66,68)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107)</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64)</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p>Líder do PSD - 1 Sérgio Petecão (84,87)</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim (76)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 25</p> <p>Líder Wellington Dias - Bloco (24,69,89)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,70,100) Rodrigo Rollemberg (65,99) Inácio Arruda (90,93,115)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 13 Humberto Costa (116)</p> <p>Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,103) Aníbal Diniz (25,94) Paulo Paim (102) Eduardo Suplicy (101)</p> <p>Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,70,100)</p> <p>Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p>Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (65,99)</p> <p>Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,81)</p> <p>Líder do PCdoB - 2 Vanessa Grazziotin (1,91,117)</p> <p>Vice-Líder do PCdoB Inácio Arruda (90,93,115)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,75)</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15</p> <p>Líder Mário Couto - Bloco (34,61)</p> <p>Vice-Líderes Wilder Moraes (97,112) Cyro Miranda (31,95)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11 Aloysio Nunes Ferreira (7,62,113)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (77) Alvaro Dias (73) Paulo Bauer (5,35,72,78)</p> <p>Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,74)</p> <p>Vice-Líder do DEM Wilder Moraes (97,112)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 12</p> <p>Líder Gim - Bloco (56,58,59)</p> <p>Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,63) Eduardo Amorim (17,47,48,80) Blairo Maggi (19,51) Eduardo Lopes (37,45,67,98,109)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59)</p> <p>Líder do PR - 4 Alfredo Nascimento (41,63)</p> <p>Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,80)</p> <p>Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45,67,98,109)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Eduardo Braga - Governo (39)</p> <p>Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,81) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p>	<p>SDD - 1</p> <p>Líder Vicentinho Alves - SDD (42,54,71,111)</p> <p>PROS - 1</p> <p>Líder Ataides Oliveira - PROS (96,108,114)</p>

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.

4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.

44. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o Of. nº 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
54. Em 17.10.2012, o Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSVALV nº 415/2012).
55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
56. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
57. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
58. Em 19.12.2012, foi lido o Of. 083/2012/GLPTB, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Partido no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.
59. Em 19.12.2012, foi lido o Of. N. 236/2012-BLUFOR, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Bloco, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015, e o exercício das Vice-Lideranças pelos Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, João Costa e Blairo Maggi, respectivamente.
60. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLPSD, que comunica a reassunção da liderança do PSD pela Senadora Kátia Abreu.
61. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar Minoria até o dia 31.01.2014.
62. Em 01.02.2013, foi lido o Of. s/n-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Aloysio Nunes Ferreira como Líder do PSDB.
63. Em 01.02.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado Líder do PR, conforme Of. Leg. N. 001/2013-GLPR.
64. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLDPP, que comunica a manutenção do Senador Francisco Domelles como Líder do PP para o biênio 2013-2014.
65. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Líder do PSB, a partir de 04/02/2013, conforme OF. GLPSB Nº 0023/2013, lido em reunião preparatória do dia 1º de fevereiro de 2013.
66. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria, para o biênio 2013-2015, conforme OF. GLPMDB nº 009/2013.
67. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 11/2013-GSEL, que comunica a manutenção do Senador Eduardo Lopes como Líder do PRB.
68. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do PMDB, para o biênio 2013 - 2015, conforme o OF. GLPMDB nº 010/2013.
69. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 1/2013-GLDPT, que comunica a indicação do Senador Wellington Dias como Líder do PT.
70. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 01/13-LPDT, que comunica a indicação do Senador Acir Gurgacz como Líder do PDT para o biênio 2013-2014.
71. Em 04.02.2013, lido ofício do Senador Vicentinho Alves comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (D.O. nº 3.809, de 04 de fevereiro de 2013).
72. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Paulo Bauer para 3º Vice-Líder do PSDB.
73. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Alvaro Dias para 2º Vice-Líder do PSDB.
74. Em 05.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador José Agripino como Líder do DEM.
75. Em 05.02.2013, lido o Of. GSRR nº 00010/2013, que comunica a manutenção do Senador Randolfe Rodrigues como Líder do PSOL.
76. Em 05.02.2013, lido o OF. GSPDAV Nº 003/13, que comunica continuar Líder do Partido Verde na presente Legislatura o Senador Paulo Davim.
77. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cássio Cunha Lima para 1º Vice-Líder do PSDB.

78. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Paulo Bauer para 2º Vice-Líder do PSDB.
79. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cícero Lucena para 3º Vice-Líder do PSDB.
80. Em 05.02.2013, lido expediente comunicando continuar Líder do PSC no biênio 2013/2014 o Senador Eduardo Amorim.
81. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 0024/2013, lido na sessão de 06.02.2013.
82. Em 06.02.2013, o Senador João Costa é designado Líder do PPL, conforme Of. N. 012/2013-BLUFOR.
83. Senador João Costa comunica que o PPL passa a integrar o Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 011/2013-BLUFOR/SF, lido na sessão de 06.02.2013.
84. Em 13.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
85. Em 13.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada Vice-Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
86. Em 18.02.2013, o Senador Zeze Perrella é designado Vice-Líder do PDT, conforme OFÍCIO Nº 002/2013-GLDPDT.
87. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
88. Em 20.02.2013, a Senadora Ana Amélia é designada Vice-Líder do PP, conforme OFÍCIO Nº 08/2013-GLDPP.
89. Senador Wellington Dias é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. nº 20/2013-GLDBAG, lido na sessão de 26.02.2013.
90. Em 26.02.2013, o Senador Inácio Arruda é designado Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
91. Em 26.02.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Vice-Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
92. Em 28.02.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado Vice-Líder do PR, conforme Ofício GLPR nº 007/2013, lido na sessão de 28.02.2013.
93. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
94. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
95. Senador Cyro Miranda é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
96. Senador Ataídes Oliveira é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
97. Senador Wilder Moraes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
98. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
99. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
100. Senador Acir Gurgacz é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
101. Senador Eduardo Suplicy é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
102. Senador Paulo Paim é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
103. Senador Walter Pinheiro é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
104. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
105. Senador Ricardo Ferraço é designado 1º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
106. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. 25/13-GLDEM.
107. Senador Vital do Rêgo é designado 3º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. nº 180/2013-GLPMDB
108. Em 05.06.2013, foi aprovado o Requerimento nº 580, de 2013, de prorrogação da licença do Senador João Ribeiro, até 07/08/13. Em consequência, o Senador Ataídes de Oliveira, 1º Suplente, continua no exercício do mandato.
109. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. 142/2013-BLUFOR, lido na sessão de 2 de julho de 2013.
110. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 13.09.13, conforme o Requerimento nº 1.047/2013, aprovado na sessão de 10.09.13.
111. Senador Vicentinho Alves é designado Líder do SDD, conforme Ofício/GSVALV. nº 514/2013, lido na sessão de 2 de outubro de 2013.
112. Senador Wilder Moraes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDEM Nº 037/2013, lido na sessão de 23 de outubro de 2013.
113. Em 17.12.2013, foi lido o Ofício s/n do PSDB, comunicando a recondução do Senador Aloysio Nunes Ferreira como líder do PSDB para o exercício de 2014.
114. Senador Ataídes Oliveira é designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social, conforme MEMO nº 13/2014 - GSAOLI lido na sessão de 3 de fevereiro de 2014.
115. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do PCdoB, conforme Memo. 7/2013-GSINAR, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.
116. Senador Humberto Costa é designado Líder do PT, conforme Of. 1/2014-GLDPT, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.
117. Senadora Vanessa Grazziotin é designada Líder do PCdoB, conforme Memo. 7/2013-GSINAR, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) VIOLAÇÃO DO DIREITO HUMANO À SAÚDE

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 105, de 2013, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a, no prazo de cento e vinte dias, apurar e analisar fatos e gravíssimas violações do direito humano à saúde causados por erros dos dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados - resultando em lesões físicas e causando vítimas fatais.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/02/2013

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO (7,2)	1. VAGO (7,2)
VAGO (7,2)	2.
VAGO (7,2)	3.
VAGO (7,2)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
VAGO (8,5)	1. VAGO (8,5)
VAGO (8,5)	2. VAGO (8,5)
VAGO (8,5)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1)	1. Mário Couto (PSDB-PA) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Magno Malta (PR-ES) (4)	1. VAGO (6,4)
Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)	

Notas:

*. Número de suplentes alterado para 7 membros, em obediência ao art. 145, parágrafo 4º, do RISF.

1. Em 13.03.2013, o Sen. Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.17/2013-GLDEM).

2. Em 13.3.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo e Sérgio Petecão são designados membros titulares; e o Senador Jarbas Vasconcelos, membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 80/2013 - GLPMDB).

3. Em 13.03.2013, o Sen. Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.86/2013-GLPSDB).

4. Em 13.03.2013, os Senadores Magno Malta e Eduardo Amorim são designados membros titulares e o Senador João Costa, membro suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.41/2013-BLUFOR).

5. Em 15.03.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares e os Senadores Pedro Taques e Eduardo Lopes membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.48/2013-GLDBAG).

6. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

7. Em 24.04.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Jarbas Vasconcelos deixam de compor a Comissão (Of. nº 169/2013-GLPMDB).

8. Em 06.05.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, Antonio Carlos Valadares, Pedro Taques e Eduardo Lopes deixam de compor a Comissão (Of. nº 71/2013-GLDBAG).

2) CPI DA ESPIONAGEM

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 811, de 2013, da Senadora Vanessa Grazziotin e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de cento e oitenta dias, investigar a denúncia de existência de um sistema de espionagem, estruturado pelo governo dos Estados Unidos, com o objetivo de monitorar emails, ligações telefônicas, dados digitais, além de outras formas de captar informações privilegiadas ou protegidas pela Constituição Federal.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁶⁾

Leitura: 10/07/2013

Instalação: 03/09/2013

Prazo final: 11/04/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO ^(1,8,11)	1. Eunício Oliveira (PMDB-CE) ^(1,8)
Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽¹⁾	2. VAGO ^(1,10)
Benedito de Lira (PP-AL) ^(1,5)	3.
Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁹⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽²⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP) ^(2,7)
Walter Pinheiro (PT-BA) ⁽²⁾	2. Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾
Anibal Diniz (PT-AC) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁴⁾	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) ⁽³⁾

Notas:

1. Em 20.8.2013, os Senadores Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço e Francisco Dornelles são designados membros titulares, e os Senadores Roberto Requião e Sérgio Petecão, membros suplentes, do Bloco da Maioria na Comissão (Of. nº 248/13-GLPMDB).
2. Em 20.8.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Walter Pinheiro e Anibal Diniz são designados membros titulares, e os Senadores Pedro Taques e Lídice da Mata, membros suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 111/13-GLDBAG).
3. Em 20.8.2013, o Senador Eduardo Amorim e designados membro titular, e o Senador Antônio Carlos Rodrigues, membro suplente, do Bloco União e Força na Comissão (Of. nº 159/13-BLUFOR).
4. Em 21.8.2013, o Senador Pedro Taques é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida ao PDT pelo PSDB (Ofício de 21.8.2013, do Gabinete da Liderança do PSDB e Ofício nº 12/2013-GLDPDT).
5. Em 21.8.2013, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Of. nº 253/2013-GLPMDB).
6. Em 03.09.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Pedro Taques e Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado.

7. Em 03.09.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Ofício nº 115/2013-GLDBAG).
 8. Em 29.8.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Ofício nº 258/2013-GLPMDDB).
 9. Em 25.9.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 275/13-GLPMDDB).
 10. Em 25.9.2013, vago em virtude de o Senador Sérgio Petecão ser designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 275/13-GLPMDDB).
 11. Vago, em 17.12.2013, em razão de o Senador Roberto Requião não pertencer mais à Comissão (Of. sn GSRR).

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Fax: 61 33031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

3) CPI DA INVESTIGAÇÃO DO ASSASSINATO DE JOVENS NEGROS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.255, de 2013, da Senadora Lídice da Mata e outros Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de cento e oitenta dias, investigar o assassinato de jovens negros no Brasil.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 25/10/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Sérgio Souza (PMDB-PR) (2)	1. Sérgio Petecão (PSD-AC) (2)
Paulo Davim (PV-RN) (2)	2.
	3.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT-RS) (1)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP) (1)
Lídice da Mata (PSB-BA) (1)	2. Angela Portela (PT-RR) (1)
Ana Rita (PT-ES) (1)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (3)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
	1.

Notas:

1. Em 22.11.2013, os Senadores Paulo Paim, Lídice da Mata e Ana Rita são designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy e Ângela Portela são designados membros suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 137/2013 - GLDBAG).
 2. Em 03.12.2013, os Senadores Sérgio Souza e Paulo Davim são designados membros titulares; e o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 318/2013-GLPMDDB).
 3. Em 04.12.2013, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 180/2013-GLPSDB).

Secretário(a): Guilherme Brandão

Telefone(s): 61 33033508

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) CT - MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Designação: 15/08/2012

Instalação: 30/08/2012

Apresentação de Emendas - prazo final: 07/08/2013

Relatórios Parciais - prazo final: 02/10/2013

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 30/10/2013

Parecer Final da Comissão - prazo final: 31/03/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Renan Calheiros (PMDB)	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
VAGO ⁽⁹⁾	3. VAGO ⁽¹²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB) ^(2,11)
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Senador Paulo Paim (PT)
	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Gim (PTB) ⁽⁶⁾
Senador Fernando Collor (PTB)	2. VAGO ^(8,10)
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR) ^(3,4,1)	

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DOS
PROJETO DE LEI DO SENADO 281, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 282, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 283, de 2012

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 31/08/2012 a 05/02/2013 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Relatórios Parciais : 06/02/2013 a 05/04/2013 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)
Relatório do Relator-Geral : 08/04/2013 a 06/05/2013 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)
Parecer Final da Comissão : 07/05/2013 a 04/06/2013 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

- *. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 188/2012-GLPMD, designando os Senadores Renan Calheiros, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Tomás Correia e Sérgio Souza como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
- ***. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 99/2012-GLDBAG, designando o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Delcídio do Amaral como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão.
- ****. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 74/2012-BLURFORSF, designando os Senadores Eduardo Amorim e Fernando Collor como membros titulares, e os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti como membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
- *****. Em 15.08.2012, foram lidos os Ofícios nºs 124/2012-GLPSDB e 42/2012-GLDEM, designando os Senadores Paulo Bauer e Wilder Moraes como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda e Clovis Fecury como membros suplentes do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.
- *****. Há uma vaga de membro titular e uma vaga de membro suplente não ocupadas na Comissão, a serem compartilhadas pelo Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do art. 374 do Regimento Interno e com base na proporcionalidade partidária.
- *****. Em 30.08.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Paulo Bauer para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 040/12-SSCEPI).
- *****. Em 04.09.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação da Comissão: Apresentação de Emendas - 31/08 a 28/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 1º a 15/10/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 16 a 22/10/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 23 a 29/10/2012 (cinco dias úteis).
- *****. Em 12.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 823, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 28/09 a 29/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 30/10 a 28/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 29/11 a 12/12/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 13/12/2012 a 05/02/2013 (dez dias úteis).
- *****. Em 17.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 884, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 30/10 a 28/11/2012 (total: sessenta dias úteis); Relatórios Parciais - 29/11/12 a 20/02/2013 (total: trinta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21/02 a 13/03/2013 (total: quinze dias úteis); Parecer Final da Comissão - 14/03 a 04/04/2013 (total: quinze dias úteis).
- *****. Em 27.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.016, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 29/11/12 a 5/02/2013 (total: oitenta dias úteis); Relatórios Parciais - 5/02 a 5/04/2013 (total: quarenta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 8/04 a 6/05/2013 (total: vinte dias úteis); Parecer Final da Comissão - 7/05 a 04/06/2013 (total: vinte dias úteis).
- *****. Em 05.02.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 14, de 2013, que suspende os prazos da Comissão para realização de audiência pública e diligências.
- *****. Em 06.08.2013, foi lido o Ofício nº 37/2013-CTCDC, comunicando o cumprimento da finalidade do Requerimento nº 14, de 2013, que suspendeu os prazos previstos no art. 374 do RISF, que voltam a correr a partir desta data.
- *****. Em 27.11.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.409, de 2013, que prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão para o término da sessão legislativa ordinária de 2013.
- *****. Em 17.12.2013, foi aprovado o Requerimento nº 1.466, de 2013, que prorroga o prazo final de encerramento da Comissão até o dia 31 de março de 2014.
1. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
2. Em 25.09.2012, o Senador Cristovam Buarque deixa de ocupar vaga da suplência do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 119/2012-GLDBAG).
3. Em 17.10.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de titular deixada pela Senadora Marta Suplicy ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 130/2012 - GLDBAG).
4. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 164/2012-BLUFOR).
5. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
6. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

7. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
8. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
9. Em 20.03.2013, vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
10. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 110/2013-BLUFOR).
11. Em 15.05.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDBAG nº 82/2013).
12. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues Martins

Telefone(s): 61 33033501

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

2) CT - REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB) ⁽¹⁾	1. Senador Clésio Andrade (PMDB) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽¹⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP) ⁽¹⁾
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽¹⁾	3. Senador Sérgio Petecão (PSD) ⁽¹⁾
Senador Francisco Dornelles (PP) ⁽¹⁾	4. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Senador Gim (PTB) ⁽²⁾	1.
	2.

Notas:

1. Em 04.02.2014, os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Jader Barbalho e Francisco Dornelles são designados membros titulares e o Senador Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia e os Senadores Sérgio Petecão e Benedito de Lira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 322/2013-GLPMDB).
2. Em 11.02.2014, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 6/2014-BLUFOR).

3) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽³⁾**

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴⁾

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)**Membro da Comissão Diretora****Notas:**

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

***. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

****. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

*****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

4) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE)

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012

Designação: 04/04/2012

Instalação: 13/11/2012

Prazo final prorrogado: 22/12/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	1. Senador Inácio Arruda (PCdoB) ⁽³⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Davim (PV) ⁽⁴⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

*. Em 13.11.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Cícero Lucena para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Humberto Costa (Of. nº 001/2012-CEE-São Francisco).

***. Em 13.11.2012, foi lido o Requerimento nº 961, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2013.

****. Em 12.12.2013, foi lido o Requerimento nº 1.456, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2014.

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 48/2012-GLDBAG).

4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB Nº 093/2012).

5. Em 12.11.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 234/2012-GLPSDB).

Secretário(a): Guilherme Brandão

Telefone(s): 61 33033508

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 20/06/2014

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figuerêdo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

6) CT - DESTINADA A DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções para o financiamento da educação no Brasil, no prazo de 90 dias.
(Ato do Presidente nºs 36 e 55, de 2013)

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

RELATOR: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

Instalação: 01/10/2013

Prazo final prorrogado: 28/04/2014

MEMBROS

Senador Cyro Miranda (PSDB)

Senador Cristovam Buarque (PDT)

Senadora Angela Portela (PT)

Senadora Ana Amélia (PP)

Senador Ciro Nogueira (PP)

Senador Vital do Rêgo (PMDB)

Senador Eduardo Amorim (PSC)

Senador Paulo Paim (PT)

Senador Acir Gurgacz (PDT)

Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 30.9.2013, o Senador Paulo Bauer é indicado para compor a Comissão (Ato do Presidente nº 40, de 2013).

Secretário(a): GUILHERME BRANDÃO

Telefone(s): 61 33033508

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

7) CT - DESTINADA A DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

Finalidade: Analisar os projetos em tramitação no Senado Federal que tratam de Segurança Pública no Brasil, bem como debater e propor soluções para o seu financiamento, no prazo de 90 (noventa) dias.

(Atos do Presidente n.ºs 37 e 39, de 2013)

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

Instalação: 02/10/2013

Prazo final prorrogado: 10/05/2014

MEMBROS

Senador Vital do Rêgo (PMDB)

Senador Pedro Taques (PDT)

Senador Lindbergh Farias (PT)

Senador Eduardo Braga (PMDB)

Senador Lobão Filho (PMDB) ⁽¹⁾

Senador Armando Monteiro (PTB)

Senador Eunício Oliveira (PMDB)

Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

Senador Humberto Costa (PT)

VAGO ⁽²⁾

Senador Flexa Ribeiro (PSDB)

Senador João Capiberibe (PSB)

Senador Delcídio do Amaral (PT)

Notas:

*. Em 26.9.2013, foi publicado o Ato do Presidente n.º 39, de 2013, em aditamento ao Ato do Presidente n.º 37, de 2013.

**. Em 10.10.2013, foi publicado o Ato do Presidente n.º 46, de 2013, em aditamento ao Ato do Presidente n.º 37, de 2013, designando os Senadores Humberto Costa, Sérgio Souza e Flexa Ribeiro para integrarem a Comissão.

***. Em 23.10.2013, foi publicado o Ato do Presidente n.º 47, de 2013, em aditamento aos Atos do Presidente n.ºs 37 e 39, de 2013, designando os Senadores Lobão Filho e João Capiberibe para integrarem a Comissão.

****. Em 28.11.2013, foi publicado o Ato do Presidente n.º 51, de 2013, em aditamento aos Atos do Presidente n.ºs 37 e 39, de 2013, designando o Senador Delcídio do Amaral para integrar a Comissão.

*****. Em 18.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente n.º 53, de 2013, prorrogando o prazo final de funcionamento da Comissão até o dia 9.2.2014.

*****. Em 10.2.2014, foi publicado o Ato do Presidente n.º 2, de 2014, prorrogando o prazo final de funcionamento da Comissão até o dia 10.5.2014.

1. Em 21.10.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão, nos termos do Of. 174/2013-GLPSDB.

2. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. n.º 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

Secretário(a): KENY CRISTINA RODRIGUES MARTINS

Telefone(s): 61 33033501

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ^(89,58,86)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(68,13)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT) ^(10,14,61)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) ⁽³³⁾
José Pimentel (PT) ^(10,9)	3. Aníbal Diniz (PT) ^(42,41)
Gleisi Hoffmann (PT) ⁽⁹⁰⁾	4. Humberto Costa (PT) ^(57,90)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT) ^(46,47,34,35,70)	6. Acir Gurgacz (PDT) ^(70,8)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(65,62)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(62,66)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	8. Inácio Arruda (PCdoB)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	1. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽⁶⁰⁾
VAGO ^(87,60)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(22,17,60)
Valdir Raupp (PMDB) ^(49,50,37,36,60,73)	3. Lobão Filho (PMDB) ^(60,83)
Roberto Requião (PMDB) ^(64,60)	4. Eunício Oliveira (PMDB) ^(60,63)
Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	5. Waldemir Moka (PMDB) ⁽⁶⁰⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(60,63)	6. Clésio Andrade (PMDB) ^(27,26,3,16,7,60)
Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	7. Ana Amélia (PP) ⁽⁶⁰⁾
Ivo Cassol (PP) ⁽⁶⁰⁾	8. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ^(20,18,12,11,60)	9. Benedito de Lira (PP) ^(5,60)
Kátia Abreu (PMDB) ^(82,59,60,44,43,25,55,23)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(1,56)	1. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵⁶⁾
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁶⁾	2. Aécio Neves (PSDB) ^(2,56)
Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁵⁶⁾	3. Paulo Bauer (PSDB) ⁽⁵⁶⁾
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(31,32,30)
Jayme Campos (DEM) ^(30,88,79,81,85)	5. Wilder Moraes (DEM) ^(4,40,15)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(45,29)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁷⁾	1. Gim (PTB) ^(67,74)
João Vicente Claudino (PTB) ^(78,67,74)	2. Alfredo Nascimento (PR) ^(48,78,67,75)
Blairo Maggi (PR) ^(67,53,26,27,28)	3. Eduardo Amorim (PSC) ^(38,39,51,52,71,72,67,76)

Antonio Carlos Rodrigues (PR) (54,67,6)

4. VAGO (80,84,67,77,21)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

1. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

6. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

7. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

8. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).

9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

10. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).

11. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

12. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

13. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

14. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of. nº 060/2011-GLDEM).

16. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 271/2011 - GLPMDB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
22. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
23. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
24. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 32/2012).
26. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
28. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
31. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. Nº 027/12-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
33. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
34. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
35. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 089/2012-GLDBAG).
36. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
37. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
38. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
39. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 075/2012/BLUFOR/SF).
40. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
41. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
42. Em 14.09.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 109/2012-GLDBAG).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).
48. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
49. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
50. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 361/2012).
51. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.

52. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 213/2012-BLUFOR).
53. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
54. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciou-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
56. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 007/13-GLPSDB).
55. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (OFÍCIOS nºs 012 e 013/2013-GLPSD).
57. Em 07.02.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 012/2013 - GLDBAG).
58. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 007/2013 - CAE).
59. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
60. Em 26.02.2013, foram lidos os Ofícios GLPMDB nº 36 e 64/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Sérgio Souza, Jader Barbalho, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu como membros titulares e os Senadores Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Waldemir Moka, Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 26.02.2013, o Senador Pedro Taques é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Zeze Perrella (Of. nº 17/2013-GLDBAG).
62. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar sua suplência (Of. GLDBAG nº 023/2013).
63. Em 27.02.2013, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 074/2013).
64. Em 12.03.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. GLPMDB nº 113/2013).
65. Em 14.03.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 46/2013).
66. Em 14.03.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. GLDBAG nº 46/2013).
67. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Gim, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores João Vicente Claudino, Eduardo Amorim, João Costa e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 42/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 07.02.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é confirmado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. 0012/2013-GLPDSB).
70. Em 27.03.2013, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Acir Gurgacz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 57/2013-GLDBAG).
71. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
72. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 88/2013-BLUFOR)
73. Em 24.04.2013, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Jader Barbalho (Of. 165/2013-GLPMDB).
74. Em 7.5.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Gim, que passa a ocupar a primeira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
75. Em 7.5.2013, o Senador João Vicente Claudino passa a ocupar a segunda suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
76. Em 7.5.2013, o Senador Eduardo Amorim passa a ocupar a terceira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
77. Em 7.5.2013, o Senador Vicentinho Alves passa a ocupar a quarta suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
78. Em 08.05.2013, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, que passa a ocupar a vaga de membro suplente (Of. 104/2013BLUFOR).
79. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
80. Em 18.09.2013, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 172/2013-BLUFOR).
81. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
82. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
83. Em 10.10.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 286/2013-GLPMDB).
84. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.

85. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
86. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
87. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
88. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
89. Em 11.02.2014, a Comissão reunida elegeu o Senador Luiz Henrique Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2014 - CAE).
90. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Humberto Costa, que passa a integrar a Comissão como membro suplente, no lugar do Senador Eduardo Lopes (Of. nº 13/2014 - GLDBAG).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

Instalação: 09/07/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Walter Pinheiro (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Benedito de Lira (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Kátia Abreu (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	3. Jader Barbalho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Wilder Moraes (DEM) ⁽¹⁾	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
João Vicente Claudino (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

1. Em 30.4.2013, o Senador Wilder Moraes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador José Agripino (OF. 90/2013-CAE)

2. Em 09.07.2013, a Senadora Ana Amélia e o Senador Waldemir Moka foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, na Subcomissão (Of. nº 183/2013-CAE).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 85/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Walter Pinheiro, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues, como titulares, e dos Senadores Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz e Eduardo Lopes, como suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo; da Senadora Ana Amélia e dos Senadores Casildo Maldaner e Waldemir Moka, como titulares, e da Senadora Kátia Abreu e dos Senadores Benedito de Lira e Jader Barbalho, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; dos Senadores Alvaro Dias e José Agripino, como titulares, e da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, como suplentes, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador João Vicente Claudino, como membro titular, e do Senador Eduardo Amorim, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽¹⁾	
Delcídio do Amaral (PT) ^(5,6)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(4,3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Benedito de Lira (PP) ⁽⁸⁾	1. VAGO ⁽⁹⁾
Luiz Henrique (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁷⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
4. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (Of. nº 089/2012 - GLDBAG).
5. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
6. Em 12.03.2013, vago em virtude da solicitação contida no OF. nº 014/2013 -CAE.
7. Em 23.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 87/2013-CAE).
8. Em 25.06.2013, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (OF. nº 165/2013-PRESIDÊNCIA/CAE).
9. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.
- ***. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 82/2013-CAE, que comunica a designação do Senador Delcídio do Amaral como membro titular e do Senador Antonio Carlos Valares como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, dos Senadores Francisco Dornelles e Luiz Henrique como membros titulares e dos Senadores Sérgio Souza e Roberto Requião como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Flexa Ribeiro como membro titular e do Senador Aloysio Nunes Ferreira como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Antonio Carlos Rodrigues como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO (1)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Wilder Moraes (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Blairo Maggi (PR)

Notas:

1. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 83/2013-CAE, que comunica a designação do Senador José Pimentel e da Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares e do Senador Rodrigo Rollemberg como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, do Senador Sérgio Souza como membro titular e dos Senadores Ciro Nogueira e Eunício Oliveira como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Paulo Bauer como membro titular e do Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Blairo Maggi como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽²⁾

Instalação: 25/06/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB)
	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁾	1. Osvaldo Sobrinho (PTB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. João Costa (PPL)

Notas:

1. Em 23.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. 88/2013/CAE).

2. Em 25.6.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cristovam Buarque e Eduardo Suplicy, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 167/2013 - Presidência/CAE).

3. Em 24.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. nº 254/2013/CAE).

*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 84/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque, como titulares, e do Senador Pedro Taques, como suplente, do Bloco de Apoio ao Governo; do Senador Vital do Rêgo, como titular, e dos Senadores Ricardo Ferraço e Ivo Cassol, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; do Senador Cyro Miranda, como titular, e do Senador Jayme Campos, como suplente, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador Alfredo Nascimento, como titular, e do Senador João Costa, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽³⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽³⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(42,8)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT) ⁽²⁶⁾
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) ⁽¹⁸⁾
Ana Rita (PT) ⁽⁵⁷⁾	4. Wellington Dias (PT) ⁽⁵⁷⁾
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Waldemir Moka (PMDB) ^(23,35)	1. VAGO ^(17,30,6,23,55,35)
Roberto Requião (PMDB) ^(2,23,37,35)	2. VAGO ^(30,23,49,35)
Casildo Maldaner (PMDB) ^(4,23,3,35)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(30,23,35)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(23,35)	4. Eunício Oliveira (PMDB) ^(30,23,37,35)
João Alberto Souza (PMDB) ^(23,35)	5. Romero Jucá (PMDB) ^(30,23,35)
Ana Amélia (PP) ^(14,21,15,16,23,35)	6. Benedito de Lira (PP) ^(10,30,23,35)
Paulo Davim (PV) ^(25,30,23,35)	7. Sérgio Petecão (PSD) ^(30,23,35)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁴⁾	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽³⁴⁾	2. Cyro Miranda (PSDB) ^(11,13,9,34)
José Agripino (DEM) ^(7,9,44,43,40,34)	3. Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁴⁾
Jayme Campos (DEM) ^(56,52,50,54)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(27,22)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(31,46,38,45,41)	1. Armando Monteiro (PTB) ⁽⁴¹⁾
Eduardo Amorim (PSC) ^(41,1,5)	2. João Vicente Claudino (PTB) ^(24,41)
VAGO ^(28,29,32,47,48,53,51,39,41)	3. VAGO ^(33,41,19,20)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

5. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 - GLPTB)

6. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 - GLPSDB).

10. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

11. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 - GLPSDB).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

13. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

14. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

15. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

16. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

17. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

18. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

24. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).

25. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 166/2012).

26. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

27. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
28. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
29. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012/BLUFOR/SF).
30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que passa a ocupar a vaga de primeiro suplente do Bloco, remanejando os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira para as demais suplências, respectivamente (Of. GLPMDB nº 345/2012).
31. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
33. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
32. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
34. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 008/13-GLPSDB).
35. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 37/2013, designando os Senadores Waldemir Moka, Eunício Oliveira, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Davim, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Pedro Simon, Eduardo Braga, Roberto Requião, Romero Jucá, Benedito de Lira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
36. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Vanessa Grazziotin, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 002/2013 - CAS).
37. Em 7.3.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. GLPMDB nº 102/2013).
38. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 028/2013).
39. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 59/2013).
40. Em 19.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de compor a Comissão (Of. nº 97/2013-GLPSDB).
41. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Eduardo Amorim e João Costa, e membros suplentes os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 43/2013).
42. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
43. Em 26.03.2013, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Ofícios nºs 21/2013-GLDEM e 103/2013-GLPSDB).
44. Vaga cedida pelo PSDB ao DEM (Of. Nº 103/2013-GLPSDB).
45. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
46. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 80/2013-BLUFOR).
47. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
48. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 85/2013-BLUFOR).
49. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 192/2013-GLPMDB).
50. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
51. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 173/2013-BLUFOR).
52. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
53. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
54. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
55. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
56. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
57. Em 11.2.2014, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Wellington Dias, que passa a integrar a Comissão como membro suplente (Of. 14/2014-GLDBAG).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾

RELATOR:

Instalação: 07/03/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
José Pimentel (PT) ^(4,3)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:

1. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
 2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

4. Em 17.10.2012, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 183/2012-PRESIDÊNCIA/CAS).

5. Em 21.3.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 38/2013 - Presidência/CAS).

*. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

***. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 182/2012-PRESIDÊNCIA/CAS, comunicando a aprovação do Requerimento nº 61, de 2012-CAS, que prorroga os trabalhos da Subcomissão até o término da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁷⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽⁷⁷⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(82,23)	
José Pimentel (PT)	1. Angela Portela (PT) ^(9,89,87)
Gleisi Hoffmann (PT) ^(54,55,110)	2. Lídice da Mata (PSB) ^(9,55,56)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT) ^(7,9,75)
Anibal Diniz (PT) ^(6,74)	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(24,60,61,49,25,51)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT) ^(78,8)
Inácio Arruda (PCdoB)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) ^(32,33)	7. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁸⁶⁾	8. Paulo Paim (PT) ^(108,91,93)
Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁸⁷⁾	9. Wellington Dias (PT) ⁽⁹²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁸⁾	
Eduardo Braga (PMDB) ^(39,50,76)	1. Ciro Nogueira (PP) ^(16,4,27,20,39,2,50,98,76,94)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(15,1,39,50,76)	2. Roberto Requião (PMDB) ^(3,16,36,39,46,50,76)
Pedro Simon (PMDB) ^(39,50,76)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(16,53,63,39,64,13,50,52,76)
VAGO ^(39,50,109,76)	4. Clésio Andrade (PMDB) ^(16,14,39,50,76)
Luiz Henrique (PMDB) ^(20,39,50,76)	5. Valdir Raupp (PMDB) ^(39,76)
Eunício Oliveira (PMDB) ^(26,39,76,105,103)	6. Benedito de Lira (PP) ^(39,76)
Francisco Dornelles (PP) ^(39,76)	7. Waldemir Moka (PMDB) ^(39,107,76,106)
Sérgio Petecão (PSD) ^(76,73,40,41,43,70)	8. Kátia Abreu (PMDB) ^(104,76,73,57,40,41,43,58,69,68,31,30,29,37)
Romero Jucá (PMDB) ⁽⁹⁴⁾	9. Lobão Filho (PMDB) ^(97,96,102,88,95)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB) ⁽⁷¹⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB) ^(22,71)
Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽⁷¹⁾	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(71,100,99,72)
Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁷¹⁾	3. Cícero Lucena (PSDB) ^(71,85,11)
José Agripino (DEM) ^(17,42)	4. Paulo Bauer (PSDB) ^(44,18,42)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁸⁵⁾	5. Cyro Miranda (PSDB) ^(85,100)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(59,38)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁸¹⁾	1. Gim (PTB) ^(45,65,80,81,5)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(62,84,83,81)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(45,79,81,10)
Magno Malta (PR) ⁽⁸¹⁾	3. Blairo Maggi (PR) ^(66,67,81,34,19,35,21)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽⁸¹⁾	4. Alfredo Nascimento (PR) ^(47,48,81,101,90)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Amílbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

*****. Em 17.04.2013, publicada no D.O.U. a Resolução nº 11, de 2013, que amplia para 27 o quantitativo de vagas da Comissão, distribuídas em obediência à proporcionalidade partidária.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

1. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

5. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

7. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

11. O Senador Cicero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

10. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).

14. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

15. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
20. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).
21. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
22. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
23. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
24. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
25. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
26. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
27. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
33. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of.GLPMDB nº 45/2012).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
39. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
40. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
41. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
42. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
45. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
46. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. GLPMDB nº 106/2012).

47. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
48. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. Nº 009/2012/GLBUF/SF).
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (OF. GLPMDB nº 168/2012).
51. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).
52. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
53. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
54. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
55. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
56. Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
57. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
58. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
59. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
60. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
61. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).
62. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
63. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
64. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2012).
65. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
66. Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (OF. Nº 237/2012-BLUFOR).
67. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
68. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
69. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
71. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 009/13-GLPSDB).
70. Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro titular do PSD na Comissão (OF. Nº 0013/2013-GLPSD).
72. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 32/13-GLPSDB).
73. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
74. Em 26.02.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
75. Em 26.02.2013, o Senador Jorge Viana é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
76. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 39/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
77. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Diniz Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 01/2013 - CCJ).

78. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 35/2013 - GLDBAG).
79. Em 12.03.2013, volta a pertencer ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao PP (Of. nº 55/2013 - BLUFOR).
80. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 029/2013).
81. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 44/2013).
82. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
83. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Morazildo Cavalcanti.
84. Em 15.04.2013, o Senador Morazildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 81/2013 - BLUFOR).
85. Em 18.04.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa a suplência e passa a ser membro titular; os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro são designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. 122/2013-GLPSDB).
86. Em 23.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 72/2013-GLDBAG).
87. Em 23.04.2013, o Senador Eduardo Suplicy deixa a suplência e passa a ser membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 73/2013-GLDBAG).
88. Em 24.04.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 166/2013-GLPMDB).
89. Em 07.05.2013, a Senadora Angela Portela é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 078/2013-GLDBAG).
90. Em 14.05.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (Of. nº 112/13 - BLUFOR).
91. Em 23.05.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 086/2013-GLDBAG).
92. Em 04.06.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 088/2013-GLDBAG).
93. Em 01.07.2013, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 096/2013-GLDBAG).
94. Em 09.07.2013, o Senador Romero Jucá deixa a suplência e passa a ser titular do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão (Of. 217/2013-GLPMDB).
95. Em 10.07.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 225/2013-GLPMDB).
96. Em 11.07.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. 243/2013-GLPMDB).
97. Em 06.08.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 243/2013-GLPMDB).
98. Em 06.08.2013, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Ofício nº 236/2013-GLPMDB).
99. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
100. Em 15.08.2013, os Senadores Flexa Ribeiro e Cyro Miranda são designados como suplentes na Comissão (Ofício nº 158/2013-GLPSDB).
101. Em 17.09.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 171/2013 - BLUFOR).
102. Em 24.09.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Paulo Davim (Ofício nº 274/2013 - GLPMDB).
103. Em 02.10.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Ofício nº 278/2013-GLPMDB).
104. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
105. Em 09.10.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Ofício nº 284/2013-GLPMDB).
106. Em 30.10.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Waldemir Moka (Ofício nº 298/2013-GLPMDB).
107. Em 14.11.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. GLPMDB nº 308/2013).
108. Em 11.12.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. GLDBAG nº 141/2013).
109. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
110. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 11/2014 - GLDBAG).

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Pedro Taques (PDT)	1.
Lindbergh Farias (PT)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
VAGO ⁽²⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ⁽¹⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1.
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (Of. nº 56/2012-CCJ).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁶³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(68,15)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁶⁾
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT) ⁽⁴⁷⁾
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(23,13)
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁹⁾	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁶⁾
Inácio Arruda (PCdoB)	8. Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(30,82)
João Capiberibe (PSB) ^(80,82)	9.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁹⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(41,60)	1. Eduardo Braga (PMDB) ^(44,2,19,41,60)
Roberto Requião (PMDB) ^(28,26,27,38,41,60)	2. Vital do Rêgo (PMDB) ^(44,54,41,60)
Romero Jucá (PMDB) ^(6,12,25,41,60)	3. Valdir Raupp (PMDB) ^(41,60)
João Alberto Souza (PMDB) ^(31,29,37,41,60)	4. Luiz Henrique (PMDB) ^(44,41,60)
Eunício Oliveira (PMDB) ^(17,41,74,60,84)	5. Pedro Simon (PMDB) ^(44,41,75)
Ana Amélia (PP) ^(44,41,60)	6. VAGO ^(20,44,41)
Benedito de Lira (PP) ^(44,52,53,46,41,45,60)	7. VAGO ^(10,41)
Ciro Nogueira (PP) ^(44,41,60)	8. ⁽⁴¹⁾
Kátia Abreu (PMDB) ^(44,41,81,60)	9. ⁽⁴¹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ^(3,59)	1. Cícero Lucena (PSDB) ^(32,59)
Alvaro Dias (PSDB) ^(22,14,59)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(5,59,70)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽⁵⁹⁾	3. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(4,59)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(18,51,59)
José Agripino (DEM) ⁽⁷⁾	5. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(42,43,8,62,61,76,78,59)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(48,39)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁶⁾	1. Eduardo Amorim (PSC) ^(55,66,64)
Gim (PTB) ^(66,77,72,71,73)	2. João Vicente Claudino (PTB) ^(40,66,67,1)
VAGO ^(66,86,79,24,11)	3. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(66,57,73,34,35)
VAGO ^(66,85,58,83,24)	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ^(49,50,56,66,83,65)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).

3. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

9. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)

10. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDDB)

11. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

12. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).

13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

14. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDDB).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
23. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
31. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 330/2011).
32. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 008/2012-GLBUF).
41. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
42. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
43. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
44. Em 22.05.2012, foi lido o Of. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.
45. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
46. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
49. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
50. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 102/2012/BLUFOR/SF).
51. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

52. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
53. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 356/2012).
54. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2012).
55. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
56. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
59. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 010/13-GLPSDB).
60. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 38/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Valdir Raupp e Luiz Henrique, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 27.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente na Comissão (Ofício nº 58/2013-GLPSDB).
62. Em 27.02.2013, foi lido o Of. nº 10/2013-GLDEM, comunicando a cessão da vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. nº 10/2013-GLDEM).
63. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 05/2013 - SCE).
64. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 030/2013).
65. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 60/2013).
66. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro e Sodré Santoro, e membro suplente o Senador Eduardo para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 45/2013).
67. Em 19.03.2013, o Senador Jão Vicente Claudinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 67/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. nº 53/2013-GLDBAG).
70. Em 11.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira (Of. 118/2013-GLPSDB).
71. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
72. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 82/2013-BLUFOR).
73. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 111/13 - BLUFOR).
74. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 190/2013-GLPMDB).
75. Em 11.06.2013, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 197/13 - GLPMDB).
76. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
77. Em 26.8.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 163/2013-BLUFOR).
78. Em 23.9.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 169/2013-GLPSDB).
79. Em 24.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 178/2013-BLUFOR).
80. Em 26.9.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 121/2013-GLDBAG).
81. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
82. Em 6.11.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Capiberibe, que passa a compor a Comissão como membro titular (Of. nº 133/2013-GLDBAG).
83. Em 25.11.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular e o Senador Antonio Carlos Rodrigues membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 203/2013-BLUFOR).
84. Em 26.11.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 314/2013-GLPMDB).
85. Em 28.11.2013, vago em virtude de o Senador Alfredo Nascimento deixar de integrar a Comissão (Of. 204/2013 - BLUFOR).
86. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Notas:**

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3303-4604**Fax:** 3303-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR**

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes**Notas:**

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3303-4604**Fax:** 3303-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁵⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁵⁸⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(64,11)	
Aníbal Diniz (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ^(67,63)
Acir Gurgacz (PDT) ^(43,44,12,8,35,36)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(3,76,77)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Ana Rita (PT) ⁽⁶²⁾	4. Cristovam Buarque (PDT)
Humberto Costa (PT) ^(80,77)	5. Delcídio do Amaral (PT) ^(76,60,78)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³³⁾	
Romero Jucá (PMDB) ^(13,55)	1. VAGO ^(38,47,48,37,55,79)
Luiz Henrique (PMDB) ^(34,16,17,55)	2. Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁵⁵⁾
Garibaldi Alves (PMDB) ^(55,57)	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(18,17,55)
Valdir Raupp (PMDB) ^(4,55)	4. Vital do Rêgo (PMDB) ^(14,55,68,61)
Ivo Cassol (PP) ⁽⁵⁵⁾	5. Eunício Oliveira (PMDB) ^(28,29,31,57)
Kátia Abreu (PMDB) ^(21,19,10,9,55,75)	6. VAGO ^(27,26,25,6,32)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) ^(72,73,50,52)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁵⁰⁾
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7,53,50)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(54,50)
José Agripino (DEM) ^(24,23,15)	3. Cyro Miranda (PSDB) ^(45,23,74)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(40,33)	
Blairo Maggi (PR) ^(46,65,59,22,1)	1. Gim (PTB) ^(65,56,59,2)
Eduardo Amorim (PSC) ^(42,41,49,65,59,51)	2. VAGO ^(39,65,71,70,59,69)
Fernando Collor (PTB) ⁽⁶⁵⁾	3. Armando Monteiro (PTB) ^(65,66)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDb).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
4. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDb).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
6. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDb).
7. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 143/11-GLPSDB).
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. nº 223/2011-GLPMDb).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 100/2011 - GLDBAG).
13. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDb).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 059/2011-GLDEM).
16. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
17. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDb).
18. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. 292/2011 - GLPMDb).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (OF. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDb nº 294/2011).
22. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (OF. nº 125/2011 - GLPTB).
23. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (OF. 072/2011 - GLDEM).
24. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 074/2011-GLDEM).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDb).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (OF. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDb nº 331/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
32. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

33. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUIF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
34. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF nº 154/2012-GLPMDB).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 087/2012-GLDBAG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 105/2012-BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 138/2012 - GLDBAG).
45. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
46. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
47. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
48. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 357/2012).
49. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
50. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias e Flexa Ribeiro, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes (Ofício nº 16/13-GLPSDB).
51. Em 07.02.2013, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº. 13/2013-BLUFOR).
52. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Ofício nº 31/13-GLPSDB).
53. Em 21.02.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
54. Em 21.02.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
55. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 40/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Valdir Raupp, Ivo Cassol e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Eduardo Braga, João Alberto Souza e a Senadora Ana Amélia, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
57. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que assume a suplência (Of. 069/2013 -GLPMDB).
56. Em 26.02.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Vicente Claudino (Of. nº 27/2013-BLUFOR).
58. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 33/2013 - CMA).
59. Em 27.02.2013, os Senadores Eduardo Amorim e Blairo Maggi são designados membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição aos Senadores Gim e Fernando Collor, que passam a ocupar a suplência na Comissão (OF. BLUFOR nº 37/2013).
60. Em 04.03.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. 040/2013 -GLDBAG).
61. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (Of nº 87/2013 - GLPMDB).
62. Em 07.03.2013, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. 041/2013 -GLDBAG).

63. Vago, em virtude de a Senadora Ana Rita ter sido designada membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 41/20113 - GLDBAG).
64. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
65. Em 20.03.2013, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Fernando Collor são designados como membros titulares, e os Senadores Gim e João Costa membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 46/2013-BLUFOR).
66. Em 08.04.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 78/2013-BLUFOR).
67. Em 11.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 64/2013 - GLDBAG).
68. Em 18.04.2013, o Senador Vital do Rego é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 154/2013-GLPMDB).
69. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
70. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 89/2013-BLUFOR).
71. Vago em virtude do desligamento do Senador Vicentinho Alves da Comissão (Of. nº 103/2013 - BLUFOR).
72. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
73. Em 12.08.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 155/2013-GLPSDB).
74. Em 27.08.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente na Comissão (Of. nº 161/2013 - GLPSDB).
75. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
76. Em 31.10.2013, os Senadores Wellington Dias e José Pimentel são designados como membros suplentes, em substituição aos Senadores Delcídio do Amaral e João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 129/2013-GLDBAG).
77. Em 06.11.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a vaga de suplente (Of. nº 132/2013 - GLDBAG).
78. Em 06.11.2013, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. nº 132/2013 - GLDBAG).
79. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
80. Em 11.2.2014, o Senador Humberto Costa é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 15/2014 - GLDBAG).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽³⁾	
Jorge Viana (PT)	1. VAGO ⁽¹³⁾
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) ^(2,6)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁰⁾	
VAGO ⁽⁹⁾	1. Eduardo Braga (PMDB)
VAGO ^(7,15)	2. VAGO ^(9,4,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(1,8)	1. VAGO ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Eduardo Amorim (PSC) ^(14,5)	1. VAGO ⁽¹³⁾

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 5. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
 7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 34/2012/CMA).
 6. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 8. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 9. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 11. Vago, em 13.06.2012, em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. nº 154/2012-GLPMDB).
 12. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
 13. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares e João Vicente Claudino deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
 14. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013/CMA).
 15. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.
- ****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO (18,22,21)

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) (18)

RELATOR: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) (18)

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (2)	
Rodrigo Rollemberg (PSB) (7)	1. VAGO (7,16)
VAGO (16)	2. Vanessa Grazziotin (PCdoB) (5,1)
Anibal Diniz (PT)	3. VAGO (10,9,7)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (6)	
VAGO (7,22,21)	1. Valdir Raupp (PMDB) (11)
Ivo Cassol (PP) (20)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (19,8)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Eunício Oliveira (PMDB) (16,20)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO (4)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (6)	
Blairo Maggi (PR) (12,7,3)	1. Eduardo Amorim (PSC) (13,14,7,15,17)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
4. Vago em razão de o Senador Jayme Campos não pertencer mais à Comissão (OF. GLDEM 74/2011).
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Vago em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. GLPMDB nº 154/2012).
9. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
10. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. nº 087/2012 - GLDBAG).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

14. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 279/2012/CMA).

15. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

16. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Lobão Filho e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

17. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

18. Em 16.04.2013, os Senadores Sérgio Souza e Aníbal Diniz foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, e designado relator o Senador Cícero Lucena, na Subcomissão (Of. nº 86/2013-CMA).

19. Em 08.05.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 155/2013-GLPOMDB).

20. Em 08.05.2013, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passará a exercer a suplência (Of. nº 153/2013-GLPOMDB).

21. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

22. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹³⁾

RELATOR: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽¹³⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾	
Jorge Viana (PT) ⁽⁶⁾	1. Anibal Diniz (PT) ^(9,6)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. VAGO ⁽¹⁴⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
VAGO ^(4,7,3,1,15)	1. Ivo Cassol (PP) ⁽¹⁰⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ⁽⁸⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(9,12,5)	1. VAGO ⁽¹⁴⁾

Notas:

- Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 11.08.2011, o Senador Reditário Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
- Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
- Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
- Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
- Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).
- Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CMABMONTE, que comunica a eleição dos Senadores Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, para Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente.

14. Em 19.03.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

15. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 33, de 2013, com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a implantação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽¹⁾

Instalação: 01/10/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Anibal Diniz (PT) ⁽²⁾	1. Jorge Viana (PT) ⁽²⁾
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽²⁾	2. Vanessa Grazziotin (PCdoB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾	1. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC) ⁽²⁾	1. Blairo Maggi (PR) ⁽²⁾

Notas:

2. Em 01.10.2013, os Senadores Anibal Diniz, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Cícero Lucena e Eduardo Amorim, foram designados membros titulares; a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Jorge Viana, Vital do Rêgo, Flexa Ribeiro e Blairo Maggi, foram designados membros suplentes na Subcomissão (Of. 179/2013-CMA).

1. Em 01.10.2013, foi instalada a Subcomissão; foram eleitos os Senadores Cícero Lucena e Eduardo Amorim, como Presidente e Vice-Presidente, respectivamente; e designado o Senador Rodrigo Rollemberg, como Relator (Of. 179/2013-CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽⁶⁰⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁰⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(66,14)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB) (50,47,59)	2. Eduardo Suplicy (PT) (12,23)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (68)	4. Anibal Diniz (PT) (26,13,24)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Wellington Dias (PT) (37,38,72,10)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) (21,59,77)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴¹⁾	
Roberto Requião (PMDB) (67,75,58)	1. VAGO (6,8,32,25,81,75,58)
VAGO (27,11,28,29,2,40,70,58)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (36,58)
Paulo Davim (PV) (31,33,39,58)	3. VAGO
Vanessa Grazziotin (PCdoB) (30,16,74,58,62,76)	4. VAGO (19)
Sérgio Petecão (PSD) (18,58)	5. VAGO (11)
Lídice da Mata (PSB) (74,78,76)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (34,7,15,44,3,71,61)	1. VAGO (5,22,57)
VAGO (4)	2. VAGO (56)
VAGO (35,17,52,43)	3. Wilder Moraes (DEM) (46)
	4.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(49,41)	
Magno Malta (PR) (54,65,1)	1. João Vicente Claudino (PTB) (53,45,65,79)
Gim (PTB) (42,69,64,65,9)	2. VAGO (65,63,80,79)
Eduardo Lopes (PRB) (73,65)	3. VAGO (48,51,55,65)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).

4. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).

9. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

10. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).

11. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDDB).

12. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

13. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. Nº 208/2011-GSJALB.

17. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

18. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

19. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lídice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 133/2012-GLDBAG).

22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

23. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

24. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

26. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

27. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

28. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDDB).

30. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDDB)

29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)
33. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 324/2011).
34. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
35. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
36. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
37. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
38. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
39. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
40. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
41. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
42. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 10/2012-GLBUF).
43. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 16/2012-GLDEM).
44. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
45. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012/BLUFOR).
46. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
49. Em 17.10.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 133/2012-GLDBAG).
50. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
51. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012/BLUFOR/SF).
52. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
53. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
56. Em 07.02.2013, o Senador Cyro Miranda deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Cássio Cunha Lima deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
58. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 41/2013, designando os Senadores Casildo Maldaner, Pedro Simon, Paulo Davim, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Roberto Requião e Ricardo Ferraço como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. Em 27.02.2013, o Senador João Cabipiribe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar a suplência em vaga destinada ao Bloco (Of. nº 30/2013 - GLDBAG).
60. Em 28.02.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Rita e o Senador João Capiberibe para ocuparem os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 04/2013 - CDH).
61. Em 1º.03.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 59/2013- GLPSDB).
62. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (Of. nº 88/2013 - GLPMDB).
63. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 61/2013).
64. Em 19.03.2013, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor a Comissão (Of. nº 66/2013-BLUFOR).

65. Em 19.03.2013, é designado membro titular o Senador Magno Malta para integrar o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 47/2013).
66. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
67. Vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
68. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 52/2013-GLDBAG).
69. Em 26.03.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 71/2013).
70. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 191/2013-GLPMDB).
71. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
72. Em 12.09.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Lopes (Of. nº 120/2013-GLDBAG).
73. Em 17.09.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 139/2013-BLUFOR).
74. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 289/2013-GLPMDB).
75. Em 17.10.2013, o Senador Roberto Requião deixa a suplência e passa a ser titular e o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Ofs. 287 e 288/2013-GLPMDB).
76. Em 18.10.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo em vagas cedidas pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 125/2013-GLDBAG).
77. Em 25.10.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 127/2013-GLDBAG).
78. Em 25.10.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, em vaga cedida (Of. nº 126/2013-GLDBAG).
79. Em 5.11.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Osvaldo Sobrinho são designados membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 194/2013-BLUFOR).
80. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
81. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Paulo Paim (PT) ⁽⁷⁾
Lídice da Mata (PSB)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,6)	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).

7. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 52/2013-CDH, que comunica a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria; e a eleição das Senadoras Lídice da Mata e Ângela Portela, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. TEMP. DE COMB. À PEDOFILIA, PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Instalação: 05/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Eduardo Suplicy (PT)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.48/2013-CDH, que comunica a designação dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e Anibal Diniz como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

***. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 62/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria; a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular no Bloco Parlamentar Minoria; e a eleição dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

Finalidade: Examinar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽¹⁾

Instalação: 03/04/2013

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Randolfe Rodrigues (PSOL)	1. Paulo Paim (PT)
João Capiberibe (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1.

Notas:

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.46/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; e a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Lídice da Mata (PSB)	2. Anibal Diniz (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Paulo Davim e a Senadora Lídice da Mata como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

2. Em 10.04.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. 64/2013-CDH).

3. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.45/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata como membros titulares e do Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁴¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) ⁽⁴¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(48,7)	
Jorge Viana (PT) ⁽⁴³⁾	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL) ^(49,44,43)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(6,4)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾
Aníbal Diniz (PT) ^(9,8,5,44)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(18,17)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁶⁾
Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴²⁾	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(57,40)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	2. João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Pedro Simon (PMDB) ^(23,27,24,40)	3. Roberto Requião (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	4. Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	5. Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁴⁰⁾	6. Sérgio Petecão (PSD) ^(14,28,32,33,12,13,21,40)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) ^(39,38)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁸⁾
Paulo Bauer (PSDB) ^(2,38)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁸⁾
José Agripino (DEM)	3. Jayme Campos (DEM) ^(30,10,56,59,55,58,45)
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁰⁾	4. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(29,22)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(47,51,52)	1. Gim (PTB) ^(34,47,46)
Fernando Collor (PTB) ^(31,47)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(47,1)
Magno Malta (PR) ^(25,26,35,36,47)	3. Armando Monteiro (PTB) ^(47,37,54,19,20)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular, e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

3. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

6. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

9. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

10. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 060/2011-GLDEM).

11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

12. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

13. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

14. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

15. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

16. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

18. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

24. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).

25. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

28. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 191/2012).

26. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
27. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).
29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
30. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
31. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
32. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
33. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
34. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
35. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
36. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).
37. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
38. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
39. Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 55/2013-GLPSDB).
40. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Domelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
41. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CRE).
42. Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
43. Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLDBAG nº 29/2013).
44. Em 07.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
45. Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 14/2013-GLDEM).
46. Em 12.03.2013, o Senador Sodrê Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 033/2013).
47. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodrê Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
48. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
49. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
50. Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPSDB).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodrê Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 83/2013-BLUFOR).
53. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 127/2013-GLPSDB).
54. Em 06.08.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 155/2013-BLUFOR).
55. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
56. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
57. Em 14.11.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. GLPMDB nº 309/2013).
58. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
59. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽³⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR) ^(8,10,9,11,12)
Lindbergh Farias (PT)	2. VAGO ^(4,2,13)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁷⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(6,5)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PCdoB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)

2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)

5. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

6. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

8. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

9. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).

10. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).

11. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.

12. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

13. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

****. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

*****. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(6,8,7,9,10)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) ^(4,3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

4. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

6. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

7. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).

8. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).

9. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.

10. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

***. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) (18,15,16,21,22)	1. Eduardo Lopes (PRB) (12,11)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO (10)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) (7,4)	4. VAGO (9,5,1,23)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹³⁾	
VAGO (14,17,19)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. VAGO (3,8)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ⁽¹³⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (20)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

- Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
- Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e Of. Nº 167/2012-CRE/PRES).
- Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

15. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

16. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).

17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. Nº 257/2012-CRE/PRES).

18. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).

19. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

20. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

21. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.

22. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

23. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽⁵²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(59,8)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(20,19)
Acir Gurgacz (PDT) ^(43,44,30,31)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁸⁾	6. Lídice da Mata (PSB) ⁽⁶⁷⁾
Inácio Arruda (PCdoB)	7. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁴⁾	
Clésio Andrade (PMDB) ^(32,46,25,47,33,54)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(25,54)
Lobão Filho (PMDB) ^(25,54)	2. VAGO ^(2,25,3,10,75,54)
Eduardo Braga (PMDB) ^(25,54)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(25,54)
Valdir Raupp (PMDB) ^(25,54)	4. Roberto Requião (PMDB) ^(25,9,54)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(25,58,54)	5. Waldemir Moka (PMDB) ^(22,21,25,11,54)
Jader Barbalho (PMDB) ^(25,64,54)	6. Ivo Cassol (PP) ^(25,54)
Ciro Nogueira (PP) ^(25,54)	7. Francisco Domelles (PP) ^(17,25,15,23,16,54)
Sérgio Petecão (PSD) ^(53,54,39,38,26,29,50,49)	8. Kátia Abreu (PMDB) ^(71,53,54,26,27,29,50,12,5,14,6)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ^(65,55,51)	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽⁵¹⁾
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁵¹⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ^(1,4,51)	3. Ruben Figueiró (PSDB) ^(7,4,72,61,51)
Wilder Moraes (DEM) ^(36,28)	4. Jayme Campos (DEM) ^(37,28,76,68,70,74)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(40,24)	
Fernando Collor (PTB) ⁽⁶⁰⁾	1. Gim (PTB) ⁽⁶⁰⁾
Blairo Maggi (PR) ^(45,35,60,57)	2. VAGO ^(60,66)
VAGO ^(34,60,73,69,63,62)	3. Eduardo Amorim (PSC) ^(41,42,48,60,56)
Alfredo Nascimento (PR) ⁽⁶⁰⁾	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽⁶⁰⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013)** "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).

4. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

6. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDDB).

7. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

10. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 272/2011 - GLPMDDB).

11. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

12. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDDB nº 294/2011).

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)

19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).

21. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

22. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDDB nº 36/2012).

23. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

24. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
25. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
26. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
27. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
28. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. n° 19/2012-GLDEM).
29. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício n° 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
30. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
31. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. n° 088/2012-GLDBAG).
32. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
33. Em 1° 08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB n° 181/2012).
34. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
35. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Of. N° 093/2012/BLUFOR/SF).
36. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. N° 045/12-GLDEM).
37. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Moraes como titular (Of. N° 045/12-GLDEM).
38. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
39. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. n° 55/2012 - GLPSD).
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV n° 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins n° 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. n° 104/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. n° 140/2012 -GLDBAG).
45. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
46. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
47. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB n° 359/2012).
49. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
48. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
50. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de titular (OFÍCIO n° 013/2013-GLPSD).
51. Em 07.2.2013, foi lido o Of. N° 014/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros titulares, e os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros suplentes, para compor a Comissão.
52. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Sérgio Petecão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. n° 001/2013 - CI).
53. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme Of. GLPMDB n° 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.

54. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 63/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Lobão Filho, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Casildo Maldaner, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Domelles e a Senadora Kátia Abreu, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
55. Vago em razão de o Senador Aloysio Nunes Ferreira não pertencer mais à Comissão (Of. 90/2013-GLPSDB).
56. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 62/2013).
57. Em 13.03.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim (Of. BLUFOR nº 63/2013).
58. Em 13.03.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Casildo Maldaner (Of. GLPMDB nº 114/2013).
59. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
60. Em 20.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Fernando Collor, Blairo Maggi, João Costa e Alfredo Nascimento, e como membros suplentes os Senadores Gim, Armando Monteiro, Eduardo Amorim e Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 49/2013).
61. Vago em 09.04.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. nº 115/2013-GLPSDB).
62. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
63. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 86/2013-BLUFOR).
64. Em 24.04.2013, o Senador Jader Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. 164/2013-GLPMDB).
65. Em 20.05.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 134/2013-GLPSDB).
66. Vago, em 6.8.2013, em virtude de o Senador Armando Monteiro não pertencer mais à Comissão (Of. 154/2013-BLUFOR).
67. Em 13.08.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg (Of. nº 112/2013-GLDBAG).
68. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
69. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 174/2013-BLUFOR).
70. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
71. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
72. Em 24.10.2013, o Senador Rubem Figueiró é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 175/13-GLPSDB).
73. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
74. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
75. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
76. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Clésio Andrade (PMDB-MG) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Inácio Arruda (PCdoB)	1. Lindbergh Farias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Eduardo Lopes (PRB)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Clésio Andrade (PMDB)	1.
Valdir Raupp (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Antonio Carlos Rodrigues (PR)	1. Alfredo Nascimento (PR)

Notas:

1. Em 5.11.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Inácio Arruda e Clésio Andrade, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 171/2013-CI).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 29.10.2013, foi lido o Ofício nº 160/2013-CI/PRES, designando os Senadores Inácio Arruda, Walter Pinheiro e Eduardo Lopes como titulares e os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); os Senadores Clésio Andrade e Valdir Raupp como titulares (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); o Senador Cícero Lucena como titular e o Senador Flexa Ribeiro como suplente (pelo Bloco Parlamentar da Minoria); e os Senadores Antonio Carlos Rodrigues como titular e o Senador Alfredo Nascimento como suplente (pelo Bloco Parlamentar União e Força) para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Instalação: 16/05/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) (1,2)	2. VAGO (5,10,6)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Osvaldo Sobrinho (PTB) (12,13)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
	1. VAGO (7,4,3,8,9,11)

Notas:

- Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
- Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. Nº058/2012 - CI).
- Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
- Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
- Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
- Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVÁLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
- Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.
- Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CI).

10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

11. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

12. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.

13. Em 25.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 146/2013-CI).

*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.

**. Em 10.05.2012, foi lido o Of. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Inácio Arruda (PCdoB)
Wellington Dias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Clésio Andrade (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Vital do Rêgo (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁾	1. Osvaldo Sobrinho (PTB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Fernando Collor (PTB)

Notas:

1. Em 02.10.2013, os Senadores José Pimentel e Eduardo Amorim foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-presidente da Subcomissão (Ofício 154/2013-CI).

2. Em 02.10.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 155/2013-CI).

3. Em 09.10.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular na Subcomissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 157/2013-CI).

*. Em 15.05.2013, foi lido o Ofício nº 56/2013-CI, designando os Senadores José Pimentel e Wellington Dias como titulares e o Senador Inácio Arruda como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo; o Senador Clésio Andrade como titular e os Senadores Ciro Nogueira e Vital do Rêgo como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; o Senador Flexa Ribeiro como titular e o Senador Jayme Campos como suplente do Bloco Parlamentar Minoria; o Senador Eduardo Amorim como titular e o Senador Fernando Collor como suplente na Comissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) ⁽⁴⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(49,10)	
Wellington Dias (PT) ⁽¹⁾	1. João Capiberibe (PSB) ⁽⁴⁴⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁴³⁾	2. Zeze Perrella (PDT) ^(11,7)
Inácio Arruda (PCdoB) ⁽⁴⁵⁾	3. Walter Pinheiro (PT) ^(2,47)
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(38,39,32,33)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴²⁾	1. Eduardo Braga (PMDB) ^(14,42)
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(31,20,22,28,21,42)	2. Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴²⁾
Ana Amélia (PP) ⁽⁴²⁾	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(3,37,42)
Ciro Nogueira (PP) ^(34,15,42)	4. Ivo Cassol (PP) ^(26,42)
Benedito de Lira (PP) ⁽⁴²⁾	5. VAGO ^(8,16,18,9)
Kátia Abreu (PMDB) ^(57,42)	6. VAGO ^(23,24,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(12,19,5,41)	1. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁴¹⁾
Ruben Figueiró (PSDB) ⁽⁴¹⁾	2. Lúcia Vânia (PSDB) ^(6,41)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Moraes (DEM) ^(4,35)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(36,29)	
Armando Monteiro (PTB) ^(40,48,50)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(50,59)
VAGO ^(30,52,51,55,58,50,61)	2. VAGO ⁽⁵⁰⁾
VAGO ^(56,54,60,50,53)	3. ⁽⁵⁰⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular, e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
5. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
6. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
7. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
8. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
9. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
12. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
13. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
16. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
18. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
19. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB).
20. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
21. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
22. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
23. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
24. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
26. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
27. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
28. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.
30. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
31. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).
32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 091/2012-GLDBAG).

34. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).
35. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. nº 049/12-GLDEM).
36. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
37. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 329/2012).
38. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
39. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 141/2012 - GLDBAG).
40. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
41. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ruben Figueiró, como membros titulares; e Senador Cícero Lucena e Senadora Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 15/13-GLPSDB).
42. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 44/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Ricardo Ferraço, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, João Alberto Souza e Ivo Cassol, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
43. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 27/2013 - GLDBAG).
44. Em 27.02.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 031/2013).
45. Em 04.03.2013, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 34/2013 - GLDBAG).
46. Em 05.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 003/2013 - PRES/CDR).
47. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. nº 36/2013 - GLDBAG).
48. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 034/2013).
49. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
50. Em 20.03.2013, os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro e João Costa são designados como membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 50/2013-BLUFOR).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 84/2013-BLUFOR).
53. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
54. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 87/2013-BLUFOR).
55. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 108/2013-BLUFOR).
56. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 175/2013-BLUFOR).
57. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
58. Em 06.11.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 197/2013-BLUFOR).
59. Em 06.11.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 197/2013-BLUFOR).
60. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
61. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽¹⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁶⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
PSC	
Eduardo Amorim ^(7,8,4,3,5)	

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
3. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
4. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
5. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB nº 140/2012).
8. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. Nº 119/2012-PRES/CDR).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomedr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽⁴⁾	
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. VAGO ^(11,10)
VAGO ⁽⁹⁾	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽¹²⁾
Ivo Cassol (PP) ^(3,6,5,7)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012-GLBUF/SF).
10. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
11. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (Of. nº 091/2012 - GLDBAG).
12. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPIÁDA E PARAOLIMPIÁDA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(1,4)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁹⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁶⁾
VAGO ⁽⁵⁾	2. VAGO ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(3,8)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
4. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
5. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
7. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
8. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(15,65)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT) ^(23,22,10,7,80,57)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁶⁷⁾
Zeze Perrella (PDT) ^(16,11)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(47,38)	4. João Durval (PDT)
Eduardo Suplicy (PT) ^(67,4)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁷⁾	
Clésio Andrade (PMDB) ⁽⁶²⁾	1. Romero Jucá (PMDB) ^(28,52,35,29,62)
VAGO ^(62,78)	2. Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁶²⁾
Casildo Maldaner (PMDB) ^(27,49,25,36,26,62)	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(39,40,51,53,62)
Ana Amélia (PP) ⁽⁶²⁾	4. Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶²⁾
Sérgio Petecão (PSD) ^(21,19,12,13,62,76)	5. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶²⁾
Benedito de Lira (PP) ⁽⁶²⁾	6. Ivo Cassol (PP) ^(17,62,76)
Kátia Abreu (PMDB) ^(62,75,61,31,59)	7. Garibaldi Alves (PMDB) ^(61,63,32,44,43,58,59)
Waldemir Moka (PMDB) ^(68,69,46,66,33,34,24)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ^(60,2,71,73)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁶⁰⁾
Ruben Figueiró (PSDB) ⁽⁶⁰⁾	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(3,14,9,60)
Jayme Campos (DEM) ^(79,74,72,77)	3. Cícero Lucena (PSDB) ^(5,48,18,70)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(45,37)	
Gim (PTB) ^(50,49,1,8)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(54,6)
	2. Blairo Maggi (PR) ^(41,42,56,55,24)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões

Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (Of. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.

4. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).

5. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).

7. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

8. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).

9. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

10. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).

11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

14. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

22. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).

23. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).

24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).

30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).

32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).

33. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

34. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

35. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
39. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
40. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
41. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
42. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 082/2012/BLUFOR/SF).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (OF. Nº 163/2012-BLUFOR).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
48. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
49. Em 06.11.2012, retorna ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao Bloco Parlamentar da Maioria, e seu ocupante, o Senador Sérgio Souza, fica designado como membro titular deste Bloco na Comissão (Of. GLPMDB nº 338/2012).
50. Em 06.11.2012, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. Nº 167/2012/BLUFOR).
51. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
52. Em 23.11.2012, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2012).
53. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 358/2012).
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
56. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 216/2012-BLUFOR).
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
59. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de suplente (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
60. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 011/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Ruben Figueiró, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
61. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
63. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 070/2013).
62. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 45/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
64. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 19/2013-CRA).
65. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
66. Em 20.03.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 68/2013-BLUFOR).
67. Em 26.03.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 56/2013-GLDBAG).
68. Vaga cedida provisoriamente ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 75/2013-BLUFOR).

69. Em 04.04.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco União e Força (Ofício nº 138/2013-GLPMDB).
70. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 128/2013-GLPSDB).
71. Vago, em 11.9.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. 163/2013-GLPSDB).
72. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
73. Em 16.09.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 166/2013-GLPSDB).
74. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
75. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
76. Em 23.10.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria em substituição ao Senador Ivo Cassol, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. 290/2013-GLPMDB).
77. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
78. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
79. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
80. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antônio Russo (Of. nº 12/2014 - GLDBAG).

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ⁽³⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Alfredo Nascimento (PR-AM) ⁽³⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(38,7)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT) ⁽³²⁾	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(40,33)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) ^(12,10)
João Capiberibe (PSB) ^(17,8,9)	4. Lídice da Mata (PSB)
Aníbal Diniz (PT) ⁽⁴⁰⁾	5. Eduardo Lopes (PRB) ^(20,19,1)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²¹⁾	
Lobão Filho (PMDB) ⁽³¹⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(2,11,4,31)
João Alberto Souza (PMDB) ^(22,27,28,23,31)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³¹⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽³¹⁾	3. Ivo Cassol (PP) ⁽³¹⁾
Luiz Henrique (PMDB) ^(36,31)	4. Benedito de Lira (PP) ^(26,31)
Ciro Nogueira (PP) ⁽³¹⁾	5. VAGO ^(15,13,5,6,43,35)
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³¹⁾	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(30,37)	1. VAGO ^(30,37)
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁰⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁰⁾
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(24,21)	
Gim (PTB) ^(25,39)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽³⁹⁾
Alfredo Nascimento (PR) ^(39,16,3)	2. VAGO ^(41,29,42,39,16)
Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁹⁾	3. (39)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular, e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Capiberibe, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 026/2011-GLDBAG).
2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
3. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
9. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
10. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).
11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDB).
12. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).
13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
16. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
17. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).
18. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).
21. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
22. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
23. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
24. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
25. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
26. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (OF. GLPMDB nº 346/2012).
27. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

28. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 360/2012).
29. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
30. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 012/13, da Liderança do PSDB, confirmando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes, para compor a Comissão.
31. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 46/2013, designando os Senadores Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
32. Em 27.02.2013, o Senador Zezé Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz (Of. GLDBAG nº 032/2013).
33. Em 05.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 033/2013).
34. Em 06.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Zeze Perrella e Alfredo Nascimento, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 005/2013-CCT).
35. Em 07.03.2013, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (Of. GLPMDB nº 093/2013).
36. Em 07.03.2013, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. GLPMDB nº 075/2013).
37. Em 11.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. GLPSDB nº 087/2013).
38. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
39. Em 20.03.2013, são designados os Senadores Gim, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim e como suplente o Senador Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 52/2013).
40. Em 26.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 55/2013-GLDBAG).
41. Em 17.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 170/2013-BLUFOR).
42. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
43. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ELABORAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO EM TERRAS RARAS NO BRASIL

Finalidade: Subcomissão Temporária para elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de terras-raras no Brasil criada pelo RQT nº 22/2012, com a finalidade de discutir ações para os minerais estratégicos para o país, com a criação de um novo marco regulatório, que possibilite o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor, com o prazo até a conclusão da tarefa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽¹⁾

Instalação: 03/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Anibal Diniz (PT)	1. Angela Portela (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. Gim (PTB)

Notas:

1. Em 03.04.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Anibal Diniz e Aloysio Nunes Ferreira Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, desse colegiado (OF. 020/2013-CCTSTTR/SF).

*. Em 26.03.2013 foi lido o OF. nº 19/2013-CCT designando os Senadores Anibal Diniz, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira e Alfredo Nascimento como titulares e os Senadores Angela Portela, Lobão Filho, Ivo Cassol, Flexa Ribeiro e Gim como suplentes na Subcomissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**PRESIDENTE:** Senador Luiz Henrique (PMDB-SC)**RELATOR:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁾	
Luiz Henrique (PMDB) ⁽²⁾	1.
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾	2.
Ana Amélia (PP) ⁽²⁾	3.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽¹⁾	
Cristovam Buarque (PDT) ⁽³⁾	1. Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾
Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	2. Inácio Arruda (PCdoB) ⁽³⁾
Walter Pinheiro (PT) ^(8,3)	3. Pedro Taques (PDT) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁾	1.
Wilder Moraes (DEM) ⁽⁷⁾	2. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾	1.
Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾	2.

Notas:

1. Vaga adicional compartilhada entre os dois Blocos.

2. Em 27.08.2013, foram designados os Senadores Luiz Henrique, Ricardo Ferraço e Ana Amélia, como membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 254/2013-GLPMDB).

3. Em 27.08.2013, foram designados os Senadores Cristovam Buarque, Humberto Costa e Paulo Paim, como membros titulares; a Senadora Lídice da Mata e os Senadores Inácio Arruda e Pedro Taques, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 95/2013-GLDBAG).

4. Em 27.08.2013, os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim são designados como membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 113/2013-BLUFOR).

5. Em 27.08.2013, o Senador Cyro Miranda é designado como membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 162/2013-GLPSDB).

6. Em 27.08.2013, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 29/2013-GLDEM).

7. Em 27.08.2013, o Senador Wilder Moraes é designado como membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, de acordo com fala da Presidência da sessão deliberativa ordinária de 27.08.2013.

8. Em 17.10.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 124/2013-GLDBAG).

Secretário(a): Flávio Roberto de Almeida Heringer**Telefone(s):** 3303-3487 (ou 2024)**E-mail:** csf@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR (Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/09/2013

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 17.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260
E-mail: scop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
VAGO ⁽³⁾	1. VAGO
Valdir Raupp (RO)	2. VAGO
João Alberto Souza (MA)	3. VAGO
Romero Jucá (RR)	4. VAGO
PT	
Wellington Dias (PI)	1. Jorge Viana (AC)
Ana Rita (ES)	2. Paulo Paim (RS)
Anibal Diniz (AC)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO
PTB	
Gim (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Lídice da Mata (BA)	1. Antonio Carlos Valadares (SE)
DEM	
Jayme Campos (MT) ⁽²⁾	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Antonio Carlos Rodrigues (SP)	1. VAGO
PSD	
Sérgio Petecão (AC)	1. Kátia Abreu (PMDB-TO)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
VAGO	

Atualização: 03/02/2014**Notas:**

*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

2. O Senador Jayme Campos licenciou-se a partir do dia 13.09.2013, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme Requerimento nº 1.047/2013, aprovado em 10.09.2013.

3. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

SENADOR	CARGO
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) ⁽²⁾	COORDENADOR

Atualização: 05/11/2013**Notas:**

1. Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado para ocupar a vaga do PR em 21.02.2013

2. O Senador Antonio Carlos Rodrigues foi designado Coordenador conforme Ato do Presidente nº 34, de 2013, publicado no Boletim Administrativo do Senado Federal nº 5312, de 12.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 06/03/2013**Notas:**

1. Designada pelo Presidente do Senado Federal na sessão de 06.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**(61) 3303-5255 **Fax:**(61) 3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br**5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL***(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)*

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 05/11/2013**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 11/02/2011**5ª Designação:** 11/03/2013**6ª Designação:** 12/02/2009**MEMBROS****PMDB**

Pedro Simon (RS)

PT

Angela Portela (RR)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTB

VAGO

PP

Ciro Nogueira (PI)

PDT

VAGO

PSB

Lídice da Mata (BA)

DEM

Maria do Carmo Alves (SE)

PR

VAGO

PSD

Kátia Abreu (PMDB-TO)

PCdoBVanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 05/11/2013**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPB nº 004/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitas na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258**E-mail:** scop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽²⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Waldemir Moka (MS)

PT

Delcídio do Amaral (MS)

PSDB

Cyro Miranda (GO)

PTB

Armando Monteiro (PE)

PP

Ivo Cassol (RO)

PDT

VAGO

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF)

DEM

José Agripino (RN)

PR

Antonio Carlos Rodrigues (SP)

PSD

Sérgio Petecão (AC)

PCdoBInácio Arruda (CE) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 05/11/2013

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPB nº 001/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleito na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 20.03.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

Jarbas Vasconcelos (PE)

PT

Paulo Paim (RS)

PSDB

Cícero Lucena (PB)

PTB

VAGO ⁽²⁾

PP

Ana Amélia (RS)

PDT

VAGO

PSB

João Capiberibe (AP)

DEM

José Agripino (RN)

PR

VAGO

PSD

Sérgio Petecão (AC)

PCdoB

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾

PV

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GLPCB nº 005/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
3. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 16/04/2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS**PMDB**

Ricardo Ferraço (ES)

PT

Anibal Diniz (AC)

PSDB

Cyro Miranda (GO)

PTB

João Vicente Claudino (PI)

PP

Ciro Nogueira (PI)

PDT

VAGO

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF)

DEM

Wilder Moraes (GO)

PR

VAGO

PSD

Kátia Abreu (PMDB-TO)

PCdoB

Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾

PV

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 05/11/2013**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPB nº 002/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 17.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255 **Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽²⁾**1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Luiz Henrique (SC)

PT

Jorge Viana (AC)

PSDB**PTB**

João Vicente Claudino (PI)

PP

Ivo Cassol (RO)

PDT**PSB**

Rodrigo Rollemberg (DF)

DEM

Wilder Moraes (GO)

PR

Blairo Maggi (MT)

PSD

Kátia Abreu (PMDB-TO)

PCdoBVanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Representante da sociedade civil organizadaAndré Lima ⁽³⁾**Pesquisador com produção científica relevante**Paulo Sérgio Bretas de Almeida Salles ⁽³⁾**Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente**Rui Carlos Ottoni ⁽³⁾**Atualização:** 05/11/2013**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPB nº 003/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 24.04.2013.
3. Designado conforme Of.º 130, de 2013/CMA, datado de 10.07.2013, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258 **Fax:** 3303.5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

11) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 22/08/2013**MEMBROS****PMDB**Luiz Henrique (SC) ⁽¹⁰⁾**PT**Paulo Paim (RS) ⁽¹¹⁾**PSDB**Lúcia Vânia (GO) ⁽⁸⁾**PTB****PP**Ana Amélia (RS) ⁽⁶⁾**PDT**João Durval (BA) ⁽⁷⁾**PSB**Lídice da Mata (BA) ⁽¹²⁾**DEM**Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁵⁾**PR****PSD**Kátia Abreu (PMDB-TO) ⁽³⁾**PCdoB**Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾**PV****PRB**Eduardo Lopes (RJ) ⁽²⁾**PSC**Eduardo Amorim (SE) ⁽⁹⁾**PSOL**Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁴⁾**Atualização:** 06/09/2013

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GSINAR nº 169/2013, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
5. Designada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº34/2013-GLDEM, datado 19.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
4. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.GSRR nº 00134/2013, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
3. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme Of.nº 0032/2013-GLPSD, datado 16.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
2. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme Of.nº 0235/2013-GSEL, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº55/2013-GLDPP, datado 22.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 23.08.2013.
7. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of. nº 11/2013-GLDPDT, datado de 21.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 26.08.2013.
8. Designada para ocupar a vaga do PSDB, conforme Of. nº 160/2013-GLPSDB, datado de agosto de 2013, lido na sessão do Senado Federal de 27.08.2013.
9. Designado para ocupar a vaga do PSC, conforme nº 218/2013, datado de 16.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 28.08.2013.
11. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme Of. GLDPT nº 033/2013, datado de 27.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 29.08.2013.
10. Designado para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 256/2013, datado de 29.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 29.08.2013.
12. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 0091/2013-GLPSB, datado de 27.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 06.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP****Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013**MEMBROS****PMDB**Ricardo Ferraço (ES) ⁽⁹⁾**PT****PSDB****PTB****PP****PDT**Acir Gurgacz (RO) ⁽¹⁾**PSB**Lídice da Mata (BA) ⁽²⁾**DEM****PR**Blairo Maggi (MT) ⁽³⁾**PSD**Sérgio Petecão (AC) ⁽⁴⁾**PCdoB**Inácio Arruda (CE) ⁽⁵⁾**PV****PRB**Eduardo Lopes (RJ) ⁽⁶⁾**PSC**Eduardo Amorim (SE) ⁽⁷⁾**PSOL**Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁸⁾**SDD**

Atualização: 20/12/2013**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of. GLDPDT nº 017, datado de 17.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
2. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. GLPSB nº 111, datado de 09.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
3. Designado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. GLPR nº 013, datado de 18.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
4. Designado para ocupar a vaga do PSD, conforme Of. GLPSD nº 0039, datado de 06.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
9. Designado para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of. GLPMDDB nº 322, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
6. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme Of. GSEL nº 0315, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
7. Designado para ocupar a vaga do PSC, conforme Of. nº 324, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
8. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of. GSRR nº 212, datado de 11.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
5. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of. GSINAR nº 313, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**

(Resolução nº 1/2006-CN)

Processado referente à composição de 2013: OFN nº 11/2013

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados ²**COMPOSIÇÃO ³**

Presidente: Senador Lobão Filho (PMDB/MA) ⁸
1º Vice-Presidente: Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE) ⁸
2º Vice-Presidente: ^{8 e 9}
3º Vice-Presidente: Deputado Guilherme Campos (PSD/SP) ⁸

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)
Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)
Relator da Receita: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Walter Pinheiro (PT/BA)	1. Eduardo Suplicy (PT/SP)
Anibal Diniz (PT/AC)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	3. ⁶
Lídice da Mata (PSB/BA)	4. Lindbergh Farias (PT/RJ)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Lobão Filho (PMDB/MA)	1. Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ⁵
^{7 e 8}	2. ^{5 e 7}
Ivo Cassol (PP/RO)	3. Casildo Maldaner (PMDB/SC) ⁵
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1. Cícero Lucena (PSDB/PB) ⁴
Wilder Moraes (DEM/GO)	2. Jayme Campos (DEM/MT) ¹⁰
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI)	1.
Eduardo Amorim (PSC/SE)	2.
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)	

Notas:**1-** Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.**2-** Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.**3-** Designação na Sessão do Senado Federal de 21-3-2013.**4-** Designado o Senador Cícero Lucena, como membro suplente, em 3-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 106/2013, da Liderança do PSDB.**5-** Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles e Casildo Maldaner, como membros suplentes, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 140, de 2013, da Liderança do PMDB.**6-** Vago, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 63, de 2013, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.**7-** Designado o Senador Francisco Dornelles, como membro titular, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, em 16-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 151, de 2013, da Liderança do PMDB.**8-** Mesa eleita em 16-4-2013, conforme Ofício nº 038, de 2013.**9-** O Senador Francisco Dornelles deixa de integrar a Comissão, em 8-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 210 de 2013, da Liderança Bloco Parlamentar da Maioria, e 157 de 2013, do Líder do PP, no Senado Federal.**10-** O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/cn>E-mail: sglcn@senado.gov.br

Informações: (61) 3303-4050

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Bohn Gass (PT/RS)	1. Afonso Florence (PT/BA)
Ricardo Berzoini (PT/SP)	2. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Zezéu Ribeiro (PT/BA)	3. Iriny Lopes (PT/ES)
Miguel Corrêa (PT/MG)	4. Jorge Bittar (PT/RJ)
Weliton Prado (PT/MG)	5. José Ailton (PT/CE)
PMDB	
Danilo Forte (PMDB/CE)	1. André Zacharow (PMDB/PR)
Leonardo Quintão (PMDB/MG)	2. Gera Arruda (PMDB/CE) ^{7 e 12}
Marçal Filho (PMDB/MS)	3. Pedro Novais (PMDB/MA)
Nilda Gondim (PMDB/PB)	4. José Priante (PMDB/PA) ¹
Rose de Freitas (PMDB/ES)	5. Osvaldo Reis (PMDB/TO) ⁴
PSDB	
Bruno Araújo (PSDB/PE)	1. Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) ²
Domingos Sávio (PSDB/MG)	2. Carlos Brandão (PSDB/MA) ³
Ruy Carneiro (PSDB/PB)	3. Nelson Padovani (PSC/PR) ¹⁴
PP	
Carlos Magno (PP/RO)	1. Missionário José Olimpio (PP/SP)
Nelson Meurer (PP/PR)	2. Roberto Britto (PP/BA)
Roberto Teixeira (PP/PE)	3. Dilceu Sperafico (PP/PR) ⁵
DEM	
Claudio Cajado (DEM/BA)	1. Alexandre Leite (DEM/SP) ⁸
Efraim Filho (DEM/PB)	2.
Mandetta (DEM/MS)	3.
PSD	
Marcos Montes (PSD/MG) ¹³	1. Ademir Camilo (PROS/MG)
Guilherme Campos (PSD/SP)	2. Walter Ihoshi (PSD/SP) ¹³
Júlio Cesar (PSD/PI)	3. Junji Abe (PSD/SP)
PR	
Aelton Freitas (PR/MG)	1. José Rocha (PR/BA)
Gorete Pereira (PR/CE)	2. Wellington Roberto (PR/PB)
PSB	
Gonzaga Patriota (PSB/PE) ⁶	1. Leopoldo Meyer (PSB/PR)
Severino Ninho (PSB/PE)	2. Valtênir Pereira (PSB/MT)
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ¹¹	1. André Figueiredo (PDT/CE)
Weverton Rocha (PDT/MA)	2. Oziel Oliveira (PDT/BA) ¹⁰
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Fábio Ramalho (PV/MG)	1. Humberto Souto (PPS/MG)
Sandro Alex (PPS/PR)	2. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Nilton Capixaba (PTB/RO)	1. Alex Canziani (PTB/PR)
PSC	
Andre Moura (PSC/SE)	1. Edmar Arruda (PSC/PR) ⁹
PCdoB	
Evandro Milhomen (PCdoB/AP)	1. Chico Lopes (PCdoB/CE)
PTdoB¹	
Lourival Mendes (PTdoB/MA)	

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
 2- Designado o Deputado Raimundo Gomes de Matos, como membro suplente, em 27-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 345/2013, da Liderança do PSDB.
 3- Designado o Deputado Carlos Brandão, como membro suplente, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353/2013, da Liderança do PSDB.
 4- Designados os Deputados José Priante e Osvaldo Reis, como membros suplentes, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 327/2013, da Liderança do PMDB.
 5- Designado o Deputado Dilceu Sperafico, como membro suplente, em 11-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 174/2013, da Liderança do PP.
 6- Designado o Deputado Gonzaga Patriota, como membro titular, em substituição ao Deputado Dr. Ubiali, em 18-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2013, da Liderança do PSB.
 7- Designado o Deputado Genécias Noronha, como membro suplente, em substituição ao Deputado Giroto, em 21-5-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 575/2013, da Liderança do PMDB.
 8- Designado o Deputado Alexandre Leite, como membro suplente, em vaga existente, em 3-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 183/2013, da Liderança do DEM.
 9- Designado o Deputado Edmar Arruda, como membro suplente, em substituição ao Deputado Ricardo Arruda, em 18-8-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 258, de 2013, da Liderança do PSC.
 10- Designado o Deputado Oziel Oliveira, como membro suplente, em substituição ao Deputado João Dado, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 477, de 2013, da Liderança do PDT.
 11- Designado o Deputado Giovani Cherini, como membro titular, em substituição ao Deputado Sebastião Bala Rocha, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 478, de 2013, da Liderança do PDT.
 12- Designado o Deputado Gera Arruda, como membro suplente, em substituição ao Deputado Genécias Noronha, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 1.228, de 2013, da Liderança do PMDB.
 13- Designados como membro titular, o Deputado Marcos Montes, em substituição ao Deputado Armando Vergílio; e, como membro suplente, o Deputado Walter Ithoshi, em substituição ao Deputado Homero Pereira, em 24-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 1.512, de 2013, da Liderança do PSD.
 14- Designado o Deputado Nelson Padovani (PSC/PR), como membro suplente, em 27-11-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1.121/2013, da Liderança do PSDB.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893

Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luís Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)

Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)

Relator da Receita: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I – Infraestrutura	Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)
II – Saúde	Deputado Marçal Filho (PMDB/MS)
III – Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Aelton Freitas (PR/MG)
IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Senador Wilder Moraes (DEM/GO)
V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Deputado Weliton Prado (PT/MG)
VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE)
VII – Justiça e Defesa	Deputado Nelson Meurer (PP/PR)
VIII – Poderes do Estado e Representação	Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)
X – Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado Junji Abe (PSD/SP)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Deputado Efraim Filho (DEM/PB)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PSOL	Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)
PSDB	Lúcia Vânia (PSDB/GO)
PT	Anibal Diniz (PT/AC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PSD	Ademir Camilo (PROS/MG)
PP	Carlos Magno (PP/RO)
PSDB	Domingos Sávio (PSDB/MG)
DEM	Efraim Filho (DEM/PB)
PT	Iriny Lopes (PT/ES)
DEM	Mandetta (DEM/MS)
PMDB	Rose de Freitas (PMDB/ES)
PDT	Sebastião Bala Rocha (SDD/AP)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PP	Ivo Cassol (PP/RO)
PSC	Eduardo Amorim (PSC/SE)
PCdoB	Inácio Arruda (PCdoB/CE)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Ricardo Berzoini (PT/SP)
PMDB	Pedro Novais (PMDB/MA)
PSB	Severino Ninho (PSB/PE)
PSD	Júlio Cesar (PSD/PI)
PDT	Weverton Rocha (PDT/MA)
PSC	Ricardo Arruda (PSC/PR)
PCdoB	Evandro Milhomen (PCdoB/AP)
PSDB	

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Deputado Afonso Florence (PT/BA)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Casildo Maldaner (PMDB/SC)
PTB	João Vicente Claudino (PTB/PI)
PSB	Lídice da Mata (PSB/BA)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	José Ailton (PT/CE)
PMDB	Leonardo Quintão (PMDB/MG)
PR	José Rocha (PR/BA)
PSD	Armando Vergílio (PSD/GO)
PSB	Gonzaga Patriota (PSB/PE)
PTdoB	Lourival Mendes (PTdoB/MA)
PT	Afonso Florence (PT/BA)
PSDB	

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Deputado Roberto Teixeira (PP/PE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
DEM	Wilder Moraes (DEM/GO)
PT	Walter Pinheiro (PT/BA)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Zezéu Ribeiro (PT/BA)
PMDB	José Priante (PMDB/PA)
PR	Wellington Roberto (PR/PB)
PV	Fábio Ramalho (PV/MG)
PPS	Sandro Alex (PPS/PR)
PTB	Alex Canziani (PTB/PR)
PSD	
PP	Roberto Teixeira (PP/PE)

Notas:

N Vago em virtude da vacância do mandato do Deputado Homero Pereira, em 1º-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1-281/2013/SGM/P, do Presidente da Câmara dos Deputados.

2.

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados²¹

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin^{16, 20 e 27}
Vice-Presidente: Deputado Fernando Ferro^{16, 20 e 27}
Relator: Deputado Sarney Filho^{16, 20 e 27}

Instalação: 27-2-2013^{16, 20 e 27}

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 19 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ^{7, 23 e 28}	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷	4. ^{7 e 17}
²²	5. ²²
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Valdir Raupp ^{3, 14, 28, 33 e 35}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ^{3 e 28}
Eduardo Braga (PMDB/AM) ^{3 e 28}	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ^{3 e 28}
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11, 12 e 29}	3. ^{3, 29}
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3, 18 e 29}	4. ^{3, 19 e 29}
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. Jayme Campos ^{2, 24 e 34}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{6, 10 e 26}	2. ^{6, 10, 28, 30, 31 e 32}
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ^{4 e 28}	1. ^{8, 8 e 12}
	2.
PSOL¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ^{5 e 29}	1.

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.
- 3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.
- 4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.
- 5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.
- 6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.
- 7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.
- 9- Designado o Senador Cyro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.
- 10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.
- 11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.
- 12- Designado o Senador Cyro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.
- 13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.
- 14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.
- 15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.
- 16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.
- 17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.
- 19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.
- 20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
- 21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
- 24- Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.
- 25- Designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.
- 26- Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 088/2012).
- 27- Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.
- 28- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.
- 29- Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).
- 30- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
- 31- Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.
- 32- Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.
- 33- Vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann, em 3-2-2014.
- 34- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em vaga existente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 2, de 2014, da Liderança do Democratas – DEM.
- 35- Designado o Senador Valdir Raupp, como membro titular, em vaga existente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 22, de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. ^{2 19}
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 8}	1. Colbet Martins (PMDB/BA) ^{2 e 22}
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) ^{14 e 15}	1. ¹⁴
	2. ¹⁴
PSDB	
Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ^{2, 11 e 20}	1. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ^{2 e 20}
PP	
Gladson Cameli (PP/AC) ^{2 e 21}	1. Luís Carlos Heinze (PP/RS) ^{2 e 21}
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG) ^{2 e 18}	1. ^{2, 12 e 18}
PSB	
Alfredo Sirkis (PSB/RJ) ^{2, 17 e 23}	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) ^{2, 7, 13, 17}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Samery Filho (PV/MA) ^{2 18}	1. ^{2 18}
PTB¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Samery Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.

14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Lider do PSD.

16- Designado como membro titular o Deputado Samery Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Samery Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.

17- Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.

18- Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.

19- Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.

20- Em 22-5-2013 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, o Deputado Ricardo Tripoli, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy; e como membro suplente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, conforme os Ofícios nos 535 e 536, de 2013, da Liderança do PSDB.

21- Designado o Deputado Gladson Cameli, como membro titular, em substituição ao Deputado José Otávio Germano; e o Deputado Luis Carlos Heinze, como membro suplente, em substituição à Deputada Rebecca Garcia, em 4-6-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 278, de 2013, da Liderança do PP.

22- Designado o Deputado Colbert Martins, como membro suplente, em substituição ao Deputado Celso Maldaner, em 9-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 634, de 2013, da Liderança do PMDB.

23- Designado o Deputado Alfredo Sirkis, como membro titular, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 5, de 2014, da Liderança do PSB.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone: (61) 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR
DAS AMÉRICAS – FIPA**
(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados¹

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD)	
Roberto Requião (PMDB/PR) ⁵	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Wilder Moraes (DEM/GO) ³	1. Jayme Campos (DEM/MT) ^{3, 6, 7, 8 e 9}
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
	1.
	2.
PSOL²	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁴	1.

Notas:

- 1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Moraes e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.
- 4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.
- 5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.
- 6- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
- 7- Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.
- 8- Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.
- 9- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 002, de 2014, da Liderança do Democratas.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)
(Resolução nº 2, de 2013-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Nelson Pellegrino ⁴**Vice-Presidente:** Senador Ricardo Ferraço ⁴

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> NELSON PELLEGRINO (PT-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> RICARDO FERRAÇO (PMDB-ES) ¹
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB-CE) ²
<u>LÍDER DA MINORIA</u> NILSON LEITÃO (PSDB-MT)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u> MÁRIO COUTO (PSDB-PA) ³
<u>DEPUTADO INDICADO PELA LIDERANÇA DA MAIORIA</u>	<u>SENADOR INDICADO PELA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> WALDEMIR MOKA (PMDB-MS) ⁵
<u>DEPUTADO INDICADO PELA LIDERANÇA DA MINORIA</u>	<u>SENADOR INDICADO PELA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u>
<u>DEPUTADO INDICADO PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u>	<u>SENADOR INDICADO PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>

(Atualizada em 13.02.2014)

Notas:

- 1- Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (Of. nº 001/2013 – CRE).
- 2- Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.
- 3- Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.
- 4- O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.
- 5- Em 13.2.2014, o Senador Waldemir Moka é indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, conforme Of. GLPMDB nº 033/2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
 Senado Federal – Anexo II - Térreo
 Telefones: (61) 3303-4561 / 3303-5258
 E-mail: scop@senado.gov.br
 Endereço na Internet: www.senado.gov.br/ccai

COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER – CMCVM
(Resolução nº 1, de 2014-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente:

Vice-Presidente:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

COMISSÃO MISTA DE ASSUNTOS RELACIONADOS À COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CMCPLP
(Resolução nº 2, de 2014-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente:

Vice-Presidente:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) ¹	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) ⁵	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁵
Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁵	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) ⁵
Clésio Andrade (PMDB/MG) ⁵	3. ^{5 e 11}
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB) ¹	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) ²	1. Pedro Taques (PDT/MT) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ²	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Paulo Paim (PT/RS) ^{2 e 7}	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) ⁷
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) ²	1. ^{8 e 10}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{2 e 8}	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) ³	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) ³
Gim (PTB/DF) ³	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) ³
PSD ⁴	
Sérgio Petecão (PSD/AC) ²	1. ^{2, 8, 9 e 12}

Notas:

1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.

2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.

3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.

4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nºs 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.

6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofícios nºs 50/2012, da Liderança do DEM.

7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nºs 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofícios nºs 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.

11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.

12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
	1.
	2.
PMDB	
Leandro Vilela (PMDB/GO) ¹	1. Geraldo Resende (PMDB/MS) ¹
Luiz Pitiman (PSDB/DF) ¹	2. Sandro Mabel (PMDB/GO) ¹
PSDB	
	1.
PP	
Roberto Britto (PP/BA) ¹	1. Toninho Pinheiro (PP/MG) ¹
DEM	
Augusto Coutinho (SDD/PE) ¹	1. João Bittar (DEM/MG) ¹
PR	
	1.
PSB	
	1.
PDT	
	1.
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Augusto Carvalho (SDD/DF) ¹	1.
PTB	
	1.

Notas:

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza ¹
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro ¹
Relator: Senador Romero Jucá ¹

Instalação: 12-3-2013 ¹
Prazo Final: 11-5-2013
Prazo Final Prorrogado: 11-7-2013 ²
Prazo Final Prorrogado: 9-9-2013 ³
Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013 ⁴
Prazo Final Prorrogado: 22-12-2014 ⁵

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Moraes (PCdoB/MG)

Notas:

- 1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRR.
- 2- Nos termos no Ato Conjunto nº 3, de 13 de maio de 2013.
- 3- Nos termos no Ato Conjunto nº 6, de 16 de julho de 2013.
- 4- Nos termos no Ato Conjunto nº 8, de 9 de setembro de 2013.
- 5- Nos termos no Ato Conjunto nº 15-A, de 18 de dezembro de 2013.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza¹
Relator: Senador Romero Jucá²

Instalação: 2-4-2013²
Prazo Final: 30-9-2013⁴
Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013⁶
Prazo Final Prorrogado: 22-12-2014¹³

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes ⁷
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Reinaldo Azambuja (PSDB/MS) ⁹
Edinho Araújo (PMDB/SP)	Moreira Mendes (PSD/RO) ¹⁰
Eduardo Barbosa (PSDB/MG) ³	Esperidião Amin (PP/SC) ¹²
Sergio Zveiter (PSD/RJ)	
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	
Miro Teixeira (PDT/RJ)	
João Maia (PR/RN) ^{5 e 9}	

Senado Federal

Titulares	Suplentes ⁷
Romero Jucá (PMDB/RR)	Kátia Abreu (PMDB/TO) ^{1 e 8}
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	Waldemir Moka (PMDB/MS) ⁷
Walter Pinheiro (PT/BA) ¹²	Ruben Figueiró (PSDB/MS) ¹¹
Pedro Taques (PDT/MT)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)	
Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)	
Ana Amélia (PP/RS) ^{6 e 7}	

Notas:

- 1 - Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.
- 2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.
- 3 - Designado o Deputado Eduardo Barbosa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 21 de maio de 2013.
- 4 - Prazo recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal.
- 5 - Acrescentado um membro do Senado Federal e um membro da Câmara dos Deputados, nos termos do Ato Conjunto nº 7, de 2013.
- 6 - Nos termos do Ato Conjunto nº 9, de 26 de setembro de 2013.
- 7 - Nos termos do Ato Conjunto nº 10, de 26 de setembro de 2013, ficam criadas vagas de suplentes na Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013, bem como fica designada a Senadora Ana Amélia, como membro titular, em vaga existente, e, como membros suplentes, a Senadora Kátia Abreu e o Senador Waldemir Moka.
- 8 - Em 8-10-2013, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Partido da Social Democracia - PSD, e filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, conforme Ofício nº 0800/2013 - GSKAAB.
- 9 - Nos termos do Ato Conjunto nº 11, de 22 de outubro de 2013 (DSF 22-10-2013), ficam designados os Deputados João Maia, como membro titular, e Reinaldo Azambuja, como membro suplente.
- 10 - Nos termos do Ato Conjunto nº 12, de 5 de novembro de 2013 (DSF 6-11-2013), fica designado o Deputado Moreira Mendes, como membro suplente.
- 11 - Nos termos do Ato Conjunto nº 13, de 13 de novembro de 2013 (DSF 13-11-2013), fica designado o Senador Ruben Figueiró, como membro suplente.
- 12 - Nos termos do Ato Conjunto nº 14, de 3 de dezembro de 2013 (DSF 3-12-2013), ficam designados o Deputado Esperidião Amin, como membro suplente, e o Senador Walter Pinheiro, como membro titular, em substituição ao Senador Jorge Viana.
- 13 - Nos termos do Ato Conjunto nº 15-B, de 18 de dezembro de 2013.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ÓRGÃO**CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>PRESIDENTE</u> Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> André Vargas (PT-PR)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Jorge Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Fábio Faria (PSD-RN)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Romero Jucá (PMDB-RR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Marcio Bittar (PSDB-AC)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Simão Sessim (PP-RJ)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Angela Portela (PT-RR)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Biffi (PT/MS)	<u>4º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> José Guimarães (PT/CE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB-CE)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Nilson Leitão (PSDB-MT)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u> Mário Couto (PSDB-PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Décio Lima (PT/SC)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Vital do Rêgo (PMDB-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Nelson Pellegrino (PT/BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 28.02.2013)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL(13 titulares e 13 suplentes)¹

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA**²Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA**²

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	VAGO ³
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	VAGO ⁴
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.

2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.

4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258

ssccn@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccs

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/cn>E-mail: scopn@senado.gov.br

Informações: (61) 3303-4050

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES TEMÁTICAS**

Aprovada na 3ª Reunião do CCS, realizada em 06.05.2013

I. COMISSÃO DE MARCO LEGAL E REGULATÓRIO DO SETOR DAS COMUNICAÇÕES**Coordenador:** Miguel Angelo Cançado.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruehl Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
13. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
14. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
15. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

II. COMISSÃO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**Coordenador:** Ronaldo Lemos.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruehl Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**III. COMISSÃO DE CONTEÚDOS EM MEIOS DE COMUNICAÇÃO****Coordenador:** José Catarino do Nascimento.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Krueel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
11. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
12. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
13. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
14. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
15. Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
16. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
17. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
18. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
19. Wrana Panizzi (Representante da sociedade civil)
20. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

IV. COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL**Coordenador:** Alexandre Krueel Jobim.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Krueel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
16. Wrana Panizzi (Representante da sociedade civil)
17. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**V. COMISSÃO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA**

Coordenador: Gilberto Carlos Leifert.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruehl Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
11. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Maria José Braga (Representante da sociedade civil)
16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹**37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)**

Presidente: Deputado Newton Lima²
Vice-Presidente: Senador Paulo Bauer²
Vice-Presidente: Deputado Renato Molling²

Designação: 07.05.2013

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
BENEDITA DA SILVA	BOHN GASS
DR. ROSINHA	IARA BERNARDI
FERNANDO MARRONI	MÁRCIO MACÊDO
NEWTON LIMA	TAUMATURGO LIMA
PMDB	
ANDRÉ ZACHAROW	LELO COIMBRA
IRIS DE ARAÚJO	OSMAR SERRAGLIO
MARÇAL FILHO	RONALDO BENEDET
RAUL HENRY	VALDIR COLATTO
PSDB	
ANTONIO CARLOS MENDES THAME	CARLOS SAMPAIO ^{4, 10}
EDUARDO AZEREDO	
Vago ^{4, 11 e 12}	
PSD	
GERALDO THADEU	ÁTILA LINS
HUGO NAPOLEÃO	DR. LUIZ FERNANDO
RAUL LIMA	ELEUSES PAIVA
PP	
DILCEU SPERAFICO	LUIS CARLOS HEINZE
RENATO MOLLING	RENATO ANDRADE
PR	
WELLINGTON FAGUNDES	HENRIQUE OLIVEIRA
PSB	
JOSÉ STÉDILE	BETO ALBUQUERQUE
VAGO ⁸	LEOPOLDO MEYER
DEM	
JULIO CAMPOS	
PDT	
VIEIRA DA CUNHA	SEBASTIÃO BALA ROCHA
PTB	
PAES LANDIM	JORGE CORTE REAL
BLOCO PV / PPS	
ROBERTO FREIRE	ANTÔNIO ROBERTO
PSC	
NELSON PADOVANI	TAKAYAMA
PCDOB	
JOÃO ANANIAS	CHICO LOPES
PRB	
GEORGE HILTON	VITOR PAULO
PTDOB	
LUIS TIBÉ	

Senadores

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
PEDRO SIMON	CASILDO MALDANER
ROBERTO REQUIÃO	VALDIR RAUPP
ANA AMÉLIA	GIM ⁸
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
EDUARDO SUPLICY	ACIR GURGACZ ⁵
PAULO PAIM	INÁCIO ARRUDA
ANTONIO CARLOS VALADARES ⁹	HUMBERTO COSTA
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
PAULO BAUER	CÁSSIO CUNHA LIMA
WILDER MORAIS	JAYME CAMPOS ⁷
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)	
ALFREDO NASCIMENTO	FERNANDO COLLOR
LUIZ HENRIQUE ¹⁰	EDUARDO AMORIM

(Atualizada em 20.12.2013)

- 1- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 25, de 07.05.2013.
2- Eleitos na reunião realizada em 21.05.2013.
3- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 29, de 23.05.2013.
4- Vago em virtude de o Deputado Walter Feldman ter comunicado seu desligamento, conforme Of. Nº 759/2013-PSDB.
5- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 33, de 03.06.2013.
6- A Dep. Luiza Erundina renunciou ao mandato de membro titular da vaga ocupada pelo PSB, conforme Of. B/156/13, datado de 21.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
7- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
8- O Senador Gim foi designado para ocupar a vaga de suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios GLPMDB nºs 260 e 265/2013, e Of. Nº 168/2013-BLUFOR, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.
9- O Senador Luiz Henrique foi designado para ocupar a vaga de titular do Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios nºs 167/2013- BLUFOR e Of. GLPMDB nº 266/2013, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.
10- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 58, de 07.11.2013, para ocupar a vaga de membro suplente do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB.
11- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 59, de 07.11.2013, para ocupar a vaga de membro titular do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB.
12- Vago em virtude do Deputado Luiz Carlos Hauly ter solicitado o seu afastamento, conforme OF. GAB. Nº 018/2013 - PSDB.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercotel

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: Deputado Ruben Martinez Huelmo (Uruguai)
Vice-Presidente: Senadora Beatriz Rojkes de Alperovich (Argentina)
Vice-Presidente: Senador Roberto Requião (Brasil)
Vice-Presidente: Senador Tomás Enrique Bittar Navaro (Paraguai)

Designação: 02.12.2013

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercotel

Edição de hoje: 332 páginas
(O.S. 10360/2014)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

